



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

CARLOS ANTONIO FERREIRA NOGUEIRA

PODER, PRÁTICAS E RELAÇÕES POLÍTICAS: POLÍTICOS E ELEITORES EM
ARACOIABA-CE

FORTALEZA

2021

CARLOS ANTONIO FERREIRA NOGUEIRA

PODER, PRÁTICAS E RELAÇÕES POLÍTICAS: POLÍTICOS E ELEITORES EM
ARACOIABA-CE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio George Lopes Paulino

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- N711p Nogueira, Carlos Antonio Ferreira.
Poder, práticas e relações políticas : políticos e eleitores em Aracoiaba-CE / Carlos Antonio Ferreira
Nogueira. – 2021.
218 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação
em Sociologia, Fortaleza, 2021.
Orientação: Prof. Dr. Antonio George Lopes Paulino.
1. Relação Político-Eleitor. 2. Práticas Políticas. 3. Eleições. 4. Relação Político-Político. 5. Trocas de Apoio.
I. Título.

CDD 301

CARLOS ANTONIO FERREIRA NOGUEIRA

PODER, PRÁTICAS E RELAÇÕES POLÍTICAS: POLÍTICOS E ELEITORES EM
ARACOIABA-CE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Sociologia.
Área de concentração: Sociologia.

Aprovada em: 27/07/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio George Lopes Paulino (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José Raulino Chaves Pessoa Junior
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Profa. Dra. Geísa Mattos de Araújo Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Monalisa Soares Lopes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Nilson Almino de Freitas
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

À minha mãe Fátima e ao meu pai Eugênio (*in
memoriam*).

AGRADECIMENTOS

A Deus.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa.

Ao Prof. Dr. Antônio George Lopes Paulino, pela orientação ao longo desse período – as falhas que aqui persistem são minhas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, pelo compartilhamento de ideias e sugestões que puderam ser aqui utilizadas.

Às professoras e aos professores participantes da banca examinadora: Profa. Dra. Geísa Mattos de Araújo Lima, Profa. Dra. Monalisa Soares Lopes, Prof. Dr. José Raulino Chaves Pessoa Junior, Prof. Dr. Nilson Almino de Freitas pelas observações e contribuições.

Às interlocutoras e aos interlocutores, pelo tempo concedido nas entrevistas.

A todas e todos da turma do doutorado, pelo tempo e por contribuições divididas ao longo desse período.

À minha mãe Fátima, ao meu pai Eugênio (*in memoriam*), à minha irmã Emanuela, aos irmãos Hildegarton e Junior; às cunhadas Fagyane e Elane e ao cunhado Amaury; aos sobrinhos Hiago, Higo e Deivid e à sobrinha Duda, por todo o apoio dado de diferentes formas até aqui.

Aos amigos Rafael, Rycardo, Wegley, Herson, João Paulo, Léo, Régis e Saulo, pelo compartilhamento de alegrias e incentivos.

“Se as coisas são dadas e retribuídas, é porque *se* dão e *se* retribuem ‘respeitos’ – podemos dizer igualmente ‘cortêsias’. Mas é também porque as pessoas *se* dão ao dar, e, se as pessoas *se* dão, é porque se ‘devem’ – elas e seus bens – aos outros”. (MAUSS, 2013, p. 80 – grifos do autor).

RESUMO

Esta pesquisa consiste em uma análise sobre como políticos se relacionam entre si e com seus eleitores no pequeno município de Aracoiaba, interior do estado do Ceará, Nordeste do Brasil. O objetivo é adentrar ao universo dos significados e sentidos numa tentativa de compreender definições acerca da política e de práticas ligadas a este campo. Durante a pesquisa foi possível identificar um lugar marcado por relações político-eleitor, num cenário permeado pelo universo das chamadas “ajudas”, que geram vínculos e dependência entre esses. As relações político-político parecem se estabelecer a partir das trocas de apoio em que políticos locais apoiam candidatos à Assembleia Legislativa e ao Congresso Nacional, os quais, para obterem votos, dependem do apoio de lideranças políticas do município. Estas, por sua vez, estabelecem elos de dependência e “ajuda” com eleitores e conseguem obter votos para candidatos por elas apoiados. Esse conjunto de nexos parece, assim, forjar uma extensa e densa rede de interdependência que conecta políticos e eleitores em uma espécie de sistema ou circuito capaz de se fazer e desfazer de acordo com as vinculações estabelecidas nessa rede. A pesquisa também identificou mudanças no padrão midiático das campanhas eleitorais e da comunicação de lideranças políticas com eleitoras e eleitores, de modo geral. Além de constatar a concomitância nas maneiras de fazer política marcadas pela personalidade junto a outra que pode se desenvolver a partir de valores e preferências ligadas a partidos e espectros políticos. Para esta pesquisa foram aplicados questionários semiestruturados, fez-se entrevistas e ocorreram conversas com políticos e membros de grupos políticos. Foram realizados observação participante, registros em diário de campo e análises de rituais e eventos como “reuniões”, “visitas”, “comícios”, “passeatas”, “carreatas”, enfim, mobilizações em torno de candidaturas, além de registros fotográficos e gravações de áudio, no período de 2016 a 2020, no município supramencionado.

Palavras-chave: relação político-eleitor; práticas políticas; eleições; relação político-político; trocas de apoio.

ABSTRACT

This research consists of an analysis of how politicians relate to each other and to their voters in the small municipality of Aracoiaba, in the interior of the state of Ceará, Northeastern Brazil. The objective is to enter the universe of meanings and senses in an attempt to interpret the policies and practices linked to this field. During the research, it was possible to identify a place marked by political-electoral relations, in a scenario permeated by the universe of so-called “helps”, which generate bonds and dependence between them. Political-political relations seem to be established from the exchanges of support in which local politicians support candidates for the Legislative Assembly and the National Congress who, in order to obtain votes, depend on the support of political leaders in the municipality. These, in turn, establish links of dependency and “help” with voters and how to obtain votes for candidates they support. This set of nexuses thus seems to forge an extensive and dense network of interdependence that connects politicians and voters in a kind of system or circuit capable of making and undoing according to the links existing in this network. The survey also identified changes in the media pattern of electoral campaigns and communication of political leaders with voters and voters in general. In addition to verifying a concurrence in the ways of doing politics marked by personality together with the other that can develop from values and preferences linked to political parties and spectrums. For this research, semi-structured questionnaires were identified and conversations with politicians and members of political groups were carried out, participant observation, records in field diaries and analyzes of rituals and events such as "meetings", "visits", "rallies", "Progressions" were carried out.”, “carreatas”, in short, mobilizations around candidacies, in addition to photographic records and audio recordings, in the period from 2016 to 2020, in the aforementioned municipality.

Keywords: political-electoral relationship; political practices; elections; political-political relationship; support exchanges.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Momentos finais da convenção para o lançamento da candidatura de Ary Teixeira (na época, PROS). Recepção ao Pré-Candidato. Dia 23 de julho de 2016	52
Figura 2 - Convenção de lançamento da candidatura de Antônio Cláudio (PSDB). Dia 31 de julho de 2016	52
Figura 3 - Convenção de lançamento da candidatura de Thiago Campelo (PDT). Dia 30 de julho de 2016	53
Figura 4 - Mapa dos limites dos municípios do Maciço de Baturité – Sedes e distritos	63
Figura 5 – Última passeata de Edim da Bill, com o ex-prefeito Ary Ribeiro ao centro. Em: 30 de novembro de 2019	96
Figura 6 - Última passeata de Thiago Campelo. Em: 29 de novembro de 2019	97
Figura 7 – Candidatos visitam moradores do Bairro São José. Dia 24 de setembro de 2016..	98
Figura 8 – Última manifestação política em apoio à candidatura de Ary Ribeiro. Percurso na CE-060, no dia 30 de setembro de 2016.....	101
Figura 9 – Faixa com a frase: “Volta Doutor!” levada à frente da última passeata em apoio a Ary Teixeira.....	101
Figura 10 - Última carreata em apoio à candidatura de Thiago Campelo. Pessoas seguram balões formando o numeral 12, em referência ao número do candidato	102
Figura 11 – Comemoração em área central após a apuração das primeiras urnas. Em: 15 de novembro de 2020	103
Figura 12 – Orações ao prefeito eleito.....	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produto Interno Bruto (2015) – Aracoiaba – Ceará	66
Tabela 2: Eleitores e população não-votante.....	67
Tabela 3: Distritos aracoiabenses e seus respectivos anos de criação e número de eleitores...	68
Tabela 4 - Indicadores demográficos para as regiões de planejamento do Ceará.	214
Tabela 5 - Indicadores econômicos e de renda para as regiões de planejamento do Ceará. ..	214

LISTA DE SIGLAS

ARENA Aliança Renovadora Nacional

DEM Democratas

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPECE Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

IDH-M Índice de Desenvolvimento Humano do Município

MDB Movimento Democrático Brasileiro

PCdoB Partido Comunista do Brasil

PDT Partido Democrático Trabalhista

PMB Partido da Mulher Brasileira

PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PODE Podemos

PPS Partido Popular Socialista

PP Partido Progressista ou Progressistas

PR Partido da República

PRB Partido Republicano Brasileiro

PROS Partido Republicano da Ordem Social

PRP Partido Republicano Progressista

PSB Partido Socialista Brasileiro

PSC Partido Social Cristão

PSD Partido Social Democrático

PSDB Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL Partido Socialismo e Liberdade

PT Partido dos Trabalhadores

PTB Partido Trabalhista Brasileiro

REDE Rede Sustentabilidade

SD ou **SDD** Solidariedade

STF Supremo Tribunal Federal

TRE-CE Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

TSE Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: CONSTRUINDO UM OBJETO, TECENDO UMA PESQUISA	17
2 CONVENÇÕES E COMÍCIOS: QUANDO POLÍTICOS SE APRESENTAM	45
2.1 Convenções: apresentando candidaturas	45
2.2 O “lugar onde as aves cantam”: informações acerca do município.....	62
2.3 Eleições: quando chega o “tempo da política”	69
2.4 Conjunturas e configurações políticas em aracoiaba	72
2.4.1 <i>Campanhas eleitorais: Comícios, palanques e mobilizações</i>	75
2.4.2 <i>Apresentando a si nos palanques e nas urnas</i>	80
2.4.3 <i>Publicidade e eleições</i>	84
2.4.4 <i>O último comício: o comício da vitória</i>	89
2.4.4.1 O último comício Edim da Bill na eleição suplementar.....	93
2.4.4.2 Carreatas e Passeatas: a mobilização nas ruas.....	94
2.4.4.3 Visitas a bairros e a localidades, visitas ao eleitorado.....	97
2.4.4.4 Eleições e potlatch.....	99
2.4.4.5 A espera pelos resultados	102
3 RELAÇÕES E CONFIGURAÇÕES POLÍTICO-ELEITORAIS	106
3.1 “O homi” versus “a muié”: polarização e personalidade no voto	106
3.2 O tempo da política e o tempo da pesquisa	109
3.3 As eleições de 2016: a construção das alianças	115
3.4 Um imbróglio jurídico e político	123
3.5 Configurações após as eleições de 2016 e as incertezas de imbróglio jurídico e político	125
3.6 O ano de 2018 e a eleição suplementar que não ocorreu	126
3.7 A divisão política estadual na eleição suplementar de 2019 e na eleição municipal de 2020	129
3.7.1 <i>Eleições 2020: Uma disputa em meio a uma pandemia</i>	132
3.7.2 <i>“Ficha suja” e “ficha limpa”: candidaturas na berlinda</i>	134
3.8 Relações entre os próprios políticos	136
3.8.1 <i>Apoios a candidaturas</i>	140
3.8.2 <i>Distinção entre acordo político e acordo financeiro</i>	145

3.8.2.1 A busca por recursos e a procura por bases eleitorais: a inter-relação entre deputados, prefeitos e vereadores	146
3.8.2.2 As emendas recebidas e apoios políticos.....	147
3.8.2.3 “Acompanhando” políticos: pessoalidade e a apoio político	148
3.8.2.4 Indeferimento de candidaturas: resultado das urnas, eleições e Justiça Eleitoral	149
4 PRÁTICAS E PERCEPÇÕES ACERCA DA POLÍTICA	152
4.1 “Pedidos”, “ajudas” e a escolha de candidatas e candidatos.....	152
<i>4.1.1 Quem pede e o que pede?</i>	<i>155</i>
<i>4.1.2 Quem pede é outro</i>	<i>159</i>
<i>4.1.3 A escolha de candidatos</i>	<i>159</i>
<i>4.1.4 Idas aos comícios e às reuniões</i>	<i>161</i>
4.2 Percepções sobre “ajudas”.....	163
<i>4.2.1 Visões sobre política e eleições.....</i>	<i>166</i>
<i>4.2.1.1 Política como ajuda.....</i>	<i>171</i>
<i>4.2.1.2 Sobre a atividade política.....</i>	<i>172</i>
<i>4.2.1.3 A “ajuda” como atuação sindical.....</i>	<i>173</i>
4.3 A política sob segredos, ilações e rumores.....	175
<i>4.3.1 Fofocas sobre compra e venda de voto</i>	<i>177</i>
<i>4.3.2 Da relação entre dinheiro e política.....</i>	<i>179</i>
<i>4.3.3 Compra de apoio político e compra de voto.....</i>	<i>180</i>
4.4 Política e família	182
<i>4.4.1 Família e poder – Os filhos do/no poder</i>	<i>184</i>
<i>4.4.2 Família e prestígio; política e poder</i>	<i>187</i>
<i>4.4.2.1 Sobre família, prestígio e desigualdade</i>	<i>190</i>
<i>4.4.2.2 A campanha da tia e as “ajudas”</i>	<i>191</i>
4.5 A “perseguição política” e a “mudança de lado”	192
<i>4.5.1 Perseguições na política local</i>	<i>194</i>
<i>4.5.2 Processo de escolha de candidatura e de adesão.....</i>	<i>196</i>
4.6 As dimensões partidárias e familiares	198
<i>4.6.1 A filiação partidária.....</i>	<i>198</i>
<i>4.6.2 A possível candidatura de esquerda.....</i>	<i>200</i>

CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
REFERÊNCIAS	205
ANEXO A - TABELAS	214
ANEXO B – QUESTIONÁRIOS – Comícios	215
ANEXO C – QUESTIONÁRIOS – Entre aqueles que pedem	216
ANEXO D – Resumo de situações no sistema divulgacandcontas	217

1 INTRODUÇÃO: CONSTRUINDO UM OBJETO, TECENDO UMA PESQUISA

Enquanto pesquisava acerca das questões sindicais e políticas do município de Aracoiaba, interior do estado do Ceará, deparei-me, especialmente, com um fala acerca da política local na qual as chamadas “ajudas” e “serviços prestados” eram centrais para compreender como certos vínculos são forjados entre eleitores e lideranças políticas. Essa mesma fala trazia consigo as dificuldades da conquista do voto e fora feita por um ex-sindicalista que também já tivera uma experiência com partidos políticos.

Este fato ocorreu ainda durante minha vivência como estudante de graduação e seu conteúdo não correspondia aos objetivos de minha pesquisa, à época. No mestrado, meus interesses acerca da política local e o sindicalismo rural do município se desenvolveram numa perspectiva mais voltada a buscar os significados presentes em suas práticas e atuações político-sindicais. No doutorado, ante a persistência de aspectos relacionados à personalidade na política local, decidi-me pela análise dessa questão, a pesquisa então se deteve às suas manifestações na política mais institucional ou, pelos menos, nos grupos que disputam o poder localmente.

Ao longo desse período, a persistência de uma categoria, a expressão “ajuda” e as relações personalistas no âmbito da interação entre lideranças locais e possíveis eleitores (seja no contexto de práticas socialmente aceitas ou não) foi se tornando mais evidente a cada novo relato obtido.

Além disso, não só essa categoria (a “ajuda”), mas também outras práticas, muitas vezes reprováveis social e legalmente (como a compra de voto), iam se avolumando e ganhando uma proporção que me permitia adentrar àquela parte frequentemente “escondida” das relações de poder. Com o passar do tempo, foi possível perceber o relativo peso que práticas como essas se impunham no campo e, diante disso, havia a necessidade de se debruçar sobre tais relações personalistas que perpassavam o conjunto das relações políticas locais.

A imersão no conjunto das relações e as práticas políticas locais possibilitaram-me, ainda, buscar compreender as maneiras pelas quais essa mesma política é feita. As estratégias, as táticas, as formas pelas quais os grupos atuam, as suas tomadas de decisão, os recursos que lideranças locais lançam mão, entre outros aspectos, adentraram a esta pesquisa como forma de compreender alguns dos modos pelos quais, digamos assim, a política é feita.

Todas essas questões, aliadas à dúvida principal que consistia em compreender como ocorrem as relações entre eleitores e políticos dentro e fora de períodos eleitorais foram imergindo a cada novo relato, informação, acontecimento e observação obtida em campo fazendo com que a pesquisa também se guiasse a partir de cada achado novo.

Assim, embora eu partisse orientado pela dúvida que regia esta pesquisa, o campo e a observação dele frequentemente traziam questões passíveis de serem analisadas e que foram sendo incorporadas à análise aqui presente. Algumas delas já percebidas por mim em outros momentos, visto que habito o lugar onde pesquiso.

Embora habite o lugar pesquisado, frequentes saídas do município para a conclusão de estudos foram necessárias, fato que me levou a morar em outras cidades, e fez, também, com que alguns vínculos fossem cortados ou pelo menos reduzidos. Apesar disso, a frequente indagação acerca de onde eu era possuía como resposta o município de Aracoíaba e meus parentes que nele habitavam. A menção a membros da família ocorria nos momentos em que surgiam as dúvidas sobre quem seria aquela pessoa que estava a realizar a pesquisa.

Por se tratar de um pequeno município, pode ser maior a possibilidade de que as pessoas que nele habitam eventualmente se conheçam, portanto, em alguns momentos ocorreu de entrevistados já conhecerem algum familiar meu. Especialmente por possuir um pai ligado ao comércio (ainda que pequeno), o que o torna relativamente mais conhecido, possibilitando, em alguns casos, que as pessoas soubessem quem sou. No entanto, nem sempre ocorreu de alguém reconhecer a mim a partir de meus parentes, de todo modo, a pesquisa seguiu e a menção a tais parentescos ocorria apenas quando solicitada – uma vez que se trata de algo comum entre moradores locais, o que é também, um dado do campo.

O fato de estarmos presentes em um lugar marcado por relações personalistas fez com que, durante a pesquisa, houvesse maior interesse em saber quem eram meus familiares. Neste sentido, o peso da importância dessas relações se sobrepunha, algumas vezes, a qualquer identificação minha como pesquisador (autoidentificação mais informal). O que mostra a relevância dessa noção como instrumento capaz de identificar (forjar inter-reconhecimentos e mesmo rótulos) ou mesmo hierarquizar pessoas dentro do contexto local. Isso pode se dar também em decorrência do pouco conhecimento acerca da profissão de pesquisador, sociólogo.

Desta maneira, o que se pretende demonstrar é que a pessoalização se encontra bastante presente, superando maneira mais impessoais presentes nas formas de se apresentar. Ou seja, posições a “bussola social” (digamos assim), se orienta a partir de valores e condições atravessadas pela pessoalidade das relações, a proximidade entre os indivíduos, a familiaridade, o inter-reconhecimento, a informalidade nas interações. O que não quer dizer que não estejam perpassadas por hierarquias sociais das mais variadas, capazes de organizar e orientar inter-relações, percepções, reputações e práticas.

Paralelo a essas inter-relações mais próximas nas qual encontramos a noção de que “no interior todo mundo se conhece”, existe ainda algumas concepções, encontradas em campo,

de que já não se sabe mais “quem é quem” – isso advém das migrações, das mobilidades, do aumento populacional, entre outros fatores, assim sendo, a percepção de que “todos se conhecem” se encontra amparada em uma visão genérica associadas à pequenas municipalidades.

Nesse município, onde minhas interações estiveram presentes na maior parte de minha vida, sou membro de uma família de classe média, com pai sendo pequeno comerciante e a mãe, uma dona de casa, oriundo de uma família inter-racial. Devo considerar, ainda, que em alguns momentos estudei em outros municípios, morei em outra cidade, o que fez com que nem sempre estive, ou mesmo pude estar, entremeado ou em contato maior com agentes sociais locais por certos períodos.

Em termo políticos, devo salientar que meus familiares já estiveram mais próximos do grupo de Francisco Ary Ribeiro Teixeira e, em seguida, do de Sergio Silvestre de Oliveira. No entanto, pessoalmente, nos últimos anos, em decorrência da atividade de pesquisa desenvolvida no município e por conhecê-los mais afundo, passei a manter certa distância política desses grupos, numa tentativa de buscar uma visão que pudesse ser tomada por menos vieses ou romantizações acerca desses grupos, evitando carregar as visões que os grupos fazem acerca de si e dos outros. Nesse contexto, o meu distanciamento das relações políticas no município não foi algo tão difícil, especialmente quando se observa a relativa semelhança entre candidaturas e se tem conhecimento acerca de suas práticas.

Quando o período eleitoral se aproxima é possível observar algumas mudanças presentes no conjunto das relações sociais, mas também na paisagem de municípios, sejam eles grandes ou pequenos. Nestes últimos, em especial, podemos observar alterações nas práticas, nas inter-relações e nos eventos presentes no cotidiano desses lugares. É que as campanhas eleitorais tornam, por assim dizer, mais evidentes conflitos, divisões e demais aspectos presentes nesses locais e que até então se encontravam subsumidos, explicitando-os.

Não é diferente no lugar pesquisado. Durante as eleições, grupos ganham forma, determinadas maneiras de interagir passam a ocorrer, lados se formam. Obviamente, outros conflitos e divisões ocorrem no interregno e, durante essa época, cabe-nos, tão somente, explicitar aqueles relacionados e decorrentes das disputas político-eleitorais – sendo importante ressaltar que estas também podem ocorrer fora do período formal de disputas eleitorais.

Durante a maior parte de minha vida, morei no pequeno município de Aracoiaba, distante cerca de oitenta quilômetros de Fortaleza, capital do estado do Ceará. Essa região, chamada de Maciço de Baturité, divide-se entre cidades serranas e, por vezes, de temperatura mais amena (comparada com o contexto predominante no Ceará), e outra cujos territórios e/ou

sedes se situam em áreas baixas, frequentemente, mais quente. É a esse segundo grupo de cidades que Aracoiaba pertence e onde a pesquisa se desenvolveu. Minha relação com o município se dá, portanto, de longa data.

Vivendo no município ou mantendo contato com o lugar a partir de parentes e amigos, em períodos em que não estive morando em Aracoiaba, pude perceber, ao longo de anos, mudanças e permanências nas práticas que marcam esse período, bem como no próprio modo de fazer campanhas eleitorais. Recursos tecnológicos coexistem com aqueles mais tradicionais; escolhas políticas de cunho ideológico/partidário dividem espaços com aqueles que se dão em decorrência de “ajudas” ou apreço familiar; a campanha eleitoral pela internet ocorre em paralelo com o “corpo a corpo” junto a eleitores.

O que se pode observar foi a coexistência entre práticas e/ou valores, que poderíamos chamar de tradicionais, (tais como as relações nas quais o personalismo se sobressai e aquelas comumente classificadas como assistencialista ou de clientelismo) e outras como a percepção de uma política a partir de uma visão como base em valores de cunho mais ideológico, digamos assim (tais como ser de esquerda, de direita, conservador ou progressista), além de aspectos que passaram a se estabelecer de modo mais recentemente (como o frequente uso de recursos digitais, da internet, como uma das maneiras de se promover candidaturas).

As maneiras de se comunicar com o eleitorado se modificaram. As chamadas redes sociais, tais como Facebook e Instagram, e aplicativos que permitem trocas de mensagem instantânea, como o WhatsApp, concedem uma interação frequentemente mais rápida e fácil entre usuários (nesse caso, eleitores e lideranças políticas) e, o que faz essas plataformas virem a ser cada vez mais utilizadas para fins político-eleitorais. Nelas, a profissionalização fica evidente, com técnicas de marketing de modo a mobilizar recursos para se forjar uma imagem de si socialmente aceita e, conseqüentemente, passível de receber votos. Uma observação importante se relaciona à necessidade de aqui não se confundir o uso genérico do termo redes sociais (no sentido exposto acima) com o conceito de redes sociais ou, simplesmente, rede social, que também foi utilizado nesta pesquisa a partir da perspectiva de Boissevain (2010) e Barnes (2010).

No contexto da pandemia de COVID-19, nas eleições municipais de 2020, a internet se tornou ainda mais importante na medida em que possibilitou a relativa “aproximação” junto a eleitores apesar da necessidade de se manter o distanciamento social (medida sanitária recomendável no combate da transmissão do vírus), nesse sentido, foram realizadas algumas *lives* – transmissões ao vivo, nas quais candidatos se apresentam e buscam manter a comunicação junto aos (potenciais) eleitores. De modo semelhante ao que ocorre nos

comícios presenciais, também foram observadas disputas em torno de qual *live* teria obtido o maior número de visualizações. Assim, as disputas, tais como as inter-relações entre lideranças e eleitores, também se atualizam.

O mesmo ocorre com as visitas em localidades e comunidades. Seus registros são frequentemente divulgados nas chamadas redes sociais (como aquelas anteriormente citadas). As edições procuram apresentar uma candidatura que está próxima das pessoas que recebem e manifestam afeto a partir de acenos, toques de mão com punhos fechados (que passaram a ser mais comum com a pandemia de COVID-19 como uma das maneiras de tentar diminuir a transmissão do novo coronavírus), independente de quem seja; esses vídeos procuram transmitir a ideia de competências dos candidatos; seguem padrões como o realce daquelas que são as cores utilizadas na campanha.

Embora não se tenha por objetivo a elaboração de uma netnografia, compreende-se que o on-line e o off-line se inter-relacionam na medida em que se formam a partir de um contínuo que integra parte da vida contemporânea de parte das pessoas. Sendo assim, achou-se conveniente considerar aquilo que é produzido no âmbito da internet (ou pelo menos, em parte), pelos agentes sociais em questão.

É importante considerar, ainda, que a divulgação de campanhas na internet, sobretudo em páginas como Facebook e Instagram, não implicou em uma ausência de visita dos eleitores durante as campanhas nas localidades. As visitas ocorreram, porém, em uma proporção menor (quando comparadas às visitas em campanhas de períodos anteriores), devido à pandemia causada pelo novo coronavírus. Aliás, nas páginas supracitadas é possível ver candidatos em visitas a localidades usando máscaras de proteção facial e, outras vezes, em fotografia nas quais uma das intenções pareciam demonstrar a preocupação com as medidas de biossegurança: nelas era possível observar candidato e eleitores em relativo distanciamento e se cumprimentando a partir do toque de punhos fechados.

Enfim, o que se deve considerar mesmo no contexto pandêmico e de necessário distanciamento social, as práticas comuns na política se mantiveram, ou foram atualizadas, adaptando-se ao novo contexto. Tal adaptação se deu tanto em decorrência do cumprimento de medidas determinadas juridicamente como também para ir ao encontro de algumas possíveis exigências do eleitorado preocupado com aquele momento.

Nesta pesquisa foram analisadas as relações entre políticos e eleitores no município de Aracoiaba. A dúvida que move esta proposta consiste em compreender como políticos e eleitores se relacionam no contexto de um pequeno município do interior cearense. A escolha por esse município se deu pelo fato de o mesmo ser marcado por práticas muito próximas do que tradicionalmente nas Ciências Sociais é chamado de clientelismo, embora não seja assim classificado pelas pessoas envolvidas nessas interações; ou seja, nem políticos nem eleitores classificam os vínculos que eles mantêm entre si como sendo clientelista.

De acordo com Carvalho (1997), o uso do termo sempre ocorreu de modo “frouxo”, havendo ainda confusões com outros conceitos mencionados por ele como mandonismo e coronelismo, contudo, o mesmo define clientelismo como “um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto” (CARVALHO, 1997, p. 233). Sendo assim, é nesse sentido que aqui o termo será utilizado, apesar de minha preocupação estar voltada para as classificações locais.

A pesquisa, dividida em quatro seções, incluindo esta introdução, voltou-se a uma análise acerca das conjunturas e configurações sociopolíticas, dos eventos, das relações de poder, das práticas, percepções e significados que perpassam a inter-relação político-eleitor e político-político no período eleitoral e no intervalo entre eleições.

Nesta introdução, apresento alguns conceitos e informações que são pertinentes ao processo de construção desta pesquisa; na segunda seção, eventos como convenções e comícios são descritos e analisados, apresentando-se, ainda, o lugar em que a pesquisa se desenvolveu; na penúltima, dedico-me a analisar a maneira como políticos se relacionam entre si e com os eleitores; já na última seção, volto-me à prática e às percepções que perpassam o fazer político local. Ao longo do texto podem ser encontradas algumas repetições, no entanto, estas ocorreram com o objetivo de reforçar ideias (diante de sua persistência no campo) ou trazê-las novamente mediante novos aspectos encontrados durante a pesquisa.

A alusão à arte/artesanato aparece aqui como metáfora, elemento capaz de nos fazer pensar sobre a prática do pesquisador e a do artesão. Acerca das metáforas, Victor Turner (2008) ajuda-nos a compreender que conceitos que conhecemos e que se consolidaram na história das Ciências Sociais carregam uma dimensão metafórica para tratar de fenômenos que os pesquisadores encontram em campo. É o que acontece aqui quando trago a noção de redes para tentar compreender o emaranhado (outra metáfora) de inter-relações existentes entre políticos e eleitores cotidianamente.

Barnes (2010) traz sua contribuição para essa pesquisa à medida em que a categoria analítica de rede social trazida por ele nos possibilita compreender melhor as inter-relações que se estabelecem para além de instituições políticas formalmente constituídas. Assim sendo, é possível que, por essas redes, indivíduos se mobilizem na busca, por exemplo, por “ajudas” – a partir disso, fica mais evidente perceber quem são os agentes sociais que compõem a rede social. Como o próprio autor sugere:

O conceito de rede social é apropriado em situações em que grupos persistentes, como partidos e facções, não estão formados, bem como em situações em que indivíduos são continuamente requisitados a escolher sobre quem procurar para obter liderança, ajuda, informação e orientação. Desse modo, o emprego da rede social ajuda-nos a identificar quem são os líderes e quem são os seguidores, ou a demonstrar que não há um padrão persistente de liderança (BARNES, 2010, 176).

O termo é utilizado para se referir, portanto, a “um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos” (BARNES, 2010, 180), na pesquisa foi possível observar como lideranças políticas e eleitores são capazes de se mobilizar dentro dessas redes com objetivos tais como “ajudas”, votos, a busca por recursos, entre outras possibilidades.

Ainda acerca do debate em torno da noção de redes sociais, Boissevain (2010) traz considerações acerca de inter-relacionamentos pessoais capazes de serem acionadas com determinados fins. A análise do autor recai sobre a maneira como o conjunto de contatos são mobilizados e as questões trazidas por ele estão centradas na

maneira como as relações interpessoais são estruturadas e influenciadas, no modo como indivíduos – visto como empreendedores sociais – procuram manipulá-las para atingir metas e resolver problemas, e na organização e no dinamismo das coalizões que constroem para construir seus fins (BOISSEVAIN, 2010, 208).

Na pesquisa empreendida, foi possível observar como agentes sociais locais se mobilizam para acessar as lideranças políticas e estas para alcançar as outras lideranças. Dessa maneira, ao conseguirem atender a “ajudas” e “pedidos”, outra movimentação passa a ocorrer, aquela que envolve a busca por votos, especialmente entre aqueles que tiveram seus “pedidos” atendidos – grosso modo, esta consiste em uma das maneiras pelas quais essa rede de conexões se estabelece ou se atualiza.

Os conceitos ou metáforas (se assim preferirmos) devem ser oriundos de uma escolha bem realizada pelo pesquisador, pondera Turner. O autor afirma que algumas metáforas podem remontar a noções bastante estáticas acerca da sociedade que se quer apresentar e

analisar, por isso recomenda atenção nessas escolhas (TURNER, 2008). Foi nesse sentido que decidi abordar a adesão como um processo que se estabelece ao longo do tempo. A possibilidade de compreendê-la nessa perspectiva se deu também porque essa noção apareceu na fala de um interlocutor; ele também está presente em outras pesquisas já realizadas, como a de Palmeira (1996), de modo que se tornou importante para se pensar outros casos. Voltando à metáfora, é necessário considerar que a própria vida cotidiana e sua linguagem são repletas de metáforas que, por meio de figuras de linguagem, ajudam-nos a pensar e a nos comunicar.

Ao abordar analogamente a sociologia como um artesanato, a referência comum é Charles Wright Mills, com o seu famoso texto *Sobre o artesanato intelectual*, no qual o autor apresenta sua maneira de conceber a pesquisa sociológica a partir do artesanato intelectual, em que experiência de vida e trabalho intelectual se entrecruzam. Ele comenta que “o artesanato é o centro de você mesmo, e você está pessoalmente envolvido em cada produto intelectual em que possa trabalhar” (2009, p. 22). Por isso ele propõe que o pesquisador escreva em arquivos que nos quais “há uma combinação entre experiência pessoal e atividades profissionais” (*idem*). Desse modo, assim como o artesão, o cientista social terá sua atividade intelectual como um ofício, tal qual o artesão, o qual trabalho e vida pouco ou nada se distinguem¹.

Ao propor que experiência pessoal de vida e trabalho intelectual possam estar juntos no ofício da pesquisa social, Charles Wright Mills retoma sua proposta da chamada “imaginação sociológica”, na qual busca a não dissociação entre biografia e história, as questões pessoais e as questões públicas, de modo que ambas se entrecruzem no exercício da problematização da realidade social.

É nesse sentido que a referência à figura do artesão se faz presente em seu texto, ao perceber que a vida pessoal e a profissional se entrelaçam. Para Mills, “há uma relação interna entre o artesão e a coisa que ele faz” (2009, p. 59). O autor ressalta, ainda, a característica da liberdade que o artesão deve ter, bem como o fato de que esse, enquanto trabalha, pode alterar os meios pelos quais cria e desenvolve suas habilidades como profissional e como pessoa. Esses elementos nos levam a considerar que há um sentido presente na obra do artesão que só pertence a ele; o artesão deve ser tomado de liberdade para sua criação, fugindo da rigidez; ao produzir, o artesão realiza algo no mundo, mas também em si. De modo semelhante deveria agir o pesquisador social.

¹ Gondim e Lima (2006) trazem contribuições relevantes neste sentido ao pensarem o processo de pesquisa a partir de uma visão semelhante à de C. W. Mills (2009).

É por esses aspectos que o autor considera a necessidade de se buscar a artesanaria na pesquisa. Como artesãos, devemos fugir da rigidez da técnica e do método, que aprisiona e limita a criatividade, mas sem perdermos de vista o rigor científico. Ao produzir, o cientista social também estaria trazendo algo que lhe diz respeito, algo que lhe é próprio, que perpassa sua subjetividade. Por esse motivo, recomenda o autor:

seja bom artesão: evite todo conjunto rígido de procedimentos [...]. Deixe que cada homem seja seu próprio metodologista; deixe que cada homem seja seu próprio teorizador; deixe que a teoria e método se tornem prática de um ofício [...]. Seja uma mente independente na confrontação dos problemas do homem e da sociedade (MILLS, 2009: 56).

Neste trabalho, ao se buscar compreender como políticos e eleitores se relacionam dentro e fora de períodos eleitorais, a dimensão teórico-metodológica buscou seguir os passos da Antropologia da Política, que tem por objetivo estudar a política pelo viés da etnografia – como já se tem afirmado. Atento às dimensões subjetivas que perpassam as relações de poder, minha artesanaria pretende adentrar às definições e classificações feitas pelas pessoas que estão interconectadas nessas relações. O apelo a uma metáfora, como o conceito de rede (de relações), nos possibilita pensar os vínculos que são estabelecidos nesse campo, enquanto os aspectos subjetivos nos ajudam na busca para entender as motivações e o universo de significados que perpassam as práticas político-eleitorais, enfim, seus valores.

As questões trazidas nessa pesquisa vão ao encontro de algumas perspectivas adotadas por antropólogos, conforme Palmeira e Goldman (1996) pontuam como estudar a próprias sociedades das quais fazem parte, além do interesse pela política (buscando novas abordagens). Estes procuram ainda apresentar o conjunto da produção de pesquisas acerca da política, questionando o fato de que “as abordagens tradicionais das eleições tendem a conferir um caráter mais ou menos negativo tanto à dinâmica quanto ao comportamento do eleitor” (PALMEIRA; GOLDMAN, 1996: 07). Em detrimento a essa perspectiva é proposta uma abordagem que na qual

O campo de análise é ampliado nas mais diversas direções: representações ‘nativas’, faccionalismos, vida comunitária, família e redes sociais, imprensa, identidade étnica, festividades, biografias, estruturas de mediação e cultura parlamentar são as principais dimensões introduzidas nas análises (PALMEIRA; GOLDMAN, 1996: 08).

A perspectiva em questão pretende numa “ampliação do campo de análise; busca de uma abordagem positiva; reintrodução da dimensão sociológica” (PALMEIRA; GOLDMAN, 1996: 07). Deste modo, privilegia-se o campo, o ponto de vista “nativo” e os

significados que cercam as práticas de agentes sociais no contexto da política ou do que é classificado como tal, tentando, ainda, conforme salientam os autores, “captar processos que poderíamos denominar de microsociológicos ou micropolíticos, desde que estes termos não sejam entendidos de forma equivocada” PALMEIRA; GOLDMAN, 1996: 08).

Ainda segundo os Goldman e Sant’Anna (1996), a abordagem em questão “trata-se de reconhecer que o voto está envolvido em uma rede de forças que transcende em muito o domínio de que se convencionou denominar de ‘política’” (p. 30). Os autores pretendem, assim, reforçar a importância de adentrar ao universo dos significados que perpassam o voto e as práticas em torno da política, em geral.

O reconhecimento de que existem diferentes modos de se pensar e viver o político e de que essas concepções informam de modo específico as práticas e as demais representações dos agentes nos parece um passo preliminar para a renovação dos estudos a respeito deste campo, afastando-nos dos fantasmas da ‘irracionalidade’, sempre invocados ou exorcizados quando não compreendemos bem aquilo de que pretendemos falar (GOLDMAN; SANTANA, 1996: 30).

Sendo assim, importa ultrapassar os julgamentos que as tradicionais análises políticas podem trazer, nas quais é possível encontrar concepções e visões normativas em detrimento das visões “nativas”. Assim, apesar de análises marcadas pela “falta de”, busca-se aquilo que está presente e que contribui para se imergir nos significados presentes na vida cotidiana atravessada pelas dimensões políticas. Deste modo,

Partindo do voto, trata-se de reencontrar temas e questões socioculturais mais amplas que permitam não apenas decifrar o fenômeno em questão, mas também e, principalmente, atingir uma melhor compreensão do que está em jogo nas estruturas políticas que articulam uma sociedade como a nossa. (GOLDMAN; SANTANA, 1996: 36).

Com isso, buscando os muitos significados presentes na política, tal abordagem se opõe a análises anteriormente frequentes que “minimizam o peso e o significado social do processo eleitoral” (PALMEIRA, 1996: 41). Isso permite observar as categorias pelas quais os agentes sociais classificam as relações presentes nesse campo.

No manejo do método, cada autor trará concepções próprias acerca desse fazer intelectual, inclusive com visões epistemologicamente distintas. O importante é perceber como as ideias de diferentes autores podem dialogar de modo a se tornar possível uma conexão epistêmica entre seus textos produzidos, evidenciando contribuições para se pensar o que é e

como é realizar pesquisa social, diante da necessidade de se pensar sobre a ciência e sua pretensão de objetividade no descrever e analisar o mundo material e o social.

Obviamente, a produção de cientistas sociais não se reduz, assim, a uma mera escrita opinativa e exclusivamente pessoal. A metáfora da produção de um pensamento como trabalho artesanal proporciona a possibilidade de concebê-la como algo que traz um pouco da marca de quem pesquisa e escreve, conforme afirmam Gondim e Lima (2006, p. 14). Ou seja, tal como ocorre no campo da produção artística, o pesquisador imprime, em sua pesquisa, alguns aspectos que perpassam sua subjetividade. A metáfora com as artes não busca tornar menos eficazes as Ciências Sociais e suas produções de pesquisa, uma vez que conceitos e metáforas também ocorrem em outros campos das ciências.

Compreender a pluralidade metodológica e epistemológica presente nas Ciências Sociais é algo necessário. As variadas formas de se fazer pesquisa social também levam a diferentes visões acerca do fazer socioantropológico. Como sustenta Jean-Claude Passeron, por exemplo, “a sociologia é ao mesmo tempo este conjunto sequencial de conhecimentos e este conjunto de retalhos de raciocínios” (1995, p. 40). Diante dessas muitas possibilidades, a pesquisa social segue teorias e procedimentos indicados, mas também pode se dar de acordo com os desafios encontrados em campo, durante o desenvolvimento da investigação, conforme se pode observar em alguns autores menos ortodoxos. Dito isso, sigamos com o debate acerca das relações políticas encontradas durante esta pesquisa.

As relações de clientelismo se estabelecem a partir do vínculo forjado entre políticos e eleitores, e tendem a se atualizar nesses períodos específicos de assimetria. Nesse tipo particular de relação, aqueles são analisados como se fossem padrões, enquanto esses são tidos como clientes daqueles. O clientelismo se estabelece nessa interação de dependência em que o político intermedeia serviços (muitas vezes públicos) para o eleitor, acabando por forjar uma relação de proximidade, de vínculo e, principalmente, de dívida a ser retribuída e “paga” com voto – esse costuma ser o padrão da relação clientelista.

É importante comentar que a expressão clientelismo não aparece nas falas das pessoas (como afirmado inicialmente), no entanto, esse mesmo padrão de relações personalistas pode ser encontrado em classificações práticas comumente definidas pelas pessoas por “ajudas”, “favores” ou “serviços prestados”. Como se pode notar, a pesquisa buscou adentrar as classificações e percepções utilizadas para definir a política e as práticas nela contidas, aproximando-se, nesse aspecto mais específico, de uma perspectiva mais próxima da chamada Antropologia da Política, embora procure trazer contribuições de outros campos do saber.

Com essas “ajudas”, “favores” e “serviços prestados”, os vínculos são firmados e fixam-se laços políticos de forte intensidade. A partir destes, a tendência é se desenvolver um longo sistema de trocas, no qual a “ajuda” dada precisa ser retribuída com voto e/ou apoio expresso para o político – vínculo atualizado e/ou reforçado no período eleitoral. Esse tipo de prática se estende a outras relações políticas, como aquelas presentes envolvendo sindicalistas ou lideranças comunitárias. No entanto, importa-nos, inicialmente, aquelas envolvendo político-político e eleitor-político.

Observa-se ainda que os vínculos de dependência e troca também se dão entre políticos que trocam apoios a cada ano eleitoral, mas também no interregno entre essas eleições. Foi sobre essa rede de relações e vínculos que se estabelecem ou se desfazem durante as campanhas eleitorais e fora desse período (uma vez que essas relações podem persistir ou modificarem-se ao longo do intervalo entre eleições) que a pesquisa se debruçou. Nesse sentido, Marcel Mauss (2013) aponta como referencial para se pensar essa extensa e densa rede de trocas de apoio e as relações político-político e político-eleitor.

A perspectiva maussiana, grosso modo, consiste em compreender as relações sociais a partir de uma constante baseada no dar-receber-retribuir (práticas capazes de gerar alianças entre as pessoas) e em que a dádiva é aspecto fundamental na sociabilidade (LANNA, 2000). Esses não seriam atos puramente espontâneos nem estritamente obrigatórios; também não seriam atos desinteressados nem repletos de interesse, como se pode perceber na afirmação do próprio autor:

No fundo, do mesmo modo que essas dádivas são livres, elas não são realmente desinteressadas. São já, em sua maior parte, contraprestações, feitas em vista não apenas de pagar serviços e coisas, mas também de manter uma aliança proveitosa (MAUSS, 201, p. 124).

A noção de dádiva que aqui é abordada encontra-se na definição adotada por Godbout (1998, p. 44), na qual este afirma: "de um modo negativo, entende-se por dádiva tudo o que circula na sociedade que não está ligado nem ao mercado, nem ao Estado (redistribuição), nem à violência física". E continua “de modo mais positivo, é o que circula em prol do ou em nome do laço social” (GODBOUT, 1998, p. 44). O mesmo autor continua afirmando que:

Não é um fenômeno irrelevante. Basta pensar no que circula entre amigos, entre vizinhos, entre parentes, sob a forma de presentes, de hospitalidade e de serviços. Na sociedade moderna, a dádiva circula também entre desconhecidos: doações de sangue, de órgãos, filantropia, doações humanitárias, benevolência etc. (*Idem*).

É possível perceber como, para o autor, as dádivas podem levar a laços ou vínculos sociais. Paralelamente, considero que algumas relações entre políticos e eleitores são estabelecidas a partir da circulação de “bens” que levam a alianças. Essas circulações de bens e serviços materiais ou simbólicos forjam laços, algo semelhante ao que ocorre com a dádiva mencionada por Godbout, quando busca compreender as motivações de se dar:

Por que se dá? Se admitirmos o que precede, a resposta é simples: para se ligar, para se conectar à vida, para fazer circular as coisas num sistema vivo, para romper a solidão, sentir que não se está só e que se pertence a algo mais vasto, particularmente a humanidade, cada vez que se dá algo a um desconhecido, um estranho que vive do outro lado do planeta, que jamais se verá. Por isso eu dizia que a dádiva é o que circula a serviço do laço social, o que o faz aparecer, o alimenta. Desde os presentes para os amigos e familiares até a doação por ocasião de grandes catástrofes naturais, a esmola na rua, a doação de sangue, é fundamentalmente para sentir essa comunicação, para romper o isolamento, para sentir a própria identidade (GODBOUT, 1998, p. 49).

Tendo essas observações como base, é necessário conceber que não se pretende aqui a redução da compreensão das relações político-eleitor e político-político a dimensões utilitárias, mas tentar compreender como se estabelece a relação de vínculo entre estes, em especial para aquelas relações de caráter mais personalistas e clientelistas. Nesta pesquisa foi possível perceber como as “ajudas” – que circulam na relação entre políticos e destes com o eleitorado – contribuem para forjar alianças, para formar laços nos momentos em que se dão. Essa noção de dádiva é importante para se pensar o vínculo que guarda semelhanças com os elos forjados pelas “ajudas”. Neste sentido, o que se pretende com o uso da noção de dádiva nesta pesquisa é realçar os vínculos que ela é capaz de forjar, para além de quaisquer dimensões acerca de simetria ou assimetria de relações.

Torna-se de capital importância afirmar que não considero que toda e qualquer “ajuda” (encontrada em durante a pesquisa e aqui apresentada como categoria nativa) e a dádiva sejam sinônimos de clientelismo, ou mesmo, que tais categorias sejam todas elas sinônimas entre si. O que se pretendeu nesta pesquisa foi observar a existência de um fenômeno, a “ajuda”, que em certos contextos pode conter aspectos ou elementos da dádiva e/ou do clientelismo. Uma vez que estes últimos fenômenos são mais conhecidos e destacados na literatura das Ciências Sociais, tornou-se necessários utilizá-los como referência para se compreender a categoria nativa “ajuda” – tão presente nas diversas falas. Ou seja, esses conceitos aparecem como possíveis referências para se compreender o que estamos tratando aqui, tornando-se necessário perceber que cada um possui seu significado específico.

O ponto principal que provavelmente une clientelismos e a “ajuda” é o caráter assimétrico das relações envolvendo políticos e eleitores, nas quais o voto aparece como a retribuição a ser dada. No caso específico da prática da “ajuda”, o fato de ser acompanhada de termos como “favores” e “amigos”, pode contribuir para que se venha a supor que a relação ocorre entre iguais, o que seria um equívoco. No entanto, deve-se salientar que, apesar de, no ponto de vista êmico, o uso de tais expressões possa aparentar simetria, tais relações, numa perspectiva socioeconômica e política, são perpassadas por assimetrias. Heredia assim sintetizou:

O voto parece ser a moeda de intercâmbio que permite a passagem de um circuito de troca a outro, isto é, de um circuito de reciprocidade – entre socialmente iguais – ao de clientelismo político, no qual o “cliente” se mantém permanentemente endividado face ao patrão (HEREDIA, 1996, p, 64).

Buscou-se desenvolver esta pesquisa a partir de uma abordagem que possibilitasse o acesso às classificações nativas, buscando adentrar as percepções que os agentes sociais utilizam para classificar as relações e as práticas nas quais estão inseridos, conforme a Antropologia da Política. É com essa perspectiva que se pretende analisar o município em questão, numa abordagem que busca, no trato com os dados do campo, adentrar as visões de mundo dos próprios interlocutores.

As produções dos nativos da universidade (aqueles que realizam pesquisas, os acadêmicos) costumam dar conta de análises que demonstram o quanto os nativos, objetificados por seus estudos, se apropriam ou confundem as esferas pública e privada. Além disso, o nativo da academia, algumas vezes, vê suas teorias, análises e, principalmente, ideias, como centrais, universais ou verdadeiras; e julga as demais formas de conhecimento ou experiências como periféricas, locais ou falsas. Faz-se necessária uma análise que busque compreender os sentidos e significados que cercam aquilo que é classificado como política e as suas práticas relacionadas – é o caso da noção de clientelismo, encontrada em expressões populares equivalentes que trazem consigo significados diversos.

Ao utilizar o termo “nativo da academia” faço aqui uma livre adaptação ou livre uso dos debates que consistem em questionar a posição e o lugar de quem produz, fala, pensa e pesquisa. Nesse sentido, considero que é válida, rica e importante a contribuição dessas pesquisas, embora não seja possível conceber como inteiramente neutra a elaboração realizada pelo pesquisador que, ao escrever, faz isso a partir de um lugar físico, mas também e, principalmente, social – o que pode fazer dele um pesquisador e nativo também. No meu caso

específico, sou pesquisador do lugar onde por muito tempo morei e mantenho algumas relações com as pessoas do ambiente.

Assim sendo, faz-se necessário conceber que esses sujeitos da pesquisa realizam diversas elaborações em torno das mais variadas práticas que eles vivenciam, incluindo aquelas que consideram como não sendo legais e socialmente aceitas. Realizam, portanto, uma variedade de julgamentos (assim como os nativos acadêmicos), incluindo condenações a práticas que classificam como passíveis de repreensão no âmbito da política.

É aqui que encontramos, em alguns casos, a concepção da política como algo “sujo” ou que deve ser evitado. Essas noções contribuem para percebermos como algumas percepções acerca da política existem em meio a julgamentos que essas pessoas (que as experimentam cotidianamente) também fazem.

O campo da política, nesse aspecto, pode tornar-se uma espécie de esfera à parte da vida cotidiana. Isso se evidencia quando aparecem falas do tipo “entrar na/prá política”. Aqui, a noção de política é utilizada como referência à vida partidária, na qual o poder é institucionalizado e realizado a partir de políticos profissionais que se encarregam de determinadas práticas. Enfim, toda a dimensão institucionalizada do poder encontra-se presente nos momentos em que se fala de “política”. Logo, tal expressão não pode ser tomada como sinônimo exclusivo de “período eleitoral”. Enfim, conforme passaremos a conhecer, além de outros aspectos da política local.

Tendo como referências os trabalhos produzidos por pesquisadores como Márcio Goldman (2006), Marcos Otávio Bezerra (1999; 2001), Moacir Palmeira (1996; 2002; 2010; 2004), Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (1995), Karina Kuschnir (2000; 2007) e Cesar e Irllys Barreira (2012), subsidiamos questionamentos e problematizações encontradas em campo.

Chaves (2002) e Peirano (2002) trazem contribuições que nos permitem pensar os rituais políticos, por exemplo, como chaves analíticas para compreendermos a vida social. Desta maneira, as diversas manifestações e eventos, tão comuns no período eleitoral, possibilitam-nos acessar aspectos da vida social, tornando possível uma compreensão ampla desses rituais.

O período eleitoral, chamado localmente de “tempo da política”, a “época da(s) política(s)”, “a(s) política(s)” ou, simplesmente, “política”, movimenta a vida cotidiana de bairros, comunidades rurais e distritos dos pequenos municípios cearenses. Nessa época, a existência de grupos políticos torna-se mais nítida e as pessoas aderem a tais grupos estampando adesivos, cartazes, pinturas em muros, números da legenda partidária, bandeira ou quaisquer

outros símbolos que identifiquem seu pertencimento a um grupo político do seu lugar. Além dos muitos eventos e rituais políticos próprios dessa época.

Assim, a categoria local encontra proximidade com a expressão “tempo da política” – categoria nativa analisada por Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (1995; PALMEIRA, 2002), em pesquisas feitas por eles nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul, respectivamente, também encontrada nesta pesquisa, no município de Aracoiaba – como o “tempo” relacionado a práticas e significados pertinentes ao universo político. Outros “tempos” e eventos existem paralelamente ou coexistem ao “tempo da política” e podem se relacionar uns com os outros, como o tempo das festas da padroeira e copadroeiro, quando nos leilões os membros de grupos políticos se mobilizam para saber “quem dá mais”, ou quem faz doações maiores e melhores para ajudar a Igreja (atualmente, essas práticas estão quase inexistentes no município analisado). Ou a Semana do Município, uma semana inteira dedicada a atividades cívico-políticas em comemoração à emancipação de Aracoiaba, quando se inauguram obras públicas, o que leva à promoção da imagem de políticos locais e estaduais.

Na pesquisa foram utilizadas informações coletadas a partir de entrevistas com candidatos cujos nomes foram alterados (apesar da explícita aceitação), integrantes de grupos políticos, lideranças políticas e sindicais; conversas informais com interlocutores; além disso, foram aplicados questionários a partir de amostras não-probabilística; os eventos cotidianos ao longo da pesquisa foram registrados em diários com informações sobre o campo; matérias jornalísticas produzidas por veículos de imprensa profissional foram utilizadas como referências; coleta de dados e informações de páginas institucionais e oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Prefeitura Municipal de Aracoiaba (PMA), Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará (IPECE); realizou-se observação participante, registro em diários de campo e foram analisados rituais e eventos como “reuniões”, “visitas”, “comícios”, “passeatas”, “carreatas”, enfim, mobilizações em torno de candidaturas; algumas publicações de políticos em páginas como Instagram e Facebook também fizeram parte das análises aqui presentes, na intenção de observar a atuação de candidatos, sem, no entanto, ter a intenção de produzir uma netnografia; buscou-se, ainda, uma imersão no campo, de modo a captar “categorias” capazes de classificar e nomear práticas e relações políticas presentes no município pesquisado. Os registros desses eventos, ritos e entrevistas totalizam mais de quarenta e duas horas e três minutos de gravação a partir de equipamento digital de voz Sony modelo ICD-P240.

Em resumo, a pesquisa contou com aplicação de questionários abertos, interpretação das falas e conversas e foram realizadas entrevistas com postulantes aos cargos de vereador e prefeito, além de alguns eleitores, no intuito de descrever e compreender as práticas políticas observadas no pequeno município de Aracoiaba, interior do estado do Ceará.

A pesquisa também contou com a aplicação de questionários em dois comícios realizados em distritos diferentes, e outro aplicado na Sede, com pessoas que abordavam vereadores na Câmara Municipal. A aplicação desses questionários não pôde se realizar a partir de uma amostra probabilística, por exemplo, com sorteio de entrevistados ou análise de regressão – em parte, devido à complexidade de tais eventos, bem como as limitações encontradas em campo. No entanto, embora seja possível alegar que tais dados não correspondam percentualmente à população em geral, considera-se que os dados encontrados carregam sua importância, entre outros aspectos, para que se possam pensar outras pesquisas que tenham tais temas, como interesse na busca de correlação entre variáveis, bem como pelo fato de que os dados encontrados contribuam para refletir as relações políticas do município em questão.

Esta pesquisa se situa em uma abordagem na qual se prioriza a metodologia qualitativa. A partir disso, buscou-se adentrar ao universo das percepções de pessoas entrevistadas e aquelas com as quais se buscou interagir na intenção de se captar valores presentes em campo. Contudo, paralelamente, diante do grande número de eleitores, considerou-se a possibilidade de aplicar alguns questionários junto a estas – é necessário considerar que a amostra coletada não corresponde aos eleitores do município e que ela não se deu a partir de uma amostra não-probabilística, como já mencionado.

Dentro desta dimensão qualitativa e diante do interesse em captar as maneiras pelas quais as pessoas em campo se inter-relacionam e percebem a política (ou, simplesmente, aquilo que é classificado como política), esta pesquisa encontrou na Antropologia da Política e suas produções uma perspectiva que vai ao encontro de seus objetivos. Não se furtando, porém, em adentrar a outras produções ou debates analíticos ou conceituais de acordo com os obstáculos ou conjunturas específicas encontrados em campo. Assim sendo, o campo – com seus agentes sociais em interação – e os fenômenos sociais neles presentes exerceram influências quanto aos rumos desta pesquisa.

Um exemplo de como os acontecimentos externos, presente no campo ou além dele, puderam, de certa maneira, se impor a esta pesquisa é o caso da pandemia de COVID-19 causada pelo novo coronavírus – com esta, do ponto de vista da pesquisa, passou-se a observar um maior uso político das chamadas redes sociais (tais como Instagram e Facebook) e trocas

de mensagens instantâneas por meio de aplicativos, uma vez que a recomendação de isolamento e distanciamento social consistiu em umas das maneiras pelas quais se poderia diminuir a propagação do referido vírus.

Outro fator importante é que esta pesquisa, a princípio, findaria em 2019 (com a eleição suplementar que poria fim ao imbróglio jurídico e político após as eleições municipais de 2016), no entanto, dado o distinto contexto de pandemia e algumas mudanças nas práticas políticas (especialmente, com o fortalecimento de recursos tecnológicos), considerou-se oportuno abordar mais uma eleição municipal, reconhece-se, porém, o fato de este último pleito estar menos presente no texto, visto que, inicialmente, não estava previsto adentrar à disputa eleitoral de 2020.

Exatamente por sua influência no âmbito da Antropologia da Política, esta pesquisa busca os significados, os sentidos e as classificações no contexto do que é tido como política. Os conceitos ou definições analíticas que aparecem nesta pesquisa têm por objetivo demonstrar como as definições acerca de práticas políticas podem se dar a partir de abordagens distintas.

Outro aspecto, desta vez relacionado aos interlocutores, deve ser considerado. É que, embora a quase totalidade de interlocutores tivessem autorizado explicitamente, durante a gravação da entrevista, a autorização da utilização de seu nome, considerou-se a importância de modificar os nomes desses entrevistados, de modo a garantir-lhes o anonimato, especialmente por se tratar de um contexto de pequeno município e do conteúdo de alguns temas abordados.

Durante as entrevistas realizadas com três políticos e outras duas pessoas com parentes na política local, foram também aplicados questionários em dois eventos políticos (a aplicação de questionários nos comícios dos distritos de Ideal e de Vazantes), a pluralidade de concepções acerca da política, dos políticos e dos comícios em si veio à tona. Esses significados são importantes para percebermos que a política é feita para além de aspectos institucionais – os vínculos não se limitam às instituições.

As aplicações desses questionários não consistiam em um levantamento do tipo *survey*, consistiam tão somente em uma tentativa deste pesquisador se aproximar das pessoas que ali estavam. Nesse sentido, seguiu-se um modelo não-probabilístico, uma vez que a escolha e a quantidade das pessoas entrevistadas não se deram a partir de critérios aleatórios (nos quais todos têm iguais condições e probabilidade de serem escolhidos para serem entrevistados). Desse modo, são estes os aspectos que devem ser levados em consideração no momento da leitura desses achados.

Pode-se considerar a possibilidade de alguns imponderáveis da pesquisa (MALINOWSKI, 1976), pois nem todas as informações contidas puderam estar presentes de maneira quantificada, como já mencionado. Nem todos os relatos ou informações puderam estar contidos no modo de uma entrevista concebida formalmente, nem todos os comentários ou visões puderam estar aqui presentes como registro formal. No entanto, muitos desses conjuntos de visões coletivamente compartilhadas estão presentes em algumas das entrevistas com interlocutores, por exemplo, além de estarem presentes devido a minha (con)vivência no contexto do município em questão.

Aqui se reconhecem as limitações na quantificação de informações obtidas a partir de conversas informais com interlocutores. No entanto, a partir da vivência no local, não só como pesquisador, mas também, e principalmente, na condição de nativo/habitante, buscou-se levar para a pesquisa essas questões que já eram observadas de modo a tentar confrontá-las nos contextos do estudo.

Uma das limitações encontradas se refere às dificuldades em determinar a quantidade de interlocutores cujas informações foram utilizadas para a pesquisa. Outra dificuldade se relaciona ao modo como acessar essas informações (práticas e percepções políticas existentes no município), pois embora se soubesse da existência de algumas delas, fazia-se necessário encontrar os devidos interlocutores que já tivessem passado por tais contextos.

Na pesquisa foram notados alguns aspectos importantes, quando comparamos este com outros processos eleitorais anteriormente observados nesse município. O primeiro deles se encontra associado a uma tendência na mudança ou expansão do “padrão” de comunicação, especialmente o publicitário, na relação com os eleitores, como forte utilização das chamadas redes sociais (fator mencionado inclusive por entrevistados e utilizados por políticos locais). O outro, embora bastante relacionado com este, diz respeito aos recursos tecnológicos e humanos (profissionais) para garantir essa mesma comunicação – isso se evidencia na contratação de equipes de marketing e na utilização de equipamentos capazes de realizar filmagens profissionais, com a utilização de drones, por exemplo, visando garantir melhores imagens para serem utilizadas em materiais de divulgação, sem deixar de lado o uso de *hashtags*.

Embora não seja escopo desta tese analisar as publicidades propriamente ditas, as mídias e seus possíveis padrões, faz-se necessário algumas considerações. Carvalho (1999) afirma que “o pressuposto do padrão político midiático publicitário é que a política assume a condição de mercadoria” (p. 14), neste sentido, pode-se afirmar que o marketing político e eleitoral é feito na intenção de se apresentar um político em vez de um produto – ou ainda –

transformar candidatos em produtos, de modo que estes possam obter voto. Em síntese, esse padrão midiático-publicitário da política “caracterizou-se pelo processo de incorporação de estratégias do campo do marketing publicitário para o campo político” (LOPES, 2016, p. 33).

Essas mudanças nas maneiras de se produzir (ou pelo menos, de divulgar) campanhas eleitorais puderam ser observadas nas campanhas eleitorais locais ao longo do período entre 2016 e 2020. Estas, em comparação com as anteriores, passaram a contar com divulgações via internet em páginas variadas e com materiais elaborados por profissionais.

Considerando a condição deste autor que vos fala, faz-se necessário considerar que nativo e pesquisador possuem olhares treinados de acordo com seus meios. Estar e escrever como pesquisador e nativo é reconhecer a possibilidade de que, em algum momento, a observação do pesquisador possa receber doses de olhar nativo e que a observação nativa possa ganhar um pouco da influência da técnica da pesquisa. Desse modo, embora exista a possibilidade de que tais condições possam se amalgamar, o apelo às técnicas e às metodologias foram por este pesquisador amplamente mobilizados, de modo a buscar garantir o desenvolvimento da pesquisa mesmo em contexto de proximidade ou pesquisa *at home*, para usar os termos de Peirano (2006).

Realizar pesquisa *at home*, aquela que ocorre perto de casa, como afirma Mariza Peirano (2006), trouxe-me a possibilidade de pensar mais sobre mim e meu lugar no meio social onde vivo. Vi-me, exatamente por isso, na dúvida e na intenção de intervir pessoalmente em questões políticas locais. No entanto, realizei uma pesquisa sem me manifestar publicamente a favor de quaisquer candidatos.

Adotei a estratégia de não me manifestar politicamente para que não tivessem eventuais dificuldades de permear os variados espaços políticos como pesquisador. Em se tratando de um lugar onde a política pode ser vivida de maneira bastante intensa e onde os conflitos são latentes, minha postura era a de captar noções e concepções dos vários lados que a configuração política local me permitia. Mas por estar previamente entramado nas relações sociais locais, tive maior abertura em um grupo específico que se colocou à disposição para entrevistas e para que eu pudesse realizar livremente minhas análises, o que consistiu, para mim, em um limite, mas ao mesmo tempo em uma possibilidade de pesquisa, uma vez que pude me dedicar mais a estar com um grupo de maneira mais intensa, em detrimento de estar presente em outro. A dúvida era escolher entre focar exclusivamente em um grupo (captando o maior número de informações possível) ou tentar abordar todos os grupos com informações um pouco mais genéricas – tentou-se quase um meio-termo entre as duas possibilidades vislumbradas.

A ideia de uma política local vivida de maneira mais intensa é constatada por Chaves (1996) ao afirmar que no lugar em que desenvolve sua pesquisa “o centro significativo da política encontrava-se na vida política municipal” (p. 131). De modo, semelhante, em Aracoiaba, a mobilização por candidaturas à Presidência da República, nas eleições gerais, não mobiliza tanto as lideranças políticas locais quanto a eleição para prefeitos e vereadores.

Minha busca consistiu em perceber que eu deveria me contentar com informações às quais eu tinha acesso e compreender as intenções presentes em cada discurso acerca de cada tema ou pessoa que participasse direta ou indiretamente da política local ou de assuntos analisados no município; em outras palavras, eu tinha um apego fixo e ao mesmo tempo leve quanto ao método e ao que se passava no campo. Isso me ajudou, num primeiro momento, a não me sentir tão afetado pelas informações que via e ouvia de meus interlocutores.

Outro procedimento consistiu em não me envolver diretamente com as questões políticas locais, conforme afirmei. Embora boa parte das pessoas pudesse suspeitar acerca de minhas preferências políticas, em nenhum momento dediquei-me a prestar apoio direta ou indiretamente a qualquer um dos candidatos ao cargo de prefeito ou vereador. No entanto, tornei-me mais próximo de alguns, embora nunca lhes tenha prometido voto, sempre procurei deixar claro e mantê-los conscientes de que eu os procurava apenas como pesquisador, embora eu não tenha como saber se foi realmente essa a impressão que eles mantiveram a meu respeito.

A minha “credencial” de estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará dizia e diz menos sobre mim do que quando eu dizia ou digo que sou filho da Fátima ou do Eugênio— uma vez que, de modo geral, umas das maneiras de se situar no campo se dá pelas questões familiares — essa característica contribui para se refletir acerca de limites e possibilidades sobre pesquisar em condições em que o pesquisador se encontra em algum nível de proximidade com seus interlocutores ou quando se trata de pesquisar e morar em pequenos municípios. Tal aspecto é semelhante ao apontado por John Cunha Comerford (2003), quando este comenta que, em sua etnografia, sempre lhe perguntavam de quem ele era filho (embora não fosse da região que pesquisava). Além disso, tanto em minha pesquisa como nos estudos feitos por Comerford, é possível perceber como a noção de família encontra-se associada a certas características. É que as características de algumas pessoas parecem ser ressaltadas, seguindo a maneira como suas famílias são vistas. No entanto, quando alguém consegue romper ou superar essa espécie de ciclo da reprodução do estigma local (associado à sua família), essa pessoa é pensada como uma exceção ou então há possibilidade de revisão dos rótulos atribuídos à família.

Assim sendo, apesar de se estar envolvido em relações no local pesquisado, não seria condizente considerar que o que se produziu aqui seja uma análise panfletária, mas que, na utilização de recursos analíticos, juntamente com a experiência (advinda do meio social vivido no município pesquisado), de alguma maneira esteve presente em minhas escolhas na orientação da pesquisa. O acesso a informações, a dados, a interlocutores, a narrativas poderia ser outro, não fosse a teia de relações que este pesquisador possui, o que não inviabilizaria a pesquisa. Isso não quer dizer que outro pesquisador obteria informações e realizaria conclusões, necessariamente, opostas, mas que o caminho da pesquisa, talvez, poderia ser outro. De modo semelhante, não se pode afirmar que minha condição se firma como a de alguém que está em vantagens, visto que também sou nativo. Minha posição, assim como a de qualquer outro pesquisador, na condição de “forasteiro”, estrangeiro ou *outsider*, possui limites, mas também abre muitas possibilidades.

*

Ratificando o que já fora considerado anteriormente, minha biografia encontra o município analisado como espaço de socialização. Nesse espaço, as percepções acerca de políticos e eleitores e suas práticas foram comigo divididas, mas também questionadas, e juntamente com os aspectos envolvendo as dimensões metodológicas da pesquisa passam a ser analisadas, senão ausentes de isenção, ao menos objetivando distância de partidarismo e apego às questões que o campo provoca sob o olhar das técnicas e das teorias de pesquisa.

Minha condição me possibilitou a sensação de estar duplamente imerso no local, como nativo e pesquisador, ainda que, para alguns que habitam o lugar, algumas dessas condições predominem sobre outras, já que nem todos me conhecem. No entanto, posso estar presente sob outras condições, como a de “filho de...”, “irmão de...”, ou ainda um “conhecido”, alguém que “se conhece de vista”, “da família dos...” – referenciais locais, por vezes, também atribuídos a mim, entre os que me conhecem.

Durante a pesquisa, algumas vezes eu sentia que os assuntos ou temas “mais nobres” para a campanha de políticos entrevistados – aquela que mais acompanhei – eram bastante realçados para mim. Enquanto os negativos eram, obviamente, ocultados e, por isso mesmo, eu tinha que me esforçar muito mais para alcançá-los. Esta observação mostra como são feitas as campanhas políticas – o que é dito e dizível, a imagem que se forja e se pretende passar varia bastante, o que torna possível refletir a partir de Goffman (2011) e toda a sua teorização acerca da teatralidade. Por esses aspectos, foi se tornando necessário analisar as

maneiras pelas quais essas lideranças se apresentam, visto que já estão bastante presentes no campo.

Ademais, há ainda outra possibilidade para esse caso, como o fato de eu não ser um membro efetivo do grupo (que faz campanhas e defende publicamente o candidato), gerando desconfiança e, conseqüentemente, levando as pessoas a filtrarem as informações que chegam até mim, por ser visto como alguém de fora, sendo poupado dos temas ou acontecimentos mais escusos. O fato de eu ser poupado desses assuntos pode estar relacionado à minha condição de pesquisador, que está ali para captar o que se passa entre os membros do grupo. Ou, ainda, simplesmente pelo fato de que questões mais obscuras não costumam ser tornadas públicas facilmente, ficando restritas a uma pequena quantidade de pessoas, nem mesmo abertas entre os mais próximos ao grupo. Via tudo isso e pensava o quanto interessava para mim o tema dos desvios de conduta no âmbito da política. Tinha bastante interesse e procurava ao máximo adquirir informações a respeito, mas por estar mais próximo do grupo analisado (em comparação aos outros dois grupos com candidatos a prefeito), eu acabava conseguindo mais informações a esse respeito acerca dos demais grupos, obviamente.

Senti-me, algumas vezes, estranho por pesquisar num lugar onde durante anos eu morei e com o qual mantenho relações das mais diversas. Meu receio era o de trazer concepções em excesso de minhas visões pessoais. Achava que poderia não conseguir uma página sequer que não fosse trazendo concepções minhas acerca de pessoas, lugares e informações dessa cidade.

Realizando pesquisas com pessoas (como sindicalistas, lideranças políticas e eleitores) do município em que morei (e onde voltei a morar já no tempo presente deste estudo) ao longo de todo esse período, vi-me, de repente, estabelecendo conversas com aqueles que antes eram distantes para mim, pessoas que via desde a infância, mas nunca havia me comunicado com elas e que, por um breve instante, estavam a me conceder entrevistas para uma pesquisa.

Por ser nativo, este pesquisador por vezes receou como trazer à baila os temas “mais sensíveis” quando se trata de pesquisar as práticas políticas, sobretudo aquelas envoltas de questões social e moralmente não aceitas, além de outras cujas definições normativas se encontram no âmbito do que é tido como ilegal. Nesse sentido, a chamada “via dos sentimentos” – expressão utilizada por Barreira (2001) para se referir às sentimentalidades que perpassam o campo analisado, e que está presente nesta pesquisa – também poderia ser voltada ao pesquisador, atravessado que é pelos sentimentos envolvidos a cada novo achado do campo. O que se quer afirmar é que algumas vezes foram comuns, durante a pesquisa, alertas vindos de

pessoas próximas para se “ter cuidado” com o que se pesquisa e o que se expõe na escrita decorrente do teor daqueles mesmos achados (por serem tidos como práticas aéticas ou ilegais), fazendo surgir sentimentos de receio durante a realização deste trabalho.

É necessário considerar que não se pretende, aqui, reduzir a história política local a apenas alguns poucos grupos políticos – os principais serão aqui apresentados. Tem-se feito apenas algumas considerações, levando em conta os grupos que juntos disputavam o pleito municipal com o objetivo de chegar à prefeitura e que, para tanto, dispuseram-se a orbitar em torno de uma liderança em comum. Por esse motivo, é preciso compreender e reforçar a complexidade envolvendo os grupos que disputam o poder.

O que se pretendeu analisar nesta pesquisa está ligado à dimensão das interações sociais e dos vínculos que pessoas estabelecem entre si. Além de Goffman (2011), para se compreender questões ligadas às interações, tomou-se também como base para este debate Norbert Elias (1994; 2005), autor que traz consigo a dimensão de uma sociedade na qual todos estão interligados porque se interdependem. Outro autor que também se tornou importante, exatamente por trazer consigo dimensões ligadas às interações e aos vínculos, foi Marcel Mauss (2013), que, além dos já mencionados, analisa os vínculos e as dívidas sociais, políticas e econômicas entre as pessoas. Assim, temos interação, interdependência, vinculação por dívida.

Aparentemente, os autores e os temas estão focados na dimensão mais básica da Sociologia: as relações que os indivíduos estabelecem entre si. Essas categorias analíticas supramencionadas contribuem para compreender algumas categorias nativas encontradas durante a pesquisa, tais como "ajudas", “pedir”, "dar agrado" e "chegar junto", "apoiar" – cada uma delas, em contextos específicos, possui significados múltiplos; porém, todas trazem uma noção geral que contribui para entender como e por qual motivo as pessoas se vinculam umas às outras. Essas categorias, enfim, contribuem para se refletir acerca das relações sociais.

Esses aspectos contribuíram para compreender como políticos e eleitores se relacionam no contexto de um pequeno município do interior cearense, numa pesquisa que adentrou ao universo dos significados que perpassam as interações eleitor-político e político-político. A busca por esses significados está relacionada à necessidade de se compreender as motivações dos vínculos entre esses agentes sociais. Nesse sentido, buscou-se saber: como se inter-relacionam políticos e eleitores de modo a forjar vínculos? Na pesquisa, percebi que esses agentes sociais se vinculam exatamente pela maneira como essa ligação acontece, ou seja, pelas trocas (ou “ajudas”, para usarmos o termo mais frequente) que possibilitam que um seja conectado ao outro, formando uma rede de interdependência entre políticos e eleitores. O objetivo da pesquisa centrou-se na possibilidade de se compreender como essas relações

ocorrem e os sentidos que as permeiam. Mas também as maneiras pelas quais essa política é feita, o que tornou possível observar as práticas e perceber mudanças no padrão midiático eleitoral local. Além da coexistência de valores percepções, valores e modos de pensar a política.

Não é objetivo desta pesquisa a elaboração de um modelo geral fechado pelo qual se possa simplificar e reduzir o conjunto complexo das relações entre lideranças e eleitores no contexto municipal, mas, tão somente compreender maneiras específicas pelas quais algumas dessas relações ocorrem, captando parte de suas regularidades e recorrências, além dos significados presentes nelas.

A proposta desse trabalho consistiu em analisar a política a partir das concepções dos agentes sociais, mas também a partir de suas redes de relacionamentos marcadas pela reciprocidade nas trocas de apoio político. Compreendo que essas redes se estabelecem para além de dimensões institucionais do poder, tais como partidos, esferas de governo municipal, estadual e federal; relação entre poderes executivo, legislativo e judiciário; mas também, indo além dessas instituições, na informalidade das relações sociais que se fazem e se desfazem cotidianamente.

Nessa perspectiva, a análise que se busca desenvolver aqui é voltada para a dimensão das práticas, dos sentidos e das redes de relações nas quais os agentes sociais se encontram entremeados. Não se trata aqui de mera aposta ou opção por este ou aquele método para observar o campo, mas de perceber, tendo observado o campo, que a configuração deste se dá de tal maneira que esses métodos permitem melhor adentrar ao universo das relações que se estabelecem nesse município e melhor possibilitam acessar o conjunto das práticas e significados do poder entre os mais diversos indivíduos.

As narrativas aqui apresentadas são compreendidas na concepção mais genérica do termo, relacionado ao fato de se constituir como um dispositivo linguístico ou textual cuja utilização está voltada para “reconstruir eventos passados e, assim, conferir-lhes significado” (MAINES, 2010, p. 163). Outros termos, ou noções, foram aqui incluídos como forma de se referir a algo semanticamente próximo do termo narrativa, ou seja, no sentido mais próximo ao de uma descrição. Assim, foram também mencionadas noções como rumores, fofocas e relatos, que tratados como tais contribuem para que se possa acessar às muitas percepções que os interlocutores e agentes sociais possuem acerca, principalmente, do campo político. Ratifica-se que não se trata de realizar aqui uma análise de narrativa, mas de compreender a existência de uma polifonia que permeia diversos espaços, capazes de moldarem relações e práticas. Nesse

sentido, semelhante a Lopes (2006), reconhece-se a complexidade do termo, porém, se adota o emprego genérico do termo, conforme a descrição acima.

Além disso, fofocas e outras práticas assemelhadas estão presentes aqui como objetos passíveis de análise, embora não seja novidade na pesquisa sociológica; a contribuição de Norbert Elias e John L. Scotson (2010) acerca do tema, na análise de uma comunidade, possibilita-nos compreender sua presença como elemento capaz de expressar, entre outros aspectos, concepções a respeito de pessoas, grupos ou lugares do contexto de alguns agentes sociais.

Aqui se procurou observar esses fenômenos como percepções acerca de temas diversos que permeiam o cotidiano, sendo capazes de influenciar relações, inclusive. São, assim, compreendidos de modo genérico sem que haja a intenção de julgamentos ou necessidade de averiguar sua veracidade, visto que dotadas de contradições e estando presentes em todos os grupos, forjando uma espécie de mútua “acusação” sobre os grupos opositores que se repelem com caracterizações negativas um em relação ao outro.

As redes, os contatos, enfim, os vínculos somente existem porque são firmados via trocas (MAUSS, 2013). Elas podem se estender por longas e adensadas teias capazes de relacionar grupos, pessoas entre si, do mais distante e periférico ao centro, mantendo-os conectados (SHILLS, 1992). Essas mesmas trocas e reciprocidades devem ser analisadas a partir de condições subjetivas, uma vez que a relação entre políticos e eleitores é marcada por significados que aqui devem ser observados em profundidade, de acordo com os contextos analisados.

Enfim, do ponto de vista conceitual dos nativos que fazem a Antropologia (seus pesquisadores), a convenção, por exemplo, pode ser vista como um ritual de apresentação e oficialização de uma candidatura. Do ponto de vista dos habitantes locais é momento de festa, de alegria, de rever amigos, de se integrar a um grupo, sentir-se inserido e pertencente a algo maior – esses aspectos ficam evidentes nas falas dos próprios candidatos e eleitores (trazendo frequentemente a noção de “nós” contra “eles”). Já no cotidiano dos grupos, subgrupos e em conversas, é possível observar outras características: o modo como alguns grupos políticos se fecham em si mesmos (como estratégia, mas também como forma de reafirmar unidade, força e distinção do grupo em relação aos demais, ao mesmo tempo em que estão sempre dispostos a receber novos integrantes/eleitores); na maneira como os pequenos grupos de conversa que se reúnem e seus membros mantêm-se quase sempre à vontade para falar (bem) de seu próprio grupo e (mal) dos grupos opositores; além da maneira como os grupos conseguem atrair para

si e atribuir aos demais os mais diversos adjetivos e noções de carga valorativa ou depreciativa, conforme as conveniências.

Em síntese, o que se buscou foi analisar, entre 2016 e 2020, os significados que perpassam as relações e as práticas políticas, sejam elas desenvolvidas entre eleitores e políticos ou aquelas desenvolvidas entre estes. Neste sentido, o que foi possível identificar foi um lugar perpassado por relações personalistas e cujas práticas políticas, muitas vezes, se estabelecem a partir do que, em campo, tem sido chamado de “ajuda”, noção utilizada e que termina por configurar e dar sentido aos vínculos e às trocas entre os agentes sociais. Desta maneira, forja-se uma prática que atravessa todo o tecido social e, de modo especial, as práticas políticas e de poder nas quais, algumas dessas pessoas, se inter-relacionam e se encontram envolvidas.

Outrora o que se tinha estabelecido era uma política marcada pelo coronelismo, segundo Leal (2012) “esse sistema político é dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido”, no entanto, hoje as práticas de clientelas é que predominariam, para Carvalho (1997), uma vez que o coronelismo é datado historicamente:

o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística (CARVALHO, 1997, p. 233).

Deve-se considerar que a expressão “clientelismo” não costuma ser utilizada para definir aquelas relações de clientela, nas percepções de eleitores e políticos perpassam outra noção a de “ajudas”, capazes de definir, em muitos casos, as práticas e maneiras pelas quais se inter-relacionam. Veloso (2006), por exemplo, considera esse mesmo clientelismo uma instituição, ainda que informal, presente na maneira de se relacionar de deputados federais, o que pode permitir a recondução ao cargo. Uma de suas conclusões foi que:

os deputados conseguiram manter-se no poder graças à detenção de tecnologia política capaz de manipular e articular os arranjos institucionais intra muros no Congresso Nacional, por serem também articuladores de estratégias clientelísticas que favorecem as suas bases eleitorais e graças a sua vinculação com os prefeitos, deputados estaduais e acesso nos Ministérios (VELOSO, 2006, p. 124).

Para a pesquisadora, que avaliou também a taxa de renovação da câmara dos deputados, “as trocas clientelísticas bem sucedidas são uma garantia de sucesso político, que

para tanto não dependem da estrutura do partido ou do posicionamento geográfico do agente político” (VELOSO, 2006, p. 124). Sendo este, de acordo com ela,

o fator que também garante a sobrevivência das trocas clientelísticas em um marco institucional moderno: esta é capaz de adaptar-se ao novo marco institucional legal e dele tirar proveito para a sua permanência no jogo político (VELOSO, 2006, p. 124).

Ou seja, a depender de como o político “opera” esse sistema informal, poderá obter êxito, visto que pode se beneficiar para se eleger ou reeleger, por esse motivo, o clientelismo persistiria (Veloso, 2006). Nesta pesquisa foi possível constar essas relações, marcadas pelas dimensões de trocas de apoios políticos e “ajudas” ao município e seus munícipes.

Assim, considero que “ajudas”, os “serviços prestados”, as “trocas de apoio” como as maneiras pelas quais são percebidas e definidas, algumas das práticas políticas estabelecidas no contexto do município pesquisado. Noções que carregam sentidos em suas complexidades e dão sentido à vida política local, a partir da produção de laços e também de conflitos que se atualizam, se reforçam ou mudam a cada nova eleição ou no interregno desta.

Longe da intenção de findar o complexo debate acerca desse tema, podemos trazer ainda a definição de Nunes (1997), para quem o clientelismo é “um conjunto de redes personalistas que se entendem aos partidos político, burocracias e *cliques*” (p. 32). Para ele, “estas redes envolvem uma pirâmide de relações que atravessa a sociedade de alto a baixo” (p. 32). Deste modo, respeitando as devidas diferenças de abordagens, entre o que estamos aqui apresentando como “ajudas” e as definições de clientelismo foi possível considerar que tal como este, aquelas atravessam todo o meio social e político, formando laços a partir de redes inter-relacionais em decorrência daquelas. Sendo que essas “ajudas” se constituem em uma expressão forjada no próprio campo.

2 CONVENÇÕES E COMÍCIOS: QUANDO POLÍTICOS SE APRESENTAM

2.1 Convenções: apresentando candidaturas

Quando o evento já ganhava ares de que estava próximo ao fim; quando todos os candidatos e apoiadores da campanha já haviam feito uso do microfone, inclusive o deputado federal – que na última eleição fora apoiado pelo candidato a prefeito; quando o relógio, inclusive o da igreja próxima, já ultrapassava 13 horas, eis que o locutor – tomando o microfone com entusiasmo e vigor – conclama a todos para aquele que seria o momento mais esperado do dia.

Convocando a todos que ali estavam a ficarem de pé e que levantassem seus braços aos céus fazendo rápidos acenos com as mãos, o locutor brada com força e alegria para que todos ali recebessem com a maior estima possível aquele que será o candidato do partido e do grupo político e que, nas próximas semanas, será, provavelmente, uma das pessoas mais comentadas nas calçadas, bares, praças, escolas, locais de trabalho e lazer do município.

Listando algumas qualidades do candidato a prefeito, ao final, o locutor enche os pulmões e grita pelo nome daquele que já é anunciado como o futuro prefeito da cidade. Nesse instante, uma enorme efervescência se instala no local. A música de campanha ecoa intensamente pelo ambiente, a cadência do ritmo faz as pessoas se envolverem e se animarem, até que, entre as pessoas que ali estavam, surge o candidato a prefeito. Ele acena e recebe cumprimentos. Por onde passa, uma maior quantidade de pessoas se concentra ao seu redor. Enquanto uns gritam “É o homem!”, outros traziam aquele que foi seu principal tema de campanha na última eleição: “Volta, Doutor!”.

Doutor Ary, como é comumente conhecido, traz uma fala em que cita algumas vezes direta, outras vezes indiretamente, seus outros dois oponentes – esses dois eram, até alguns meses atrás, aliados e foram eleitos para compor quadros da gestão, porém passaram a se opor. Em sua fala, ele também menciona seus feitos, uma vez que fora prefeito do município outras três vezes e, como de costume, faz promessas de um futuro melhor para aqueles que nele votarem e apoiarem o seu grupo.

Sua fala é repleta de energia. As pessoas o aplaudem. Gritam o seu nome. Lá fora, bombas e fogos dão conta de criar um clima de animação. Alternam-se momentos de tom forte e elevado, quando se trata de emitir comentários sobre a administração local, com tons mais calmos e serenos, na hora em que pretende pedir os votos dos eleitores que ali se encontram, mas que vão ganhando uma dinâmica mais intensa e carregada de emoção na medida em que seu discurso vai se aproximando do final e conclama a todos que acreditem nele para que juntos

(não mais só ele) possam vencer os adversários. Àquela hora, muitos já não estavam mais no local, no entanto, outros ainda permaneciam no ambiente para ouvir as palavras do “Doutor”.

Em tom de positividade e confiança, ele encerra sua fala. Sob aplausos, gritos, mais fogos e um efusivo som ambiente, a cerimônia se encerra. O candidato oficial do Partido Republicano da Ordem Social (PROS) segue seu caminho cercado de pessoas que o cumprimentam e tentam estabelecer algum contato. Sou-lhe apresentado (a partir de um amigo, à época, bastante próximo de seu filho) como o filho de alguém que ele conhecia, converso rapidamente, afirmo ter interesse em pesquisar sua candidatura e seu grupo político. Ele esboça um “que coisa boa”. Recebo sua autorização e saio com dia e hora marcados para uma conversa. Foi assim que a pesquisa ensaiou seus primeiros passos².

Necessário considerar que não se pretende afirmar que a “política” ou as eleições começam com as convenções partidárias³, mas, sem dúvida, elas as antecipam. No entanto, antes de as ruas, os bairros, os distritos e as localidades rurais mais distantes do pequeno município de Aracoíaba, no interior cearense, serem permeadas de assuntos e eventos político-eleitorais esses eventos apresentam aquelas e aqueles que estarão entre o eleitorado não somente a pedir voto, mas a estabelecer também um conjunto de relações.

As convenções são, algumas vezes, tidas também como uma espécie de termômetro que mede, de modo bastante antecipado, como serão as campanhas eleitorais num determinado ano. Guardam relativa semelhança com os comícios, na medida em que esses, frequentemente, são tidos como meio de se medir a força política de um candidato. Por isso, no dia da convenção, é comum a preocupação em ter o maior número de eleitores e apoiadores presentes. A presença de figuras como deputados, governador ou alguém que diretamente o represente, lideranças políticas locais e estaduais, como ex-prefeitos, secretários do município, da região ou do estado, também são aspectos importantes, uma vez que são figuras que contam, em geral, com carisma, mas também trazem alguma forma de representatividade ou simplesmente, alguma legitimidade ao grupo.

² Aqui estou me referindo exclusivamente à pesquisa voltada para o doutorado, uma vez que desde minha graduação (2013) desenvolvi pesquisa cujo lócus empírico está estabelecido em Aracoíaba, no entanto, com temas e perspectivas distintas.

³ A cerca das convenções partidárias, assim diz o Tribunal Superior Eleitoral: “Segundo o art. 87 do Código Eleitoral, só podem concorrer às eleições os candidatos que estiverem filiados a um partido político. Uma vez que cada partido político possui inúmeros filiados, é necessário escolher entre eles, em convenção partidária, os que serão candidatos a cargos eletivos. Convenções partidárias são reuniões de filiados a um partido político para julgamento de assuntos de interesse do grupo ou para escolha de candidatos e formação de coligações (união de dois ou mais partidos a fim de disputarem eleições). Conforme estabelece a Lei nº 13.165/2015, Lei da Reforma Política, as convenções devem ocorrer no período de 20 de julho a 5 de agosto do ano eleitoral”. Extraído de: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/processo-eleitoral-brasileiro/candidaturas/convencoes-partidarias>. Acesso em: 07 jul. 2021.

A presença e a escolha do nome de Teixeira não é, de maneira alguma, novidade entre todas as pessoas que ali se encontram – todos já sabiam a algum tempo que seu nome comporia como representante do grupo ao qual ele próprio é a grande liderança. Assim, apesar de todos já saberem antecipadamente que ele seria o candidato, seu nome ainda precisava passar por um evento específico, a convenção. E isso demonstra como aspectos simbólicos (e mesmo ritualísticos) importam e perpassam o campo político. A necessidade de um cerimonial que consiga apresentar e efetivar dimensões representativas está ainda previsto em lei⁴ que estabelece normas e prazos para que esses eventos ocorram.

Durante as convenções, todos ainda se apresentam como pré-candidatos. E há ali uma dosagem enorme de significados presentes em todo o evento. O ouvir, o falar, a separação nítida entre políticos e eleitores, a musicalidade, as palmas, os acenos, os gritos de apoio, as palavras de ordem, elogios ao grupo e destrato aos opositores, entre tantos outros aspectos, criam sensações diferentes entre os participantes.

Contudo, nem todos que ali estão ouvem passivamente. A movimentação é constante, pessoas entram e saem muitas vezes do espaço onde a convenção está ocorrendo. Há conversas entre as pessoas sobre os assuntos mais diversos. O clima de descontração, reencontro, alegria e informalidade está presente entre as pessoas que ali se encontram. É, de fato, um dia atípico, tal qual os próximos que virão, quando se conta com algumas expectativas, entre elas o fato de que não se sabe como esses dias serão.

Trata-se, enfim, de um ritual marcado por alguns momentos, que podem variar de um grupo político a outro, embora seja possível estabelecer minimamente algum padrão. O mais comum é encontrarmos políticos e apoiadores da campanha em palanques ou em áreas centrais. Caixas de som, bandeiras do partido, blusas com o número da legenda partidária.

A convenção mencionada ocorreu na quadra poliesportiva da Escola Estadual de Ensino Médio Almir Pinto. Do lado de fora o que se via eram os ônibus e carros que trouxeram eleitores dos mais distantes distritos, pequenos comerciantes vendendo lanches rápidos, água, refrigerantes, picolés, sorvetes, doces, bombons, além de bebidas alcoólicas. Sem contar os fogos soltados antes, durante e/ou depois das falas.

As conversas também são intensas e observadores pertencentes a outros grupos políticos acompanham a uma distância considerável, querem saber como a movimentação está

⁴ A Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) estabelece, entre outros aspectos, as regras para as convenções partidárias no Brasil. Com a Reforma Eleitoral ocorrida em 2015, a Lei nº 23.265/2015 alterou o período para o acontecimento desses eventos que antes ocorriam entre 10 e 30 de junho, passando a ocorrer, já nas eleições de 2016, no período de 20 de julho a 05 de agosto (TSE, 2016; 2017; [20--?]).

e memorizar a cena para posteriormente compará-la com a de seu grupo. Esse tipo de comparação é bastante frequente e serve como uma espécie de termômetro para medir como anda a adesão ao grupo político – como já afirmado. Esse é um dos meios de se medir a intenção de voto, num lugar onde as eleições nem sempre puderam ser marcadas por pesquisas de opinião, mas contam com sondagens a partir de pesquisas internas. Como as sondagens de intenção de voto nem sempre são tornadas públicas (servindo apenas para uso interno do grupo político), as pessoas, de maneira geral, acabam adotando a comparação da quantidade de pessoas e veículos automotores presentes nos eventos como forma de medir a aceitação de um político ou não.

Do lado de dentro, políticos e eleitores com bandeiras, gritos e músicas partidárias procuram deixar um ar de animação, alegria e, principalmente, confiança na vitória dos ainda pré-candidatos ao cargo de vereador e prefeito. Há ainda os apresentadores que tentam promover um clima festivo, com falas de apoio de políticos e lideranças locais, da região e do estado – o objetivo é demonstrar quão numeroso é o grupo, além da quantidade e qualidade das adesões e também se encontra associado ao reconhecimento da importância do grupo por parte destes. Esses apresentadores também são responsáveis por trazer ânimo aos que estão presentes. É comum a menção a comunidades, localidades, bairros e distritos para que esses se manifestem de maneira empolgada, preferencialmente.

Outro aspecto importante ocorre quando, durante as convenções, são apresentadas pessoas que tradicionalmente estavam em outros grupos e que “mudaram de lado”, como se costuma falar. “Mudar de lado” é bastante significativo, porque demonstra a força e a capacidade do grupo político em questão (embora seja passível de questionamentos no que diz respeito aos motivos dessa mudança). Desse modo, é necessário observar que esses grupos políticos não constituem algo fechado neles próprios, possuidores de uma composição rígida, sólida e impossível de ser alterada pela entrada e saída de seus membros. Os grupos políticos são fluídos, podem se modificar, alianças podem ocorrer, alterando esses grupos.

Mas essa convenção não foi a única. Haveria nos próximos dias mais outras duas em que seriam anunciados os candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereadores – como a do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e a do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Ao longo dos dias, o que mais se viu e ouviu foram os comentários sobre a última convenção. Os carros de som já circulam na sede do município e nas localidades, anunciando as outras convenções.

Convenções, comícios e demais eventos políticos podem ser compreendidos como a partir de uma perspectiva ritual ou simbólica, visto que dotados de significados, conforme se pode observar em Barreira (2006; 1998). Embora não seja o objetivo desta tese imergir sobre as dimensões do rito ou da *performance*, os eventos aqui descritos procuram apresentar o município pesquisado, as relações e as práticas nele estabelecidas. Ainda assim, convém a menção a esta noção, visto que campanhas eleitorais são marcadas por ritos ou eventos perpassados por significados que nos permitem uma compreensão acerca desta sociedade que “ritualiza”. Essa noção de rito e seus usos na política são assim apresentados:

Os rituais reportam-se, em sua origem, a certas cerimônias ligadas ao sobrenatural, e são percebidos posteriormente como cultos de natureza não tipicamente religiosa, os quais reúnem outros acontecimentos presentes nas sociedades modernas. Autores contemporâneos, seguindo a perspectiva de Durkheim, definem o ritual como sistema de comunicação simbólica: um “texto” a ser interpretado em sua profusão de sentidos. Os ritos representariam cenários amplos para o entendimento de partes fundamentais da sociedade, cuja característica reiterativa é capaz de fornecer o elemento estável no qual se apoiam as observações do pesquisador (BARREIRA, 2006, p. 178).

O Durkheim aqui descrito é aquele de *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, mais atento a dimensões simbólicas, numa busca pela expressão mais elementar da religiosidade, no intuito de se obter uma teoria acerca da religião (DURKHEIM, 1996; ARON, 1982; WEISS, 2013). Dito isso, Barreira, (2006) a respeito dos ritos, comenta:

As concepções vigentes na literatura de que os ritos são mecanismos funcionais de preservação social, propulsores de ações que promovem diferentes formas de identidade social, podem ser repensadas no âmbito das práticas políticas. No caso das campanhas eleitorais, as dimensões de conflito e de concorrência sugerem a necessidade de incorporar novos parâmetros analíticos às reflexões sobre os ritos sociais. Os ritos, vistos sob o prisma de campanhas eleitorais, podem constituir momentos simultâneos de criação, repetição e concorrência entre símbolos políticos, expressando não só valores consensuais instituídos, como também conflitos típicos da sociedade contemporânea, incluindo múltiplos temas que cerceiam o mundo social (BARREIRA, 2006, p. 178-179).

O mesmo acontece na política, marcada pela disputa entre grupos. Estes se rivalizam ao longo do tempo em meio a rituais, como as convenções, os comícios, as carreatas, as passeatas, as reuniões, as visitas e também nas comemorações. Todos esses eventos marcadamente conflituosos mostram o caráter agonístico que atravessa esses ritos, mas outras dimensões da sociedade mais ampla, como bem mostra Comerford (2003), ao tratar dos processos conflituais envolvendo sindicalistas da Zona da Mata de Minas Gerais, ao considerar

que: “O conflito, no sentido amplo de sociabilidade agonística, é um pressuposto das relações e foco de estruturação social” (p. 67) – o mesmo foi possível encontrar no município em questão, onde as disputas, os conflitos, a sociabilidade agonística estão presentes na disputa entre candidatos e eleitores, quem obteve mais votos, quem faz maior carreata ou teve, em seu comício, o maior número de pessoas. Nesse sentido, sigamos com as descrições.

Bastante semelhantes entre si, em sua essência de promover pré-candidaturas ou candidaturas, as convenções podem se distinguir em alguns aspectos; o financeiro é, provavelmente, o principal deles. Capaz de transformar esses eventos em manifestações políticas de grande envergadura, o volume de dinheiro movimentado por alguns grupos políticos destoa quando tais grupos são comparados entre si. Foi o que pude perceber com as convenções que vieram logo na sequência.

Palco, painéis de LED⁵, imensa quantidade de fogos, maior número de pessoas transportadas em ônibus, uma estrutura para som, iluminação e efeitos no palco são alguns artifícios capazes de dar um contorno diferente às convenções. Juntem-se a isso as participações mais “ilustres”, buscando trazer para o palco figuras de maior projeção não só de dentro da política como de áreas que possuem pouca ou nenhuma relação com esta – foi o que aconteceu, por exemplo, em uma das convenções em que uma apresentadora de televisão com forte ligação com o universo das bandas do chamado forró eletrônico, cuja mãe mora em Aracoiaba, subiu para prestar seu apoio à candidatura de Antônio Cláudio Pinheiro e à vice-prefeita, Maria Valmira Silva de Oliveira, a Dona Bill (nome como se apresenta e nome presente na urna).

Enquanto isso, em outra convenção, o que se procura demonstrar é a presença de eleitores. O apresentador, irmão do pré-candidato a prefeito Thiago Campelo Nogueira, faz um enorme esforço para que os que ali estão presentes estejam todos entusiasmados e confiantes na vitória da candidatura do filho da mulher que fora prefeita por três vezes (não consecutivas) na cidade.

As cores usadas como enfeites e que predominam fazem menção às cores do partido político ao qual o candidato pertence. Essas mesmas cores, algumas vezes, tornam-se referência em comícios ou manifestações públicas, como passeatas, por exemplo, quando os eleitores são convidados a estarem presentes nesses eventos com as cores do partido.

⁵ Trata-se de “um componente eletrônico semicondutor, ou seja, um diodo emissor de luz (L.E.D = Light Emitting Diode), mesma tecnologia utilizada nos chips dos computadores, que tem a propriedade de transformar energia elétrica em luz”. Extraído de: <https://www.iar.unicamp.br/lab/luz/dicasemail/led/dica36.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

Outro aspecto foi importante nas eleições de 2016, quando os grupos políticos passaram a ser identificados por nomes distintos dos quais anteriormente estavam associados. Assim, surgiram os “saruês” e os “chupa-mangas”, numa referência ao grupo político de Thiago Campelo (na verdade, a referência maior é sua mãe, que vinha tentando iniciar o filho como político, transferindo para ele parte do capital político que possui) e Antônio Cláudio Pinheiro, respectivamente. Saruê é uma apropriação de uma alcunha presente na trama de uma telenovela da Rede Globo de Televisão, intitulada “Velho Chico” (que era transmitida nessa mesma época), em que uma família, apelidada de “saruê”, era liderada por um fazendeiro coronel e autoritário que atuava fortemente na política de uma pequena cidade. Já a expressão “chupa-manga” seria uma referência às origens sociais pobres do candidato Antônio Cláudio Pinheiro, que atualmente já não pertence mais a essa classe social. Ambos os termos eram positivados ou negativados à medida que eram utilizados pelos próprios grupos ou por seus opositores, respectivamente. Enquanto isso, o grupo de Ary Teixeira continua com o apelido que há muito tempo lhe acompanha, de “gafanhoto”. Todos esses apelidos e maneiras de nomear os outros buscam impor reputações entre os agentes sociais – semelhante aos casos encontrados por Comerford (2003) em seu estudo sobre sociabilidade e sindicalismo rural.

Aqueles dois primeiros apelidos foram desenvolvidos ao longo das eleições. As convenções usadas como primeiro “termômetro” de como vai ser a corrida pela prefeitura são apenas um dos primeiros eventos formais das campanhas eleitorais. Muitas características presentes dentro e fora dos períodos eleitorais podem e devem ser analisadas, de modo a se buscarem as significações presentes nas práticas desses agentes sociais.

Figura 1 - Momentos finais da convenção para o lançamento da candidatura de Ary Teixeira (na época, PROS). Recepção ao Pré-Candidato. Dia 23 de julho de 2016



Fonte: Foto do autor (2016).

Figura 2 - Convenção de lançamento da candidatura de Antônio Cláudio (PSDB). Dia 31 de julho de 2016



Fonte: Foto do autor (2016).

Figura 3 - Convenção de lançamento da candidatura de Thiago Campelo (PDT).
Dia 30 de julho de 2016



Fonte: Foto do autor (2016).

Cada grupo tem a sua chapa configurada de modo distinto. O grupo político de Ary Teixeira é aliado de um homem cuja família é politicamente atuante em um distrito. Thiago Campelo tem como vice um empresário, assim como Antônio Cláudio. Ao longo do pleito, o candidato a vice-prefeito de Campelo teve que ser alterado, sendo substituído por sua esposa – a substituição gerou alguns comentários negativos acerca da índole dos candidatos (como é de costume), mas também pelo fato de que o nome que passou a compor a chapa foi tão somente “Esposa do Neginho”, sem referenciar sequer o nome da esposa em questão e por sua apresentação ligada à figura do marido, nome utilizado na urna para se referir a Maria Machado Ximenes (essa mesma substituição voltou a ocorrer nas eleições municipais de 2020, quando seu esposo se candidatou ao cargo de vereador, mas novamente teve a candidatura indeferida). Aparentemente, as alianças envolvem, entre outros aspectos, o peso do possível candidato numa articulação que abrange capitais políticos, econômicos e sociais.

A mudança, sem muito alarde na campanha, gerou, entre algumas pessoas que fazem oposição, comentários negativos acerca do nome adotado por não evocar a autonomia feminina. Esse movimento, que tende a manter a disputa de poder nas mãos de membros de uma mesma família ou grupo político, mostra a face mais “endógena”, a qual o poder parece se originar e se fechar nela mesma. E não é um movimento novo. Em 2010, por exemplo, em

Brasília, o ex-governador Joaquim Roriz, após ter a candidatura impugnada, lançou sua esposa Weslian Roriz na disputa pelo governo do Distrito Federal⁶.

Evidentemente, além dessa dimensão endógena da política, numa política feita dentro do mesmo clã familiar específico, presentes em registros como os de Lemenhe (2008, 1996), Kuschnir (2000), faz-se necessário atentar ao marcador social que a questão introduz, a saber, a necessidade de reflexão acerca das desigualdades de gênero encontradas dentro do contexto social mais amplo e, especialmente, dentro da política, cujas mulheres podem enfrentar dificuldades específicas em suas atuações políticas, como mostra Barreira (2020). O tema é complexo e a produção acerca dele é vasta e foge ao escopo desta tese.

Desses comícios e reuniões e de toda a campanha eleitoral propriamente dita, é necessário compreender que as pessoas presentes nesses eventos não participam de maneira passiva a tudo; elas questionam, julgam e observam toda a movimentação política, as táticas e estratégias tomadas pelos candidatos. O assunto política passa a fazer parte de seu cotidiano, especialmente nesse período, e se utilizam dos variados critérios na escolha de seus candidatos, no momento do voto.

*

Entre repetições e particularidades, esses eventos são importantes e abrem a temporada de comícios, reuniões, passeatas e outros eventos em períodos eleitorais; de diversas maneiras trazem consigo aspectos das relações sociopolíticas nos municípios em que estão presentes. Nessa convenção abaixo descrita, por exemplo, acompanhada em 2018, no ano em que deveria ter ocorrido a eleição suplementar no município analisado, é possível observar as inter-relações, as configurações do poder, suas mediações a partir de vieses familiares, além da rede de apoios (mútuos) pelos quais se integram partidos e grupos políticos locais, regionais e estaduais.

As muitas pessoas vão se aproximando da convenção que se inicia à noite na quadra de uma escola municipal. Conforme se vai andando, é possível escutar diversas conversas, ou pelo menos partes destas. Em uma delas um político é chamado de vagabundo por estar apoiando um ex-aliado. Em outra conversa, o interlocutor comenta que “agora é 12. Votei 45, pra nunca mais” – nessas percepções, o outro, o opositor, é diminuído enquanto aliados novos

⁶ Extraído de: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/weslian-assumiu-a-candidatura-ao-gdf-quando-roriz-foi-impugnado>. Acessado em 29 de janeiro de 2020, às 18h37min.

ou velhos são aceitos sem grandes questionamentos. Antigos opositores se unem ou velhos aliados passam a se opor. Além disso, os grupos passam a ser associados a números e figuram em bandeiras e menções no dia a dia.

Nas faixas, as seguintes frases: “Vote em quem é ficha limpa”; “Uma nova chance de reconstruir”, “Diga não ao atraso”, “Mais saúde, mais educação, mais oportunidade”, “Unidos para reconstruir Aracoiaba”. No palco, tela com projeção: “Vamos reconstruir Aracoiaba”. Especialmente, a expressão “ficha limpa” (presente nas faixas) esteve bastante destacada nas falas de candidatos e eleitores ao longo de todo o período desta pesquisa. Tais falas foram analisadas, ao longo desse período, observando-se seu sentido ligado ao suposto caráter probó de certos candidatos.

A presença de candidatos ao cargo de deputado estadual e a menção a candidatos ao governo do estado e à presidência da república deram-se, principalmente, porque se tratava de um ano de eleições gerais. Nesse sentido, também houve pedido de voto para candidatos a deputados estadual e federal, apoiados pelo grupo político local, ao passo que estes manifestaram, obviamente, seus apoios ao candidato a prefeito da eleição suplementar. Nas falas, algo chamava a atenção à ideia de que estariam ali se estreitando os laços das relações entre o possível novo governo municipal e os candidatos a deputado ali presentes – forjando uma espécie de rede que, supostamente, permitiria o envio de verba e o tão mencionado “desenvolvimento” para o município, conforme se pode observar nas falas.

Para o palanque são convidadas lideranças, convocadas sem deixar de mencionar o nome de suas respectivas localidades, Fulano da Oiticica ou do Jaguarão, por exemplo. O local e a liderança desempenham por si uma importância significativa, pois estão relacionados com a possível rede de contatos que poderá ser estabelecida entre políticos e outras pessoas de outras localidades, de distritos distantes, de comunidades afastadas. Além de realçar certa noção que envolve fazer com que pessoas desses lugares se sintam representadas, como se o lugar ganhasse, assim, visibilidade política e social. Chaves (1996), realizando etnografia em outra região, também constata essa identificação com um lugar, afirmando que esta “torna-se a credencial de um ‘compromisso natural’ com a população” (CHAVES, 1996, p. 147) e, comentando acerca da identificação do candidato com o lugar, afirma que “é na linguagem da identidade local ou regional que se sugere a identificação com os interesses coletivos do município” (idem).

Ainda no início, o então candidato é levado nos ombros por homens, que o conduzem da entrada até o palanque, sem que seu nome fosse anunciado – o que gera uma noção de espontaneidade; desde então esse ato foi se repetindo em muitos outros eventos, não

só naquele ano como no ano seguinte. Ele entra sob gritos e aplausos. Entra como que trazido nos braços das pessoas – o que busca associar sua imagem à noção de alguém próximo à população, junto ao “povo”, trazido por este. Mas também hierarquia e/ou admiração.

Na ausência de candidatos à vereança (já que estamos tratando de uma eleição suplementar, apenas para o executivo), sobram relatos de apoio de partidos de antigos opositores, agora aliados, como Cleide Silva, ex-candidata a prefeita em 2012 (impossibilitada de se candidatar, passou a apoiar Ary Teixeira), que em sua fala enaltece o filho daquela que voltou a ser sua aliada; além do então presidente do partido, Sérgio Silvestre, que já disputara por três vezes seguidas, sem sucesso, a prefeitura, e que, por anos, se opôs ao grupo que agora integra. Esses aspectos mostram a relativa dinamicidade que perpassa esses grupos, que não são fixos e podem se reconfigurar ao longo do tempo. Enfim, Silvestre declara aberta a convenção, afirmando que o escolhido, Thiago Campelo, é “filho de Aracoiaba”, “não é poste” e é conhecido. Além de comentar, ainda, que este seria apoiado por Cid Carvalho (*sic*), referindo-se a Cid Gomes.

O irmão do candidato a prefeito conduzia as atividades do evento, e anunciou Thiago como o escolhido na convenção. Na sequência, são apresentados vídeos de deputados estaduais e federais e do ex-governador Cid Gomes prestando apoio e pedindo votos para o candidato a prefeito. O outro irmão do candidato, vereador, também presta seu apoio, bem como a mãe do candidato, ex-prefeita por três mandatos não consecutivos, Marilene Campelo Nogueira – filha do político, José Bezerra Campelo, ex-prefeito de Itapiúna (também situada no Maciço de Baturité).

Um poder intrafamiliar, juntamente com apoios político-partidários, sela, por assim dizer, a relação do grupo político local, liderado por membros de uma mesma família, com um grupo político estadual que se expande também em razão dessas mesmas alianças. Obviamente, este mesmo grupo político local não é formado exclusivamente pela família, senão por outros grupos menores, que se estendem pelo território (nas diferentes localidades) do município e que se agregam em nome de uma candidatura.

Lemenhe (2008; 1996) e Kuschnir (2000), cada uma em sua particularidade, traz-nos a possibilidade de adentrarmos ao universo de famílias que detêm poder político. Aquela trazendo a questão da tradição temporal de longa data em que o poder político-militar se encontra engendrado numa família específica, possibilitando prestígio social, enquanto esta apresenta uma vereadora cujo pai político ascendeu socialmente, tendo papel importante na eleição da filha. As semelhantes entre si, a política feita entre parentes.

Voltando ao evento, nele temos a fala da mãe (ex-prefeita), que aciona elementos afetivos e não raro menciona nome de pessoas que consegue reconhecer do alto do palanque – numa tentativa de se aproximar daqueles que estão na parte de baixo e que, portanto, não podem estar dividindo com eles o palanque. Em certo momento se indaga: "o que vou dizer para o meu povo?", numa referência aos munícipes, especialmente aqueles que foram ou são seus eleitores. Continua a falar de familiares, faz menções a figuras da religiosidade cristã e ao tratar do filho, comenta que ele é jovem, possui coragem e amizades com lideranças que estão no palanque e com o governador.

Aqueles que estão no palanque, candidatos a deputado, por sua vez reforçam seu apoio ao candidato e que “ajudarão” o município. Nesse mesmo sentido o governador Camilo Santana, que fala em parcerias e, assim como os outros, pede votos para Thiago Campelo. Este, enfim, é convidado a falar. Nesse momento há uma imensa mobilização, na qual é pedido àqueles que ali estão presentes que levantem as mãos para receber o candidato; o *jingle* começa a tocar alto, em meio a gritos, palmas e festejos, enfim, chega-se ao ápice da festa com a fala daquele que pretende governar o município.

Ao falar, o candidato a prefeito afirma ser apaixonado pela cidade, declara sua revolta contra a corrupção, ser desprendido do poder, diz ainda que os opositores não estão numa disputa política contra ele, senão contra o povo, sem deixar de comentar que estaria ali juntamente com movimentos sociais e sindicatos. Por fim, sua fala busca ratificar sua relação com deputados do partido e de outros partidos que fazem base do governo do estado, citando nomes como os de Camilo Santana, Cid Gomes e Zezinho Albuquerque (pai de um dos candidatos que estavam recebendo e prestando apoio a Thiago Campelo – AJ Albuquerque), de quem afirma ter recebido ligações telefônicas – gesto que busca, mais uma vez, corroborar com a ideia de estar próximo ou fazendo parte de uma rede capaz de “ajudar” o município por meio de “parcerias”. A festa, enfim, é finalizada com as pessoas de mãos dadas, até que todos se vão.

*

Ainda naquele ano de 2018, uma nova figura política adentraria o cenário político local – José Lima Verde Teixeira, filho daquele que já fora prefeito do município por três vezes não consecutivas, Francisco Ary Ribeiro Teixeira (esta convenção ocorrera um dia após a de Thiago Campelo), ainda pela manhã. Este teria como candidato a vice o então vereador José Wilson Dantas, aliado da ex-vice-prefeita Maria Valmira de Oliveira – conhecida por Dona

Bill ou, simplesmente, Bill, nome utilizado na campanha e na urna. Naquele lugar, em uma escola privada, algumas pessoas já se aglomeram nas proximidades, rodas de conversa se formavam. Na fala de uma mulher, em especial, a revelação da ideia de que o evento também é um espaço de socialização: “eu vim ver o movimento!”.

Grupos mais ligados a Ary Teixeira vestem laranja, o que pode significar que, mesmo juntos, Teixeira e Bill, cada um tem o seu grupo específico, de origem. A movimentação continua e, em certo momento, um homem passa e comenta com colegas: “Rapaz, eu tô aryadim (sic)” – um trocadilho costumeiramente utilizado numa referência ao nome do ex-prefeito, mas também à sua preferência política. Outras pessoas falam que estão “manga e laranja, tudo misturado” – as referências agora são ao grupo de Valmira de Oliveira e Antônio Claudio Pinheiro (a manga faz uma referência a este grupo – especialmente a Pinheiro, conforme já mencionado) e ao de Ary Teixeira, que na eleição de 2016 usava a cor laranja (uma das cores do Partido Republicano da Ordem Social - PROS). No palanque, veem-se as cores laranja e branco, além de azul e amarelo, estas últimas, relativas ao PSDB.

Em meio à expectativa da convenção, rumores davam conta de que haveria pressão para que partidos saíssem das mãos de integrantes da coligação (numa tentativa de inviabilizar candidaturas). Acerca dessa possibilidade, a irmã do ex-prefeito, vereadora, ameniza afirmando: “nada que noventa mangas não resolvam” – referindo-se ao número da legenda do PROS e à manga, que de alcunha pejorativa passou a ser positivada para se referir a Antônio Claudio ou seu grupo, por extensão.

São anunciadas presenças de deputados e candidatos – Domingos Neto, Domingos Filho, Patrícia Aguiar, tendo sido mencionados nomes de Gorete Pereira e Daniel Oliveira, apoiados por Bill – que além de lançarem suas candidaturas, também pedem votos para o filho de Teixeira, candidato a prefeito. Nesse sentido, os políticos locais também pedem voto para os deputados que ali se encontram.

A presença de deputados tem a intenção de apresentar o capital político e a força da candidatura, mostrando a capacidade de articulação, além do principal, a possibilidade de recursos para o município – o que pode não ocorrer, embora seja frequentemente apresentado dessa maneira (em geral, recorre-se à ideia de que isso implicará no crescimento e no desenvolvimento). A presença desses deputados, especificamente, mostra um poder endógeno que permanece entre entes familiares.

Nas falas de políticos, por exemplo, destacam-se referências a Wesley Safadão, o filho afamado da ex-vice-prefeita (afastada por decisão judicial, assim como o ex-prefeito Antônio Cláudio Pinheiro também afastado). Há também quem mencione antigos aliados,

tratados como traidores, afirmando ter sido traído “pelo lado de lá” – noção bastante presente em falas, nas quais, com certa frequência, a política interiorana se apresenta, onde dois grupos se opõem. Outra referência é a ideia de possuir “serviço prestado”, expressão que, no geral, faz alusão à atuação política do candidato.

Todo esse simbolismo envolvendo referências a nomes de cantores se envereda por outros aspectos e dimensões, incluindo os *jingles*. Por exemplo, duas das candidaturas de 2016 (as de Ary Teixeira e Valmira de Oliveira) têm como cantores das músicas que são usadas em suas campanhas dois nomes ligados ao forró eletrônico, são eles Vicente Nery e Wesley Safadão. Aquele apoiou o grupo político de Ary Teixeira; enquanto este último deu apoio à candidatura do grupo da vice-prefeita, Maria Valmira Silva de Oliveira, conhecida como Dona Bill – a sua mãe. Na eleição de 2020, ambos estavam apoiando José Teixeira (José do Dr. Ary) e Wellington de Oliveira (Edim da Bill).

Ambos os cantores possuem ligações com o município. Por seus estilos musicais possuírem particularidades, sendo não propriamente idênticos, é possível considerar que o público não seja exatamente o mesmo. Além disso, não se sabe exatamente o quanto seriam capazes de converter a popularidade em voto, embora a participação deles não seja dispensada nas campanhas.

Nessa disputa entre lados, o opositor é, algumas vezes, tido como o mal a ser vencido, superado, como foi possível observar na fala de uma ex-vereadora, em um aspecto que, de alguma maneira, mais uma vez se assemelha ao chamado mito da conspiração de Girardet (1987). Desta maneira os males que assolam o município como um todo teria o peso da mão do opositor. Além disso, observou-se a importância de não abrir mão de se referir à comunidade, a qual afirma representar. No discurso, a certeza da vitória, como se antecipasse o tempo, prática tão comum entre candidatos nesse período, sem deixar faltarem comparações com o grupo oponente, lançando dúvidas acerca do caráter deste.

Em certo momento chega a vez da fala do candidato a vice-prefeito. Esse ressalta a união que ali estava sendo celebrada entre dois grupos que há anos se opunham. Necessário comentar que essa união, presente em expressões como as já mencionadas aqui, esteve presente em várias falas também na intenção de demonstrar a força do grupo unido. Ele continua seu discurso mencionando Deus e com referências elogiosas à sua família, finalizando com saudações positivas de crença na vitória.

No decorrer da convenção, Ary Teixeira é anunciado como alguém que tem “serviço prestado”, novamente uma referência a esse termo tão comum. Em sua fala, ele afirma estar ali apresentando seu filho e que o mesmo se encontra preparado, sem deixar de comentar

a formação superior deste. Agradece aos novos aliados, Bill e Antônio Claudio, ao antigo ex-candidato a vice-prefeito, Francisco Gadelha, e faz menção a Wagner Sousa Gomes, cuja alcunha é Capitão Wagner, pois segundo suas afirmações, teria sido procurado pelo grupo opositor na intenção de colocar a direção do partido nas mãos de aliados (conforme mencionado inicialmente na descrição desse evento). Após abordar esses fatos, volta-se novamente para o filho candidato e – como se o aconselhasse como ex-prefeito, alguém experiente, mas também como pai – pede para que ele faça sempre o bem, seja honesto e decente.

“Entre na política”, foi essa uma das primeiras expressões do candidato estreante, que falou de sua formação superior e sua intenção de “renovar as ideias”, além de se direcionar a “jovens” e fazer referências aos políticos que ali se encontravam, especialmente os locais. “Este é o grupo dos Josés!” – diz ele, se referindo a si e ao vice, José Wilson Dantas. Em certo momento, o estreante, aparentemente ainda nervoso, comenta: “eu tô meio que aprendendo a falar. Tô com a voz embargada ainda”. O candidato conclui sua fala sob aplausos e, com comentários de agradecimentos do locutor, o evento se encaminha para a finalização.

A convenção, enfim, acaba em meio a música alta, no início de uma tarde de domingo. Todos se dispersam, alguns procuram cumprimentar os políticos. É comentado que haveria alguma concentração para a comemoração, algo comum; muitos retornam às suas casas. Com a candidatura lançada, políticos se despedem e já é possível confundi-los em meio às pessoas que lá assistiam ao evento. Os dias se passarão e logo se saberá que naquele ano não haverá eleição suplementar.

A “entrada na política” e a “renovação de quadros” aracoiaibense parecem ocorrer algumas vezes por meio de “chancelas” ou de “batismos” por parte de algumas pessoas já consolidadas ou estabelecidas politicamente. Estas, que parecem ter capacidade de legitimar, são as lideranças historicamente presentes na política local. Outras vezes, as lideranças se dão a partir de rompimentos com o grupo originário – já que todas/os estão ou estavam em sua maior parte implicados politicamente, ou seja, integravam grupos locais. Por exemplo, Antônio Claudio Pinheiro e Valmira de Oliveira, que estiveram em aliança e receberam apoios de Marilene Campelo Nogueira e esta que já fora aliada de Ary Teixeira.

É por essa “entrada na política” com as bênçãos ou, simplesmente, influência do pai, numa convenção, que, simbolicamente, o herdeiro político se forja. Kuschnir (2000) analisou uma família de políticos na qual a entrada da filha na política se dá por esta, que, há algum tempo, atuava junto ao pai em serviços prestados por este. Na presente tese, a “entrada na política” do filho se dá de modo esperado por parte do eleitorado, uma vez que na fala de

algumas pessoas encontra-se a ideia de que, simplesmente, o pai político deveria lançar o filho como candidato (inclusive, diante de possíveis ameaças de impedimento jurídico).

*

Já na eleição suplementar de 2019, foram as inaugurações de comitês que marcaram o início de eventos políticos, que incluíram comícios e passeatas. Nesses eventos, foi possível observar a menção constante ao fato de que um grupo possuiria mais recursos do que o outro (numa maneira de apontar desigualdades). Foi o que aconteceu com o grupo de Thiago Campelo Nogueira ao afirmar que não disporia de tantos capitais econômicos quanto o grupo opositor – recurso narrativo comum, que busca reforçar a noção de uma disputa supostamente desigual.

Thiago Campelo, como em outros eventos, é trazido ao palanque carregado por homens que o levam nos ombros ou braços, o que mais uma vez busca acionar a simbologia de alguém popular, escolhido e acolhido pelo povo (essa categoria que, de tão ampla, pode se perder em meio a tantos significados). Além disso, no palanque estão presentes algumas figuras que integram o atual governo (que assumiu após o afastamento do ex-prefeito Antônio Cláudio⁷), apresentando falas de apoio ao candidato. Vídeos de deputados estaduais e do governador são exibidos. Lideranças locais, com frequência, não deixam de mencionar a chamada “herança maldita” do governo anterior – o que é, aliás, bastante complexo, visto que ambos os grupos que disputam já compuseram o governo municipal juntos – o candidato é apresentado enfaticamente como alguém com capacidade de governar, em especial, por sua formação superior, provavelmente numa comparação com o opositor, e reforçando a clássica questão da tradição bacharelesca historicamente presente no país e apontada em alguns estudos clássicos da política brasileira (CRUZ; MARTINS, 2006).

Em sua fala queixa-se acerca do poder econômico do opositor, responde acusações afirmando estar protegido por Deus, reclama da corrupção de maneira genérica e reforça a ideia de que, com sua formação e com “parcerias” (apoios políticos), apresentadas como vantagens, conseguirá realizações para o município. Enquanto isso, pessoas comentam sobre o candidato, comparando-o ao opositor, obviamente, pondo-o como melhor.

⁷ Aliás, após o afastamento deste, a prefeitura ficou ocupada pelo presidente da Câmara, Francisco Hélder Loureiro Paz, que, por um curto tempo, chegou a ser afastado, e, assim, o órgão esteve nas mãos do então presidente da Câmara Municipal, José Nilton dos Santos (cujo codinome é Mita). Antes de Hélder Paz, fora Maria da Conceição Alves Pinheiro (de codinome Ceixa – irmã de Antônio Cláudio Pinheiro) que chegou a assumir a prefeitura, uma vez que ela estava na presidência da Câmara, cujo mandato perdurou por dois anos. Este tema será, ao longo desta tese, explorado.

Ao final, o locutor busca demonstrar quão grandioso o evento está sendo, pela quantidade de pessoas que ali se encontram; como se estivesse surpreso que, diante de “uma simples inauguração de comitê” pudesse haver tantas pessoas. O evento, enfim, se encerra. As pessoas se deslocam até os ônibus ou até alguns caminhões paus-de-arara – vindos de distritos e localidades longínquas, para fazer corpo ao evento. Dava-se, ali, início a outros eventos políticos naquela eleição atípica.

As convenções que foram observadas guardam algumas características em comum. É possível perceber a centralidade na figura pessoal do candidato e na força do grupo, a presença de lideranças políticas que apoiam o candidato, a presença e persistência dos “doutores” na política e a simbologia que transforma, a partir de falas, gestuais e outros aspectos, alguém em liderança que comandará e representará um eleitorado. Além disso, ao longo dessa tese, aspectos mencionados nas convenções descritas poderão ser analisados de modo mais aprofundado. Alguns aspectos do evento aqui descrito estiveram presentes nas percepções de políticos e eleitores com quem pude conversar e também em outros eventos.

Dias após essas convenções, iniciam-se as campanhas eleitorais propriamente ditas, nas ruas. Em meio a estas campanhas vínculos poderão ser estabelecidos. Na intenção de obter influência, poderão entrar em contato com outros políticos. Na tentativa de obter votos, entrarão em contato com eleitores, estes, por sua vez, poderão procurar aqueles na intenção de “pedir ajudas” – é acerca dessas relações, sejam elas político-político ou político-eleitor, que a presente tese buscou se debruçar na intenção de compreender como políticos e eleitores se inter-relacionam. Não se pretende reduzir as relações desses agentes sociais a essas maneiras descritas, mas, sim, analisarmos as práticas, as relações e os significados nelas existentes.

2.2 O “lugar onde as aves cantam”: informações acerca do município

Figura 4 - Mapa dos limites dos municípios do Maciço de Baturité – Sedes e distritos



Fonte: Extraído de IPECE (2019).

O lugar onde a pesquisa se desenvolveu é o município de Aracoiaba. Seu nome significa, conforme amplamente é divulgado, “lugar onde as aves cantam”, sendo que “lugar onde as aves gorjeiam” e “lugar do canto das aves” foram as formulações de Paulino Nogueira e Barão de Studart para explicar o significado do nome Aracoiaba (IBGE, 2017). Ainda segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população local estimada para 2017 ficou em pouco mais de vinte e seis mil habitantes (precisamente, 26.269 pessoas), tendo mais de vinte e quatro mil eleitores que estiveram aptos a votar nas eleições de

2016, exatamente, 24.154 eleitores (IPECE, 2018; TRE-CE, 2018). O Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDH-M, 2010) é de 0,615, aspecto que coloca Aracoiaba no grupo classificado como médio⁸ (IBGE, 2014; BRASIL, 2014), ocupando a 73ª posição em relação aos municípios cearenses e a 8ª entre os 13 municípios que compõem a microrregião do Maciço de Baturité (IBGE, 2017).

O contexto é, portanto, de desigualdade socioeconômica que afeta o conjunto da sociedade local, forjando relações marcadamente desiguais e hierarquizadas, o que influencia na distribuição de capitais e de variadas formas de poder⁹. Ademais, aspectos mais subjetivos presentes nas interações contribuem igualmente para se construir essa desigualdade a partir de percepções concernentes a símbolos de status de classe¹⁰.

Os dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) sobre o município de Aracoiaba, relativos ao ano de 2017, dão conta de que a prefeitura municipal é a maior empregadora quando se trata de empregos formais naquele ano. Dos 1953 empregos formais, 1106 estão na administração pública, de modo que os gestores públicos locais têm a seu favor a possibilidade de “gerenciar” 56,6% das vagas de emprego formal. Não tendo sido possível obter informações acerca das contratações informais, no município. Informações acerca do município de Aracoiaba sinalizam não ser possível afirmar que a maior parte dos empregos estaria no terceiro setor (comércio/serviços), uma vez que dados oficiais sobre emprego levam em conta, quase sempre, a contratação formal (carteira assinada), enquanto os empregos no setor agropecuário amiúde se dão de maneira informal.

Este aspecto dá poder de barganha aos governantes para com o eleitorado mais empobrecido, diante da possibilidade da promessa de emprego num lugar, como já foi afirmado, bastante desigual e empobrecido. Ainda segundo o mencionado documento do IPECE, 26,24% da população aracoiabense é extremamente pobre, com rendimento domiciliar *per capita* mensal de até R\$ 70,00 (2010). É possível afirmar que das 6.662 pessoas extremamente pobres – o que totaliza 26,24% da população total –, 4.167 vivem no meio rural (35,76% população rural) e 2.495 vivem no meio urbano (18,16% da população urbana). Como se pode perceber, apesar de o meio urbano ser mais populoso, o meio rural tem maior concentração de população

⁸ A classificação do IDH-M 2010 está dividida em Muito Baixo (valores entre 0 e 0,499), Baixo (entre 0,500 e 0,599), Médio (variando entre 0,600 e 0,699), Alto (com variações entre 0,700 e 0,799) e Muito Alto (entre 0,800 e 1). Para mais informações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), incluindo o modo como o cálculo é feito, conferir: <https://goo.gl/kSIbnP>. Acesso em 27 de maio de 2018.

⁹ Para uma compreensão acerca do conceito de capital, ver Pierre Bourdieu (1996a).

¹⁰ A noção de símbolos de status de classe pode ser encontrada em Erving Goffman (1951), quando este se dedicou a analisar toda a simbologia associada às posições sociais.

vivendo em situação de extrema pobreza. Em termos comparativos, é necessário considerar que, em 2017, a população estimada foi de 26.269 habitantes, enquanto o censo de 2010 registrou o contingente de 25.391 pessoas, de acordo com dados do IBGE (2018).

As questões ligadas à desigualdade socioeconômica e à pobreza, propriamente dita, impactam diretamente na maneira que a política se manifesta localmente. Os números aqui apresentados apresentam uma quantidade razoável de pessoas em situação de pobreza ou abaixo dessa linha, e isso, em alguns aspectos, torna essas pessoas vulneráveis a ações político-governamentais. Não se pretende aqui condicionar as “ajudas” e impessoalidade na política ao contexto econômico, no entanto, mesmo porque elas se dão entre diferentes classes econômicas, no entanto, a chamada “compra de voto”, em muitos casos, pode se estabelecer com maior facilidade nesses contextos desiguais.

Só a partir dos anos 2000 a população urbana ultrapassou a população rural, segundo dados do IPECE (2018). Em 1991, a população urbana era de 46,55% da população total. No ano 2000 observou-se que essa mesma população cresceu, passando a concentrar 50,72% dos habitantes e, em 2010, o percentual alcançou a marca de 54,10%. Mas é importante notar que, acerca desses dados, não se sabe se a metodologia foi alterada ou se houve, de fato, migração do meio rural para o urbano, conforme é possível suspeitar que seja mais provável.

Uma informação destacável é que a população de homens é superior à de mulheres. A tendência, aparentemente, é de queda, pois o percentual da população de homens passou de 51,12% em 1991, para 50,89% em 2000, e para 50,36% em 2010. A tendência, como se pode observar, é de diminuição.

Seguindo ainda esse olhar sobre alguns aspectos ligados a gênero, percebe-se que o número total de mulheres em empregos formais é superior ao de homens. Na divisão por atividades econômicas, elas não estão presentes nos empregos formais ligados à agropecuária (homens: 31; mulheres: 0) e na extrativa mineral (homens: 02; mulheres: 0); sendo apenas uma na construção civil (homens: 98; mulheres: 01). Já na administração pública, as mulheres estão em número bem maior do que os homens (homens: 433; mulheres: 673). É possível cogitar que esse aspecto esteja associado à atuação delas como professoras no Ensino Fundamental. Ou seja, elas estariam em postos tradicionalmente associados ao gênero feminino.

Na política, a representação feminina ainda é muito pequena. Do total de onze pessoas eleitas para o cargo de vereador, em 2016, por exemplo, apenas duas delas são mulheres, são elas Maria da Conceição Alves Pinheiro e Selma Maria Bezerra Gomes, sendo que a primeira é irmã do então prefeito que fora reeleito – antes de se candidatar, ela ocupara o cargo de secretária municipal, cujas ações estavam voltadas para a assistência social e no qual

pôde, então, desenvolver relações de poder, inclusive junto a eleitores. Enquanto a segunda desenvolve relações de cunho também assistencial em seu distrito de origem.

No que tange a questões econômicas, o setor de serviços responde por 83,13% do Produto Interno Bruto (PIB) de Aracoiaba. Em seguida vem o setor de agropecuária, com 9,43% e a indústria, com 7,44%. Portanto, a compreensão de que o campo é o grande setor em um pequeno município interiorano nem sempre é válida. Assim, no caso específico de Aracoiaba, o comércio predomina sobre uma agricultura e uma pecuária pouco dinâmicas, de caráter extrativista, e sobre uma indústria que ainda é incipiente. Isto não quer dizer que o comércio seja ele todo sinônimo de modernidade. Só recentemente apareceram os primeiros supermercados no município. Os mercadinhos mais simples ainda são predominantes e o número de empregados por empreendimento ainda é pequeno, com algumas poucas exceções.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto (2015) – Aracoiaba – Ceará

Produto Interno Bruto - 2015

Discriminação	Município	Estado
PIB (R\$ mil)	175.654	130.620.788
PIB <i>per capita</i> (R\$ 1,00)	6.721	14.669
Valor Adicionado Básico		
Agropecuária	9,43	4,49
Indústria	7,44	19,56
Serviços	83,13	75,95

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.

Fonte: Extraído de IPECE (2019)

No Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), indicador que, segundo o IPECE, “procura definir o nível geral de desenvolvimento dos municípios do Ceará, incorporando aspectos geográficos, econômicos e sociais dos mesmos¹¹”, Aracoiaba figura na posição 47. Mas no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), o município encontra-se na posição de número 87, no contexto dos 184 municípios cearenses.

Observa-se no município um costume que consiste em afirmar que há muitos eleitores que não habitam esse lugar. Essa característica ocorreria em decorrência das transferências de título para beneficiar a campanha de parentes candidatos. Com um alto número de parentes e amigos com o domicílio eleitoral transferido para Aracoiaba, isso facilitaria a eleição desses candidatos. Instigado por essa suspeita acerca do número de eleitores, procurei compreender se isto estaria presente nos números. Passei, então, a analisá-los.

¹¹ Extraído de: <http://www.ipece.ce.gov.br/indice-de-desenvolvimento-municipal>. Acesso em 29 de maio de 2018.

Antes de observar os números se faz necessário considerar que o IPECE, o IBGE e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) podem possuir métodos e critérios distintos quanto ao levantamento de dados referentes ao número de habitantes e o de eleitores, e que as diferenças aqui apontadas, no que tange às possíveis divergências, não pressupõem a existência de fraude ou práticas assemelhadas.

Segundo dados do IPECE (2018), o número de eleitores aptos a votarem em 2016 foi de 24.154¹² e a estimativa da população total para 2016 ficou em 26.203 habitantes (IPECE, 2016). A população aracoiabense com até 14 anos (e que, portanto, não vota) é de 6.746 jovens. Isto quer dizer que a quantidade de eleitores deveria ser de, no máximo, 19.457. Este dado demonstra que uma parte considerável de pessoas que não moram em Aracoiaba, vota nesse município, o que reforça a desconfiança local de que há muitos eleitores que, embora não habitem, votam no município.

O número de 19.457 eleitores deveria ser ainda menor, uma vez que para chegar a esse resultado considerei somente a população com faixa entre 0 e 14 anos de idade. O IPECE (2018; 2016) e o IBGE (2018) apresentam em seus dados e relatórios, para efeitos de cálculo, apenas as faixas etárias que vão até os 14 anos. Após essa faixa, encontramos apenas aquela que varia entre 15 e 19 anos. O ideal para esse cálculo seria a inclusão do número de habitantes com idade de até 15 anos, uma vez que o voto é permitido, embora facultativo, para a faixa de 16 e 17 anos. É válido ainda observar que os dados são de 2010, ou seja, esse número é maior. Com essas informações, construí a seguinte tabela:

Tabela 2: Eleitores e população não-votante.

ITEM	ANO DE REFERÊNCIA	QUANTIDADE
Estimativa populacional	2016	26.203
Número total de eleitores	2016	24.154
População com até 14 anos	2010	6.746

Fonte: IPECE (2018); IBGE (2018). Elaborado pelo autor a partir das fontes citadas.

Para continuar a reflexão sobre a quantidade de eleitores que o município poderia ter, considerei as seguintes informações. A estimativa populacional em 2016 era de 26.203.

¹² Este dado do IPECE (2016) tem como fonte o TRE-CE. Em consulta à página eletrônica dessa instituição, encontrei este mesmo número, conforme é possível constatar em: <http://www.tre-ce.jus.br/eleicao/eleicoes-antiores/eleicoes-2016/consultas/locais-de-votacao-por-municipio>. Acesso em 11 de junho de 2018.

Subtraindo-se desse número a população não eleitora de até 14 anos (como expus acima, o ideal seria possuir dados referentes à população de até 15 anos, uma vez que nessa idade o voto também não é permitido), cujo total é de 6.746, chegamos ao número de 19.457, que deveria ser o número máximo de eleitores em Aracoiaba. Outro ponto a ser considerado é o fato de que os números coletados fazem referência ao ano de 2010, ou seja, já houve uma variação. Na tabela abaixo é possível observar a distribuição do número de eleitores por distrito.

Tabela 3: Distritos aracoiabenses e seus respectivos anos de criação e número de eleitores.

Distrito	Ano de Criação	Número de eleitores
Aracoiaba (Sede)	1890	11.096
Ideal	1963	3.819
Jaguarão	1990	1.127
Jenipapeiro	1990	884
Lagoa de São João	1990	1.195
Milton Belo	1990	1.781
Pedra Branca	1990	3.82
Plácido Martins	1990	1.178
Vazantes	1882	1.768
TOTAL	-	23.230

Fonte: IPECE (2017); TRE-CE (2020). Elaborado pelo autor a partir das fontes citadas.

Nesta tabela, as localidades de Assunção (125 eleitores), Encosta (561 eleitores), Baixio (374 eleitores) e Caninhas (784 eleitores) estão sendo consideradas como pertencentes à Sede do município, apesar de relativa distância desta (principalmente, em relação à localidade de Assunção). Essa classificação segue, portanto, a divisão dos limites distritais encontrada no mapa municipal estatístico do IBGE, tendo como referência o Censo 2010. Assunção, por exemplo, fica localizada já bastante próxima aos limites dos distritos de Lagoa de São João e Jaguarão. No geral, no cotidiano, esse critério pode não ser obedecido e ocorre de as pessoas associarem uma localidade a determinados distritos ou simplesmente sequer considerar essa divisão; outras vezes ainda, há momentos em que o nome da localidade se sobressai ao nome dos distritos, praticamente os ignorando.

Ainda sobre a descrição socioeconômica de Aracoiaba aqui realizada, é possível considerar o município como sendo marcado por desigualdades sociais, relações assimétricas e hierarquizadas – como ocorre em muitos municípios brasileiros. Aliás, essas questões

envolvendo as dimensões das desigualdades estão presentes em diversas análises e são tratadas como persistências históricas (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Compreendo que essas características contribuem ainda mais para que as relações se estabeleçam a partir de uma dimensão de papéis ou rótulos. Sendo assim, pessoas ou grupos de pessoas acabam sendo identificados por seus papéis (não confundir com funções) e o exercício desses papéis específicos se torna legítimo, portanto, para determinadas pessoas ou grupos. Essa possibilidade de análise esteve presente, por exemplo, no trabalho de Comerford (2003) sobre sindicalismo rural na Zona da Mata de Minas Gerais e será explorada aqui, como chave de leitura das relações (decorrentes dessas desigualdades) que se estabelecem no município pesquisado.

Embora seja possível considerar que alguns desses dados não serão diretamente utilizados na pesquisa, os mesmos contribuem para tornar possível a compreensão do contexto socioeconômico vivido pela população do município analisado. Além disso, é sob tais conjunturas que as relações são tecidas, sendo, portanto, em parte, influenciadas pelas circunstâncias mencionadas acima, apresentadas sob a forma de dados. Ademais, pretende-se ainda que essas informações aqui levantadas e reunidas possam ser, enfim, úteis em eventuais futuras pesquisas.

2.3 Eleições: quando chega o “tempo da política”

Os ritos das campanhas eleitorais, de alguma maneira, quebram o cotidiano nem sempre pacato e sossegado dos municípios do interior, tornando evidentes as divisões e as disputas existentes nesses lugares, outrora diluídas e subsumidas nas relações diárias entre vizinhos e amigos. Aos poucos, nas praças, nos encontros entre amigos, nos bares, nos restaurantes, nas festas de santo padroeiro, nas reuniões de família, nas salas de aula, nas falas de padres e pastores, enfim, nas diversas interações de todo o tecido social dos pequenos municípios, a temática da política está fortemente presente.

É necessário considerar que os temas da política estão presentes em diversos momentos do cotidiano, mesmo quando não se está em períodos eleitorais. Os debates que ocorrem, por exemplo, numa Câmara de Vereadores ou que acontecem no âmbito do Poder Executivo ou mesmo no Judiciário, com relativa frequência tomam conta das conversas, nos bares, no mercado público, nas calçadas, no trabalho, nas academias, pelo telefone, pela internet – essa última ganhando cada vez mais espaço.

Especialmente os temas que envolvem corrupção, ilegalidades e desvios de conduta costumam chamar a atenção, ainda que não se esteja em período eleitoral. Também costumam ocupar o cotidiano, temas associados às alianças políticas entre líderes locais (algumas chegam a ser comemoradas), além de alianças envolvendo políticos e lideranças comunitárias. Decisões judiciais a favor ou contra políticos do município, ações de instituições como o Ministério Público Estadual ou da União contra gestões ou fiscalizações como a do Tribunal de Contas também podem fazer com que a população venha a realizar suas elaborações acerca da política local. No entanto, nada se compara ao chamado “tempo da política” (período costumeiramente associado ao período das disputas eleitorais). Aqui se procura ressaltar que o tema da política não se restringe a um período, embora se encontre de maneira mais evidente numa determinada época.

Durante as campanhas eleitorais, definitivamente, o tema da “política” torna-se mais presente no dia a dia, disso não há dúvidas. Mas fora desse período, ela também aparece nas falas de e sobre política nos variados ambientes, seja escola, trabalho, bares, mercados, mercantis, entre outros. As conversas tendem a se dar entre pessoas de um mesmo grupo político. É assim que a maioria tende a ficar mais à vontade, haja vista que, algumas vezes, as falas fazem referência aos (membros dos) grupos opositores.

Outro aspecto desse período é que, de maneira mais intensa, políticos e eleitores encontram-se ainda mais próximos. A busca é mútua: aqueles buscam votos, enquanto estes procuram candidatos nos quais possam votar. Mas, descritas dessa maneira, as campanhas eleitorais podem parecer meros momentos de oferta e demanda por votos e apoios. Todavia, uma análise que contemple as percepções dos próprios agentes sociais sobre suas práticas contribui para que possamos ter acesso a possibilidades interpretativas acerca das relações que atravessam esse período.

Um exemplo acerca da importância e das possibilidades de análises dessas dimensões mais interpretativas das práticas e das percepções políticas neste estudo está no fato de que se tem percebido que categorias como “ajudas” e “liberado para votar”, à medida que aparecem nas falas, contribuem para a compreensão de determinadas relações e práticas entre eleitores e políticos nessa época. Essas categorias, por exemplo, permitem-nos adentrar ao universo simbólico das interações que por lá ocorrem e, por possuírem uma gama profunda de significados, esses termos nos possibilitam perceber quão ricos de sentidos são os processos e os períodos eleitorais (NOGUEIRA, 2018).

É preciso considerar que os temas políticos não são exclusivos do “tempo da política”, conforme vem sendo mencionando aqui. Alguns acontecimentos podem fazer realçar

as divisões presentes nessas sociedades, tais como: denúncias de corrupção em programas de rádios, investigações e determinações jurídicas que venham a afastar, condenar ou impedir ações de prefeitos ou vereadores, mobilizações sociais em torno de determinadas causas, entre outros aspectos que podem influir para que a sociedade se divida no apoio ou não a grupos políticos locais e tornar nítidas as divisões políticas presentes no município. Quando esses temas são debatidos em bares, comércios ruas e praças, o ato é interpretado como uma conversa ou fala sobre “política” e, algumas vezes, quando fora do período eleitoral, alguém realiza manifestações políticas como passeatas ou falas com apologias, LOAS e elogios a favor de algum político ou a seu grupo; esse ato pode ser interpretado como “fazer política”.

Enfim, é importante compreender que as discussões sobre política podem atravessar o cotidiano independentemente do período ou do “tempo da política” ou, simplesmente, da “política”. No entanto, é necessário reconhecer que é durante esse “tempo” que o termo “política” passa a se referir quase sempre às eleições, enquanto o termo “fazer política” pode estar associado à dimensão da articulação para uma futura eleição ou candidatura ou em prol de alguém que almeje o poder; ou seja, pode ocorrer de forma independente do “tempo” que se esteja. “Fazer política” no ou fora do “tempo da política” pode ser visto como algo negativo, por parte de alguns, já que está associado a interesses e a uma atividade significada como suja, ilícita. No entanto, essa divisão entre os munícipes e a percepção clara das práticas como sendo ou não expressão da política, é mais evidente no período das eleições municipais.

Convém comentar, ainda, que essa divisão pode ser mais evidente conforme a proximidade de eleitores e políticos, além disso, há que se considerar que a tolerância e a convivência podem ocorrer em muitos casos, mesmo porque numa mesma família as preferências por candidatos podem ser divergentes. Outro aspecto muito importante a se considerar é que nem todos os eleitores estão vinculados ou sequer possuem algum tipo de proximidade com políticos – esses podem ser chamados de “independentes”. A “independência” ou não de um eleitor está bastante associada à relação que esse mantém com os candidatos a cargos públicos ou com aqueles que já se encontram eleitos. Além disso, essa “independência” que está sendo considerada aqui possibilita que esse tipo de eleitor possa votar independentemente de vínculos forjados por “ajudas” ou mesmo votar em qualquer candidato sem grandes consequências para si, dada a relativa distância entre eleitor e político. Um aspecto que se faz necessário considerar, ainda, é que algumas pessoas são praticamente indiferentes a esse período, embora alguns ainda venham a presenciar comícios e reuniões, além de comparecerem às urnas (este que é, enfim, um ato obrigatório por lei).

Após essas considerações sobre os processos eleitorais e as concepções que cercam o “tempo da política”, será possível tratar, no tópico oportuno, as dimensões das práticas na análise das categorias frequentemente utilizadas para classificar a circularidade – ou a ausência dessa circulação – de bens materiais dentro e fora de períodos eleitorais, tão comumente chamadas de “ajudas”.

“Tempo da política”, “tempo das políticas”, “as políticas” ou, simplesmente, “política” foram algumas das categorias encontradas – todas com significados semelhantes – para se referir ao período eleitoral, mas também ao conjunto de práticas que marcam não somente esse período como tudo o que é específico da política. No campo pesquisado, percebeu-se que tais expressões foram e são utilizadas, frequentemente, para se referir à política institucional.

Podem estar presentes em expressões como: “quando chegar ‘as políticas’”, “quando for na ‘política’”; “no ‘tempo da política’” – para se referir a temporalidades, mas que acabam por abarcar práticas, condutas, comportamentos e acontecimentos específicos capazes de marcar uma época. Pode-se ainda haver o emprego da noção: “época das políticas”, cujo sentido é semelhante às expressões descritas acima.

Levando-se em consideração essas observações trazidas do lugar pesquisado, é possível considerar que as noções supracitadas carregam sentido próximo à categoria nativa “tempo da política”, identificado por Palmeira e Heredia (1995), em contextos específicos. O que torna possível interpretar tais noções à luz desses pesquisadores.

2.4 Conjunturas e configurações políticas em aracoíaba

A pesquisa se deu no contexto do município de Aracoíaba, distante aproximadamente 72 quilômetros de Fortaleza. Em síntese, politicamente, é possível afirmar que desde o ano de 1977 até 2012, o município viveu da alternância, predominância e confronto de dois grandes grupos políticos que disputavam a prefeitura – com mudanças nos agentes políticos envolvidos nas disputas.

Nesse período (de 1977 até 2012), o comando do município esteve nas mãos de Francisco Ary Ribeiro Teixeira (1977-1982; 1989-1992; 2001-2004) e de Marilene Campelo Nogueira (1997-2000; 2005-2008; 2009-2012). Inicialmente aliados, tornaram-se ferrenhos

opositores. Vicente Bastos Sampaio (1983-1988) e João Aguiar de Brito (1993-1996) estiveram como prefeitos nos períodos indicados¹³, ambos foram apoiados por Teixeira.

Marilene Campelo Nogueira, ao terminar seu mandato em 2012, fez seu sucessor, o ex-vereador Antônio Cláudio Pinheiro, juntamente com a também ex-vereadora Maria Valmira Silva de Oliveira. Considere-se, porém que, nessa eleição, Teixeira sai eleito, no entanto, por decisão judicial, tem a candidatura impugnada e o cargo de prefeito passa a ser ocupado por Pinheiro, o segundo colocado – com quem Nogueira rompera antes do término do primeiro mandato.

Pinheiro se reelegeu em 2016, vencendo dois candidatos, Thiago Campelo Nogueira (filho da ex-prefeita e ex-aliada Marilene Campelo Nogueira) e Francisco Ary Ribeiro Teixeira. Porém, em 2018 é afastado do cargo após decisões judiciais. Até 2019, ano em que ocorre a eleição suplementar, a prefeitura esteve nas mãos de quem esteve ocupando a presidência da Câmara, a saber, Maria da Conceição Alves Pinheiro¹⁴ (cujo codinome é Ceixa e é irmã de Antônio Cláudio Pinheiro, atualmente – 2020 – no DEM). Meses depois, Francisco Helder Loureiro Paz (atualmente no PP), além de José Nilton dos Santos (de codinome Mita, na época filiado ao PSDB). Este último assume a Câmara após Wellington Nonato Silva¹⁵ renunciar ao mandato de vereador, juntamente com a esposa, vice-prefeita, Maria Valmira Silva de Oliveira. Ainda em 2019, Antônio Cláudio Pinheiro retornaria a assumir a prefeitura.

Ao longo do período descrito, o grupo de Campelo Nogueira e o de Pinheiro, atuando em conjunto com o de Maria Valmira Silva de Oliveira (Dona Bill, atualmente – 2020 – no PSD), seguiram em lados distintos, enquanto o de Teixeira passou a se aproximar do grupo destes dois últimos, principalmente, desta última. Essa aproximação possibilitou, por exemplo, que no início do mandato de Pinheiro e Oliveira, eles pudessem contar com uma vantagem na Câmara de Vereadores, já que Teixeira e seu grupo estavam numa posição de “fiel da balança” (os cinco vereadores eleitos inicialmente, juntamente com os dois vereadores do grupo de Teixeira – que passaram a ensaiar aproximações –, contra o grupo ligado a Campelo Nogueira, que contava com quatro vereadores).

¹³ Informações extraídas de: <http://www.aracoiaba.ce.gov.br/nossa-historia/>. Acessado em 23 de junho de 2018.

¹⁴ Cf. <https://br.noticias.yahoo.com/m%C3%A3e-wesley-safad%C3%A3o-fica-ineleg%C3%ADvel-214000475.html>. Acessado em 20 de fevereiro de 2021.

¹⁵ José Nilton dos Santos é eleito primeiro suplente da coligação (na época, o sistema proporcional se dava a partir da coligação de partidos, contabilizando todos os votos recebidos por esta para o cargo de vereador), conforme se pode observar em: <https://www.gazetadopovo.com.br/apuracao/resultados-eleicoes-2016-primeiro-turno/aracoiaba-ce/vereador/>. Acessado em 20 de fevereiro de 2012 às 17h48min. Com informações de: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/12/12/interna-brasil.647522/apos-ser-denunciada-mae-de-safadao-renuncia-ao-cargo-de-vice-prefeita.shtml>. Acessado em 20/02/2021, às 16h35min.

A renúncia¹⁶ em 2017 da, na época, vice-prefeita, Valmira de Oliveira (Dona Bill), colocou a presidência da Câmara Municipal na linha direta da sucessão no caso da vacância do prefeito eleito. Na Câmara, os ex-presidentes já mencionados, Maria Pinheiro, Nilton dos Santos e Helder Paz, pertenciam ao mesmo grupo quando eleitos, porém, esse último passa a se aproximar do grupo de Campelo Nogueira. Válido observar que o período em questão (entre os anos de 2017 e 2018) coincide com a mudança na presidência do legislativo (que acontece a cada dois anos) – o que contribui para que nomes diferentes de vereadores estivessem na linha de sucessão.

Além disso, Nilton dos Santos (então vice-presidente da Câmara, que passou a ser presidente interino desta, já que o então presidente ocupava interinamente a prefeitura) ocupa interinamente a prefeitura, por curto espaço de tempo, devido ao pedido de afastamento de Helder Paz que, posteriormente, voltou a ocupar a prefeitura interinamente até que a eleição suplementar de 2019 definisse o novo prefeito¹⁷. Antes disso, já estava de volta à prefeitura Antônio Cláudio Pinheiro por meio de liminar, em 2019¹⁸. Tudo isso gerou um imbróglio e motivou piadas entre a população acerca de quem seria ou viria a ser o prefeito, diante das constantes mudanças e fazendo o debate acerca da política ultrapassar o período eleitoral, propriamente dito.

Em síntese, em 2017 a vice-prefeita renuncia em meio a denúncias. A partir daí, o prefeito sofre, ao longo do mandato, afastamentos por decisões judiciais relacionadas a denúncias administrativas e por questões eleitorais, mas chega a reassumir o cargo. O ocupante da presidência da Câmara Municipal passa a assumir a prefeitura interinamente durante a ausência do prefeito, até que eleições suplementares são convocadas; estas iriam ocorrer em outubro de 2018, mas uma nova decisão adiou o pleito para dezembro de 2019.

É necessário considerar esse novo nome para se compreender as novas configurações sociopolíticas mais recentes ocorridas no município, como o de Maria Valmira Silva de Oliveira, popularmente conhecida pelo apelido de Dona Bill – alcunha também utilizada nas eleições –, que realiza sua estreia nas eleições em 2008 como candidata a vereadora pelo DEM. Nas eleições municipais seguintes, 2012 e 2016, é eleita e reeleita vice-

¹⁶ Cf. <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/denunciada-mae-de-wesley-safadao-renuncia-a-cargo-publico-para-se-dedicar-a-carreira-do-filho.ghtml>. Acessado em 20 de fevereiro de 2021, às 12h57min.

¹⁷Cf. em <https://www.focus.jor.br/tjce-nega-liminar-e-mantem-prefeito-interino-de-aracoiaba-no-cargo/>. Acessado em 20 de fevereiro de 2021, às 17h07min.

¹⁸ Cf. em <https://cearaagora.com.br/tribunal-de-justica-nega-recurso-e-mantem-prefeito-interino-de-aracoiaba-no-cargo/>. Acessado em 20 de fevereiro de 2021 às 17h12min.

prefeita já pelo PSL (em 2012) e pelo PR (em 2016). Em 12 de dezembro de 2017¹⁹ é anunciada a sua renúncia e também a de seu esposo, o vereador Wellington Nonato da Silva (na época, PSC). A renúncia ocorreu em meio às denúncias de abuso de poder político e eleitoral no processo, envolvendo irregularidades decorrentes de uma doação de ambulâncias para o município (com recursos públicos, segundo a decisão judicial) e a consequente cassação do mandato do prefeito Antônio Cláudio, bem como da vice, Valmira de Oliveira (Dona Bill).

O fato de ser mãe de popular cantor de forró de alto cachê traz, para o município em questão, dois aspectos a serem considerados: o primeiro deles é a candidatura de alguém detentora de grande capital econômico em comparação aos seus opositores políticos, enquanto o segundo aspecto diz respeito à popularidade de seu filho; de modo mais específico, a questão que aqui surge diz respeito à capacidade ou não de se converter a popularidade deste em votos para ela, sua mãe.

Levando em consideração apenas o seu desempenho nas urnas, foi possível perceber que a candidata ocupa espaços de poder desde 2008, quando se candidatou pela primeira vez ao cargo de vereadora; nas eleições seguintes elege-se e se reelege como vice-prefeita em 2012 e 2016, respectivamente. No entanto, com sua renúncia, cassação de seus direitos políticos e de seu mandato (envolvendo abuso de poder político e econômico), uma nova eleição é marcada e seu filho, Wellington Silva de Oliveira (PSD), que teve como nome na urna “Edim da Bill” (na época no PL e atualmente – 2020 – no PSD), é derrotado por Thiago Campelo Nogueira (PDT), filho da ex-prefeita Marilene Campelo Nogueira.

Pode-se considerar que Maria Valmira Silva de Oliveira obteve desempenho positivo, uma vez que sempre saía vencedora nas suas disputas eleitorais. Contudo, na disputa envolvendo a segunda geração de políticos – ou seja, a disputa entre o filho do ex-prefeito Ary Teixeira e o filho da ex-prefeita Marlene Campelo Nogueira – esta, que já fora aliada destes dois últimos, saiu vitoriosa.

2.4.1 Campanhas eleitorais: Comícios, palanques e mobilizações

¹⁹ O assunto foi reportado em alguns veículos de imprensa, disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/12/12/interna-brasil,647522/apos-ser-denunciada-mae-de-safadao-renuncia-ao-cargo-de-vice-prefeita.shtml>, acessado em 28 de setembro de 2020, às 18h04min; ou ainda em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2017/12/mae-de-wesley-safadao-renuncia-mandato.html>, acessado em 28 de setembro de 2020, às 18h05min.

Barreira (1998), abordando eventos na política, adentrando as festividades, comemorações, manifestações, busca compreender de dentro os rituais da política. Alguns desses eventos permeiam também as campanhas municipais locais e aqui buscam ser analisadas, especialmente os comícios, embora, ao longo dos anos e por determinações legais, os comícios tenham deixado de lado a participação de cantores nos tradicionais *showmícios*, estes tiveram que elaborar táticas e estratégias para tornar os comícios atrativos para os eleitores.

Limitando-se a participação de candidatos, políticos convidados, ou mesmo pessoas mais conhecidas no âmbito da música ou da TV (mas com participação limitada quase que exclusivamente a falas políticas), os comícios se mantêm como um local que vai além das relações políticas, tornando-se um lugar de encontros e até de distração.

Os comícios podem ser bastante semelhantes, mas possuem particularidades que revelam aspectos da política local onde estão inseridos. Noturnos, podem se tornar espécie de programa para quem quer algum motivo para sair de casa; marcar presença neles (e/ou em outros eventos) é uma maneira de apresentar apoio e garantir possíveis futuros interesses com a eleição; chamativos, como acontece com uma porção considerável destes, buscam ser um atrativo para eleitores interessados.

Com a saída dos artistas e o fim dos *showmícios*, os comícios e reuniões passaram a se assemelhar em muitos aspectos, embora guardem consigo algumas diferenças, principalmente no que diz respeito aos investimentos políticos e econômicos que costumam ser maiores quando se trata de comícios. Em comícios há maiores investimentos na estrutura que compõe o palco (no geral, maior e com mais recursos de som e iluminação), enquanto a dimensão política é marcada pela presença de políticos de municípios vizinhos ou de regiões tidas como mais prósperas, além de deputados estaduais ou federais.

Frequentemente, em comícios, se observa, com maior frequência, um maior número de candidatos a vereador senão todos estes, já que em reuniões (menores) nem todos costumam ir e um dos motivos se encontra no fato de que uma parte tende a focar sua atuação em sua base eleitoral, dando a ela maior atenção. A descrição abaixo de um comício realizado em 2016, seguida de análises iniciais, estará presente neste tópico, no entanto, nos demais capítulos estarão presentes algumas das práticas, percepções e/ou dos aspectos presentes nas descrições aqui realizadas.

É noite, e já se aproxima das 19 horas. No local, o carro de som toca alguns *jingles* de candidatos. Algumas pessoas já estão ali presentes, juntamente com crianças (que já

mencionam o nome de alguns candidatos e os reconhecem) – o que mostra que desde muito cedo vão integrando e sendo apresentadas a este mundo da política.

O palco do candidato é bastante simples comparado aos de seus oponentes, que contam com equipamentos mais modernos de iluminação e de som. Toca-se, também, em alguns, momentos forró. A música no som é cantada por Wesley Safadão, que, por contradição ou não, é filho de uma de suas adversárias políticas. As músicas agitadas trazem a intensão evidente de tornar tudo mais animado, não por acaso, durante essa noite, o evento é chamado, vez ou outra, de “festa”, por parte da pessoa responsável pela locução.

Algo aparece de modo bastante explícito, as cores ou a cor – nesse caso a cor laranja. Dali a alguns dias uma outra cor estará presente, a verde; enquanto que em outro, será o azul. E assim, numa espécie de política em cores, as candidaturas são apresentadas uma a uma. É também por essas cores que estas passarão a ser identificadas, sendo, no município em questão, adotada também como uma estratégia de marketing eleitoral nas campanhas.

Essas cores formam símbolos que permeiam parte da campanha. Esses símbolos procuram trazer uma ideia de unidade, de identidade, ao grupo, como se quisessem afirmar "quem somos" na política local. Houve casos em que se pediu para que aqueles que fossem eleitores passassem o dia inteiro com as cores do partido, o dia escolhido fora exatamente a data que coincide com o número da legenda do candidato.

A primeira fala daquele evento foi de boa noite e de boas-vindas a quem ali se encontrava. A partir daí, são apresentados cada um dos candidatos, sem deixar de mencionar a comunidade a qual afirmam pertencer ou, ainda, de acordo com as áreas/setores que pretendem atuar, caso venham a ser eleitos, que muitas vezes possui relação com a profissão que originalmente já exercem.

As pessoas presentes, com relativa frequência, comentam e observam quem está presente. Às vezes, se surpreendem com a presença de outras pessoas por sempre as terem visto no lado político oposto/distinto e, conseqüentemente, por terem "mudado de lado". Essa observação também procura avaliar como anda a situação do candidato em termos de apoio, uma vez que a quantidade de público nesses comícios é alvo de constante comparação e disputa por entre candidatos e eleitores. Posteriormente, tornam-se assuntos em conversas, nas quais, com muita surpresa, é comentada a “mudança de lado” de alguém.

Em certos momentos alguém próximo a mim comenta acerca de uma pessoa cuja família está dividida, ou seja, com membros presentes em grupos distintos. Algumas vezes, casos assim podem ser interpretados como sendo uma forma de "aproveitamento"/interesse, pois deste modo, em qualquer possibilidade, alguém da família sairá sempre beneficiado.

Apesar disso, com frequência, existem questionamentos e estranhamentos quando alguém da família não acompanha o voto dos demais – o que significa considerar que, aquilo que é mais frequente nas percepções é que famílias inteiras (aquelas que enfim, dividem o mesmo teto) votem na mesma candidatura, principalmente, em casos que envolvam o cargo de prefeito. esse contexto em que o apoio político familiar se divide também foi identificado por Heredia (1996) quando o chefe da família está ligado a diferentes candidatos, o que geraria uma tensão a ser administrada, segundo a pesquisadora.

O comício segue, o palanque é simples e a sua cobertura, improvisada. Contrasta com os palanques encontrados nas demais coligações. Explicitamente, as diferenças econômicas envolvendo as candidaturas, mencionadas nas falas de candidatos faz inclusive serem retomadas noções como “milhão contra o tostão” – numa forma de se referir às diferenças de capitais econômicos, que no caso em questão afeta diretamente um evento importante como este. Nos relatos posteriores essa percepção acerca das desigualdades estará presente nas falas e serão aqui apresentadas.

Em outro momento do comício é mencionada a possibilidade de se ir à Brasília em busca de projetos para o município. Essa possibilidade de “buscar projetos” está fortemente condicionada aos vínculos e ligações junto a outros políticos, especialmente deputados e deputados federais e como será possível observar em entrevistas, mobiliza uma relação entre os políticos locais juntos a esses deputados, cuja retribuição, entre outros aspectos envolve a formação de bases eleitorais para estes políticos.

Num outro instante, algo chama a atenção, trata-se de um homem em uma cadeira de rodas que teria saído recentemente da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e que se encontra no palco. Teixeira comenta que ele não deveria ficar e, afirmando estar advertindo como médico (e não como candidato), é dito que ele não pode ficar lá. Teixeira comenta que o homem estaria com três *stentes* no coração e que precisa que se cuidar, comenta ainda que ele deve descansar e que tem atenção por ele. O homem é apresentado, no palanque, como alguém que vai votar em seu candidato mesmo estando em estado de saúde delicado. O contexto deste ocorrido contribui para apresentar o envolvimento com temas políticos, apesar de possíveis adversidades na saúde, por exemplo. Apresenta também o homem médico cuja imagem associada a certo cuidado transfere para o homem político a mesma condição, com as devidas adaptações, apresentado como alguém capaz de cuidar do município e de seus munícipes.

Ainda sobre o parágrafo anterior, a situação vivida traz alguns elementos que, no decorrer deste trabalho serão apresentados, por exemplo, a ideia do candidato médico que trará melhorias à saúde e de que ele, por sua formação superior, seria possuidor de qualidades

excepcionais quando comparado aos demais. Essa visão também esteve presente em um candidato que, em entrevista, comentou que sua formação, de alguma maneira, orientaria a sua ação política. Essas visões trazem, de alguma forma, alguns aspectos sobre a percepção acerca de pessoas com nível superior na política, especialmente os formados em medicina.

Enquanto alguns candidatos se apresentam, músicas e *jingles* tocam, os locutores falam ou gritam, tentando deixar ou manter a empolgação entre ativistas e correligionários; outras tantas pessoas namoram, bebem ou conversam com amigos. Muitas vezes os assuntos são questões políticas locais. Alguns dos temas tratam de casos envolvendo práticas, quase sempre, ilícitas ou aéticas da administração pública municipal em contextos presenciados por eles ou por alguém que lhes contou, ou mesmo, que “ouviram falar” a partir de rumores, boatos e fofocas.

Do palco, a locutora e o locutor mencionam a presença, no comício, de pessoas específicas – isso também fora visto em outros eventos de opositores. Na maior parte das vezes são pessoas popularmente conhecidas, que podem possuir algum carisma local, comerciantes, funcionários públicos, que possuam algum cargo ou função considerada como sendo de destaque e relevância – nem sempre pertencentes a grupos de alto capital econômico, mas muitas vezes dotadas de algum prestígio socialmente reconhecido ou, simplesmente, populares.

No palco, vê-se os dizeres: “Volta Doutor 90”. É possível encontrar mais à frente uma enorme chave de isopor de cor alaranjada. São fenômenos de uma política marcada pela presença de doutores, muitas vezes vistos como legítimos, para ocupar tais cargos. Enquanto a chave, marca de um desejo: o de ocupar a prefeitura, a qual, a partir da posse daquela (a chave) será possível abrir as portas para, enfim, adentrar a esse espaço de poder.

A fala de dois vereadores chama a atenção. Paulo Sousa justifica o limite de sua atuação política (já que tenta reeleição) culpabilizando o então prefeito, a quem se opunha, que nem sempre atende a suas indicações. Enquanto Marcela Marques afirma ter conseguido projetos, juntamente com deputados (a partir dos recursos enviados por estes). Essas duas falas realçam os possíveis limites das relações entre políticos de oposição e governos, as quais, na percepção do vereador, têm a atuação limitada em razão da condição de oposição; além desse aspecto, na outra fala encontramos um recurso ao qual alguns candidatos lançam mão: a aproximação junto a deputados seja com objetivos eleitorais ou para obtenção de recursos e emendas. Em ambas as situações, estão presentes noções que tentam justificar a legitimidade para o recebimento (de voto) decorrente da atuação dedicada ao eleitorado e que, portanto, trariam e trazem benefícios a estes – daí o pedido de voto como forma de retribuição ao esforço executado por esses candidatos.

O candidato a prefeito fala, ele é o último, a noite de comício se findará com o pronunciamento daquele que disputa o cargo público eletivo de maior relevância na estrutura política local. Ary Teixeira, por vezes, refere-se a si na terceira pessoa – muitas vezes, uma maneira de tratar a si de forma elogiosa. No palanque, a presença da família, o depoimento do filho José Teixeira poderia ser uma tentativa de ritual de passagem/transferência de poder de pai para filho ou, simplesmente, de demonstrar o envolvimento familiar na campanha, apresentar uma família unida, ou ainda, de trazer “humanidade” ao candidato que, assim como os eleitores, também possui uma família, que tece relações afetivas, conferindo a este e ao evento graus de informalidade e de um lugar familiar.

A família em si e sua presença na política são outros aspectos importantes por demonstrar alguns daqueles que, em geral, são vistos como os legítimos herdeiros do poder que emana daquela liderança, não por acaso, algumas vezes, houve questionamentos para que o candidato lançasse o filho na eleição, principalmente diante de rumores de que a candidatura do pai pudesse não ser deferida pela justiça eleitoral.

O comício se encerra. Outro comício acontecerá em outro dia, afinal, os candidatos disputam muito mais do que um cargo, disputam prestígio, força, capacidade de mobilização seja de eleitores ou de políticos. Essa disputa inclui, ainda, a capacidade de conquistar maior quantidade, de aderir pessoas ao seu grupo, apoios (de grupos, entidades, eleitores, e, não poderia ser diferente, disputam a quantidade de pessoas presentes em eventos como os comícios e reuniões, mas também passeatas e carreatas.

2.4.2 Apresentando a si nos palanques e nas urnas

Aqui se considera que as maneiras de se apresentar durante o pleito, criadas pelos candidatos, forjam uma espécie de fachada, conforme pode-se observar, tendo Goffman (2011) por referência. Criar uma ideia em torno de si é um recurso presente em muitas candidaturas: “A candidata do povo”, “Fulana pela saúde e educação” e “A vereadora da segurança” são exemplos de como essa fachada atua, moldando a maneira como candidatos e candidatas são apresentados junto ao eleitorado. Essa fachada é definida por Goffman como “o equipamento expressivo de tipo padronizável intencional ou inconsciente, empregado pelo indivíduo durante sua reapresentação” (GOFFMAN, 2011, p. 29). Essa mesma fachada consiste na “parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação” (*Ibidem*).

É por essa fachada que candidatas e candidatos se apresentam ou, como em Goffman, representam – para utilizar outra expressão do autor utilizada para se “referir a toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência” (GOFFMAN, 2011, p. 29). Em meio a essas dimensões teatrais que o autor contribuiu para pensarmos nas maneiras como se apresentam, estendendo essa dimensão aos seus nomes na urna.

Além desses, outra maneira semelhante na forma de se apresentar são os nomes registrados para a urna. Como apelidos ou nomes adotados com intenção de chamar atenção ou, simplesmente, facilitar sua divulgação, principalmente nos casos em que a pessoa é mais conhecida pelo apelido do que pelo nome civil, os “nomes na urna” podem revelar, também, relações de poder na maneira em que as candidaturas são apresentadas.

Exemplos de arranjos para o nome na urna e a maneira como candidatos se apresentam são os casos de “Edim da Bill” e “José do Dr. Ary”, presentes nas eleições locais. Nesses dois casos, a filiação é acionada. No primeiro, a da mãe (ex-vice-prefeita), enquanto no segundo, a do pai (ex-prefeito), numa maneira de torná-los conhecidos e legítimos representantes dos pais – ou melhor, de apresentar os legítimos representantes dos pais –, virtuais herdeiros do prestígio destes ou, na pior das hipóteses, dos eventuais repúdios. Todavia, tem-se observado que a transferência imediata dos votos dos pais não foi exitosa, em alguns casos.

Esses dois casos parecem estar associados a uma dimensão de poder político, embora se possa ainda falar na dimensão familiar que envolve os nomes de candidatas (as), visto que é como se referir, dentro do conjunto de referências sociais a expressão “Fulano de Cicrana”, numa tentativa de identificar alguém pela mãe ou pai (frequentemente, este), provavelmente, mais conhecidos que o filho. Além disso, há aqui também uma dimensão de poder, o familiar, oriundo da relação entre pais e filhos. Essa dimensão de poder familiar também pode estar presente nos casos envolvendo candidaturas femininas em que a “Fulana do Cicrano” é uma referência ao esposo, exemplo disso foi no caso da candidata à vice-prefeita de Thiago Campelo que, diante da necessidade de trocar seu vice, cujo nome na urna era Neguinho, optou pela esposa deste, a senhora Maria Machado Ximenes (na época, PSD), que tinha como nome de urna “Esposa do Neguinho” – como já supramencionado.

Os nomes da urna seguem variadas maneiras de apresentação, agindo como referencial, mas também procurando se conectar junto ao eleitor de muitas formas. Essas muitas formas podem ser se apresentando como alguém que está mais próximo à população, sobretudo

às classes menos favorecidas economicamente, daí o uso do termo “do povo”. O termo também parece fazer com que este se apresente como alguém que não só se encontra próximo às classes mais populares como alguém que pertence definitivamente a esse grupo.

Outro recurso ao qual candidatos lançam mão são os de nomes que fazem referência à profissão. Nesse caso, são comuns uso de categorias como “professor” seguido do nome do candidato (ou o contrário: nome do candidato seguido de “professor”) – a referência a essa categoria cumpre papel importante, uma vez que traz consigo a noção de profissional que cuida da educação, que pode ser valorizada pelo grupo político ou pelo candidato, e, em razão disso, ser espécie de bandeira política dos que disputam vaga seja no legislativo ou no executivo.

Comum e associado a uma tradição na política está o uso do “doutor(a)”, utilizado quase que exclusivamente por profissionais de saúde (especialmente, formados em medicina) e advogados, mas também por pessoas possuidoras de capital econômico (oriundas de famílias tradicionalmente ligadas ao poder político) e que não necessariamente detenham tal formação e/ou titulação, o uso do termo é também uma marca histórica na política brasileira, sobretudo, a dos pequenos municípios. A figura do “doutor”, de alguma maneira, chegou a se forjar paralela à decadência da figura do coronel da República Velha, conforme sugere Barbosa Lima Sobrinho em prefácio à obra de Leal (2012). Toda essa questão, provavelmente, persistiu com a presença de novos contornos e permanência de outros, parecem forjar o capital político de candidatos(as), muitas vezes, a partir do conjunto de relações tecidas cotidianamente devido ao seu ofício de assistir pessoas – assistência que frequentemente é interpretada como “ajuda” – pode gerar uma “dívida” do “assistido” para com o profissional com pretensões político-eleitorais. Continuam, em muitos casos, tendo origem social de setores de classes média ou média-alta, podendo haver casos em que a origem social está nas camadas mais populares.

Recorrer ao local de origem em nomes como “Fulana da Lagoa”, “Cicrana das Furnas” ou “Beltrano de Caninhas” (nomes de localidades de Aracoiaba) também são formas de facilitar a identificação ante o eleitor, bem como se colocar como representantes legítimos desses mesmos lugares. Ainda que o sistema eleitoral brasileiro se utilize do voto proporcional e não o voto distrital, é bastante comum a presença de comentários que levam em consideração o fato de que algum distrito não possui representante na Câmara Municipal de Aracoiaba – esta noção está presente na fala de candidatos bem como de alguns eleitores. Além disso, como tende a ser mais comum que vereadores venham a ter votação mais expressiva em seus distritos onde possuem maior atuação (e vice-versa), e como algumas vezes o candidato possui vínculos há algum tempo com o distrito ou comunidade, especialmente nos casos de origem do candidato está relacionada ao local, a associação do nome pessoal a esse lugar ocorre mais comumente.

Empresas ou setores em que as pessoas trabalham também fornecem a possibilidade de apresentação. São nesses casos que se tornam frequentes os usos de nomes de candidatas e candidatos que venham seguidos de termos como: do açaí, da CAGECE, do sorvete, taxista, do hospital, da academia entre outras tantas possibilidades, (essas referências foram retiradas da eleição municipal de 2020).

Todas essas maneiras de se apresentar consistem, também, em uma maneira de se distinguir das demais candidaturas. São nomes que algumas vezes podem vir a chamar a atenção, pode ser a forma como são definitivamente conhecidos ou simplesmente trazem atributos a quem possa não ser tão conhecido no município.

Seguem um propósito semelhante as candidaturas de militares ou civis que, de alguma maneira, se relacionam com a temática da segurança pública. Nesse caso, é comum que o número de tal candidato termine em 190 – uma referência ao número de telefone da polícia militar. Além disso, o uso da patente no nome do candidato costuma ser comum, para candidatos militares²⁰, e, no caso dos civis, pode haver alguma referência à segurança. Embora ocorram, essas candidaturas ainda não costumam estar tão frequentes no contexto local pesquisado.

Enfim, muitas vezes o uso desses referenciais contribui tão somente como maneira de dar visibilidade à candidatura, tornando mais fácil sua identificação perante o eleitorado. Visando chamar a atenção com seus nomes, mostrando-se diferentes das demais candidaturas ou, simplesmente, apresentando-se como da maneira como são chamados no cotidiano, os nomes de urna parecem formar esse elo que aproxima eleitor e político ainda que sejam distintos entre si.

Embora haja, aqui, a intenção em abordar algumas características presentes nas maneiras em que esses grupos se apresentam e as acionam, não se pode considerar que a descrição aqui feita tenha por objetivo generalizar as características dos grupos. No entanto, os grupos políticos lançam mão de maneiras específicas de se apresentar, de modo a se distinguirem uns dos outros. É nesta perspectiva que consideramos ser possível analisar brevemente as muitas formas pelas quais alguns grupos políticos se mobilizam no momento de se apresentarem ante ao eleitorado.

²⁰ De acordo com o Estatuto dos Militares do Estado do Ceará, nestes casos, o militar entra em situação de agregação, nela “o militar estadual em serviço ativo deixa de ocupar vaga na escala hierárquica do seu Quadro, nela permanecendo sem número” (p.35). Disponível em: <https://www.pm.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/25/2018/01/EstatutoMilitares.pdf>. Acesso em: 16 out. 2020.

Como se pode observar, estando num palanque, à frente de potenciais eleitores, o comportamento e a maneira de se expressar podem ser alterados, procurando uma maneira de se apresentar, isso ocorre porque estamos na chamada região de fachada que Goffman (2011) menciona, ou seja, o “lugar onde a representação é executada” (GOFFMAN, 2011, p. 102). Assim, ali no palanque, são içados atributos, qualidades ou apelido no intuito de se conquistar o eleitorado.

2.4.3 Publicidade e eleições

“Essa eleição vai ser definida pela internet, [entre] quem tiver maior poder de barganha[...]”, disse um político se referindo aos usos políticos da tecnologia. De fato, foi possível observar algumas mudanças na maneira pela qual candidaturas se utilizaram dos recursos midiáticos – a utilização de canais de comunicação, de plataformas digitais, principalmente, Facebook e Instagram, utilizados profissionalmente e contando com equipes de marketing para a elaboração de materiais e conteúdos (tais como vídeos e fotomontagens), uso de drones para captação de imagens aéreas, compartilhamentos de vídeos via aplicativos de troca de mensagens instantâneas – para as campanhas certamente se constituiriam em uma espécie de novo padrão midiático das campanhas locais – o que nos levou a possibilidade de considera a mudança de padrão midiático publicitário (CARVALHO, 1999).

É válido considerar que a ausência de uma imprensa local ou veículos de comunicação em massa situados no município (especialmente, rádios) faz com que as plataformas digitais supracitadas se tornem os principais mecanismos de divulgação, além dos tradicionais carros de som, santinhos e adesivos (todos tendo de ser utilizados dentro dos limites legais). Além disso, devido à ausência de veículos de comunicação em massa no local, rádios existentes em municípios vizinhos (quase sempre, as de Baturité) acabam por ser ocupadas por temas locais – assim sendo, essas rádios são, por vezes, ocupadas por políticos ou pessoas ligadas a políticos do município de Aracoiaba (com interesses políticos nesse município) – como já afirmado.

Os recursos financeiros podem ser capazes de alterar o percurso de uma campanha, esse aspecto se tornou perceptível na campanha eleitoral de 2016, quando duas das mais volumosas candidaturas (em termos de recursos materiais) foram capazes de introduzir novas formas de fazer a política local. Um maior poder financeiro possibilita várias formas de engajamento em uma campanha. Cria uma estrutura de apoio que permite, por exemplo, que o candidato se desloque por entre as diferentes e distantes localidades do município, possibilita a

produção de materiais de divulgação, pagamentos de “ativistas”, de profissionais capazes de oferecer algum tipo de assessoria de qualquer área, como a jurídica (frequentemente, útil).

Além disso, o principal exemplo de como o capital econômico pode mudar o modo como essas campanhas têm sido feitas, em especial, no município analisado, provavelmente, esteja associado a uma maior profissionalização das campanhas que passaram a laçar mão, cada vez mais, de peças publicitárias, por exemplo, com vídeos elaborados por profissionais da área para utilização e divulgação nas comumente chamadas de redes sociais, além do próprio “monitoramento” dessas mesmas redes com publicações acompanhadas por equipes próprias. Sendo assim, as utilizações de recursos de marketing eleitoral vêm se tornando, por assim dizer, as novidades mais recentes em se tratando de eleições no contexto desse pequeno município.

A profissionalização da política que aqui venho mencionando também se relaciona com a política cotidiana, por assim dizer, é que com páginas pessoais em páginas como Instagram e Facebook é possível encontrar as muitas ações e realizações de políticos, como prefeito, vice, secretários e vereadores. Algumas dessas páginas seguem padrões em suas publicações, nas mensagens nelas presentes, sendo o perfil, algumas vezes, controlado ou utilizados por administradores que não esses políticos, propriamente ditos. Obviamente, a intenção nessas postagens de internet consiste em apresentar um político atuante frente à sua comunidade, junto ao município.

Além da internet, deve-se considerar também o rádio. Embora o município de Aracoiaba não conte com emissoras, na maioria das vezes, Baturité (o município vizinho) acaba por ser o “lugar” por onde parte da política local se desenvolve e consegue atingir uma quantidade maior de eleitores. A partir de programas cujos membros ou participantes contestam ou apoiam governos ou lideranças aracoiabenses, temáticas locais são exploradas via rádio, fazendo chegar a ouvintes informações sobre governos, administradores e/ou opositores – é esta uma das maneiras pelas quais, em períodos eleitorais ou não, informações circulam, reputações políticas se forjam e percepções acerca da política se deformam. Assim, algumas vezes, passam a integrar conversas cotidianas, estando presentes nas falas de eleitores, e também de políticos que apoiam o governo.

Por não possuir rádios em Aracoiaba, não há também espaço para a Propaganda Eleitoral nesse veículo, uma vez que as rádios locais que alcançam a cidade pertencem a municípios vizinhos, apesar disso, o rádio e seus programas voltados a reportar o que acontece no Maciço, especialmente no que tange aos assuntos políticos, não são uma novidade, já existiam, no entanto, sua utilização com fins de marketing político, com propagandas veiculadas em intervalos comerciais, dão o tom ou o caráter elogioso a governos e,

especialmente, a prefeitos. O contrário também pode ocorrer quando programas podem veicular denúncias envolvendo irregularidades ou simplesmente reclamações acerca da administração – o que pode marcar negativamente.

Neste contexto, políticos podem participar de programas de rádio, presencialmente ou por telefone; integrantes desses veículos podem ser próximos de lideranças e, a partir disso, manifestarem-se favoravelmente a governos ou políticos em detrimentos de outros; programas podem manter um espaço mais voltado a reclamações por parte da população; governos podem ter suas atuações enaltecidas, divulgadas com mais frequência. Enfim, genérica e resumidamente, grosso modo, costuma ser esta a maneira pela qual política e mídia local se inter-relacionam.

Essa profissionalização da política contribui, portanto, para se forjar uma imagem junto à população, junto ao eleitorado. Não somente no período eleitoral como no interregno desse período. Desta maneira, a internet e a profissionalização da política supracitada se relacionada com o cotidiano da política, aliado ao marketing, transformam campanhas, candidaturas, mas também a política realizada no dia a dia em um produto a ser apresentado às cidadãs e aos cidadãos.

Aliás, ainda nessa ferramenta (a do marketing), conforme salienta Kuschnir (1996), “o produto precisa ser *humanizado* – inserido num universo social específico -, para que o consumidor possa distingui-lo de outros produtos aparentemente iguais” (p. 186 e 187). Esse marketing pode visar à aproximação junto ao eleitorado, mas também apresentar uma imagem que o distinga, como se tem apresentado aqui – de todo modo, o que se observa em relação a isso, é sua importância cada vez mais frequente, em campanhas e no interregno destas, visto que algumas lideranças podem manter sua atividade com olhos voltados ao próximo pleito.

Candidatas e candidatos lançam mão destes recursos e técnicas de marketing e, assim, conseguem pôem em funcionamento uma série de símbolos capazes de alterar ou reforçar as formas como se apresentam junto à população com quem convivem ou já conviveram – ou ainda, entre aquelas e aqueles que pretendem conhecer a fim de obter adesão à sua campanha e, conseqüentemente, o voto. Podendo também perpassar suas maneiras de falar, se vestir, e se comportar, de modo geral.

O teatro da vida cotidiana (chamemos assim) ganha, assim, novos personagens que, no contexto eleitoral, apresentam-se não mais como aqueles com os quais as pessoas que no município habitam e conviveram, ainda que distantemente, com estes políticos estão acostumados a ver. A insistência na tentativa de acionar novos atributos a si mesmos por meio destas técnicas de marketing, seja em períodos eleitorais ou não, pode criar algumas distorções

acerca da imagem a qual o candidato ou candidata pretende forjar. “Agora o candidato Henrique Castro só aparece nas fotos com a família, tudo é família agora”, questionou uma mulher ao comentar com tom de suspeição acerca das mudanças de comportamento de um dos candidatos em páginas de divulgação.

Para este caso último, a insistência do candidato em acionar a noção de família pode ser reflexo ou, simplesmente, ter relação próxima com um contexto social mais amplo, o da política nacional, em que a noção de família é acionada na intenção de obter voto de grupos mais sensíveis a uma pauta em que uma noção ou configuração específica e idealizada de família seja promovida.

Em síntese, a profissionalização da política e sua conexão com o universo digital parecem ser, senão uma tendência que passará a estar presente cada vez mais nas eleições locais, pelo menos já sinaliza como uma mudança quando comparada com eleições anteriores. Não por acaso, um candidato a prefeito entrevistado chegou a comentar que não tinha dúvidas de que as eleições seriam decididas cada vez mais pelos celulares (referindo-se à internet e aos recursos tecnológicos) – assim, não se trata de aderir à sua fala, mas de observar como o uso de recursos tecnológico vêm aumentando. Curiosamente, o interlocutor, nessa conversa, ao se referir ao celular, segurava o próprio que sequer possuía acesso à internet e ao falar sobre esses novos recursos, falava como se ali estivesse a comentar acerca de uma tendência para um futuro próximo (e que talvez já estivesse sido ultrapassado).

Ao longo deste trabalho, ficou evidente que noções como a de carisma adentram contextos sociais, como aspectos que possibilitam não exatamente uma explicação para os casos envolvendo a centralidade de líderes políticos e suas influências sobre seus grupos. Não se trata, evidentemente, de considerar como sendo essa a única possibilidade de compreensão, no entanto, traz contribuições que em termos teóricos merecem a devida atenção – uma vez que a afinidade, a aproximação, a adesão e a fixação a certas figuras políticas poderiam ser interpretadas por uma dimensão a partir do que se poderia considerar como sendo carisma.

Aprofundar tal debate acerca desse conceito (carisma) não é o escopo desta pesquisa, visto que seja complexo e vasto, devendo-se considerar, ainda, que parte desses estudos se refere ao campo religioso. É o caso do conceito de carisma, que se refere ao fato de que a referência clássica a Max Weber²¹ e a concepção acerca de carisma está associada a uma

²¹ Segundo Campos, “Max Weber, em *Economia e Sociedade* (1994), define carisma como ‘uma qualidade pessoal considerada extracotidiana (na origem, magicamente condicionada, no caso tanto dos profetas quanto dos sábios curandeiros ou jurídicos, chefes e heróis de guerra) e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos

dimensão de dominação (dominação carismática), quando aqui, no caso analisado, não se trata propriamente de uma dominação, senão de um exercício de poder, ou influência, se quisermos tomar esse conceito de forma ampla. Além disso, segundo Campos (2011), pode-se ainda seguir algumas críticas apontadas por Pierre Bourdieu à noção de carisma de Weber, ao considerar que este estabeleceu o conceito de maneira excessivamente subjetivista, sendo esta decorrente da tentativa de o autor extrair da religião aspectos sociais e econômicos, propondo a necessidade de considerá-lo – o carisma – a partir de dimensões objetivas, de modo a ser definido de maneira social e economicamente a partir do capital religioso (CAMPOS, 2011).

No entanto, agora realizando críticas a análise bourdieusiana, Campos (2011) considera que essa perspectiva “restringe nosso olhar às esferas institucionais e da liderança, deixando de fora dela a necessidade de o carisma circular e ser compartilhado para que a mensagem religiosa (‘a boa nova’) também circule e se propague” (CAMPOS, 2011, p. 1019). Deste modo, a pesquisadora reconhece as condições sociais em que o carisma é produzido e propõe “também incluir na análise a maneira como a profecia é propagada, isto é, como circula” (*ibidem*, p. 1019).

Para Campos (2011), a crítica de Bourdieu endereçada a Weber é importante “para não cairmos num subjetivismo extremo das qualidades individuais extraordinárias [...]” (CAMPOS, 2011, p. 1019), enquanto na análise de Bourdieu temos uma restrição às dimensões institucionais e à figura do líder, sem levar em conta a circulação do carisma, chamada de “boa nova”; para ela, “o sucesso do profeta ou do líder carismático depende, para além de suas capacidades extraordinárias – que numa linguagem bourdieusiana são os capitais social e econômico” (op. cit. p. 1019), dependendo, portanto, como já afirmado, “de sua capacidade de compartilhar e fazer circular o carisma” (op. cit., p. 1019).

Seguindo a mesma proposta supracitada, marcada por essa circularidade e o compartilhamento de “carisma”, inclusive de maneira midiática, o mesmo pode-se dizer de políticos locais em meio à sua popularidade atualizada no contato com os eleitores a partir da imprensa, nos *jingles*, no corpo a corpo (no contato com o eleitorado, seja em período eleitoral ou não), incluindo, também, as próprias famílias por meio das quais o carisma ou os capitais circulam de modo mais “legítimo”, além dos próprios rumores e fofocas. Enfim, materiais de campanha dos mais variados (tais como santinhos, adesivos em carros ou em roupas), entrevistas, visitas, reuniões, além dos comícios.

específicos, ou então toma-se essa pessoa como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como ‘líder’” (Weber, 1994, pp. 158-159 *apud* CAMPOS, 2011, p. 1018).

Este trabalho não consistiu no questionamento dessas bases, embora possa tomá-las como referências de um contexto sócio-histórico e cultural sobre o qual se dedicou a pesquisa e que pode ser alvo de mais problematizações na tentativa de enriquecer o debate. A pesquisa se debruçou sobre essas “relações informais”, que se estabelecem “por afinidades”, no seio de famílias que na política possuem lideranças cuja atuação e relações se dão de maneira personalista. Tudo isso na tentativa de compreender como se inter-relacionam políticos e eleitores.

2.4.4 O último comício: o comício da vitória

O que foi brevemente descrito anteriormente, guarda semelhanças com o que acontece em outros comícios, aos quais foi possível estar presente. Neste outro, ativistas vestiam blusas de cor Amarela – a cor do grupo naquele ano de 2016. Do palanque são anunciadas as presenças de pessoas variadas (tal como acontece no grupo supramencionado). Também não deixou de ser anunciada a manga, a fruta: “daqui a pouco, [tem] manga para todo mundo!” – fala o locutor em tom de brincadeira para com o público ali presente, fazendo referência à figura de Antônio Cláudio Pinheiro, apelidado durante a campanha, ou pouco antes desta, de “chupa manga”. Tanto entre aqueles que integravam o grupo de Pinheiro como entre os seus opositores, há uma referência a este como sendo chamado de “chupa manga”. Tal alcunha provavelmente se explica pelo fato de que ele teria sido chamado de “chupador de manga” em um comício, como forma de insulto. O que seria uma referência a seu estilo e forma simples de ser, mas também à sua origem social (de estratos sociais mais baixos) e escolaridade. Além disso, traz também algumas possibilidades de se pensar acerca da percepção em torno do ideal de um político que alguns carregam, de que alguém de posição social que não pertença a grupos sociais dominantes seja alvo de estranhamento e piadas ao disputar eleições entre membros daqueles grupos. Além disso, como é perceptível, o termo passou a ser positivado e tomado como autorreferência ao grupo em questão. Estamos, enfim, no último comício do grupo – que frequentemente é chamado comício da vitória – numa espécie de antecipação do futuro.

O comício segue e os números de candidatos são anunciados. Nas falas do locutor há uso frequente das expressões como “festa” e “alegria” para definir aquela noite, aquele momento, aquele evento. O locutor, professor universitário de uma Instituição de Ensino Pública, aos gritos, tenta interagir com as pessoas ali presentes: “é 45 ou não é?!", “o nosso

prefeito é Antônio... Cláudio [respondem os presentes] nossa vice é a Dona... Bill [respondem os presentes]”. Manter o público envolvido com o que acontece no palco é um desafio para esses locutores, este, aliás, professor efetivo, permite-nos observar as complexidades das relações tecidas entre esses agentes e os candidatos, uma vez que seu pai mantém proximidade histórica com grupos políticos locais.

Em duas das três campanhas que disputavam a prefeitura local, foram utilizados, com relativa frequência, drones. A utilização do drone é provavelmente a novidade e o recurso tecnológico mais moderno utilizado na campanha eleitoral de 2016, que se repetiu na campanha da eleição suplementar de 2019 e na eleição municipal de 2020. Pode-se afirmar que, aliado ao uso das chamadas redes sociais coordenadas por equipes de profissionais de marketing político e eleitoral, ajudaram a forjar uma espécie de novo padrão midiático das campanhas eleitorais nesse pequeno município, especialmente entre as candidaturas que contavam com maiores recursos financeiros. São mudanças que, aparentemente, marcam aquilo que deve ser uma tendência na maneira de fazer campanha, conforme apresenta Carvalho (1999) acerca do padrão midiático-eleitoral da política cearense.

O locutor continua e diz: "Vamos mostrar que somos ‘ficha limpa’” e segue afirmando que tem “proposta” e que “tem candidato”. Na interação com o público afirma ainda que o Wesley Safadão estaria vendo toda aquela mobilização – uma tentativa de fazer o público presente demonstrar maior animação. O locutor traz pontos importantes, a noção de “ficha limpa”, que na percepção local (como na de muitos outros lugares), ganhou um status diferenciado, associado a aspectos como honestidade, probidade e correção. Na locução ele também busca enaltecer a figura do candidato, mostrando-o como alguém que possui proposta para o município, estando qualificado como candidato. Por último, apega-se a uma espécie de trunfo, ao mencionar o nome de um cantor de forró, cuja mãe é a candidata a vice-prefeita no grupo que realiza o comício.

Nas falas de candidatos há referências a perseguições políticas que seriam praticadas, evidentemente, pelos outros, pelos grupos opositores. Na fala de uma das candidatas, corroborada pela do locutor, em sua justificativa tal fato ocorreu por eles terem feito o que, em sua opinião, seria melhor para o povo, por terem feito o que consideram ser o bem (aqui a referência é o processo que pedia a impugnação da chapa por doação de ambulâncias à prefeitura que teriam sido feitas fora do prazo estabelecido em lei, o que inviabilizaria uma candidatura, além de outras questões relativas a esse processo aqui já mencionadas). Essa categoria (perseguição) está presente em muitas falas, sendo até mais comum entre eleitores

que se queixam de atitudes tomadas por gestores que, de alguma maneira, agem para tentar inviabilizar o trabalho de servidores públicos ou prejudicar as pessoas de modo geral.

Ainda acerca desse pedido de impugnação da chapa, é comentado que esta teria sido motivada para impedir que eles (o candidato a prefeito e sua vice) “ajudem” às pessoas do município. Assim, o ato realizado em período impróprio para tal é, portanto, ressignificado, sendo apresentado como uma tentativa de “ajudar” aos munícipes. Além disso, passa-se a julgar negativamente os que moveram a ação judicial, uma vez que estariam prejudicando aqueles que estariam tentando “ajudar”.

Já em outro comício, assim como no grupo opositor, também encontramos as noções de “ficha suja” e “ficha limpa”. Ela está presente na fala do locutor e também de candidatos. A ela tem sido dada muita importância, principalmente devido ao temor de que a campanha venha a ser impugnada em decorrência ou não da chamada “Lei da Ficha Limpa”, que pode inviabilizar candidaturas e até mesmo a posse de candidatos que possuam pendências judiciais.

Com fogos, música, bandeiras, gritos, pessoas cantando, barracas vendendo lanches rápidos, casais namorando, o comício segue. As falas de candidatos e locutores algumas vezes ganham um tom de informalidade e alegria, algumas vezes são mencionados os nomes das localidades, na tentativa de interagir com o público presente.

Em outros momentos são feitas referências ao senador Tasso Jereissati, afirmando-se que este estaria deixando “a porta de seu gabinete escancarada” – numa referência de que este estaria disponível para os candidatos do partido ou mesmo do grupo, aliás, uma maneira de demonstrar como o grupo pode se articular em prol de apoios, serviços e “ajudas” aos munícipes. Mostrando a intenção de se forjar uma rede de inter-relação capaz de mobilizar bens e recursos, mas também de se mostrar o poder e influência do grupo, supostamente capaz de se estender até o Senado Federal.

Em outras falas, busca-se atingir os opositores chamando-os de “saruês”. Isso é dito em tom de informalidade, de sarcasmo, ou de raiva e menosprezo em certos momentos. O termo é ainda, como já supramencionado, uma referência a um *remake* de novela (*Velho Chico*) que na época era exibida, na qual, entre outros elementos, era apresentada a disputa política entre dois grupos familiares e um deles se chamava saruê.

Em certo momento, no palanque, o locutor tenta chamar a atenção para a grande quantidade de pessoas ali presentes e pede que fiquem somente os candidatos devido a quantidade de pessoas que ali se avolumavam. Esse lugar de destaque, que procura posicionar políticos em cima e eleitores em baixo reforça, naquele momento, a conjuntura de poder que

ali se reproduz. Quem pode falar e quem ouve são dois polos de uma relação entre desiguais que se reproduz ali e muitas vezes, no cotidiano (PALMEIRA, 1996).

Alguns candidatos são apresentados de acordo com o lugar onde moram e dizem representar, outros de acordo com suas profissões ou locais (empresa) em que trabalham, outros ainda de acordo com causas que pretendem levantar, que algumas vezes se relacionam com o trabalho que realizam. Nesse sentido vem Suelen Seixas, apresentada como sendo da educação; Lorena Ximenes, que afirma falar em nome “da classe LGBT” – essas, por assim dizer, são as fachadas já citadas anteriormente (GOFFMAN, 2011), isso, mais do que marketing, ajuda a situar essas candidaturas dentro do universo político do município.

O candidato Rafael Torquato traz em sua fala dois aspectos passíveis de serem analisados, o primeiro deles está no enaltecimento de famílias do município, que, para ele, são tidas como importantes pelas pessoas nele presente, essa importância, em sua fala, parece remeter à posição que ocupariam nos contextos políticos e socioeconômicos locais. Segundo porque, agora falando de si e de suas atitudes, associa a Deus o conjunto de boas ações praticadas por ele em relação às pessoas – aspecto que se assemelha à fala de um político entrevistado, cujas “ajudas” são interpretadas como atos tomados de alguma religiosidade, em sua relação com os eleitores.

Na sequência, mais candidatos se apresentam. No telão do palco, além de ênfase na logomarca e na legenda da campanha, também é utilizado para exibição de depoimentos de eleitores, parentes de candidatos e aliados dos governos destes. As falas e narrativas positivas são proferidas, muitas vezes, em tom de agradecimento às ações dos candidatos e contribuem como um elemento capaz de agir sobre a imagem do candidato, dando-lhe uma fachada, para utilizar novamente os termos de Goffman (2011), de alguém que realiza boas ações. Aliás, essas ações são, muitas vezes, classificadas como “ajudas”, e está no anúncio da candidata a vice-prefeita, apresentada como alguém que “ajuda” – enfim, chega-se em uma das falas mais esperadas, a da vice e a do candidato a prefeito.

No momento em que o candidato a prefeito e a candidata à vice são anunciados, o locutor canta: “eu sou 45 / com muito orgulho / com muito amor”. Algumas pessoas gritam “Antônio Cláudio!”. O locutor anuncia que há uma estimativa de 10 mil pessoas (o eleitorado de Aracoiaba tem pouco mais de 22 mil, enquanto o número total de habitantes é de 26 mil). Exageros podem acontecer e buscam criar um ambiente de grande entusiasmo e festividade. Incontáveis fogos são lançados e as luzes do palanque brilham intensamente. No último comício, a fala dela é relativamente breve, a dele, um pouco mais prolongada – no geral, fala-

se de acusações, da vontade em “ajudar” e há uma afirmação de que não “persegue”. A noite avança e o comício finda e com os desejos de boa noite, as pessoas ali presentes se vão.

2.4.4.1 O último comício Edim da Bill na eleição suplementar

Muitos dos acontecimentos em eventos se repetem, como se pode observar, no entanto, tem sido importante expor a maneira como nesses eventos, principalmente, na fala daqueles que neles estão presentes, é possível encontrar aspectos que nos permitem compreender as muitas percepções acerca da política e dos fenômenos que nela ocorrem.

Em uma das primeiras falas, neste que seria o último comício de Edim da Bill, é possível encontrar referências em relação à existência de “perseguições” (acusação também realizada pelo grupo opositor, não importa qual). No evento, onde deputados também estavam presentes, um deles declara vir afirmar o apoio do governador (o que pode parecer controverso, visto que a oposição reivindica o mesmo, inclusive com vídeos do próprio governador) e, além disso, como em outros eventos, deputados são apresentados como pessoas que podem “ajudar” o município a “se desenvolver”.

Ao longo das falas no palanque, é reforçada a ideia de que aquele é o “lado do bem”, “turma do bem”, “família do bem” que todos estariam em nome do “bem do município”. Essa noção, especialmente a primeira, é frequentemente repetida – quase como um mote de campanha publicitária. A noção de família busca criar um efeito de proximidade e confiança, Comerford (2003) encontra tal termo utilizado em referência ao sindicalismo.

A locução segue também sem deixar de mencionar a presença de pessoas consideradas por eles como importantes (caso contrário poderiam não ser mencionadas), afirmando ainda se tratarem de “famílias tradicionais”. Enquanto isso, José Teixeira é apresentado como alguém que será candidato a deputado (dando a entender que o grupo de Ary Teixeira espera receber esse apoio em troca, uma vez que este apoiou o grupo de Valmira Oliveira). Este, aliás, rechaçou, em sua fala, qualquer possibilidade de que naquela união entre grupos políticos (envolvendo o seu, o de Oliveira e o de Pinheiro) teria ocorrido a troca de cargos ou se vendido, e, em certo momento do comício, recebe e concorda com o pedido, feito no palanque, para que assuma a secretaria de saúde do município (pedido feito como se desse de maneira espontânea ali no palanque) caso a chapa venha a sair vencedora das urnas – o que é uma maneira de se atrelar ainda mais à figura de Teixeira.

A fala de alguns como a do locutor e a do ex-prefeito fica em torno de uma abordagem policial ocorrida dias antes em relação a um correligionário. Sobre esse acontecimento o ex-prefeito chega a afirmar que ele se deu por influência política, enquanto o locutor convoca todos a falarem “ditadura, não”. Paralelo a isso, o próprio policial não manifestou, durante toda a campanha, qualquer posicionamento favorável a quaisquer candidatos. Alguns fatos, como esses, são algumas vezes politizados e ampliados de modo a tentar mobilizar votos. Neste caso, o fato gerou processos de ambas as partes.

Esses posicionamentos acabam por gerar uma divisão em que se parece estar travando uma luta do bem (presente nas expressões “turma do bem” ou família do bem”) contra o mal. Com as devidas adaptações, esse processo lembra aqueles descritos por Girardet (1987), associado ao mito da conspiração, nos quais os processos sócio-históricos seriam marcados por complôs – no caso espanhol, o grupo opositor é aquele que atuaria na intenção de impedir o “lado do bem” de atuar para “ajudar” e trazer o “desenvolvimento” ao município. Enquanto isso, os aspectos negativos, incluindo aqui a “perseguição” – são associados ao opositor, tornando notáveis responsáveis, portanto, pelo que o município não apresentaria de positivo.

Ao final, como em outros momentos, a fala do candidato foi bastante breve, fala esta na qual tratou, entre outros aspectos, de não se importar em estar com o pai e a mãe cassados, além da presença de Teixeira (que já teve candidatura impugnada) – falando também de seu orgulho, especialmente pela mãe. O comício se encerra, todos vão se dissipando do local. Dali a alguns dias se saberá quem será o novo prefeito do município. E assim, repetindo-se o ciclo tão comum em outros municípios, a hereditariedade política mostra sua face explícita no município, onde os filhos são herdeiros políticos de seus pais. Esse processo de transferência pode ocorrer de maneira diversa, mas sempre com a marca e presença expressiva dos pais, como no caso descrito por Kuschnir (2000), no fictício bairro Roseiral, na cidade do Rio de Janeiro, no qual a filha de deputado vai se transformando em herdeira política ao longo de um tempo.

2.4.4.2 Carreatas e Passeatas: a mobilização nas ruas

Tem-se tentado demonstrar como o cotidiano do município é alterado com a “época da política”, essa alteração, decorrente das disputas e da marca agonística do período, altera hábitos corriqueiros com a incrementação de novos ritos que passam a integrar o cotidiano local, tais como as carreatas, as passeatas e os comícios já apresentados. Todas essas mudanças são assim descritas por Palmeira (1994)

A campanha eleitoral “posta na rua”, a fisionomia habitual dessas localidades se transforma. Os cartazes de propaganda, com fotos de candidatos, e as cores que identificam os diferentes partidos ou alianças partidárias, em faixas e bandeiras, oferecem uma visão desses aglomerados que não se tem em outros momentos. Mas, sobretudo, muda a geografia social. Lugares “novos” ganham destaque. É o caso dos “comitês eleitorais”, espécie de quartéis gerais das campanhas, que, instalados alguns meses antes das eleições e desativados, em muitos casos, antes mesmo que as urnas tenham sido abertas, apresentam um poder de atração que os diretórios partidários não conseguem ter ao longo do ano (PALMEIRA, 1994, p. 33).

No município pesquisado, essas alterações também foram prontamente percebidas, em um desses eventos, depois dos costumeiros anúncios durante o dia, ao chegar o horário marcado e após algum período de espera, a carreata se inicia. O objetivo é realizar um giro pelas principais ruas da cidade. Cumprimentando eleitores, Teixeira segue à frente da carreata. Junto a ele, alguns ativistas, candidatos a vereador, além de familiares. Logo em seguida, um enorme carro de som, com um locutor falando em voz alta e tom alegre, tenta dar ânimo a todas as pessoas ali presentes. Músicas de campanha são executadas, motocicletas buzina, pessoas impunham bandeiras e, por vezes, gritam “Volta, Doutor” ou “É 90!”. Nos carros, em suas caixas de som, alguns executam *jingles*; em outros, simplesmente músicas de ritmo agitado, nas quais se busca esbanjar alegria.

Se em eventos como comícios, reuniões e visitas, o eleitor pode parecer menos atuante, no sentido de estar numa condição de quem se encontra mais no papel de receptor das mensagens – embora esta possa ser considerada uma visão equivocada –, nas carreatas e passeatas percebemos uma atuação mais efetiva do eleitorado, que mobilizado, nas ruas, manifesta sua vontade. Aqui, as disputas giram em torno de quem “põe” mais pessoas nessas manifestações de rua; o que não quer dizer que não deixem de haver especulações e rumores em torno da presença de pessoas nesses eventos.

Com pessoas andando a pé, de bicicletas, de motocicletas ou de carro, essas mobilizações costumeiramente são alvos de rumores. Evidenciando diferenças sociais, carros, motos e pessoas a pé, todos juntos, mostram uma política que tenta ultrapassar essas desigualdades (ao ter todos ali ao mesmo tempo), mas também simultaneamente as explicita.

Durantes esses eventos, especula-se acerca das pessoas presentes, se estariam sendo coagidas pelo político ou gestor público, também há especulações em torno da possibilidade de que os presentes nesses eventos estariam recebendo quantias em dinheiro ou recebido, ainda, propostas ou promessas. As especulações se estendem sobre o pagamento de combustível para que pessoas com veículos automotores possam se fazer presentes. Esses aspectos apresentam visões nas quais dinheiro e política devem estar separados, deixando de lado também quaisquer dimensões ligadas a interesses imediatos (um toma lá, dá cá). Uma visão que busca conceber a

política como uma instância pura, isenta de qualquer prática que signifique a obtenção de vantagens indevidas.

Figura 5 – Última passeata de Edim da Bill, com o ex-prefeito Ary Ribeiro ao centro. Em: 30 de novembro de 2019



Fonte: Foto do autor (2019).

A diferença comum entre esses dois eventos supramencionados, a saber, passeatas e carreatas, está no fato de que naquela predomina a manifestação de pessoas que, a pé, se deslocam entre pontos específicos, com alguma frequência, só se observa pessoas caminhando sem a presença de automóveis; enquanto que nesta, podemos também encontrar pessoas a pé, no entanto a presença de veículos automotivos é predominante – a velocidade lenta com que estes se movimentam permite que pessoas a pé ou de bicicleta consigam acompanhar o cortejo político.

Figura 6 - Última passeata de Thiago Campelo. Em: 29 de novembro de 2019



Fonte: Foto do autor (2019).

Além disso, a dimensão mais explícita presente em carreatas e passeatas diz respeito à quantidade de pessoas nelas presentes. É que é comum a contagem de carros e motos frequentes, o avolumamento de pessoas presentes também costuma ser alvo de observação. Esses aspectos são tidos como espécie de termômetro das preferências políticas locais – num contexto em que nem sempre se pode contar com pesquisa de intenção de voto, acompanhar tais eventos é percebido como uma das maneiras de se identificar o grau de adesão a uma candidatura específica. Além de evidenciar a existência de outras disputas dentro dessa disputa maior, que é a eleição.

2.4.4.3 Visitas a bairros e a localidades, visitas ao eleitorado

Em períodos de eleições municipais, parte da população é frequentemente visitada por candidatos que escolhem localidades e percorrem casa após casa, levando consigo uma quantidade de pessoas (de variadas idades, com predominância da faixa etária entre 18 e 25 anos) que portam bandeiras e material de divulgação da campanha, eles são chamados de ativistas.

Figura 7 – Candidatos visitam moradores do Bairro São José. Dia 24 de setembro de 2016



Fonte: Elaborada pelo autor.

O rito da visita consiste em uma caminhada por entre as ruas principais de uma localidade ou bairro, animada com músicas da campanha eleitoral do candidato a prefeito e/ou do vereador daquele local e pela presença dos ativistas empunhando bandeiras, além de curiosos, parentes e apoiadores. Por vezes, a casa já está de portas abertas, outras vezes, as pessoas estão sentadas nas calçadas. Ocorre, ali, uma série de cumprimentos aos membros da família: crianças, adolescentes, adultos e idosos são todos, ou quase todos, cumprimentados. Ocorrem alguns abraços ou beijos, certa afetividade e afagos são trocados ali. Há, ainda, a possibilidade de, eventualmente, ocorrer alguns pedidos de benefícios ou melhorias para a comunidade, para a família ou para si. Em geral, é tudo muito rápido, já que a visita precisa percorrer toda a comunidade em tempo hábil para que não haja queixas de moradores cujas casas o candidato não tenha passado. Segue a animação, as pessoas e os candidatos ao som de *jingles* e fogos.

Durante a visita, nem tudo se resume a acolhimentos e receptividades pacíficas. Algumas casas encontram-se fechadas; em outras, aparentemente o morador optou por não abrir a porta; outros, ainda, aproveitam para realizar alguma crítica ao candidato, aspecto que pode sair do controle, gerando conflitos e constrangimentos entre o político, correligionários e demais moradores da comunidade. Esses conflitos podem ocorrer quando alguém insatisfeito

com as ações do político e de seu grupo se sente incomodado com a presença do candidato e vê, ali, a possibilidade de pessoalmente expor sua indignação.

Visitas podem ser vistas a partir de certa dualidade que envolve aspectos públicos e privados. Privados, porque envolvem a ida ao endereço de algum eleitor, local de moradia; e públicos, porque, paralelo a tudo isso, se trata da divulgação de candidatura, da política, em um evento sob o olhar e a atenção de muitas pessoas.

Um candidato, certa vez, me disse que um eleitor, ao receber a visita de um determinado candidato, teria o expulsado. Os motivos para tanto estavam relacionados a desentendimentos que já se arrastavam há alguns anos, pois, para o morador que recebera a visita, o fato de estar na sua própria casa lhe dava a possibilidade de receber e tratar as pessoas ao seu próprio modo (como bem quisesse), o que lhe permitiu retribuir os maus tratos recebidos pelo candidato que realizava a visita.

Como já afirmado, esses desentendimentos podem ocorrer durante as visitas. No geral, procura-se evitá-los ao máximo, a partir da participação de assessores, candidatos e lideranças locais, indicando lugares ou casas específicas que não devem ser visitadas, na intenção de se evitar tais constrangimentos. A possibilidade de gerar conflitos, desentendimentos e constrangimentos existe, apesar de esse ser um evento bastante comum em campanhas, no cotidiano de certas comunidades nessas épocas e de cunho pacífico. No entanto, o que se observa em alguns lares é a vontade de receber e ser visitado por candidatos, conforme descreve Mattos (2012), ao abordar a política na vida cotidiana de comunidades e, entre outros aspectos, as dimensões pessoais pelas quais alguns indivíduos elaboram suas escolhas políticas e experimentam esse período em que, por vezes, políticos visitam seus lares. Heredia (1996), também acerca dessas visitas, identificou, em suas etnografias, aspectos ligados a prestígio associado ao recebimento de visitas.

2.4.4.4 Eleições e potlatch

No município pesquisado, as eleições parecem ser vividas a partir de uma dimensão que envolve a disputa por prestígio, numa grande competição entre os grupos, além de apresentarem outros aspectos. Essa competição adentra os universos simbólicos, envolvendo critérios classificatórios, como quem tem o comício com maior número de pessoas, qual carreata possui mais carros, qual comício tem maior e melhor estrutura de som, palco, iluminação e organização. O grau de animação e entusiasmo nos comícios, carreatas e passeatas também é levado em consideração.

Tudo ocorre de um modo agonístico, de forma a evocar a discussão de Marcel Mauss (2013) sobre a instituição cultural denominada *potlatch*²². Essa expressão do desafio e da competição nos possibilita pensar na dimensão agonística de formas de reciprocidade que não se restringem aos benefícios ou à feição positiva do dom. Há uma face “negativa” em determinados sistemas de reciprocidade que implica, também, na troca de desafios, muitas vezes suntuosos, em que o conflito estrutura, forma e sustenta relações dentro, fora e entre grupos.

Reconhece-se que nesses eventos não haja propriamente a distribuição de bens de qualquer ordem aos eleitores (embora haja ônibus disponíveis e muitos relatos acerca de gasolina distribuída aos veículos automotores), porém, os eventos, sejam quais forem, necessitam de algum investimento ou financiamento, o que pode requerer o emprego de volumosas quantias. É nesse sentido que o emprego da noção de *potlatch* ocorre, uma vez que é atrelado a uma dimensão de disputa, numa relação agonística. Sobre os variados gastos em campanhas eleitorais, Vilela (2004), em sua etnografia, comenta as queixas presentes nas falas daqueles que saem perdedores: “enquanto contabilizam, amargos, os gastos de suas campanhas” (p. 285), reclamam do fato de que “o eleitor aqui tá mais caro que em Recife” (VILELA, 2004, p. 285).

Esse aporte conceitual contribui para uma análise política local à medida que esta é encarada como um desafio que agrega, e (re)organiza, a sociedade como um todo, mas também mobiliza uma gama de aspectos subjetivos, como valores, visões, percepções afinidades entre grupos, além de outras possibilidades.

Em meio a rivalidades, conflitos, disputas envolvendo prestígio, carisma, eleitores, apoiadores, competições explícitas, ou não, acerca de quem detém mais influência, quem consegue “ajudar” ou “dar” mais a alguém para a conquista do voto, as eleições seguem em sua proximidade com o *potlatch*. A atenção à quantidade de recursos financeiros é, em geral, uma das principais preocupações que cercam muitos candidatos. Vendas de imóveis, terrenos, carros, campanhas “patrocinadas” por parentes em melhor situação financeira, são alguns dos recursos aos quais candidatos lançam mão para poderem manter firmes suas candidaturas e conquistarem o eleitorado.

²² No processo de sistematização do arcabouço teórico desta pesquisa, o tema da reciprocidade foi aprofundado, levando em consideração, também, a dimensão agonística da trocas e das interações por desafio ou rivalidade. Nesse sentido, além da referência a Marcel Mauss (2013), serão úteis as contribuições de Malinowski (1976) e, no contexto contemporâneo dessa discussão, as proposições de Alain Caillé (2002a; 2002b).

Figura 8 – Última manifestação política em apoio à candidatura de Ary Ribeiro. Percurso na CE-060, no dia 30 de setembro de 2016



Fonte: Foto do autor (2016).

Figura 9 – Faixa com a frase: “Volta Doutor!” levada à frente da última passeata em apoio a Ary Teixeira



Fonte: Foto do autor (2016).

Figura 10 - Última carreata em apoio à candidatura de Thiago Campelo. Pessoas seguram balões formando o numeral 12, em referência ao número do candidato



Fonte: Foto do autor [2020?].

É possível observar que o exagero nesses eventos mencionados costuma ser a tônica em que candidato e grupo político precisam demonstrar sua capacidade e superioridade frente ao outro grupo. Isso fica evidente nas falas dos próprios eleitores, que se rivalizam em discussões sobre qual candidato realizou maior passeata, qual comício “deu mais gente” ou qual reunião tinha mais pessoas. Como se pode observar, tratam-se de eventos, mas também são marcados por uma dimensão agonística – noção pela qual, grosso modo, o conflito perpassa relações, sendo nestas um elemento central (COMERFORD, 2003).

2.4.4.5 A espera pelos resultados

Logo após as 17 horas (horário oficial do término das eleições), da eleição suplementar de 2019, as pessoas já estavam reunidas nas praças, isso costuma ocorrer em outras eleições e se repetiu na eleição municipal de 2020. Alguns minutos se passaram até que os resultados de algumas urnas foram saindo e, com eles, as comemorações. Aos gritos de "eu vim de graça", eleitores comemoram cada resultado positivo nas apurações de cada sessão. Aos poucos, grupos opositores vão se dissipando, ao passo que vai aumentando a quantidade de pessoas que vieram para comemorar a vitória de seu candidato. Policiais militares que passavam são aplaudidos. Esse é um daqueles cenários em que podemos observar vários acontecimentos

simultâneos. Pessoas passam de moto, segurando malas, acompanhados de carros de som cuja música alta tem como refrão “arruma a mala aí!” – numa referência para que os grupos no poder saiam. Enquanto isso, “ganhamos!” é um dos termos que se pode escutar, assim, no plural, dando uma ideia de pertencimento ao grupo político vencedor e/ou como se tivesse tido contribuição em todo o processo.

Figura 11 – Comemoração em área central após a apuração das primeiras urnas.
Em: 15 de novembro de 2020



Fonte: Foto do autor (2020).

Nas proximidades do fórum, pessoas esperam os resultados. Como já dito, algumas pessoas acompanham por meio de aplicativos e outras a partir de informações fornecidas por correligionários espalhados por sessões dos diferentes distritos e das diferentes localidades. Ficar nas proximidades do fórum do município já foi mais comum, mas com as ferramentas de comunicação, não tem sido mais tão frequente.

Após toda a tensão em meio à apuração, veio a confirmação oficial. As comemorações em torno daquela, que é uma das principais praças do município, se intensifica. Com o tempo, Thiago Campelo chega e é, como em outros momentos, trazido nos ombros, aos gritos de “eu vim de graça!” – reforçando a ideia de que tudo teria ocorrido sem o intermédio do capital econômico ou como se tivessem superado aqueles que se utilizam de tal fim. “Vir de graça” pode ser interpretada como um reflexo de uma espontaneidade que acontece sem que se esteja ali em decorrência do recebimento de algum recurso material em troca, ou mesmo que existam interesses econômico presentes.

Esse é um tema que se aproxima de questões como as observadas por Vilela (2004), que tratou as muitas facetas pelas quais essa questão envolvendo política e dinheiro se encontram, algumas vezes, em condição de proximidade, bem como em Palmeira (1994) e Palmeira e Heredia (2010). Nesta pesquisa, o dinheiro para a conquista do voto, numa troca imediata, é prática percebida e distinta de outras, na visão de eleitores.

Em sua fala, aborda a força econômica do opositor, a corrupção, compra de votos (estes dois últimos temas eram frequentes nesse grupo e no oponente – ou seja, a acusação era como sempre foi, mútua). Esboça expressões de choro e emotividade e, ao fim, é pedido para que todos façam uma oração para o candidato que, supostamente, pegaria a prefeitura em más condições (queixa comum entre novos grupos que ascendem ao poder).

Figura 12 – Orações ao prefeito eleito



Fonte: Foto do autor (2019).

Pessoas bebem no local. Toda a fala já finalizou. Thiago cumprimenta as pessoas e faz fotografias. O som é bastante alto. Dois carros cuidam da parte sonora. Músicas da campanha eleitoral e aquelas que procuram reforçar a vitória, mas também a derrota do opositor, animam os que ali ainda se encontram. Nessas músicas, letras como “Se prepare pra uma lapada” e “arruma a mala aí”, principalmente. Em outras músicas, sons de choro, em outras uma voz fala repetidamente “não fez nada, não fez nada”. As pessoas estão alegres. Dançam. Soltam fogos. A quantidade de pessoas já diminuiu consideravelmente.

O locutor, o mesmo dos outros eventos, costuma saber acionar elementos simbólicos. Realizam duas vezes a oração do Pai Nosso, a primeira agradecendo e de mãos dadas; e a segunda de mãos levantadas para abençoar Thiago Campelo, justificando que ele enfrentará dificuldades em sua gestão. Em certo momento, um homem fala que, há anos, Milton Belo (político que dá nome ao distrito homônimo) tomara posse como vice-prefeito, hoje, Selma Maria Bezerra Gomes (da mesma região que aquele), realizava o mesmo feito. Essa noção de representatividade de localidades dentro de uma campanha ainda parece ser um aspecto importante nas eleições. As comemorações seguem de modo espontâneo ou improvisado e já caminham para a finalização. As pessoas se dissipam enquanto poucas ainda ficam no local, assim finaliza a comemoração daquele pleito e se fica à espera da posse do prefeito eleito e de sua vice.

Tudo ali são falas, gestos e símbolos. Tudo teatralizável, pode-se dizer, não só nesses eventos escritos, mas também nas campanhas eleitorais como um todo. Estas, como afirma Barreira (1998): “as campanhas teatralizam, exacerbam e estereotipam o que aquilo que na cena cotidiana parece pálido e desfigurado de interesse [...] também suscitam o inexorável, aquilo que foge as previsões” (p. 217), continua a autora: “a teatralidade encontra-se repetida no aperto de mão, na fala cantada, em tons agudos dos comícios, enfim, na apresentação que acompanha os processos de delegação de poderes e construção da vontade coletiva” (BARREIRA, 1998, p. 217).

3 RELAÇÕES E CONFIGURAÇÕES POLÍTICO-ELEITORAIS

3.1 “O homi” versus “a muié”: polarização e personalidade no voto

Durante parte dos anos de 1990 e início dos anos 2000, Francisco Ary Ribeiro Teixeira e Marilene Campelo Nogueira formaram os dois principais grupos políticos do município, ou pelos menos, os de maior votação e expressão, chegando, muitas vezes, a se polarizarem de forma bastante intensa. É importante considerar que já estiveram como aliados, uma vez que ela já fora sua vice-prefeita (fato ocorrido nas eleições de 1988²³). O rompimento e o processo de formação de um grupo opositor fizeram com que, ao longo dos anos, as disputas pelo executivo municipal se tornassem bastante comuns e acaloradas entre esses dois grupos, o que levou à formação de apelidos como mecanismo de insulto ou mesmo de identidade do grupo (quando o insulto é ressignificado); é o caso dos termos “gafanhoto” e “vampiro” como referência aos grupos de Nogueira e Teixeira, respectivamente.

Ao menos no período das eleições, é comum a referência a Francisco Ary Ribeiro Teixeira como “o homem” ou “o homi”. De modo semelhante, Marilene Campelo Nogueira é “a mulher” ou “a muié”. Ambos os termos podem ser valorados ou tratados de maneira pejorativa por seus apoiadores ou opositores. No entanto, há de se considerar que no contexto de uma sociedade majoritariamente com marcas do machismo, a valorização do masculino pode se sobrepor ao feminino, inclusive na escolha ou preferência política. Todavia, é possível que em certos momentos esses aspectos se subsomem. Considere-se, ainda, que a referência a tais termos nem sempre acontece, sendo mais comum a utilização de seus respectivos nomes antecipados pela alcunha “doutora” e “doutor”. Desse modo, temos a “Doutora Marilene” e o “Doutor Ary”, sendo ela advogada e ele, médico.

Embora se esteja dando ênfase a esses dois grupos, é válido ratificar aquilo que já fora afirmado aqui e que é parte importante desta análise acerca da política local: o fato de que outros grupos existem no contexto local. Não é raro que existam mais de duas candidaturas, embora, algumas vezes, a polarização acabe predominando e se repercutindo na expressiva

²³ Naquela eleição, os então aliados venceram os candidatos Antonio Joaquim de Oliveira Neto (PMDB) e José Nobre Gadelha, por 5.929 a 3.626 votos. Dados extraídos de: <https://www.tre-ce.jus.br/eleicao/resulta-dos>. Acessado em 08 de outubro de 2020, às 17h34min.

votação dividida pelos dois candidatos polarizados (ou, simplesmente, mais votados), em comparação ao(s) outro(s) candidato(s) que disputam o pleito.

Por vezes, em alguns momentos, pela fala das pessoas em conversas informais, parece existir o desejo de que haja apenas duas candidaturas – no sentido de que o terceiro ou quarto candidato deveria se aliar ao longo do processo eleitoral, antes do início deste ou logo depois. Outras vezes, também por essas mesmas conversas, percebi como as concepções sobre essas candidaturas ocorrem a partir de um viés que funciona como se não houvesse espaço para duas candidaturas na conjuntura do município e isso ocorreria também, em parte, devido ao tamanho deste. Outro aspecto envolvendo as percepções acerca dos pleitos com mais de duas candidaturas pode estar associado ao fato de que a divisão da comunidade local em mais de dois grupos pode dificultar a possibilidade de se levar um grupo ao poder, uma vez que implica em dividir ainda mais os votos.

De todo modo, o que muitas vezes ocorre é que, ante um olhar mais pragmático, passa-se a dar maior atenção às candidaturas com maiores chances de se chegar ao poder – aspecto que pode pesar na escolha do eleitor, no momento de se posicionar. Outro ponto a ser considerado é que algumas candidaturas, por variados motivos, são pouco ou nada conhecidas pela população; isso pode ocorrer especialmente com as novas candidaturas, que têm de enfrentar grupos políticos que estão há décadas no poder, de modo quase fixos nas narrativas e nas memórias afetivas do eleitorado.

Pode-se afirmar que a presença no conjunto das memórias afetivas e as relações entre políticos e eleitores contribuem para a permanência dos nomes dessas candidaturas entre o eleitorado. Isso ocorre, principalmente, quando consideramos eleições que antecedem os anos 2000, uma vez que estamos tratando de candidaturas ocorridas em períodos em que a possibilidade de comunicação em massa (com um maior número de eleitores) era algo mais limitado. Considere-se ainda que, mesmo em tempos atuais, a tecnologia da informação não está acessível de maneira uniforme entre todas as pessoas, além do mais, quando esta se encontra disponível, nem sempre a informação chega às pessoas, o que torna difícil a divulgação de novas candidaturas, por exemplo.

Os nomes de Francisco Ary Ribeiro Teixeira e Marilene Campelo Nogueira estão presentes nas eleições municipais desde o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, cada um, respectivamente. Ele, quando vencera as eleições de 1976, pelo ARENA, para a sua primeira experiência como prefeito (de 1977 a 1982), e ela, quando fora eleita vereadora pela primeira vez em 1982, pelo PDS, para o cumprimento de mandato de 1983 a 1988. Desde esse período, Ribeiro e Nogueira participam de alguma maneira das eleições locais, seja se candidatando ou

apoiando candidaturas. Além disso, deve-se considerar que suas próprias vivências cotidianas entre os munícipes, seja em períodos em que estão ocupando algum cargo na administração pública ou não, permitem que os laços com seus amigos, colegas, conhecidos, aliados e eleitores permaneçam sempre em constante atualização, o que possibilita que estejam, de alguma maneira, presentes com suas “ajudas” ou quaisquer outras formas de relacionamentos. Quando muito, em momentos em que não estão ocupando cargos eletivos, podem ainda atuar politicamente junto aos vereadores pertencentes a seus respectivos grupos, seja apresentando denúncias ou críticas a grupo no poder.

Na referida eleição em que Teixeira saíra vencedor, em 1977, as duas candidaturas em disputa pertenciam ao ARENA. Essas foram identificadas como ARENA 1 e ARENA 2, Teixeira pertencia ao primeiro. Ele apresentava como vice-prefeito Sebastião Freire Braga, e obtiveram ao todo 5.050 votos, contra os 3.981 dos opositores Antônio Joaquim de Oliveira Filho e Eugênia Maria de Castro e Silva Moura, respectivamente candidatos a prefeito e a vice-prefeita, destaque importante para esta que, provavelmente, é a primeira candidatura feminina para o executivo municipal. Considere-se que há limitações ao acesso de alguns dados oficiais e seguros presentes na página oficial do Tribunal Superior Eleitoral, tornando difícil a possibilidade de confirmar tal fato. Apesar disso, faz-se necessário considerar que a candidata em questão pertence à família de pessoas que já ocuparam o executivo local.

Paralelamente a essas disputas, Antônio Claudio Pinheiro e Maria Valmira Silva de Oliveira, integrantes inicialmente do grupo de Marilene Campelo Nogueira, firmam-se como vereadores e aliados até se tornarem candidatos a prefeito e vice-prefeita, com o apoio desta, até o rompimento com a figura que os apoiou inicialmente.

O forte acirramento entre os grupos políticos deve levar em consideração incontáveis aspectos. Entre eles podemos considerar a pouca quantidade de postulantes com chances reais de vitória, a pessoalização das relações políticas, o tradicional envolvimento com a disputa em si (em que valores pessoais, os mais variados, entram em disputa), entre outros tantos aspectos que podem fugir ao escopo deste trabalho. Meu objetivo aqui consiste em buscar compreender como as relações ocorrem entre eleitores e políticos dentro e fora de pleitos eleitorais.

Em alguns casos, as dimensões relativas a gênero aparecem especialmente no que tange à escolha de candidatos. Heredia (1996) apresenta casos em que pode existir uma predominância masculina na política, “tudo que é público, envolvendo uma relação com o exterior, é masculino, inclusive a política” (p. 56). O que não quer dizer que as mulheres sejam alheias à política. Em decorrência desse contato mais expressivo com o mundo externo, “as

ligações estabelecidas pelos chefes de família comprometem automaticamente o grupo doméstico sob sua autoridade. Por isso, o voto não é individual” (p. 56). Esses casos ocorrem, principalmente, quando se tem uma autoridade em torno da figura paterna, sobre quem também se encontra, portanto, a chefia e o sustento, conforme descrito pela autora.

Obviamente, outras maneiras pelas quais o voto se estabelece também existem no município analisado, apesar disso, o “modelo” descrito por Heredia (1996) pode ser encontrado em alguns casos específicos no lugar em questão – principalmente, quando a intenção é a unificação do voto. A descrição trazida pela autora pode contribuir para as reflexões acerca da predominância masculina na política, que se estabelece também na região analisada.

Embora a disputa pela prefeitura tenha se dado, predominantemente, durante alguns anos, entre um homem e uma mulher (Francisco Ary Ribeiro Teixeira e Marilene Campelo Nogueira) e esta tenha ocupado o executivo por três vezes (assim como o seu principal opositor, na época), a presença feminina se deu perpassada por algumas dimensões nas quais o gênero, por vezes, fora trazido para qualificar ou desqualificar candidatura.

As categorias o “homi” e a “muié” poderiam ser negativadas ou não, podendo, ainda, trazer alguma ideia de valorização ou depreciação a gênero. Eram, sobretudo, uma maneira de se referir a Francisco Ary Ribeiro Teixeira e a Marilene Campelo Nogueira. Não se tratava de uma maneira única, já que são com maior frequência chamados de “Doutor Ary” e “Doutora Marilene” ou, simplesmente, pelos termos “o doutor” e “a doutora”.

Em outros momentos, a referência a tais termos pode ocorrer de modo jocoso ou irônico em relação a quem os utiliza. Aliás, a dimensão do que é jocoso ou não no meio político passa a depender, muitas vezes, da posição política de quem fala. Elas podem ocorrer em contextos envolvendo eventos, onde pode ocorrer referências irônicas a certos candidatos (como sua maneira de ser e sua fala, por exemplo) ou comentários em tom jocoso sobre a quantidade de pessoas presentes em comícios ou passeatas.

Importante considerar que as menções aos gêneros de candidatos e candidatas, outras vezes, podem não vir a ter qualquer conotação especial (seja valorativa ou depreciativa). Pode estar associada, simplesmente, a uma maneira de se referir a lideranças sem que seja necessário mencionar os seus nomes por quaisquer motivos.

3.2 O tempo da política e o tempo da pesquisa

A campanha eleitoral, em alguns casos, oficializa o processo de adesão a um grupo político que há algum tempo já ocorria. O que se pretende afirmar é que não é nesse período marcado exclusivamente pelo “tempo das eleições” que as mudanças nas alianças políticas se instalam. Deve-se entender a adesão não como simples ato, mas como um processo que se dá, inclusive, fora do “tempo da política” – o que tem sido o foco de muitos estudos de Antropologia da Política.

Para Heredia e Palmeira (2006), para além de uma escolha, o voto tem significado de adesão, que envolve a identificação com um grupo político num processo que envolve toda a rede de relações. De modo semelhante, tenho observado como a adesão segue um caminho que nos leva a considerá-la como um processo que ocorre ao longo do tempo e que vai comprometendo as pessoas e suas famílias, muitas vezes.

É necessário compreender a pluralidade das categorias “tempo da política” e “adesão”. A primeira, porque se deve considerar que há, fora desse tempo (eleições), práticas que também podem ser consideradas como sendo próprias desse fazer política – ou seja, é possível que alguém esteja “fazendo política” sem que se esteja no “tempo”. Já a “adesão” deve ser compreendida como um processo. No contexto de uma entrevista, um interlocutor definiu como “processo” a sucessão de acontecimentos que justificavam a saída de sua família de um grupo político para outro.

Portanto, o fato de haver um período ou um “tempo da política”, não significa que a política se desenvolva exclusivamente nesse período. Na pesquisa realizada, foi possível perceber que a expressão “política” atua frequentemente também como referência à esfera institucional do poder (partidos ou governos, por exemplo). Sendo assim, a política não é exclusividade de uma época, pois é possível estar fazendo política ou falando coisas de política mesmo quando não se está vivendo o tempo eleitoral. Outros tempos também existem e têm suas implicações sobre o fenômeno da política.

Algumas considerações devem ser feitas, é que um dos significados da expressão “política” se encontra associado a eleição, em outros contextos pode estar associado às disputas políticas institucionais ou relativo ao grupo. É nesse sentido que podemos, algumas vezes, encontrar a ideia de que alguém está “fazendo política”, o que significa estar se mobilizando ou fazendo proselitismo em prol de algum grupo ou liderança, isso pode ocorrer mesmo quando não se trata do período específico das eleições gerais ou municipais. Neste sentido, a ideia de que “política” venha a ser algo estrita e exclusivamente voltado ao período eleitoral pode não se confirmar, visto que se trata de um termo amplo e complexo de significados que podem ultrapassar a dimensão eleitoral, propriamente dita. Ainda no âmbito deste proselitismo

supramencionado se encontram algumas práticas de lideranças, especialmente aquelas que ocupam cargos eletivos, quando estas se posicionam na intenção de apoiar outros agentes ou a si mesmo, em contextos específicos.

De modo, semelhante é possível tratar dos debates e discussões acerca da política local, no contexto da vida diária, na qual se pode “falar de política” – que aqui, se relaciona ao conjunto das relações de poder localmente estabelecidas. Essas discussões podem avançar acerca da política nacional, estadual, podendo se dar de modo mais intenso quando adentra às questões municipais.

Com isso, quer-se considerar que, embora haja um “tempo da política” – conforme Palmeira e Heredia (2006) consideram em seus achados, nos lugares em que realizaram pesquisa – isso não quer dizer que a “política”, no sentido das relações de poder institucional, sejam exclusividade do período eleitoral.

Em suas pesquisas, Palmeira (1996) identifica, em campo, a percepção da política como atividade não permanente, a partir da noção de “tempo da política”, na qual a “política é identificada com as eleições” (PALMEIRA, 1996: 42). O autor possibilita pensarmos nas facções, “uma forma de organização política identificada por antropólogos e cientistas políticos em sistemas políticos os mais diversos, inclusive em muitos dos chamados Estados modernos” (PALMEIRA, 1996: 43), um dos traços comuns, segundo o autor, está no fato de “não serem permanentes” (idem).

Este mesmo “tempo da política” representa, segundo Palmeira (1996) “o momento em que essas facções são identificadas e em que, por assim dizer, existem plenamente, em conflito aberto” (p. 43). Para além dos apontamentos realizados pelo autor, deve-se considerar que, no caso analisado, é possível encontrar, mesmo no interregno entre eleições, “resquícios” dessa divisão decorrente do “tempo da política”, por exemplo, nos serviços públicos (nos quais são feitos questionamentos acerca de possíveis preferências, no atendimento público, por pessoas aliadas). Além disso, os muitos imbróglis políticos e jurídicos, mesmo após às eleições, contribuem para reforçar as divisões políticas internas.

Outros pontos devem ser considerados, a saber, o fato de que nem todas as pessoas encontram-se envolvidas ou interessadas pelo “tempo da política”, e/ou não se encontram vinculadas ou próximas a lideranças – posicionando-se de maneira relativamente apática ou indiferente. É possível encontrar ainda, poder-se-ia dizer, a existência de pessoas que, embora possuam suas preferências, estão em uma espécie de condição de independência no que tange às diversas relações de poder que se estabelecem nessa época e fora dela.

Palmeira (2002) também comenta, em um de seus artigos em que faz uma espécie de revisão acerca da sua produção, sobre essa questão da temporalização. Ele afirma que em meio às comunidades por ele pesquisadas tudo era temporalizável. Assim, “a sociedade não é dividida em parte, ou em ‘esferas’ ou ‘espaços’, como se tornou mais adequado enxergá-la em nosso *tempo* acadêmico contemporâneo, mas em *tempos*” (PALMEIRA, 2002, p. 175 – grifos do autor). Por isso, a descrição dos muitos tempos citados no parágrafo anterior, em que é possível afirmar a existência de vários “fazeres”.

Palmeira se refere ao fato de que, dentro dessas sociedades, certos aspectos ou eventos importantes acabam marcando e sendo destacados. Esses mesmos tempos podem não ser regulares, mas alguns o são, como o “tempo da política”. Aqui chegamos a outro ponto identificado pelo autor, que ao deparar-se com comunidades do sertão nordestino, viu, no âmbito da temporalidade, uma referência da “política” ao período eleitoral. Daí a existência de um tempo próprio para esse período.

É nesse “tempo da política” e no interregno entre esse “tempo” que os processos de adesão também ocorrem. É necessário considerar que o intervalo entre eleições municipais ou estaduais é fundamental para compreender como a adesão acontece. Laços são desfeitos, alianças são atualizadas e apoios são refeitos. Isso ficou evidente quando um entrevistado versou sobre sua saída de um grupo político para adentrar em outro profundamente opositor (deve-se ainda considerar que alguns grupos, apesar de opositores, por seu histórico, podem tender a se aproximar mais de um grupo do que de outro). Foi possível perceber que é no intervalo entre eleições que muitas relações políticas se desenvolvem.

As “ajudas”, os “favores”, os “serviços prestados”, “os jeitos/jeitinhos” estão muito presentes em épocas fora do período eleitoral propriamente dito. Nesse sentido, contribuem para percebermos como os processos de adesão ocorrem, visto que têm relações próximas. No entanto, como se pode supor, as adesões não são para sempre. Os rompimentos com os grupos podem ocorrer, uma vez que os vínculos podem ser quebrados. É isso que faz com que mudanças ocorram nos grupos, tornando a política “dinâmica”, sendo esta uma das características desse campo. Esse dinamismo tem recebido uma frequente atenção da linha analítica focada nos aspectos culturais da política.

*

Nesta pesquisa foi identificada que tanto a noção de política como a de tempo devem ser compreendidas a partir de uma pluralidade de significados, conforme venho

apresentando. Como se pode perceber, todos esses pontos ligam-se ao projeto da Antropologia da Política, marcada pelas análises em que se busca a interpretação nativa, uma vez que, a depender das situações, podemos encontrar contextos em que os significados podem ser alterados e pelo fato de que essas mesmas situações são reveladoras de certos aspectos da vida social, tudo isso levando sempre em consideração a interpretação das pessoas em suas práticas.

A descrição e a análise de situações constituem uma das grandes características da Antropologia da Política, do ponto de vista metodológico. A etnografia, nesse sentido, é por excelência um grande marco teórico-metodológico que torna possíveis tais análises de eventos e situações sociais – como já supramencionado tendo Chaves (2002) e Periano (2002) por referências.

A observação participante e uma imersão profunda no grupo se tornam úteis por ser possível, assim, uma análise que valoriza o ponto de vista nativo (KUSCHINIR, 2007) sem se desconectar de aspectos mais amplos relacionados ao lugar onde os sujeitos da pesquisa vivem e os valores que ligam os indivíduos entre si. A proposta é mesmo a busca de categorias comumente usadas pelas pessoas, “Isso significa que essas categorias devem [...] ser apreendidas em seu significado ‘nativo’ e, mais importante que isso, devem ser apreendidas ‘em ato’, ou seja, no contexto em que aparecem e segundo as modalidades concretas de sua atualização e utilização” (GOLDMAN, 2007, p. 17). Trata-se de capturar as formas pelas quais os indivíduos definem seu mundo. Assim, eventos e rituais ganham destaque – conforme já comentado. Toda a tentativa analítica consiste e reside no fato de que os rituais nos permitem acessar elementos, neles condensados, que comumente encontramos na sociedade (PEIRANO, 2003).

Reconhece-se, aqui, a amplitude do termo observação participante em Ciências Sociais e, exatamente por isso, esse termo não goze de uma definição mais objetiva, segundo afirma Haguette (2001). Apesar disso, ela é apresentada aqui na forma pela qual se tornou comumente conhecida, a saber, como um método na busca por “compreender a cultura pela vivência concreta nela” (GOMES, 2010, p. 56), desta maneira, “a ideia subjacente é que a cultura só se faz inteligível pela participação do pesquisador em suas [nas dos ‘nativos’] instituições” (*idem*). Desta forma, busca-se uma “síntese de participação ‘subjativa’ de dentro como uma observação ‘objetiva’ de fora”, ou seja, “requer que o pesquisador veja as coisas tanto do seu ponto de vista como do ponto de vista ‘nativo’” (ERICKSON; MURPHY, 2015, p. 140). É neste sentido que se concebe essa tal observação participante e que ela busca se fazer presente na atual análise.

Nessa perspectiva, orientada aos agentes sociais em suas experiências, é importante compreender como as variadas relações e práticas são definidas por estes. É importante enfatizar que na história dos estudos referentes ao fenômeno da política, diversas análises atuaram classificando, em geral de maneira negativa, as variadas práticas nesse campo observadas. Isso fez com que, muitas vezes, determinadas ações e interações sociais fossem definidas como sendo “irracionais”, “corruptas”, “aéticas”, “clientelísticas”, “fisiológicas” etc. A abordagem etnográfica, por sua vez, entende que as percepções trazidas de dentro do próprio campo é que se tornam significativas, permitindo adentrar ao universo simbólico, representativo e cultural das pessoas em suas interações (políticas).

É necessário considerar, com base na pesquisa realizada e na vivência como nativo, que “espaços” e “tempos” algumas vezes podem coexistir e, principalmente, em se tratando da política partidária e institucional, temos um lugar relativamente à parte que separa socialmente políticos e eleitores e torna mais explícita a relação e as diferenças entre esses no chamado “tempo da política”.

Ainda acerca dessa pesquisa, pude notar que durante as eleições, tanto a parte urbana como a parte rural ganham contornos diferentes: as relações sociais se alteram, o município se divide em posições, pessoas pertencentes a grupos políticos distintos passam a se relacionar com menos intensidade, vizinhos podem deixar de se visitarem (ou pelo menos diminuir a frequência dessas visitas), lugares onde os frequentadores ou os donos sejam simpatizantes de grupo opositor passam a ser evitados. Quando características ou reputações passam a ser atribuídas a certos grupos políticos e a seus membros, as pessoas passam a ser reconhecidas de acordo com o pertencimento ou não a certos grupos políticos. Essas são algumas das mudanças que ocorrem nesse período e que contribuem para elucidar as maneiras de como esse evento altera as relações sociais desses lugares. Aliás, é necessário considerar que a pesquisa foi realizada no município onde durante anos morei e estou, portanto, envolvido com o lugar onde foi realizado o trabalho.

O percurso que me levou até esta pesquisa atual remonta a 2013, desde quando venho me dedicando a analisar práticas políticas e eleitorais em um pequeno município do interior cearense. A mudança de ponto de vista na pesquisa tornou-se algo perceptível quando passei a adotar uma perspectiva que busca ser etnográfica. Havia a necessidade de ir fundo nas pesquisas, de se questionar mais, de fazer perguntas que, em geral em conversas, as pessoas não fazem, apenas para encontrar ou ser surpreendido por respostas que poderiam confirmar, reforçar ou alterar algo que já tinha em mente ou fazer cair por terra noções previamente

elaboradas. Devo reconhecer que, tendo morado por muitos anos na cidade pesquisada, o esforço era de tentar olhar de fora, mesmo estando dentro – se é que isso é possível.

3.3 As eleições de 2016: a construção das alianças

A partir de agora, adentra-se no período ao qual essa pesquisa se voltou mais intensamente, de 2016 a 2020 – especialmente a eleição de 2016, dadas as limitações do pleito de 2020 em decorrência da pandemia de COVID-19²⁴. Nas eleições municipais de 2016, alguns grupos que disputavam a prefeitura estavam próximos a outros políticos. O grupo de Ary Teixeira (à época do PROS), por exemplo, contou com a presença do então deputado federal Luiz Odorico Monteiro de Andrade (na época, do PROS), a quem apoiara para deputado federal nas eleições gerais de 2014. Thiago Campelo, nesse sentido, passou a apresentar-se como alguém que teria o governo do estado como aliado e contava com a presença, por exemplo, de deputados estaduais ligados a seu partido, o PDT. Enquanto no grupo ligado a Antônio Cláudio Pinheiro (PSDB), o nome de parlamentares como o senador Tasso Jereissati é mencionado, bem como o de Danilo Forte.

A presença de políticos de envergadura estadual, ou mesmo nacional, em campanhas eleitorais municipais é dotada de uma ampla quantidade de significados e se justifica por uma quantidade de motivos, os mais diversos. Também integra parte da disputa política, aquela que, em meio à disputa pelo poder, pretende demonstrar quem possui maior capacidade de mobilização – um político chegou a me contar que eles é que costumam ser procurados para candidaturas ao legislativo estadual, em períodos de eleições gerais –, quem teria maior influência fora do município, de modo a conseguir obras e projetos para “ajudar” o município e fazê-lo “desenvolver” – termos tão comumente utilizados para justificar a presença e o apoio de deputados candidatos a prefeito. Essa mesma justificativa é utilizada quando

²⁴ A Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, elevou o nível de classificação da contaminação causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2) à pandemia. Desde então, decretos estaduais e municipais reforçam a necessidade do cumprimento de protocolos de biossegurança, incluindo o isolamento social, como medida de diminuir a propagação do referido vírus – nesse sentido, diante da necessidade de cumprimento desses decretos e da manutenção da segurança, os eventos políticos foram proibidos ou limitados – o que afetou também a esta pesquisa. Informações extraídas de: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acessado em 03 de julho de 2021, 20h37min; Além de: <https://www.ceara.gov.br/decretos-do-governo-do-ceara-com-aco-es-contra-o-coronavirus/>. Acessado em 03 de julho de 2021, às 20h38min. Bem como: <https://www.aracoiaba.ce.gov.br/decretos.php>. Acessado em 03 de julho de 2021, às 20h39min.

políticos e lideranças locais “pedem voto” para deputado estadual e federal, o que, obviamente, não implica em afirmar que aconteçam, de fato.

Não se sabe ao certo a quantidade precisa que essa mobilização por apoio político “externo”, por assim dizer, influencia nas escolhas políticas por parte do eleitorado local. No entanto, essa presença não costuma aparecer de modo frequente na justificativa de voto. De todo modo, pode-se afirmar que estando ou não presente nas justificativas do eleitor, ela costuma estar associada a uma força e influência política, capacidade do candidato local em mobilizar instâncias de poder, ao mesmo tempo em que busca encontrar figuras políticas que o chancelassem, ou ainda a transferência de capitais políticos de um político outro.

Esses laços com outros políticos (candidatos a deputados, em especial) nos permitem considerar como grupos políticos locais podem atuar como “extensão” de outros grupos políticos ou se consorciar a estes, numa espécie de simbiose em que ambos podem se beneficiar. Esse aspecto mostra como grupos e partidos atuam, uma vez que aqueles (os grupos) consistem em uma forma de atuação que extrapola os limites partidários (normalmente, mais rígidos e marcados pelo estabelecimento de dispositivos legais), enquanto os partidos estão na ordem daquilo que é formalmente estabelecido no conjunto do arcabouço jurídico-legal, esses grupos políticos se estabelecem a partir do emaranhado das relações políticas e sociais, no dia a dia.

Não se poderia deixar de mencionar aspectos ligados à chamada política de facção, mencionado pelo grupo da Antropologia da Política, principalmente por Palmeira (1996). Com essa noção o que se busca é atentar como para grupos políticos, em contextos semelhantes ao que aqui descrevo, a lealdade ao grupo, a pessoalização em torno de lideranças, as relações marcadamente pessoais, o compromisso e a lealdade junto ao agrupamento político são fundamentais e exercem peso sobre a dimensão partidária.

É desta maneira que se pode encontrar partidos que nacionalmente se opõem em seus programas político-partidários ou que se encontram em diferentes posições no espectro político dividirem o mesmo apoio, o mesmo palanque, o mesmo grupo e, conseqüentemente, o mesmo candidato.

As razões para que tal fenômeno ocorra se encontram associadas a questões e interesses locais, como por exemplo a rede de amizades, os amigos ou ainda “amigos de amigos”, enfim, essa pessoalidade se impõe de modo forte sobre as relações de modo mais amplo. Essa última noção, “amigo de amigos” trazida por Boisevain (2010) nos possibilita compreender a como as relações informais cotidianas cercam também a política, ultrapassando os limites institucionais, especialmente, os partidários.

De modo não muito diferente, a noção de quase-grupo de Mayer (2010) também contribui para que possamos realizar uma análise acerca dessa sobreposição da personalidade, do personalismo, das amizades, da informalidade em relação às dimensões mais institucionais do partido político, além de seus valores e ideias. Assim, a rede de relações tecida pelas lideranças possibilita que membros de partidos nacionalmente opostos estejam juntos, num mesmo grupo político.

Desta maneira, em um grupo, a mobilização de uma rede de contatos, – ou capital social, se preferirmos –, possibilita uma candidatura a obter adesões e, conseqüentemente, votos. Isso fica mais explícito quando procuramos compreender outros aspectos presentes nessa mobilização, é que, por vezes, quando se trata de procurar algum serviço público, ou mesmo a “ajuda” de algum político, o eleitor também precisa mobilizar uma rede capaz de se chegar a quem pode concretizar o “pedido”, após isso, o grupo passa a contar com esse eleitor em momento oportuno, nas eleições, na busca por voto. Grosso modo, é desta maneira que podemos encontrar o acionamento de redes na política e no cotidiano local. No entanto, em outros momentos, essa mobilização ocorre independente de “ajudas” ou “pedidos”, mas pela busca do eleitorado por parte de políticos.

Também seria possível analisar a questão dos quase-grupos, já que, algumas vezes, estamos tratando de questões relacionadas aos sobrenomes (nome de família), aos grupos políticos locais e até aos apelidos que eles recebem (uma vez que alguns são identificados pejorativamente por esses apelidos, ou ainda, estes são ressignificados, ganhando conotações positivas). Mayer (2010), ao tratar desse termo, considera que “apresentam certo grau de organização, mas, apesar disso, não são grupos. Podemos chamá-los de quase grupos interativos, pois estão baseados em um conjunto de indivíduos em interação” (*Ibidem*: 140). O autor prossegue afirmando que:

Os quase grupos diferem fundamentalmente do grupo e associação. Em primeiro lugar, estão concentradas em um ego, no sentido de que sua própria existência depende de um indivíduo específico como foco organizador central; são diferentes de um grupo em que a organização pode ser difusa. Em segundo lugar, as ações de que qualquer membro tornam-se relevantes apenas na medida em que são interações com o próprio ego ou seu intermédio (MAYER, 2010: 140).

Deve-se considerar que a perspectiva de Mayer (2010) se encontra voltada para as questões envolvendo uma concepção ou representação social a partir da noção de rede, modo pelo qual os indivíduos se encontram interconectados, inter-relacionando-se. Encontra-se aí o

motivo de o autor tratar de “egos”, peças centrais nessas redes, sobre os quais convergiram muitas dessas interações, o que demonstram sua influência na rede ou no quase grupo.

Nesta perspectiva, podemos perceber a centralidade e a importância de lideranças entre aqueles aqui chamados de “Saruês” ou “Chupa-Mangas”. Cercadas por um conjunto de agentes sociais que orbitam em torno dessas figuras centrais, nesses quase grupos circulam bens materiais ou não como as “ajudas” (das mais variadas), mas também informações, inclusive fofocas, por exemplo. Nesse conjunto de interações também se reforçam e se renovam vínculos, tão importantes para o voto, mas a essas coletividades locais.

Aqui, nesta pesquisa, optou-se pela utilização do termo grupo político por se tratar de uma maneira genérica de se referir ao conjunto formado por políticos que se inter-relacionam a partir de práticas, percepções e afinidades. Trata-se, portanto, de uma maneira sintética de se referir aos agrupamentos locais, apesar de considerar a noção apresentada do Mayer (2010) como aquela que analiticamente melhor se adequa ao contexto local. Assim sendo, a utilização da expressão grupo político, consiste mais em uma tentativa de se aproximar da percepção, por assim dizer, nativa, que tende a perceber a política a partir de uma divisão associada ao grupo ou coletividade, daí expressões do tipo: “pessoal do [Nome do Político]” – como forma de se referir àquelas pessoas mais próximas a um candidato ou àquelas pessoas que o seguem fiel e firmemente, sendo capazes de formar um agrupamento relativamente fechado e, por vezes, mais integrados entre si.

A força desses grupos políticos acontece em meio à personificação neles existentes, em que a liderança do grupo é supervalorizada – conforme mencionado por Lemenhe (1995). Dessa maneira, no município, levando em consideração a mudança partidária, mas a permanência e a fidelidade das pessoas ao grupo ou à liderança do grupo, é possível refletir se os partidos seriam mera formalização daqueles grupos, para poderem atuar politicamente – sabe-se que isso seria reducionismo, porém, dada a força dessas organizações informais, os partidos políticos e as doutrinas políticas formais parecem ficar em um lugar à parte quando considerada a pujança dos grupos políticos. Esse debate é longo e, embora adentre nessa pesquisa, não está em seu escopo e, ainda que fosse, compreende-se que se trata de um debate complexo e sem conclusões definitivas.

A inter-relação entre os grupos políticos dentro e fora do município mostra a complexidade de interações entre os agentes políticos, num movimento constante e vívido, em que a busca pela influência e legitimidade no campo político se reforça e/ou se refaz a cada interação. De modo semelhante, a interação entre os agentes sociais integrantes dos grupos

políticos locais segue uma dinâmica própria e complexa, em que a permanência e mudança podem estar presentes a cada nova configuração dentro e fora desses agrupamentos.

A política local, a estadual e a nacional aqui se intercambiam o tempo inteiro. É possível encontrar alguns dos valores existentes nacionalmente também presentes nas relações de poder local. Além disso, quando se trata de política nacional, e aqui estamos considerando de maneira restrita as candidaturas ao cargo de presidente do país, percebemos uma manifestação bem menos intensa da população local quando comparamos com as eleições municipais.

Os vereadores, por exemplo, estão mais propícios a se manifestar em favor de candidaturas aos cargos de deputado estadual e federal, podendo, por vezes, haver alguma mobilização em torno do candidato a governador ou senador. Por esse motivo, as candidaturas nacionais, que estiveram em disputa nas eleições gerais de 2018, pouco aparecem nesta pesquisa, isso se dá menos por opção metodológica e mais por questões inerentes ao campo de pesquisa propriamente dito.

Ainda nessa perspectiva acerca dos aspectos que conectam política local e nacional, é possível considerar, ainda, que, após eventos como as manifestações de 2013; deposição de Dilma Rousseff, em 2016; processo eleitoral que culminou com a eleição do candidato Jair Bolsonaro, temas como relacionados à religiosidade de lideranças, seus posicionamentos e atuações político-ideológicas ganham um sentido diferente.

A política nacional, tratando aqui especificamente das disputas presidenciais e do que acontece no âmbito das ações do governo federal e da União, encontra-se presente em assuntos locais, mas isso não parece se dá em decorrência da atuação de lideranças locais. É possível encontrar alguns temas nacionais presentes nas falas de algumas candidaturas que carreguem consigo um “tom” mais “partidário”, no entanto, essas candidaturas são menos frequentes.

Por esse motivo, apesar do acalorado debate nacional em torno de práticas autoritárias do governo de Jair Bolsonaro ou da deposição de Dilma Rousseff, os mesmos estiveram pouco presentes nas campanhas de lideranças políticas e nos discursos em palanques locais. O que não quer dizer que essas lideranças não tenham suas preferências ou que alguns eleitores se orientem de modo partidário diante de suas escolhas, ou ainda, que a população, no dia a dia, não debata tais temas a partir do que observam nos noticiários.

O que se pretende considerar é que alguns aspectos ou valores da política nacional podem e, certamente, em muitos casos, estão presentes na política local. No entanto, prevaleceu aqui aquelas dimensões mais encontradas em campo, que eram frequentemente aquelas que

mais se ligavam às questões políticas que ocorriam localmente. Assim, o foco da pesquisa se situou nas experiências êmicas, embora se saiba que elas possam ser, eventualmente, atravessadas pelas dimensões da política nacional, no entanto, nem sempre essas dimensões estão tão presente ou não são tão explícitas.

Um exemplo disso é a questão da categoria “ficha limpa”, que carrega consigo alguns dos valores do contexto no qual a chamada Lei da Ficha Limpa fora aprovada, no entanto, localmente, ela ganha alguns atributos, entre eles a noção de alguém estar apto a disputar e assumir o cargo caso venha a se eleger – essa ideia advém (entre outros motivos) de uma experiência política na qual um candidato eleito ao cargo de prefeito (caso de Teixeira) não tomara posse, o que criou um imbróglio jurídico e político local.

Isso não significa que antes valores que poderiam ser classificados como mais conservadores ou que pertencesse ao espectro daquilo que se poderia classificar como sendo direta (ou mesmo seus extremos) não existissem no contexto desse pequeno município (o mesmo vale para a política nacional). Neste sentido, as mudanças que ocorreram nacionalmente, evidentemente, de alguma maneira, estiveram minimamente presente em conversas, nas percepções e, portanto, no cotidiano local. Paralelo a esse movimento também se constatou o movimento oposto, com menções a noções relacionadas a aspectos em defesa de direitos de minorias e próximos ao espectro da esquerda. No entanto, ambas as falas não foram tão fortemente identificadas nas falas oficiais de candidatos em campanha, em palanques, especialmente.

Este último aspecto é importante para que se possa observar o peso das inter-relações locais entre as lideranças de um grupo – capaz de ultrapassa divergências partidárias e, por vezes, até ideológicas. Com isso, se pretende informar que, embora possa ser possível observar que algumas pessoas podem orientar seu voto com base político-ideológica, há outros tantos eleitores que desobedecem esse critério. É possível encontrar, ainda, aqueles que mesmo possuindo um posicionamento político-ideológico, o voto local pode vir a obedecer a outros critérios, inclusive o de cunho mais personalistas. Isso esteve presente nesta pesquisa ao se observar tanto a presença de voto marcados pelas relações personalistas, especialmente aquelas marcadas pela “ajuda”, bem como na apresentação de candidaturas cujos aspectos ideológicos eram mobilizados.

Exemplo de como se interagem a política local e estadual ocorreu na eleição de 2016, quando Thiago Campelo (PDT) procurou realçar sua vinculação com o governo estadual, do PT (partido ao qual estava coligado), juntamente com a família Ferreira Gomes; enquanto seu opositor, Antônio Claudio (na época do PSDB), juntamente com Dona Bill (na época do

PR), faziam em comícios, por vezes, referência a Tasso Ribeiro Jereissati e a Danilo Forte – como já citado. Aspectos que apresentam a dinamicidade do campo político.

Acerca dessa noção de campo político é necessário considerar que Pierre Bourdieu (2007) concebe o mundo social como lugar em que se definem os campos e onde as relações, as disputas, os conflitos (simbólicos) ocorrem. As disputas por hegemonia e dominação acontecem dentro dos campos, especialmente no campo do poder, o campo dos campos – local de embate entre os campos. Os espaços sociais são, portanto, espaços de posições, onde os indivíduos estabelecem relações hierárquicas – com base na posse de capitais. Essa noção é útil para analisar a condição dos grupos e agentes sociais e políticos em suas relações de poder.

O capital é um conceito que se articula metaforicamente com a economia, visto de maneira genérica como uma espécie de recurso, ou uma “energia social”, “distribuída” de maneira desigual nos campos, acessada nas relações sociais, cuja maior ou menor posse gera desigualdades, e por isso mesmo, hierarquias dentro dos campos – hierarquias que podem levar ao poder, à dominação ou à violência simbólica, já que esse capital garante graus de legitimação (BOURDIEU, 2007).

A ação, o comportamento e as práticas tornam-se centrais na obra de Bourdieu, pois, por meio desses elementos, ele consegue atingir as teorias estruturais e fenomenológicas dominantes. Rompe-se, assim, “com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o estruturalismo supõe” (BOURDIEU, 1990, p. 81).

É interessante notar que o autor concebe metaforicamente o mundo social como um jogo em que disputas ocorrem no interior de cada campo, no qual investimentos são alocados. Tais investimentos devem ser vistos no âmbito de um jogo tácito, uma vez que nele configuram bens ofertados aos que percorrem um determinado campo social. Dito isso, é possível perceber como as configurações políticas locais mudam em cada pleito, numa tentativa de exercício de poder e influência no campo político.

Todas essas questões de como os grupos políticos locais se inter-relacionam com outros grupos – mesmo os grupos ou lideranças políticas de atuação no estado, ampliando a rede de poder local ou, ao menos, levando-nos a considerar que ela não seja tão local assim, visto que tende a atuar numa característica mais próxima a uma rede de poder – está presente na fala de um dos interlocutores entrevistados (conforme será possível observar na seção apropriada) que, na intenção de tratar suas vinculações com políticos fora do município com o qual mantinha contato, utiliza a expressão “seguir”. O termo é utilizado para fazer referência à sua condição em relação a essas lideranças estaduais. Ao “seguir” a liderança, o político adentra nessa rede política que pode ser formada por integrantes de um mesmo partido ou não, e o fato

de grupos contarem com a participação de membros de partidos políticos diferentes mostra a força e a capacidade de articulação presentes nesses grupos e redes.

Na eleição de 2016, por exemplo, numa rede de conexão com variados agentes sociais e grupos, a candidatura de Francisco Ary Ribeiro Teixeira contava com seu candidato a vice-prefeito Francisco Gadelha de Oliveira, liderança com familiares políticos e de atuação, principalmente no distrito de Ideal (eleitoralmente, o maior de todos, à exceção do distrito Sede).

A candidatura a prefeito costuma contar com o apoio de lideranças ou ainda membros de grandes famílias ligadas a comunidades variadas, o que faz com que a campanha ganhe um maior alcance – é o caso registrado na entrevista com Pedrina Silva que, com uma família volumosa e atuante politicamente (já tivera um primo vereador), sentiu-se interessada em lançar sua própria candidatura, porém, desistiu. Acrescente-se ainda o fato desta se identificar como alguém de esquerda, cuja escolha partidária se deu por orientação e afinidades ideológicas.

Como se pode observar, as candidaturas, algumas vezes, operam dentro de uma lógica que pode ser territorial, por adentrar no universo dos parentescos ou encontrar aspectos de dimensão ideológica e em defesa de espectros políticos (embora com frequência relativamente menor). Muitas ainda são creditadas às "ajudas", ou seja, quando a justificativa do voto encontra associada a si o "recebimento" de bens dados pelo candidato. Outras candidaturas ainda são encaradas como sendo de pessoas possuidoras de capital econômico: são candidatos cuja atuação cai no âmbito das reputações negativas ou positivas, a depender de cada caso, em que votos são conquistados em decorrência de dinheiro dado/recebido – em geral, pouco se fala acerca dos votos dados sob tais condições, como se poderá observar ao longo deste trabalho, sendo frequentemente silenciada tal situação ou podendo fazer-se presente sob a forma de narrativas feitas em tom de ilação, revelação, medo, o que se classifica, algumas vezes, como fofocas e falas inverossímeis.

Adentrando o universo da eleição municipal de 2016, esta contou com a vitória nas urnas e reeleição de Antônio Cláudio Pinheiro (na época do PSDB), tendo como vice-prefeita Maria Valmira Silva de Oliveira (na época candidata pelo PSDB, estando atualmente no PSD) – cujos nomes nas urnas foram, respectivamente, Antônio Cláudio e Dona Bill. Essa eleição fora contestada, gerando uma ação processual por parte do grupo político de Marilene Campelo Nogueira e seu filho Thiago Campelo Nogueira – este, segundo colocado nas urnas e tendo como candidata a vice-prefeita Maria Machado Ximenes (que na época era do PSD) –, que possuíam como nomes nas urnas, Dr. Thiago Campelo e Esposa do Neguinho. A eleição

também contou com a participação de Francisco Ary Ribeiro Teixeira (na época no PROS), cujo candidato a vice-prefeito era Francisco Gadelha de Oliveira (na época do REDE). Eles figuraram na terceira colocação – seus nomes nas urnas foram Dr. Ary e Dr. Francisco. A contestação dessa eleição culminou com a decisão de realização de um novo pleito em dezembro de 2019, no qual Thiago Campelo Nogueira venceu Wellington Silva de Oliveira – cujo nome nas urnas utilizado foi Edim da Bill – filho de Maria Valmira Silva de Oliveira e Wellington Nonato da Silva (respectivamente, ex-vice-prefeita e ex-vereador, em 2012).

3.4 Um imbróglio jurídico e político

A cassação e a declaração de inelegibilidade da chapa de Valmira de Oliveira e Antônio Cláudio Pinheiro deram-se no dia 28 de setembro de 2016, quando ainda eram vice-prefeita e prefeito e tentavam reeleição²⁵. A denúncia foi feita pela coligação “Novas ideias para mudar”, que apoiava Thiago Campelo. Na decisão de primeira instância, elaborada pela juíza Cynthia Nóbrega Pereira Franklin Thomáz, que, na época, se considerou que os atos cometidos pelos dois entre janeiro e junho daquele mesmo ano foram de abuso de poder político e econômico. Os atos se relacionavam à doação de veículos, com recursos privados, havendo divulgação na página oficial da prefeitura municipal, com autopromoção e em programas de rádio, durante entrevista.

Os candidatos seguiram em campanha, enquanto os processos tramitaram em diferentes instâncias. Em 30 de janeiro de 2017, foi a vez de o Tribunal Regional Eleitoral cassar o mandato dos dois, tornando-os inelegíveis por oito anos, por abuso de poder político e econômico, sentenciando na decisão (de acordo com o veiculado de imprensa²⁶), que a divulgação da doação de veículos com recursos da própria vice-prefeita era inverídica, pois os mesmos não lhe pertenceriam. Considerou-se, assim, o desequilíbrio entre as candidaturas em disputas, já que havia intenção de obter votos.

No entanto, o caso teria uma reviravolta, quando um ministro do Tribunal Superior Eleitoral decidiu liminarmente que a chapa voltaria ao poder, em 23 de fevereiro de 2017. Nessa

²⁵ Extraído de: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/mae-de-safadao-e-prefeito-de-aracoiaba-tem-mandatos-cassados-e-sao-declarados-inelegiveis-1.1624419>. Acessado em 11 de março de 2021, às 19h12min.

²⁶ Extraído de: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/mae-de-safadao-e-prefeito-de-aracoiaba-sao-cassados-pelo-tre-1.1696163>. Acessado em 11 de março de 2021, às 19h33min.

decisão considerou-se que um dos integrantes do TRE não votou, “por não conhecer o processo”²⁷, uma vez que perante a Lei haveria a necessidade da presença de todos os ministros (do TRE, no caso)²⁸.

Um novo elemento é adicionado à vida política e ao executivo local. No dia 06 de setembro de 2018, matérias em jornais dão conta de uma operação (intitulada: Operação Abre Alas) do Ministério Público do Ceará (MPCE) deflagrada em Aracoiaba. “O motivo é a apuração de irregularidades em contratos milionários para promoção dos festejos de carnaval do ano de 2016, segundo o MPCE”²⁹. O prefeito Antônio Cláudio Pinheiro é afastado, bem como os secretários de Finanças (irmão do prefeito), do Meio Ambiente e Urbanismo, e da Educação (ex-secretário da Cultura). Na mesma operação, segundo a mesma matéria jornalística, houve cumprimento de mandados, inclusive na casa daquela que já era ex-vice-prefeita, pois já havia renunciado ao cargo³⁰.

Ainda em setembro daquele mesmo ano, no dia 25 é publicada uma matéria acerca da suspensão da eleição suplementar que ocorreria em 28 de outubro de 2018 no município, anunciando a recondução de Antônio Claudio Pinheiro ao cargo de prefeito, além de Valmira de Oliveira, ao de vice-prefeita, que já havia renunciado. A suspensão foi feita por um ministro do TSE, que anulou o julgamento feito pelo TRE afirmando que “decisões de tribunais regionais sobre ‘quaisquer ações que importem cassação de registro, anulação geral de eleições ou perda de diplomas somente poderão ser tomadas com a presença de todos os seus membros’”³¹.

Todos esses eventos, de modo geral, exerceram influência no conjunto das configurações políticas locais. Diante de tais acontecimentos, não faltaram rumores, especulações, fofocas e ilações, pois elas se mantiveram presentes nas conversas do cotidiano

²⁷ Extraído de: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/ministro-manda-voltar-o-prefeito-e-vice-de-aracoiaba-1.1710724>. Acesso em: 11 mar. 2021.

²⁸ Segundo a matéria publicada na página do jornal Diário do Nordeste, “Na sua decisão, o ministro diz que ‘alegou-se, em síntese, que a vice-prefeita (Maria Valmira Silva de Oliveira), em entrevista à Rádio FM Maior de Baturité, no dia 15/12/2016, informou ser pré-candidata à reeleição, ter feito dois açudes e reformado quatro escolas do Município com recursos próprios, bem como que doaria ambulâncias, o que ocorreu em 1º/2, 12/5, 1º/6 e 9/6/2016 e foi amplamente difundido por meio de carro de som, site da Prefeitura e redes sociais, desequilibrando a disputa”. Por isso, o juiz cassou os registros de candidatos e decretou a inelegibilidade dos dois candidatos. – Extraído de: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/ministro-manda-voltar-o-prefeito-e-vice-de-aracoiaba-1.1710724>. Acesso em: 11 mar. 2021.

²⁹ Extraído de: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/operacao-do-mpce-afasta-prefeito-e-tres-secretarios-de-aracoiaba-1.1995956>. Acessado em 11 de março de 2021, às 20h:27min.

³⁰ Ainda segundo a matéria “as origens judiciais foram cumpridas por equipes da Procuradoria dos Crimes contra a Administração Pública (Procap), com o apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), do Núcleo de Investigação Criminal (Nuinc), outros promotores de Justiça, e Polícia Civil do Ceará (PCCE).

³¹ Extraído de <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/tse-anula-decisao-do-tre-suspende-novas-eleicoes-em-aracoiaba-e-reconduz-prefeito-e-vice-1.2004845>. Acesso em: 11 mar. 2021.

local. A circularidade dessas informações, por meio de notícias de jornais, e também nas chamadas redes sociais, bem como aplicativos de troca de mensagens instantâneas (especialmente o WhatsApp), possibilita-nos pensar numa possível mudança no padrão de comunicação política local.

3.5 Configurações após as eleições de 2016 e as incertezas de imbróglio jurídico e político

No contexto da política local, a presença de mais de dois grupos políticos na Câmara Municipal – oriundos da eleição com três candidatos a prefeito que disputaram o pleito de 2016, que até então se mantinham em conflito, e que costumavam se apresentar como opositores – alterou a dinâmica daquele espaço, visto que ao longo do tempo dois grupos passaram a se aproximar politicamente, o que resultou na formação de uma união entre o grupo de Ary Teixeira e Valmira de Oliveira – originando uma candidatura conjunta na eleição suplementar em 2019 e também em 2020.

Após a eleição de 2016, a composição de mais de dois grupos na Câmara poderia dificultar a formação de uma maioria governista. Essa não foi a primeira vez que isso ocorreu, visto que, em 2012 e também em 2008, a Câmara contou com a presença de políticos oriundos de três grupos que disputaram a prefeitura municipal. No entanto, o que chamou atenção foi o modo como aconteceu o processo de convivência, cisão e aproximação desses grupos depois de cada um dos processos eleitorais, quando o grupo de Teixeira pôde, na oposição, tornar-se o “fiel da balança” nas disputas políticas locais.

Torna-se importante observar as câmaras municipais também como instâncias que podem ser capazes de consolidar um poder determinante de afastamentos e implicar prefeitos em situações que lhes forem adversas, caso formem maioria opositora – foi o que aconteceu com Teixeira³², conferindo, assim, uma importância ainda maior à Câmara Municipal local. Isso ocorre no contexto específico de 2016 a 2019, como no caso de Aracoiaba, em que três

³² A desaprovação ocorreu no governo de Marilene Campelo Nogueira, pela Câmara Municipal, além disso, houve também denúncia do Ministério Público do Ceará e investigações por parte de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Cf. em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/ceara/2012/12/08/noticiasjornalceara,2968127/aracoiaba.shtml>. Acesso em: 21 fev. 2021, às 19h36min. Ver também em <https://www.tjce.jus.br/noticias/mantida-sentenca-que-condenou-ex-prefeito-de-aracoiaba-por-improbidade-administrativa/>. Acessado em 21 de fevereiro de 2021, às 19h48min. Além de: <http://blogdoeliomar.com.br/2016/06/22/ex-prefeito-de-aracoiaba-e-condenado-por-atos-de-improbidade/>. Acesso em: 21 fev. 2021. Cf. também: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/parlamentares-ouvem-depoimentos-no-interior-1.166481?page=10>. Acesso em: 21 fev. 2021.

grupos, sendo dois deles mais numerosos, estavam presentes no legislativo, estando o grupo de Campelo Nogueira com quatro vereadores, o de Antônio Cláudio Pinheiro e Maria Oliveira com cinco vereadores e o grupo de Teixeira com apenas dois vereadores. Este último acabou se tornando o “fiel da balança”, passando a se aproximar dos dois anteriores.

3.6 O ano de 2018 e a eleição suplementar que não ocorreu

Deve-se considerar que a eleição suplementar iria ocorrer ainda em 2018³³, mas as decisões judiciais naquele ano fizeram com que esta viesse a acontecer somente em 2019 – como já se afirmou. Os candidatos à eleição suplementar em 2018 seriam: para prefeito, Thiago Campelo Nogueira (PDT), tendo como vice-prefeita Maria Machado Ximenes (na época do PSD, registrada na urna dessa vez como Mariete e não como Esposa do Neguinho, como ocorreu em 2016, quando substituiu seu esposo, que teve candidatura indeferida); José Lima Verde Teixeira (na época pelo PROS, atualmente – 2020 – no PSD), filho do ex-prefeito Francisco Ary Ribeiro Teixeira, registrado na urna como “José do Dr. Ary”, como candidato a prefeito, e José Wilson Dantas da Silva (na época do PL, atualmente – 2020 – no PSD) como candidato a vice-prefeito. Outro grupo chegou a realizar convenção, no entanto, não há dados sobre ele na plataforma *divulgacandcontas*, do TSE. A convenção em questão foi a que pretendia lançar Dimas Oliveira e Manoel Câmara, respectivamente, como prefeito e vice-prefeito, ambos pelo PSB³⁴.

Como se pode perceber, em 2018 o grupo liderado por Teixeira já havia se aproximado do grupo de Maria Valmira Silva de Oliveira. A convenção foi, por assim dizer, a estreia política do filho daquele que iria enfrentar Thiago Campelo Nogueira, o filho de uma de suas principais opositoras. Esse dado é bastante importante, visto que entre alguns eleitores a eleição se caracterizou como sendo aquela que ocorreu ante os possíveis riscos ou receios de que as candidaturas fossem alvo de pedidos de impugnação para vedarem-se às mães a possibilidade de participarem do pleito (a saber, Marilene Campelo Nogueira e Valmira de Oliveira). A preocupação que cercava os grupos políticos se dava em razão de rumores de que

³³ Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/tse-anula-decisao-do-tre-suspende-novas-eleicoes-em-aracoiaba-e-reconduz-prefeito-e-vice-1.2004845>. Acesso em: 11 mar. 2021.

³⁴ Página do Facebook sobre o evento do PSB: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=273199749964993&id=271870273431274&_rdr. Página do site do TSE: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2016/1035802016/13234/candidatos>.

as candidaturas, não só das mães como de outras pessoas, pudessem vir a ser impugnadas. Um dos exemplos de como isso ocorreu são as listas e os processos em andamento acerca de gestores que têm contas desaprovadas (mas não necessariamente com nota de improbidade). Apesar disso, os rumores de que haveria possíveis dificuldades em manter uma candidatura permaneceram³⁵. Toda essa situação passou a ser vista por alguns como sendo algo negativo para a cidade e sua população em razão de que alguns políticos do município se encontravam impedidos de participar do pleito.

Uma mudança naquele ano deve ser considerada, a de Maria Cleide da Silva Ribeiro Leite, cuja candidatura, em 2012, fora impugnada e passara a apoiar a candidatura de Teixeira. Ela, nas eleições seguintes, aproxima-se do grupo da família de Marilene Campelo Nogueira, passando a apoiar a candidatura do filho desta. Aliás, tratava-se de uma reaproximação, pois uma vez já fora secretária de educação de Nogueira – como se pode observar, um exemplo de “mudança de lado” e de como ela está presente dentro dos grupos políticos locais.

O novo agente político que surge nas disputas à prefeitura em 2018, Thiago Campelo Nogueira, na verdade obteve sua estreia em processos eleitorais ainda em 2010, quando esteve candidato ao cargo de Deputado Estadual pelo PSDB; posteriormente, em 2012, candidatou-se ao cargo de vice-prefeito em Itapiúna pelo mesmo partido.

Itapiúna, cidade natal de sua mãe, a ex-prefeita de Aracoiaba Marilene Campelo Nogueira. O pai desta, José Bezerra Campelo³⁶ – “Zequinha Campelo”, como era informalmente conhecido –, fora prefeito³⁷ daquele município. Parte de sua atuação é, segundo Nascimento (2019), marcada pela “‘política de favores’ como forma de conquista de voto e simpatia dos eleitores” (NASCIMENTO, 2019, s.d.) e pelo uso político-eleitoral das águas em sua propriedade³⁸. Além disso, de acordo com Freitas (2007), ele e outros políticos daquele

³⁵ Cf. em <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2020/09/18/quem-sao-cada-municipio-politicos-inelegiveis-contas-irregulares-ceara.html>. Acesso em: 21 de fev. 2021. Além de: <https://tse.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/671892006/recurso-especial-eleitoral-respe-424820186060000-aracoiaba-ce-95622017/inteiro-teor-671892033>. Acesso em: 21 fev. 2021.

³⁶ Informação extraída de: <http://www.cearaemfoco7.com.br/2015/04/maior-lider-politica-de-aracoiaba-ex.html>. Acessado em 30 de outubro de 2020, às 21h16min.

³⁷ Informação extraída de: <https://www.oestadoce.com.br/opinio/itapiuna-60-anos-de-sua-emancipacao-politica/>. Acesso em: 30 out. 2020.

³⁸ “As narrativas sobre a história do pequeno Açude revelam algumas as práticas realizadas por Zequinha Campelo para alcançar prestígio político, utilizando sua influência e os bens da família como forma de controle político e falso assistencialismo para galgar as dificuldades encontradas durante a campanha eleitoral. Houve um período em que as águas do Brejo foram fornecidas aos moradores sem a pretensão de atrair o público eleitor. Provavelmente, refere-se à segunda metade da década de 1970, quando Zequinha Campelo perde a eleição e passa a monopolizar a utilização do Açude com a venda da água. Dessa forma, percebemos uma inutilização do açude Brejo, enquanto mecanismo de persuasão e controle político. Esta decisão significou, efetivamente, o rompimento de acesso à água do Açude para as famílias que não possuíam condições financeiras de comprá-la”. Extraído de:

município “alternaram-se no governo em meio a uma cultura política cartorial herdada de Baturité e reproduzida pelo governo do estado”³⁹.

Já em seguida, em 2014, Thiago Campelo candidata-se novamente ao cargo de deputado estadual, dessa vez pelo partido Solidariedade⁴⁰. Em todas essas situações, não obteve vitória, e nos cargos eletivos esteve como suplente, chegando a assumir o posto de deputado por cerca de quatro meses em 2014⁴¹, depois da saída do deputado estadual Teodorico José Barreto Menezes, cujo nome na urna era Téo Menezes (que na época era do DEM)⁴²; quando candidatos em 2010, ambos pertenciam ao PSDB.

Após esse período, ele se candidata a prefeito em 2016, dessa vez pelo PDT, vindo a ser derrotado por Antônio Cláudio Pinheiro e Maria Valmira Silva de Oliveira. Em 2018, é

“Águas e memórias: seca, barramento e os impactos Socioambientais em Itapiúna – Ceará”, de Ládina Gil do Nascimento. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565712419_ARQUIVO_AGUASEMEMORIAS,SECA,BARRAMENTOEOIMPACTOSSOCIOAMBIENTAISEMITAPIUNA-CEARA.pdf. Acessado em 20 de outubro de 2020, às 21h38min.

³⁹ Informação extraída de: “O moderno e o tradicional na política de Itapiúna: As contingências da política local como contrapontos a ascensão ao poder de lideranças nascidas nos movimentos sociais” de Francisco Emílio Campelo Freitas. Disponível em: http://www.uece.br/politicasece/dmdocuments/francisco_emilio_campelo_freitas%5B1%5D.pdf. Acessado em 20 de outubro de 2020, às 21h55min.

⁴⁰ Informações extraídas de: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/13234/60001055242/eleicoes>. Acessado em 30 de outubro de 2020, às 21h30min. Acerca deste partido, é necessário observar que ele passou pelas siglas SDD, SD, até passar a carregar o próprio nome como sigla. O partido possuía intenção de não adotar sigla, porém, ministros do TSE afirmaram não ser possível, a sigla adotada então foi SDD. Informação extraída de: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/09/tse-aprova-criacao-do-solidariedade-32-partido-politico-do-pais.html>. Acessado em 04 de novembro de 2020, às 12h48min. Embora ainda no ano de seu registro, a decisão do partido já tenha sido a de utilizar o seu nome como sigla em suas comunicações – Informação extraída de: <https://www.solidarieda-de.org.br/noticias/solidariedade-nao-usara-sigla-partidaria-na-sua-comunica-cao/>. Acessado em 04 de novembro de 2020, às 12h30min. Em seu estatuto de 27 de setembro de 2015, afirma-se que adotará SD como sigla – Informação extraída de: https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-estatuto-do-partido-sd-de-25-2-2015-aprovado-em-6-8-2015/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-estatuto-do-partido-sd-de-25-2-2015-aprovado-em-6-8-2015/at_download/file. Acessado em 04 de novembro de 2020, às 13h01min. Já em 2016, em seu estatuto, consta que o partido não utilizará mais sigla, conforme afirma em no § 4º do artigo 1º: “O SOLIDARIEDADE não adotará sigla, devendo ser utilizado somente SOLIDARIEDADE, conforme logomarca criada” – Informação extraída de: https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-estatuto-solidariedade-de-17-2-2016-aprovado-em-28-6-2018/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-estatuto-solidariedade-de-17-2-2016-aprovado-em-28-6-2018/at_download/file. Acessado em 04 de novembro de 2020, às 13h06min. Esta mesma decisão permanece em seu estatuto de 15 de agosto de 2019 – Extraído de: https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partidos-registrados-no-tse/arquivos/estatuto-2019-solidariedade-registrado/rybena_pdf?file=https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partidos-registrados-no-tse/arquivos/estatuto-2019-solidariedade-registrado/at_download/file. Acessado em 04 de novembro de 2020, às 13h42min. Atualmente, em sua página oficial, o TSE considera SOLIDARIEDADE como sigla do partido. Informação extraída de: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/regitrados-no-tse>. Acessado em: 04 de nov. 2020.

⁴¹ Informação extraída de: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/amp/cinco-deixam-suplencia-e-assumem-como-titular-1.1198381>. Acesso em: 30 out. 2020.

⁴² Informação extraída de: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/edisonsilva/assembleia-legislativa/teo-menezes-tira-licenca-da-assembleia-e-quem-assume-e-o-advogado-thiago-campelo/>. Acessado em 30 e outubro de 2020, às 22h58min.

um dos candidatos na eleição suplementar que viria a ocorrer naquele ano, mas que fora cancelada. A vitória só viria na eleição suplementar de 2019, e, na eleição municipal de 2020, é reeleito prefeito do município de Aracoiaba. Após essa brevíssima exposição acerca do histórico de alguns dos agentes políticos locais, continuemos na trilha das configurações sociopolíticas do município analisado.

3.7 A divisão política estadual na eleição suplementar de 2019 e na eleição municipal de 2020

Agentes políticos locais e seus grupos possuem vinculações com outros agentes políticos, agremiações e partidos políticos da região em que estão inseridos, e também do estado; ou seja, alguns agrupamentos que, de alguma maneira, apoiam ou disputam a estrutura do governo do estado buscam vincular-se ao município como meio de ampliar sua atuação. Ao mesmo tempo, o inverso pode ocorrer, quando grupos locais buscam o apoio a essas estruturas políticas mais amplas, sobretudo, aquelas que integram a base do governo estadual ou as que se apresentam como oposição. Para esses casos, a intenção mais evidente é de tornar seu grupo maior e mais forte frente aos opositores locais.

Isso se torna muito mais explícito quando, em períodos eleitorais, os grupos locais apresentam seus apoiadores, visando uma aproximação, uma legitimidade, a transferência de popularidade ou a busca de que o eleitor associe a sua imagem à do líder, com projeção estadual que o apoia, como se compartilhassem de ideais em comum. Essas aproximações entre políticos locais e políticos de maior projeção nos possibilitam observar divisões presentes no âmbito estadual.

Deve-se considerar que as questões ligadas ao vínculo entre lideranças locais e aquelas que estão fora do contexto local podem se estabelecer em decorrência de emendas ou quaisquer recursos mobilizados (entre diversos agentes sociais e político) em favor do município. No entanto, o que se observou é que, para além desses repasses, visto que estes nem sempre são frequentes, existe uma mobilização marcada por certo grau de lealdade, troca de apoios políticos, participação em campanhas eleitorais como forma de cancelar candidaturas, promessas de intermediação de políticas públicas, projetos e obras, além de mobilização por votos.

A ênfase desta pesquisa recai em torno destes últimos aspectos, mas também reconhece a importância desses repasses financeiros aos municípios como importantes “fomentadores” de vínculos e trocas de apoio político. Apenas considera que nem sempre estes repasses ocorrem entre aqueles eleitos apoiados por lideranças locais ou que tiveram votação expressiva localmente – entre um dos motivos para isso acontecer pode estar o fato de se tratar de um município pequeno, de pouca expressividade política e econômica quando levado em consideração o contexto mais amplo, do Estado do Ceará.

Tais características nos permitem refletir sobre dois aspectos, o primeiro deles diz respeito à maneira como as eleições municipais podem demonstrar divisões não só no conjunto das relações de poder local, como estadual também. Enquanto o segundo aspecto se relaciona com a possibilidade de pensarmos, ao menos em alguns casos, o município como espécie de microcosmo de algumas das divisões que ocorrem na política estadual – seja nas disputas presentes na Assembleia Legislativa, seja pelo comando do Governo do Estado do Ceará.

Isso pode ser observado na eleição suplementar de 2019⁴³, quando Thiago Campelo e Selma Bezerra, ambos do PDT, se associavam, durante a campanha, a Camilo Santana (PT), governador do Estado do Ceará, e aos irmãos Cid e Ciro Ferreira Gomes, ambos filiados ao PDT (até o presente momento, junho de 2021). Enquanto seus opositores, Edim da Bill e José Wilson Dantas da Silva, contavam com o apoio de Ary Teixeira e de Domingos Gomes de Aguiar Filho (Domingos Filho), sendo que este último se opõe politicamente ao grupo dos irmãos Ferreira Gomes.

Exemplo de como essa divisão ocorre, em 2020, é que esses dois maiores grupos que disputam a prefeitura do município analisado estão próximos aos grupos que disputam poder e influência no estado, de modo geral. Desse modo, Wellington Silva de Oliveira (Edim da Bill) e seu vice, José Lima Verde Teixeira (José do Dr. Ary), encontram-se no PSD, que no Ceará é comandado pelo ex-governador Domingos Filho e o deputado federal Domingos Neto (filho daquele); Thiago Campelo é filiado ao PDT, enquanto seu vice, Helder Paz, é filiado ao Progressistas (PP). Atualmente, o PDT é liderado, no estado, pela família de políticos Ferreira Gomes, os quais, além de se posicionarem favoráveis ao governador Camilo Sobreira Santana (PT), disputam, por assim dizer, com Domingos Filho, o domínio de um maior número de prefeituras no Ceará. Na eleição de 2020, esteve ainda presente Telmo Amaro Bezerra e seu vice, Francisco Hildegartton Ferreira Nogueira (aquele do PMN e este do PODEMOS),

⁴³ Jornal traz referência acerca dos grupos estaduais que se encontram articulados aos grupos locais. Disponível em: <https://pontopoder.verdesmares.com.br/disputa-em-aracoiaba-opoe-grupos-que-se-fortalecem-para-2020-e-2022/5458/>. Acessado em 20 de outubro de 2020, às 20h50min.

contando com o apoio de Luís Eduardo Granjeiro Girão (PODEMOS), que busca ampliar sua influência política no estado por meio das prefeituras.

Mais do que configurarem entre grupos locais, esses políticos mencionados participaram de alguma forma dessas campanhas. Os apoios que chegavam aos candidatos a prefeito se davam por meio de vídeos, mas também ocorriam presencialmente ou a partir de fotografias (aqui não me refiro a montagens), através dos quais os candidatos procuravam demonstrar articulação política e/ou força. Observe-se, ainda, que Teixeira esteve bastante participativo nesse pleito na campanha de Wellington de Oliveira (Edim da Bill), cujo vice era seu filho José Teixeira (José do Dr. Ary).

Se retrocedermos nas eleições para compreendermos melhor como laços e divisões políticas estaduais ocorrem em meio a disputas locais, será possível observar que o grupo vinculado à família Campelo Nogueira se desvincula do PSDB, de Tasso Ribeiro Jereissati, e passa a se aproximar do PDT, da família Ferreira Gomes. Pode-se afirmar que essa migração ocorre à medida que a força política destes se amplia no estado. De modo semelhante seria possível considerar o mesmo acerca do grupo de Maria Valmira Silva de Oliveira, que esteve bastante próxima do PSDB, uma vez que este era o partido de algumas lideranças de seu grupo, como Marilene Campelo (quando ainda eram aliadas, obviamente) e Antônio Cláudio (de quem fora vice-prefeita por duas vezes), até que passou a se aproximar do grupo do ex-vice-governador Domingos Filho. Ainda sobre a relação desta com o PSDB, em matéria⁴⁴ acerca de um evento partidário a ser realizado no município de Aracoiaba, é mencionada a informação de que Valmira de Oliveira chegara a cogitar a migração para o partido de Jereissati.

No entanto, a migração ocorreu para o grupo do ex-vice-governador⁴⁵, cuja agremiação, o PSD, é o segundo partido político com o maior número de prefeitos no Estado do Ceará, totalizando, após as eleições de 2020, 27 prefeituras, sendo que o maior grupo é o da família Ferreira Gomes, que contabiliza 67 prefeituras⁴⁶, no PDT. Esses dois partidos e seus grupos passaram a se estabelecer como os dois maiores partidos políticos do estado e sua

⁴⁴ Informação disponível em: <https://blogs.opovo.com.br/politica/2017/07/25/tasso-comanda-evento-psdb-em-cidade-governada-pela-mae-de-wesley-safadao/>. Acesso em: 20 out. de 2020.

⁴⁵ No dia 27 de fevereiro de 2020 uma matéria do Diário do Nordeste informa que Valmira de Oliveira (Dona Bill) passaria a integrar o PSD para disputar o cargo de deputada Federal em 2022. Cf. <https://pontopoder.verdesmares.com.br/mae-do-safadao-se-filia-ao-psd-e-deve-disputar-vaga-de-deputada-federal-em-2022/17135/>. Acessado em 18 de fevereiro de 2021, às 15h59min.

⁴⁶ Informação disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/observatorio-das-eleicoes/2020/12/07/novo-mapa-politico-consolida-forca-dos-ferreira-gomes-no-ceara.htm>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2021. <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/psd-define-municipios-estrategicos-e-aposta-em-candidaturas-femininas-no-ceara-1.2975209>. Acesso em: 21 out. 2020.

presença na disputa por prefeituras incluía a de Aracoiaba. Ou seja, levando em consideração a existência desses grupos, é como se o município passasse por configurações políticas semelhantes às presentes no conjunto das relações de poder existentes no estado, na disputa pelo executivo. Esses casos mostram como as movimentações políticas alcançam dimensões locais e estaduais, estando destacadas em matérias jornalísticas que tratam do tema levando em consideração essas configurações. Além disso, deve-se considerar que outros nomes e grupos também adentram a essa disputa pelo poder no estado.

Aqui, é importante observar que a relação com grupos políticos que extrapolam as dimensões do município se estabelece a partir de uma rede de poder e influência com intencionalidades variadas e que pretendem ser positivas para ambos os grupos, seja o local ou o estadual. Assim sendo, a aliança firmada entre os grupos políticos do município e os que pleiteiam o comando do estado (seja na Assembleia Legislativa ou no governo estadual) pode ser positiva, uma vez que os dois podem se beneficiar na medida em que prefeitos e candidatos a prefeitos podem contar com o apoio da figura que estiver à frente do governo estadual e esta pode contar com os apoios e votos da base formada por prefeitos e lideranças locais. Válido considerar que nem sempre essa aproximação entre políticos locais e aquele de envergadura estadual se deu em decorrência de recursos públicos destinados ao município, conforme a pesquisa de Bezerra (1999), o que quer dizer que as configurações e os arranjos políticos municipais e estaduais se movem por outros tipos de afinidade entre esses agentes políticos.

3.7.1 Eleições 2020: Uma disputa em meio a uma pandemia

A eleição municipal de 2020 se deu em meio a algumas restrições, algumas delas principalmente em decorrência da pandemia de Covid-19. No município pesquisado foram proibidos eventos como passeatas, comícios e reuniões; além dessas restrições, os grupos políticos, em comum acordo, limitaram a utilização de carros de som de divulgação a cinco carros por candidato, além de restrições de horários de circulação destes e da utilização de fogos e bombas comemorativas. Todos esses acordos e restrições fizeram com que as eleições ocorressem de maneira um pouco mais tímida do que costumeiramente se apresentam, o que fez com que houvesse uma intensificação das campanhas na esfera virtual, nas páginas e aplicativos de comunicação. Some-se a esses aspectos, o fato de que foram mantidas as visitas às casas, que acontecia com a utilização de máscaras, conforme era possível observar em páginas de divulgação de campanha.

Dadas as limitações impostas decorrentes da situação da pandemia de Covid-19, optou-se na finalização desta pesquisa por dar ênfase aos processos político-eleitorais que ocorreram antes desse período. Considerando os possíveis riscos ao pesquisador e aos possíveis interlocutores, o acompanhamento das visitas que ocorreram nesse período não pôde ser feito, o que não impediu que alguns aspectos e acontecimentos decorrentes da eleição de 2020 pudessem ser analisados e utilizados. Assim sendo, páginas em plataformas como Instagram, Facebook, sites de notícias profissionais, além de conversas informais, puderam ser utilizados como fontes de informações, tornando possível adentrar a um universo de percepções sobre esse ano eleitoral. Deve-se considerar, ainda, que essa última eleição não estava contemplada no projeto inicial da pesquisa devido à limitação temporal. No entanto, optou-se por considerar o pleito de 2020 diante da possibilidade de se atualizarem informações, contemplar novos dados e considerar novos aspectos políticos locais – mudanças na maneira de se comunicar com o eleitorado, conforme formulações de Carvalho (1999).

Durante o pleito municipal de 2020, não ficou tão evidente a chamada “nacionalização” das eleições – o que não quer dizer que alguns valores e temas que atravessavam esse período não estiverem presentes nas conversas cotidianas –, quando pautas ou temas nacionais passam a integrar de maneira mais intensa as eleições locais. Todavia, houve o acionamento de rede de contatos políticos no intuito de mobilizar votos. Esse recurso foi especialmente utilizado pela campanha de Thiago Campelo e Wellington de Oliveira que, em suas páginas de divulgações de campanhas, apresentavam políticos cujas falas procuravam demonstrar confiança nos candidatos. Este procurou, ainda, apresentar vídeo com participação de cantores, incluindo o seu irmão, cantor de forró – esse vídeo, por determinação da justiça, teve de ser retirado de suas plataformas de divulgação oficial.

A eleição municipal de 2020⁴⁷ resultou na reeleição de Thiago Campelo Nogueira (Thiago Campelo – PDT) com 12.113 votos (59,92%), juntamente com seu vice-prefeito Helder Paz (PP); Wellington Silva de Oliveira (Edim da Bill – PSD) ficou em segundo lugar com 7.900 votos (39,08%), enquanto Telmo Amaro Bezerra (Telmo – PMN) teve 201 votos (0,99%). O número total de votantes foi de 21.045 eleitores, sendo que 20.214 (96,05%) foram considerados votos válidos. Votos brancos e nulos foram, respectivamente, 198 (0,94%) e 633 (3,01%) votos; já as abstenções somaram 2.279 (9,77%). As coligações das candidaturas

⁴⁷ Extraído de: <https://g1.globo.com/ce/ceara/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/aracoiaba-ce.ghtml>. Acesso em: 21 fev. de 2021. Além de <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2020/2030402020/13234/candidatos> e de <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2020/2030402020/13234/candidatos>. Acessado em 22 de fevereiro de 2021, às 21h09min.

supracitadas foram, respectivamente, “Aracoiaba de mãos dadas com o povo”, formada pelos partidos PDT, PT, PSDB e PP; “Novas Ideias, nova Aracoiaba”, com a participação dos partidos PSD, DEM e PL; e “Juntos podemos mudar Aracoiaba”, dos partidos PMN e PODEMOS.

3.7.2 “Ficha suja” e “ficha limpa”: candidaturas na berlinda

O nome popular, Lei da Ficha Limpa, associado à Lei Complementar 135/2010, se manteve bastante presente nas falas. Tornou-se frequentemente associada à honestidade, mas, principalmente, a alguém com condições jurídicas de disputar as eleições municipais locais, sem que haja quaisquer impedimentos para tanto. A referida lei

estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato⁴⁸ (BRASIL, 2010).

Por decisão judicial, o candidato eleito ao cargo de prefeito na eleição de 2012 não pôde assumir o cargo. Antes disso, durante o processo eleitoral, o mesmo teve de garantir, em cada instância da Justiça Eleitoral, o deferimento de sua candidatura que, mesmo com a aprovação em algumas dessas instâncias (como no caso da decisão do juízo local), sofria com recursos, e culminou com uma decisão monocrática no Supremo Tribunal Federal (STF) que impediu sua posse como prefeito.

Durante todo esse período, naquela época e em campanhas, em palanques, nas falas de candidatos, nas ruas, nas conversas, enfim, parte das discussões políticas se detinha em saber se o candidato em questão seria ou não “ficha suja”. Ao longo do tempo, a tensão criada decorrente de tal situação contribuiu também para que as decisões da Justiça Eleitoral em torno do deferimento da candidatura passassem a ser comemoradas em carros de som, passeatas, reuniões, ou em quaisquer outras formas de manifestação, cuja intenção principal era demonstrar o caráter probo e honesto do político em questão e, em razão disso, seu deferimento. Aqui é possível observar como as decisões jurídicas passaram a ser incorporadas aos eventos do campo político, uma vez que adentraram no universo das comemorações e festividades político-eleitorais.

⁴⁸ Extraído de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm. Acesso em: 19 jan. 2020.

Além disso, como na época, para efeito de apuração de votos, candidaturas com pendências judiciais não tinham a quantidade de votos recebidos nas urnas contabilizados, os mesmos ficavam “retidos”, sendo somente considerada a votação recebida pelos candidatos considerados aptos, já que os votos destes eram considerados válidos. Muitas vezes isso foi utilizado por políticos e correligionários para convencer as pessoas a votarem em seus candidatos em situação deferida junto à Justiça. Na eleição municipal de 2020, o mesmo não ocorreu, visto que, mesmo as candidaturas *sub judice* passaram a ter seus números de votos imediatamente contabilizados.

Ao longo do tempo, em muitos lugares e no município analisado, o termo “ficha limpa” passou a estar associado àqueles que passaram pelo crivo da lei e da justiça, estando aptos a se candidatarem, por oposição ao seu contrário, “ficha suja”. Aqueles que têm sua candidatura “deferida”, costumeiramente, podem usar a expressão “ficha limpa” para se referirem à sua situação. Por outro lado, quando o contrário ocorre, o “indeferimento” pode comprometer a continuação da campanha e também contribuir para que o candidato seja alvo de ilações, especialmente por parte de grupos opositores sob a acusação de ser “ficha suja” e que os votos dados ao candidato indeferido poderão ser invalidados (uma vez que poderão não ser considerados válidos). Por extensão, como já afirmado, esses termos acabaram ganhando conotações positivas ou negativas, passando a serem associados à índole, ao caráter e à honestidade ou não do candidato. Não raro, a candidatura “ficha suja” se esforça na tentativa de convencer que sua situação se deve a pequenas atecnias ou erros, ou ainda, qualquer situação que não envolva a possibilidade de enriquecimento ilícito ou desvio de verba, que sua candidatura segue ainda no pleito, que contornará a situação e que a candidatura e os votos serão validados pela Justiça Eleitoral.

Conforme mencionado anteriormente, durante a pesquisa foi possível perceber como, na fala de um político, a possibilidade de acionar a justiça eleitoral na tentativa de inviabilizar uma candidatura tem se tornado um recurso do qual é possível que se lance mão. Além disso, ainda nos primeiros dias de campanha, quando nem todas as candidaturas foram julgadas, tornaram-se costumeiras as falas em torno das chances de se inviabilizarem candidaturas por grupos opositores, algumas vezes se assemelham a ameaças ou blefes. São comuns falas como “Fulano não pode se candidatar por ter feito isso”, na sequência, pode-se ainda afirmar que “Cicrano tem provas” ou que “Cicrano sabe de algo sobre Fulano”, numa tentativa de indicar que integrantes da oposição teriam como tornar indeferida a candidatura. De todo modo, são falas que procuram enfatizar a inviabilidade da candidatura, algumas vezes, por meio de ilações e suspeitas acerca da reputação de candidatos.

Enfim, ser “ficha limpa” ou “ficha suja” parece estar imerso a um conjunto de reputações que afetam, por assim dizer, as percepções sobre candidatos. Podendo, ainda, gerar disputas por narrativas, além de justificativas acerca dos motivos que geraram esse deferimento ou indeferimento de candidatura. As especulações sobre as motivações dos indeferimentos são muitas, estando presentes nas falas de grupos de oposição e por entre a população em suas conversas diárias, podendo ser capazes de afetar a maneira como políticos pretendem se apresentar.

3.8 Relações entre os próprios políticos

As trocas de apoio podem ser refletidas a partir de vários aspectos e tornam-se evidentes em pesquisas etnográficas em que é possível buscar compreender os seus significados. Um exemplo de pesquisa marcada pela etnografia da política em que é possível perceber como essas trocas são tecidas está no trabalho de Marcos Otávio Bezerra (1999), intitulado *Em nome das “bases”*. Dele aproveito para seguir o debate acerca dos vínculos e das trocas de apoio e dos sentidos que perpassam essas práticas, para compreender o que acontece com o município analisado, realizando as devidas adaptações.

Baseando-me em concepções de Victor Nunes Leal (2012), e nos comentários de Marcos Otávio Bezerra (1999) sobre aquele autor, é possível considerar que Leal se dedica a uma análise centrada no município. Seu foco é, principalmente, o conjunto de relações assimétricas e de poder que tornam dependentes eleitores e políticos locais e esses aos demais políticos, chegando a formar um sistema que envolve aspectos econômicos (latifúndio, dependência e pobreza rural). Essas características compõem esse sistema que garante que as relações políticas se mantenham como tais. Um sistema que teria uma datação histórica, fundada em 1930. No entanto, suas práticas se estendem temporalmente. É, em síntese, o sistema político não-oficial ou informal.

Bezerra (1999) pretende analisar as relações políticas na distribuição de recursos públicos. Para tanto, ele analisa o processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). A ideia que permeia o livro é a dimensão não institucional presente nas relações do âmbito da burocracia estatal e, portanto, distante dos valores da impessoalidade. O autor de *Em nome das “bases”* percebe, em sua etnografia, que o acesso e a distribuição desses recursos estão associados a fatores como status, influência política e, principalmente, ao retorno político e eleitoral. Sendo que esse último se dá a partir de suas relações com as “bases” eleitorais. Desse

modo, a distribuição segue um conjunto de princípios que estão associados às relações existentes entre deputados e os lugares ou regiões onde esses têm garantia de voto e atuam politicamente, enviando recursos e verbas federais para melhorias locais, ou seja, em suas “bases”.

Corroborando com Marcos Otávio Bezerra (1999; 2001), considero que as trocas de apoio não podem ser analisadas meramente pela dimensão da busca por recursos públicos (emendas parlamentares). O autor procura demonstrar que variados aspectos perpassam essa distribuição e que a redução à dimensão utilitária que condiciona o apoio ao envio de emenda pode ser um equívoco.

Nesse sentido, sobre a questão dos apoios políticos e distribuição dos recursos públicos, realizou-se, aqui, um levantamento acerca das emendas parlamentares destinadas à Aracoiaba no qual pode-se perceber que nem sempre os candidatos a deputados que receberam apoio de políticos locais ou que receberam votos no município foram aqueles que enviaram emendas para o município. Assim, observou-se que os votos recebidos por aqueles políticos estão mais relacionados aos apoios que receberam dos políticos locais às suas candidaturas ao cargo de deputado, principalmente.

No pleito de 2014, para citar um exemplo, o município de Aracoiaba contou com a presença de alguns candidatos apoiados por políticos locais. No entanto, nem sempre o município pôde contar com emendas parlamentares desses políticos. As falas de dois políticos entrevistados tornam isso bem evidente, a de Fernando Antunes e a de Joaquim Toledo. Ambos mencionam o desinteresse dos candidatos a deputado pelo município. Conversas com outra pessoa, cujo pai comerciante apoiara deputados, também confirmam essa noção de que os candidatos a esses cargos, por não manterem quaisquer vínculos com o município, apenas cuidam de nutrir suas próprias campanhas financeiramente em municípios onde não possuem um histórico de vinculação, chegando, algumas vezes, a sequer visitar o lugar – apostando apenas no apoio de lideranças locais (para que estas obtenham votos a seu favor).

Melhor dizendo, por não terem vínculos com o município, esses candidatos, com o objetivo de adquirirem votos, apenas entram em contato com os políticos locais que se tornam responsáveis por suas campanhas. Dessa forma, o político local aciona suas redes de contatos, vínculos e eleitores dependentes, de modo a solicitar que esses direcionem seus votos a deputados apoiados por esses políticos e líderes locais. Assim vemos, por intermédio da noção de rede, como políticos de diferentes cargos, eleições locais e gerais e os poderes local e central podem se inter-relacionar a partir da integração de uma rede de contatos e vínculos que é sustentada graças às trocas que são constantemente mantidas entre os agentes sociais que nela

interagem. Assim, podemos observar como opera essa rede de poder e influência entre políticos locais e os de outras regiões, que se candidatam ao cargo de deputado estadual ou federal.

O voto no deputado encontra-se, muitas vezes, associado à vinculação ao político local, que pede voto para seu candidato, “liberando” o eleitor para votar em quem quiser, em se tratando dos demais cargos, em especial, os cargos majoritários. Aliás, “liberar para votar” é uma categoria presente e repleta de significados, que se encontra atrelada a vínculos, reciprocidades e relações de dependência entre políticos e eleitores (NOGUEIRA, 2018).

É interessante compreendermos que Aracoiaba segue uma particularidade, diferente do que se pode encontrar em muitos lugares citados no livro *Em nome das “bases”* (em geral, regiões metropolitanas ou cidades grandes e médias de interior), na qual os políticos enviam emendas parlamentares para espaços com os quais são historicamente ligados e fazem campanhas nesses ambientes, por terem uma antiga vinculação com o local, seja pelo fato de haverem sido prefeitos, vereadores ou por terem parentes políticos nessas regiões.

O caso de Aracoiaba é diferente, pois o município e a região do Maciço de Baturité contam com poucos representantes que consideram o município como sua “base” na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e, principalmente na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal. A última vez que alguém da região esteve ocupando uma das cadeiras foi quando Thiago Campelo, um dos filhos da ex-prefeita de Aracoiaba, Marilene Campelo, assumiu o cargo por ser suplente de deputado estadual, por um curto período. Uma exceção, visto que, até então, a última vez que a região contou com representação direta por algum habitante do Maciço foi quando Pedro Uchoa, natural de Acopiara, com base política também naquele município, e ex-prefeito de Itapiúna, esteve naquela instituição. E mais, no Anuário Ceará (2020), em sua seção voltada para a representação parlamentar, podemos encontrar um pequeno número de deputados estaduais que reconhece o município de Aracoiaba como sendo sua base eleitoral.

Portanto, para o caso analisado, trata-se de levar em consideração o fato de se tratar de um município inserido em um contexto diferente em comparação ao descrito por Bezerra (1999; 2001). O contexto é o de um pequeno município, onde um pesquisador poderia classificá-lo como um local sem grande relevância ou peso histórico e econômico para o estado, embora se possa afirmar que a história local tem enorme importância para o conjunto de seus moradores.

Além disso, trata-se de um município marcadamente desigual, de baixa produção econômica, de pequena população, sem destaque ou grandes referências, e com pouca representatividade na estrutura do poder político, jurídico ou econômico estadual, ou seja, bem

diferente de alguns municípios de médio porte mencionados por Marcos Otávio Bezerra (1999), de relevância econômica e política no contexto paulista, por exemplo. Dito de outra maneira, os estudos e conclusões empreendidos por Bezerra (*idem*) diferem em muitos aspectos das características identificadas no contexto que desenvolvo minha pesquisa, na qual teriam dificuldade de serem aplicados no que tange à questão das emendas parlamentares.

As características citadas anteriormente contribuem para pensarmos a particularidade do contexto analisado. Sem representação política efetiva na Assembleia, as campanhas eleitorais realizadas por políticos estranhos ao lugar se desenvolvem a partir do apoio de políticos locais. Assim, frequentemente, o voto de políticos que não pertencem à região encontra-se condicionado à manifestação do apoio explícito de políticos locais e que, portanto, atuam dentro do município de Aracoiaba.

Como se pode perceber, enquanto a análise de Bezerra (1999; 2001) encontra-se voltada para municípios tradicionalmente presentes e representados como relevantes no campo da política, ou seja, uma análise focada no que ocorre na política nacional, precisamente em Brasília, acompanhando a distribuição de emendas parlamentares no Congresso Nacional, realiza-se, aqui, o movimento contrário, com foco no município (aquele que recebe as verbas), sendo que este possui características bem distintas das que se configuram nos lugares analisados pelo referido pesquisador – um município com pouca expressão na estrutura de poder estadual.

É necessário compreender que a preocupação de Bezerra (1999) se encontra voltada, principalmente, para a questão da distribuição das emendas parlamentares, enquanto meu objetivo são as trocas de apoio político-eleitoral – uma vez que no município analisado, o repasse de verbas, embora exista, não é o único fator para a formação de “base”, estando condicionada a trocas de apoios políticos ou mesmo acordos financeiros e para realização de uma campanha em favor de algum candidato. Num ponto nos encontramos, ao considerarmos as relações políticas e as campanhas eleitorais. Enquanto ele busca as dinâmicas das emendas destinadas, em especial, para médias e grandes cidades de relevância econômica e política, eu busco lançar olhares para um município da Região do Maciço de Baturité, o qual não conta com alguém que se autodenomine como legítimo representante dessa região. Desse modo, meu objetivo consiste em descrever e interpretar manifestações e trocas de apoio dentro das condições, contextos e conjunturas supramencionadas, ou seja, diferentes das apresentadas por Bezerra (1999; 2001), quer dizer, nas quais a distribuição das emendas, embora surjam, não parecem ser tão determinantes.

Permanece, no entanto, a concordância com Bezerra (1999; 2001), de que os votos e as trocas seguem lógicas que podem ser utilitárias (conquista de voto) ou não – podendo

também estar associadas a: lucro financeiro com campanhas, busca ou conquista de empregos, acesso a bens, formação de vínculos e contatos com políticos, apadrinhamento, e conquista de apoios para a próxima eleição; seja pela presença em palanques, seja com apoio financeiro para nutrir a campanha política.

Assim sendo, podemos notar que nem sempre aspectos institucionais (em especial aqueles que se relacionam às dimensões da política partidária) podem ser utilizados como único vetor analítico, principalmente quando se trata de analisar a política local. A política no município segue, frequentemente, um padrão de relações que possui uma dinâmica própria, de acordo com as conjunturas e as configurações das redes de relações de poder que se estabelecem em âmbito local e que se dão pelos motivos mais diversos, conforme pudemos observar no parágrafo anterior. A política nacional também possui as suas maneiras institucionais ou não de “funcionar” e ambas as forças de poder podem se influenciar e entrarem em tensão e conflito.

Essa descrição geral que venho apresentando não contempla, obviamente, todas as múltiplas narrativas, visões e percepções acerca das eleições nos pequenos municípios cearenses. Compreendo, ainda, que esses pleitos são dotados de uma enorme complexidade sobre a qual se faz necessário se debruçar, entre outros motivos, por serem costumeiramente associados a visões, algumas vezes, reducionistas, que consistem em tratar a política local como sendo irracional, com forte componente emocional, não-ideológico, exclusivamente familiar etc., como se a política nos grandes centros urbano-industriais se desse exclusivamente a partir de dimensões diametralmente opostas, como já mencionado antes. Assim, os aspectos descritos são antes um pano de fundo sobre o qual lanço olhares.

Ainda acerca da relação entre políticos, certa vez um político comentou que as emendas obtidas por ele e a atuação do governo local em relação a elas geram queixas de sua parte em relação à administração municipal. Segundo o político, esta (a gestão municipal) atuaria para que a emenda retorne, sem que o possível benefício trazido por ela possa ser de fato implementado, decorrente desta suposta proposital omissão da parte da administração local.

As narrativas em torno dessas emendas e seu imbróglio entre oposição e governo compõem suas exposições acerca da política no município – para quem o último bom governo foi feito por aquela que é a liderança principal de seu agrupamento político. Além disso, situações adversas podem envolver emendas quando, de acordo com o entrevistado, alguns políticos “querem emenda para o próprio bolso”.

3.8.1 Apoios a candidaturas

Em umas das entrevistas realizadas, o político Fernando Antunes comentou que se a candidatura de deputado apoiado por ele tiver muitos votos, o mesmo terá como votar (*sic*) em favor do município, e conclui: “a densidade de voto é que diz o empenho dele” – ou seja, quanto mais votos o candidato apoiado por ele receber, maiores seriam as chances deste, no poder, alocar recursos para o município, por exemplo. Isso porque, segundo o entrevistado, essa densidade de votos maior é importante no momento em que se vai “pedir” algo. Como se pode observar, políticos também podem adentrar ao universo dos “pedidos” feitos a outros políticos.

O político, que já liderou o partido, afirma, ainda, que na eleição de 2014 se empenhou mais no apoio à candidatura de seu deputado federal do que qualquer outro cargo, aproveitando para realçar as qualidades do candidato e o seu “compromisso com a população mais necessitada”.

Qualidades e atributos pessoais, além de compromissos com o local, ou a possibilidade de que o apoio dado retorne sob a forma de recursos, parecem ser algumas das características que podem ser capazes de pesar na escolha da candidatura a ser apoiada – é como se interesse e alguns aspectos de teor mais subjetivos ou simbólicos se juntassem a essas escolhas utilitárias (como o retorno ao município ou as trocas de apoios futuras) ou algumas dimensões ligadas à afinidade, o que também é possível considerar que outras possibilidades estão também presentes.

O interlocutor continua sua fala acerca de apoio, votos e relação com políticos fora do contexto municipal. Considera que o deputado estadual não tem muita pujança para apoio aos municípios – segundo sua concepção, isso se daria em função da existência de uma espécie casta, um grupo em torno de quem governa o estado, isto tornaria difícil o acesso a quem governa, “é quase impossível você pedir uma audiência com o governador (...) você pede dez vezes, no dia que marca, ele viaja... até descansa e deixa de lado”. Ele considera haver uma espécie de quantia limite voltada para o atendimento de lideranças municipais, o que torna difícil o acesso ao governo do estado.

Depois dessas considerações, ao ser indagado acerca de questões envolvendo possíveis critérios para a escolha de apoio político à candidatura ao governo estadual, o interlocutor comenta não haver muita margem de escolha, essa possibilidade existiria (segundo o próprio) para grandes municípios, cabendo àqueles pequenos “acompanhar o rolo compressor que vem de cima”. Ou seja, conforme ele mesmo considera, é a densidade de voto capaz de

exercer influência sobre políticos, dando liberdade para escolher apoiar certas candidaturas em detrimento de outras.

Neste último parágrafo, podemos observar sua visão acerca da condição do pequeno município em relação ao governo e ao poder estadual. Por seu tamanho e pequena possibilidade de influência e de densidade de voto, é como se coubesse ao município seguir tendências político-eleitorais, e pode-se dizer que por extensão, tornar-se governo. Além da questão envolvendo as dificuldades de acesso ao governo do estado. Uma visão que carrega uma concepção relativamente pessimista e, ao mesmo tempo dura, desta que, para ele, é a percepção acerca dos municípios menores – suas desvantagens em relação aos maiores, seu menor poder de barganha e influência em suas próprias demandas, as limitações políticas. Essas concepções ocorrem paralelamente a outras observadas nos comícios nos quais é mencionado que deputados se responsabilizarão pelo envio de recursos para o “desenvolvimento” do município.

Essa visão descrita por Antunes se assemelha, com as devidas adaptações, àquelas apresentadas por Abelardo Montenegro (1980) ao tratar das relações governistas e oposicionistas dentro do governo municipal, o autor aborda as dificuldades enfrentadas por estes e as vantagens de estar no, ou ser apoiador do governo.

Neste momento, ao retomarmos o tema dos apoios dados e recebidos, indago-lhes se estes têm sido úteis ao município (uma vez que, frequentemente, em período de eleições gerais, ele e outros políticos locais costumam manter apoios a variados cargos eletivos). Para responder, Antunes considera que o fato de o deputado vir ao município apoiá-lo em nada acrescenta (à sua campanha), afirmando, ainda, que “é bonito pra gente, pra mostrar força, mas em termos de voto, não adiciona nada”. No entanto, segundo ele, a recíproca não é verdadeira, uma vez que o apoio advindo de lideranças locais é capaz de influenciar o voto a candidaturas como ao cargo de deputado estadual e federal – característica que tem sido observada nesta pesquisa.

As trocas de apoios são complexas, apresentam dimensões ligadas a aspectos simbólicos, como a possibilidade de demonstração de força no exemplo relatado pelo interlocutor acima, estando ainda associadas a uma possível conquista de voto, conforme Antunes cita ao comentar que ele é que é procurado por candidatos. De fato, aqui começa a ficar de maneira mais explícita a maneira como a base de voto de deputados - em município de menor expressão política e que não são locais de origem destes ou onde eles possuem relações mais próximas – encontra-se bastante dependente da base de atuação política de lideranças locais (incluindo prefeitos, vereadores e até lideranças comunitárias).

Já outro entrevistado, o político Henrique Santos, afirma que já apoiou candidaturas de deputados. É aqui que podemos observar como a rede de articulação política funciona, sendo capaz de se estender até os mais distantes rincões ou, de maneira mais específica, aos distritos mais afastados, agregando votos, apoiadores e seguidores de candidatos nesse período. Afirma que na época gostou muito da forma do candidato a deputado fazer política e comenta que este já veio ao município várias vezes, segundo o próprio – abordando esse fato talvez na tentativa de justificar o apoio. Ele acrescenta que a escolha também se deu pelo motivo de o candidato a deputado, na época, integrar o grupo de sua liderança política municipal, ou seja, realizou sua escolha influenciado por esse grupo. Nessa última descrição, é possível perceber como a participação em um grupo político afeta, de alguma maneira, as atuações políticas dessas lideranças.

A campanha para o deputado, no distrito de atuação de Henrique Santos, deu-se a partir de visitas, das quais o deputado chegou a participar. O interlocutor afirma, ainda, que os recursos para a campanha eram utilizados para o pagamento de materiais e carros, além disso, visitas eram realizadas (também em carros), contando ainda com a presença de ativistas. Afirma não ter recebido nada para fazer a campanha, que fora, segundo ele mesmo afirma, “voluntário” – teria realizado um único pedido: “melhorias para a cidade”. O voluntarismo do entrevistado, em partes, reforça a concepção de que relações políticas e o dinheiro se mantêm em relativa tensão, nas narrativas de políticos e eleitores, de modo a não permitir a amálgama (política e dinheiro), inclusive para que não se criem suspeições em torno das relações entre políticos.

Quando indagado acerca da possibilidade de apoiar outras candidaturas, diferentes daquela apoiada por outras pessoas de seus grupos, Henrique Santos afirma que recebeu convite, por intermédio de um amigo, para apoiar um candidato a deputado estadual, sendo que este já estava condicionado ao apoio de uma candidatura ao cargo de deputado federal. No entanto, afirma que o apoio não se concretizou devido ao fato de o deputado estadual que o procurou não ser conhecido o bastante e não possuir alguma “bandeira”, por outro lado, o deputado federal a quem prestou apoio possuía a “bandeira”, o que lhe era mais conveniente ou mesmo convincente.

As redes de inter-relação entre políticos e lideranças intermediam relações ou mesmo vínculos políticos, como se pode perceber. É por elas que os elos se formam e votos são conquistados. A mobilização a partir de lideranças locais, seja para o cargo de deputado estadual ou federal, consiste em um modo comum, especialmente no contexto de um pequeno município cujo território se constitui em uma base eleitoral oficial de reduzido número de membros da

Assembleia Legislativa e da Câmara dos Deputados – aspectos que podem ficar evidentes nas falas deste e dos demais entrevistados e a partir de algumas informações levantadas⁴⁹.

Comentando, ainda, acerca do dia em que fora procurado por um deputado estadual, o entrevistado afirma que este “pediu” que também fosse dado apoio ao seu candidato a deputado federal, como se fosse uma condição. Ambos os candidatos não possuíam historicamente qualquer vínculo político com Aracoiaba, o que reforça a ideia de que, em alguns casos, são as lideranças locais as responsáveis, ao menos em parte, por garantir parte dos votos recebidos por essas candidaturas; que lideranças locais podem ser procuradas por políticos sem que haja qualquer vínculo prévio destes com o lugar; demonstrando ainda, algumas vezes, como alguns dos votos obtidos por deputados são oriundos da base ligada a lideranças locais (sejam vereadores ou prefeitos, ou ainda, líderes locais que conseguem se destacando numa localidade, num distrito ou num município). Ou seja, sem base no município analisado, resta a esses candidatos se associarem a lideranças dos mais distantes lugares. Além disso, a fala também traz consigo a categoria “pedir” que aqui se encontra presente na relação de políticos que solicitam atuação e articulação em prol de candidaturas específicas – os “pedidos” variam, assim, conforme os agentes sociais envolvidos na interação social.

Na fala do também político Henrique Santos, a rede envolvendo eleitores, vereadores, prefeitos juntamente com as emendas e deputados estaduais e federais torna possível uma relação entre estes e faz com que haja alguma forma de interesse pelo município, decorrente dessa certa proximidade.

Por outro lado, o voto para presidente é visto, segundo seus termos, como “livre”, porque “não tem proximidade, não tem aproximação”. Ou seja, de acordo com sua perspectiva, é como se alguns cargos não se envolvessem, não se misturassem, não se associassem nesse elo, nessa cadeia, nessa rede envolvendo emendas, apoios, “pedidos” e “ajudas” capazes de forjar relações políticas das mais diversas. Embora aqui seja possível considerar que a liderança do executivo, na esfera estadual ou na federal (afirma que a maioria é federal), seja uma das responsáveis pela liberação da emenda (e em outra entrevista o interlocutor também chega a reconhecer isso), ele (o líder do executivo) é pouco ou nada considerado nessa rede de relacionamentos, ainda que possa estar minimamente associado.

Já Joaquim Toledo, outro político entrevistado, afirma que os apoios às

⁴⁹ Acerca disso, conferir o Anuário do Ceará, disponível em: <http://www.anuariodoceara.com.br/deputados-estaduais/>. Acessado em 27 de dezembro de 2020, às 11h54min.

candidaturas à presidência da República se dão de modo, como chamou, "independente". Para esse cargo, diferente de outros, não seriam "obrigados" a apoiar candidatos a presidente. Embora ainda comente que "sempre acompanham (o voto da liderança política local)" e para os casos envolvendo candidaturas ao cargo de governador do estado, dependendo da atuação deste, eles (vereadores) podem fazer campanha em prol do cargo. Comenta, ainda, que seus candidatos a deputado não teriam conseguido as emendas se não pertencessem à base do governo – nesses casos, o possível condicionamento do apoio à emenda fica mais explícito, o que contribui para uma percepção mais utilitária desses apoios semelhantes à situação envolvendo, por exemplo, a obtenção de benefícios nas relações entre políticos e eleitores.

Ainda em se tratando dessa relação (político -eleitor) e dos elos que a forjam, o interlocutor reconhece que ela pode se dar em meio a interesses financeiros com "compra de voto", troca de favores, dinheiro para pedir apoios – para ele, isso aconteceria entre uma maioria de deputados em suas aproximações com vereadores. Além disso, comenta também que as emendas são poucas – nesse sentido, condicionar tais relações a emendas pode ser um equívoco, como já se tem afirmado.

3.8.2 Distinção entre acordo político e acordo financeiro

Em campo, as distinções entre acordos políticos e os acordos mediados por dinheiro são explícitas para que não haja confusões. Por exemplo, um político comentou que alguns vereadores tecem acordos "me dê vinte mil que lhe dou trezentos votos" – comenta ele, referindo-se a deputados que oferecem dinheiro por voto, mas que não teriam compromisso com o município e que não vão levar benefícios para a cidade.

Define a sua situação como distinta. Para o interlocutor (cuja anonimato é aqui garantido), a sua relação com o seu deputado teria se dado, segundo afirma, com a condição de "trabalho", "compromisso" e que, portanto, não pediu dinheiro. Embora tenha afirmado anteriormente o recebimento de cifras para os custos da logística da campanha e mesmo para a passagem de algumas pessoas, isso não parece ser considerado por ele, uma vez que a intermediação financeira se daria de maneira mais explícita em acordo como os que ele mencionou em seu exemplo supracitado.

O "toma lá, dá cá" nas relações políticas, mencionado por alguns interlocutores, pode se encontrar presente tanto nas relações político-eleitor como naquelas envolvendo político-político, conforme se pode observar na narrativa do parágrafo anterior. Guardando as

particularidades nas quais cada uma se desenvolve, essas relações (entre eleitores e políticos, e políticos e político) explicita a troca e o interesse individual no menor tempo possível de retorno daquilo que é dado. De modo relativamente semelhante às negociações no âmbito da economia de mercado, com as devidas adaptações, obviamente.

Seu relato segue e, mais uma vez, noções como trabalho e compromisso aparecem como referências de uma atuação política vista de maneira positiva e distante, se opondo a dinheiro. O dinheiro é, como em outros relatos, percebido como algo que não deve estar presente nas relações políticas, tido como algo capaz de degradar essas relações.

Um outro político entrevistado certa vez comentou que após ter lançado candidatura tardiamente, teria conquistado mais de 100 votos, mesmo “sem trabalhar”, ou seja, sem poder atuar ativamente na campanha, pois não teria aberto mão do emprego em que estava. A noção “trabalhar” está presente em sua fala e na de outras pessoas como uma referência à atuação política e eleitoral.

3.8.2.1 A busca por recursos e a procura por bases eleitorais: a inter-relação entre deputados, prefeitos e vereadores

No que tange ao relacionamento com os deputados, Joaquim Toledo comenta que o seu apoio se deu para um candidato ao legislativo cearense, ou seja, semelhante à narrativa de outro entrevistado. A pessoa que pleiteava a Assembleia Legislativa busca apoiadores junto a vereadores e faz isso em parceria com aqueles que disputam a Câmara dos Deputados. Assim, ele, como político local, é que fora procurado para apoiar essas candidaturas. Como forma de justificar esses apoios, cita o empenho do candidato a deputado estadual em aprovar e levar as emendas ao município e os obstáculos impostos pela gestão municipal para inviabilizar a concretização destas.

Ao continuar sua fala, menciona que deputados estão sempre em busca de vereadores e suplentes e é dessa maneira em que é possível supor como a rede de contatos estabelecida por estes se torna a maneira pela qual deputados sem vínculos históricos ou, se preferirmos, sem base eleitoral em certos municípios, conquistam votos em regiões absolutamente distantes de suas bases, ainda que possam, eventualmente, sequer conhecer o lugar onde seu nome está sendo promovido.

Se não retribuir a coisa dada, conforme Mauss (2013) assinala, equivale a declarar guerra. Ao se referir a algumas sociedades, Joaquim Toledo afirma que não apoiar aqueles

deputados de quem conquistara uma emenda “seria covardia”. Ou seja, dentro deste contexto reforça a quase obrigatória necessidade de retribuir o recurso “dado”. Além disso, se atentarmos ao significado do termo “covardia”, aliado ao contexto ao qual fora empregado, é possível compreender que o termo carrega consigo algum peso de moralidade, do dever do ato (a reação, a retribuição), a dimensão da infidelidade, caso esse retorno não ocorresse, do desbrío, entre outros aspectos, até chegar a uma noção de honra que esse ato parece estar associado, especialmente quando ele comenta que caso os deputados por ele apoiados não tivessem enviado emendas, seria justificado o vereador não apoiá-los. Neste caso, o caráter da obrigatoriedade, juntamente com os demais significados supramencionados, se revela nesse ato de apoio político a parlamentares (ou entre parlamentares de esferas distintas – municipal, estadual e federal).

3.8.2.2 As emendas recebidas e apoios políticos

A temática das emendas ou recursos advindos de parlamentares parece ser para o interlocutor um motivo de orgulho, o que o faz se sentir como um privilegiado. A conquista, por assim dizer, da emenda, aparenta ser vista como espécie de prêmio conquistado, um *plus*, que o destacaria em relação aos demais, mas que também se dá em meio a articulações suas junto à sua rede de poder. Ela (a emenda) poderia, de modo semelhante, ser tida como um elo que mantém viva as relações, ao mesmo tempo em que se manifesta como consequência dos laços políticos previamente estabelecidos, e que agora se sela de vez a aliança entre figuras do campo político.

Nessas abordagens, na tentativa de conquistar apoios às suas candidaturas, segundo o vereador, os deputados “se preocupam mais com eles” e não pedem votos para outros cargos que não sejam aqueles do legislativo, seja para eles mesmos ou para os que concorrem ao cargo de deputados federal.

O posicionamento de prefeitos em relação a esses deputados que os abordam em busca de voto é questionado pelo caráter em que isso pode acontecer, de modo semelhante ao que fora exposto por outro entrevistado em outra ocasião. Segundo Joaquim Toledo, alguns prefeitos, no desejo de apoiar outras candidaturas (além daquelas que ele já apoia, tanto ao legislativo cearense quanto ao federal), dividem essas outras candidaturas entre os vereadores de seus grupos – essa distribuição é então feita entre lideranças que “devem favor ao prefeito”. Neste caso, a “dívida” para com o político é retornada a partir de apoios a deputados, a moeda

do “apoio político” seria capaz, por assim dizer, de intermediar relações, sanar obrigações, favores e débitos. Posteriormente, ele menciona o caso de Aracoíaba no qual lideranças de um mesmo grupo político prestam apoio a diferentes deputados federais e estaduais.

Além disso, segundo ele, alguns prefeitos querem votar naqueles candidatos que possuem maiores chances de ganhar. Comportamento que se estabelece de modo semelhante ao apresentado por alguns eleitores que, na intenção de buscar votar em candidaturas (especialmente, a prefeito e a vereador), optam ou mesmo decidem mudar de escolha, para, ao final, votarem em quem teria mais chances de se eleger.

Em sua percepção, o enfoque (durante campanhas eleitorais por parte de vereadores) ao cargo de deputados por oposição ao outro cargo, também ao legislativo, como é o cargo de senador (embora este seja um cargo majoritário) se dá pelo fato de que “não tem senador mais próximo da sociedade, do povão, diferente do deputado”; menciona, ainda, a dificuldade que o senador teria de chegar à residência das pessoas, em comparação com o deputado e o vereador que estariam mais próximos.

Com isso, sua visão é a de que haveria uma distinção entre deputado e senador na qual um se estabeleceria pela proximidade, enquanto o outro por certo distanciamento – o que pode ser, em parte, controverso, uma vez que, em outros momentos, é comentado acerca da relativa distância entre candidatos a deputado que necessitam do apoio de lideranças locais para obtenção de voto quando esses deputados não possuem relações políticas historicamente construídas no município (enfim, quando não possuem uma base, necessitando do apoio de tais lideranças).

3.8.2.3 “Acompanhando” políticos: personalidade e a apoio político

“Seguir” e “acompanhar” são maneiras de ele se referir ao fato de se manter junto ao grupo ou redes que integram uma liderança política de alcance estadual. O político Francileudo Marcondes usa o termo para se referir ao ex-governador Lúcio Gonçalo de Alcântara. Essas noções de “seguir” ou “acompanhar” também estão presentes na fala de alguns eleitores para se referir à liderança política local preferida. Essas redes mencionadas acima são acionadas por agentes sociais na condição de “amigos”, “colegas” ou “conhecidos” que algumas vezes se encontram em grupos ou próximos a estes, formando uma cadeia de inter-relações que se estende a partir de “amigos de amigos”, noções observadas por Boisevain (2010) e Mayer (2010).

“Acompanhar” políticos e candidatos, em alguns aspectos, se assemelha a uma adesão, em que o eleitor passa não só a apoiar, mas a integrar como parte de um agrupamento político. Em um município onde as relações políticas são marcadas, entre outros aspectos, por “lados”, e que esses “lados” terminam por funcionar como força de expressão desses poderes, acompanhar, além de participar desses grupos, pode ter como significado “seguir” a liderança, e aceitar, por assim dizer, as suas tomadas de decisão.

O comportamento presente na noção do “acompanhar” se torna, portanto, bastante emblemático se pensarmos que nesses grupos as relações de poder podem se dar de maneira hierarquizada, centrada na(s) figura(s) que lidera(m) e naqueles que a ela se encontram mais próximos – que segue uma espécie de rede que capilariza o poder em níveis maiores ou menores, à medida em que as pessoas se encontram mais próximas ou mais distantes das lideranças do grupo.

A noção de acompanhar se encontra bastante atrelada ao político em si, à sua figura, à dimensão mais pessoal da relação entre aos políticos. Esse aspecto ficou mais evidente quando o entrevistado afirmou que parou de acompanhar o ex-governador depois que teve uma decepção com ele, decorrente de algumas das características deste em sua atuação política.

3.8.2.4 Indeferimento de candidaturas: resultado das urnas, eleições e Justiça Eleitoral

Nos eventos como comícios, são comuns que alguns presentes, não somente nesses eventos, não deem a devida atenção aos que estão discursando e se apresentando, apesar de alguns observarem atentamente o que acontece. De todo modo, fica mesmo a ideia de um momento de interação entre aqueles que lá estão, não só entre eleitor e eleitor, mas também político-eleitor.

Muitos conversam. Conhecidos que há muito não se viam, se reencontram, e a cordialidade prevalece entre os que se encontram presentes – ao longo desta pesquisa, foi possível perceber o quanto os rituais políticos são, para muitos, momentos ou espaços de sociabilidade, como se poderá observar em outros momentos deste trabalho.

Ao final de uma das convenções em que foi possível estar presente, enquanto “os carros” ou “os transportes” (termos comumente utilizados para se referirem aos caminhões ou ônibus que carregam passageiros das diferentes localidades para a sede do município, não somente em períodos eleitorais, mas, principalmente, no dia a dia local) já estavam à espera daqueles que trouxeram para acompanhar a convenção, sigo caminhando até a saída da escola

onde se realizava o evento. Neste momento, vou acompanhado de um amigo que é interrompido por um ex-vereador que lhe faz o seguinte comentário: “Eu tenho como impugnar a candidatura do Adalberto Jualião⁵⁰!” (candidato a vereador por um dos grupos opositores). Após fazer esse comentário, o ex-vereador fala de modo superficial sobre a possibilidade de tornar inviável a candidatura de seu opositor. E é diante dessa possibilidade de inviabilizar a candidatura de um rival se utilizando de recursos jurídico-legais que, pela primeira vez nesta pesquisa, essa noção apareceu como uma ação para além da dimensão jurídica e repleta de intenções quase estritamente políticas.

Este aspecto é interessante e chama a atenção uma vez que, na eleição de 2012, o candidato Ary Ribeiro Teixeira (na época pertencente ao PMDB) vence o pleito daquele ano, mas, devido ação judicial movida por membros do grupo político derrotado, fica impossibilitado de tomar posse do cargo. A prefeitura passa a ser assumida pelo segundo colocado, uma vez que, com a impugnação daquele candidato (seus votos acabaram sendo desconsiderados), Antônio Claudio Pinheiro, cuja vice era Valmira de Oliveira (Dona Bill), assume a prefeitura. Anos depois, em 2016, os resultados das urnas seriam novamente questionados pelo segundo colocado, dessa vez, Thiago Campelo (filho de Marilene Campelo Nogueira e ex-aliados de Antônio Cláudio e Valmira de Oliveira, a Dona Bill). No entanto, desta vez, a decisão judicial considerou que no município deveriam ocorrer novas eleições. Estas iriam ocorrer em 2018, mas uma nova decisão estabeleceu-se que o novo pleito só ocorreria em 2019 e contou com a vitória nas urnas do grupo político da família Campelo Nogueira. Antes de iniciar o pleito de 2020, rumores davam conta de que Thiago Campelo e seu opositor, Wellington da Silva de Oliveira, o Edim da Bill, poderiam ser impedidos de se candidatar, conforme especulava-se. Importante considerar que essas ações judiciais se iniciam ainda no período eleitoral, na tentativa de impugnar a candidatura, mas nenhuma chegou a ocorrer.

Como se pode observar, nessa síntese das últimas decisões jurídicas, nas últimas eleições, o judiciário se tornou uma instância importante, visto que passou a cancelar candidaturas, atentando para o fato de as disputas terem seguido ou não a legislação eleitoral vigente. Nesse sentido, qualquer desvio à norma pode ser alvo de um processo, impossibilitando candidaturas e viabilizando outras. As decisões judiciais, na política local, se tornaram uma disputa paralela à eleição, não obstante, essas mesmas decisões também se tornaram alvo de comemorações e manifestações devido à conotação política que passaram a ter. O ato de lançar

⁵⁰ Nome fictício.

mão de um pedido de impugnação aparece aqui próximo à noção de táticas e estratégias de Michel de Certeau (1994).

Certeau (1994) utiliza-se de categorias como táticas e estratégias para as quais o autor classifica a tática como algo que vem a ser a “arte do fraco” (p. 100), como sendo a astúcia por meio da qual os indivíduos ou grupos dominados (ele traz em sua análise essa divisão) têm a possibilidade de se esquivar das estratégias daqueles que dominam a estes a partir das regras dos jogos, com leis, regras e normas.

Embora não se pretenda exatamente atuar com tais conceituações, precisamente a modo desse autor, sua concepção é válida, especialmente quando se considera os cenários das relações de forças de poder e disputas políticas em meio a contextos de desigualdades sociais e econômicas – quando se sabe que tais contextos podem fazer do pleito uma disputa nada igualitária. Assim, lançar mão de um processo judicial com vistas à obtenção da impugnação de uma candidatura que, de alguma maneira, poderia prejudicar o andamento de outra, torna-se um recurso possível, visto que viável, seja como tática ou como estratégia.

4 PRÁTICAS E PERCEPÇÕES ACERCA DA POLÍTICA

4.1 “Pedidos”, “ajudas” e a escolha de candidatas e candidatos

“As pessoas nessa época confundem muito, pensam que candidato a vereador é pra ajudar nessa forma aí [refere-se aos “pedidos”]. No distrito de Felicidade⁵¹ estão até mais conscientes”. Foi esse o comentário do político Henrique Santos no que tange aos pedidos, ele comenta que já lhe foram feitos, no entanto, sobre esses momentos afirma: “eu sempre digo que as condições não permitem, (que) essa não é a ideia, (que) esse não é o projeto”, disso ele tece alguns comentários acerca de sua percepção sobre eleitores que o abordam nesse período.

O interlocutor afirma que “no passado davam tijolo, cimento e sumiam, aí precisavam de um representante e não tinham como mais [buscá-los]. Às vezes, até recebia e (diziam): ‘não, esses votos eu já paguei, eu não posso fazer nada’ [fala que seria a do político que compra votos]”, daí finaliza: “Eu já ouvi algumas conversas assim, aí eu sempre relato”.

A ausência de políticos oriundos do Distrito de Felicidade teria sido, de acordo com o entrevistado, uma das motivações para mudanças no comportamento por parte dos eleitores do lugar. Para além de ser uma informação passível de ser comprovada ou não, os objetos (tijolo e cimento) mencionados por ele costumam ser utilizados nas trocas ou compras de voto— sendo o relato finalizado com o sumiço do político responsável pela “ajuda”. Contada de maneira quase alegórica, o relato tenta dar ênfase ao não estabelecimento de vínculos e comprometimentos políticos entre candidatos e eleitores envolvidos nas “compras de voto”.

Concluída com a frase: “eu já ouvi conversas assim”, sua narrativa se revela, em parte, mais uma vez, como tentativa de não se comprometer o bastante ao abordar os temas mais espinhosos ou aqueles que, de alguma maneira, possa se sentir compelido a ter que apresentar detalhes ou até mesmo alguma forma de comprovação diante das afirmações por ele ditas. Sua fala reflete, também, a maneira pela qual muitos desses temas circulam, considerados mais delicados e capazes de causar certo grau de receio entre a população. É por meio de falas assim em que se procura eximir de maiores reponsabilidade ou comprometimentos com que é dito, exatamente pelo conteúdo dessas narrativas, que os rumores estão presentes nas conversas do dia a dia.

⁵¹ Nome fictício.

A estratégia do entrevistado no momento dos pedidos parece ser a de se esquivar ou buscar tecer comentários na tentativa de conseguir, até certo ponto, modificar a maneira como o eleitorado pensa em relação à política. Semelhante comportamento fora descrito por Joana Vaz quando comenta que, ao se deparar com situações em que há comentários acerca de “compra de voto”, busca, segundo seus termos, “conscientizar” a respeito do tema. Comente-se, ainda, que, no contexto de uma campanha sem tantas fontes de financiamento, esquivar-se dos “pedidos” cumpre um papel que vai além da possibilidade da educação política ao qual esse ato pode estar associado.

Voltando à narrativa de Henrique Santos também podemos observar como os eleitores que pedem ajudas – trocando ou vendendo o voto – são por ele percebidos. Vistos, algumas vezes, de maneira negativa, esse eleitorado é, além disso, visto também com desconfiança por outros políticos. Para esses casos, os que realizam tal prática podem cair em descrédito, visto que o voto prometido (após o recebimento do dinheiro ou da ajuda) pode não se concretizar. Por esse motivo, confiança e desconfiança são alguns dos sentimentos que perpassam essas relações – sem vínculos ou garantia, a compra e o “toma lá, dá cá” das relações políticas, baseado no binômio dinheiro-voto pode não se confirmar por uma oferta maior ou pelo simples “rompimento” do acordo, do “contrato”.

Os temas “ajudas” e “pedidos” também estiveram presentes na fala do político Fernando Antunes. O interlocutor teceu comentários sobre as pessoas que pedem, a quem ele chama de “pedintes” (algumas das pessoas pertencentes a esse grupo foram brevemente entrevistadas). Diz existir entre 200 a 300 pessoas nessa condição e faz perguntas retóricas: “ele pede e qual o compromisso com o voto?”, o político afirma que orienta que pessoas de seus grupos “conversem” com aqueles que pedem (referindo-se às pessoas que integram o seu grupo e que participam de campanhas eleitorais pedindo voto), caso contrário (sem a conversa para explicar os motivos de não “ajudar” financeiramente), as pessoas poderão sair xingando os candidatos que não derem dinheiro ou qualquer outra forma de “ajuda”.

Essa noção de uma “conversa” quando o político é abordado por alguém que pede, por exemplo, dinheiro, também esteve presente nas falas de outros dois candidatos com quem conversei – e a intenção é a mesma. Não entregar o dinheiro – inclusive para evitar alguma possível acusação de compra de voto ou mesmo por não possuir capital econômico o suficiente para tal fim – e conversar de modo a buscar justificar a negativa e buscar convencer que aquela não é a sua maneira de atuar politicamente, buscando, assim, de algum modo, conquistar o voto ou pelo menos impedir que seu nome seja visto de modo negativo.

Sua percepção sobre as questões ligadas às ajudas (especialmente aquelas intermediadas por dinheiro, que poderiam ser identificadas por “compra”, mas que, em sua fala, há uma opção pelo termo “ajuda”, provavelmente com a intenção de “suavizar” o termo) perpassa o fato de que esse tipo de prática pode não garantir o retorno, ou seja, o voto desejado. Por isso, afirma recomendar conversa, convencimento, pois garantiria o voto por parte do eleitor que, caso insista e obtenha repostas negativas, após o diálogo, poderá sair sem tecer comentários ruins acerca do candidato. A fala traz consigo algumas de suas concepções sobre ajuda, voto e vínculos políticos, contribuindo para a visão da complexa relação a qual essas noções se encontram associadas em sua maneira de perceber a política local.

“Ajuda” é uma noção presente em diversos contextos. Considero e interpreto a “ajuda” como algo que se estende em diferentes campos da experiência social dos indivíduos, entremeando-se sobre todo o corpo social dos mais variados grupos – em muitas dessas vezes essa prática se dá de modo simétrico, entre “iguais”, poder-se-ia dizer. Essa concepção de algo que se encontra presente por todo o tecido social – seja com caráter institucional ou informal – e, resguardadas as especificidades analíticas e empíricas, semelhante ao que William Foote Whyte encontrou em sua pesquisa quando considerou que “as organizações mafiosas e políticas entremeiam-se e estendem-se da base ao topo da sociedade de Corneville, integrando grande parte da vida social” (WHYTE, 2005: 23).

Em se tratando do município analisado, não estou me referindo, obviamente, a organizações mafiosas. No entanto, a menção a um aspecto social que perpassa as várias esferas da vida social, mencionado por Whyte (2005), é bastante assemelhada ao que aqui se tenta propor quando se aborda a questão da “ajuda”. Nesse sentido, o processo é análogo ao que acontece em Aracoiaba, em que variados momentos e instantes da vida cotidiana são perpassados pela “ajuda” ou por práticas que assim são interpretadas, fazendo-se necessário compreender como e quando tais momentos ocorrem, e encontrar algumas possíveis particularidades, em especial, no que concerne ao campo da política.

Portanto, a “ajuda”, enfim, é algo que, como já afirmado, está largamente presente no universo social. Por um critério acadêmico, estarei me detendo a esse tipo de prática no universo da política ou ao que classificam como tal. Além do mais, não pretendo considerar que a “ajuda” seja o único aspecto capaz de condicionar o voto. Considero, antes, que tal condicionamento se dá por diversos motivos, inclusive ou, principalmente, pela “ajuda”. Compreende-se aqui a “ajuda” como categoria que mantém e atualiza vínculos, estabelece vínculos, possibilita acesso a bens e serviços, entre outros atributos.

4.1.1 Quem pede e o que pede?

Entre essas pessoas que pedem estão aquelas que a cada sessão da Câmara Municipal permanecem na porta de entrada. Aliás, interlocutores no campo comentavam sobre esse fato. Conversei com algumas dessas pessoas e, por considerar difícil a inserção em um grupo como esse, eu decidi fazer breves entrevistas de perguntas abertas com algumas que ali estavam. A amostra foi feita seguindo um modelo não-probabilístico para a escolha do entrevistado, já que eu buscava tão somente a disponibilidade de informantes.

As informações obtidas a partir da aplicação de questionários apresentam dados gerais acerca de pessoas que estavam presentes em eventos ou rituais políticos. A presença de um material quantificado em meio a uma pesquisa de cunho qualitativo e influência antropológica (em especial, a Antropologia da Política) se dá diante da possibilidade de oferecer mais achados do campo, ainda que de modo mais geral. Neste sentido, é importante a observação de Mitchell (2010) ao afirmar que Malinowski “defendia o uso de métodos quantitativos como parte do processo que chamou de ‘documentação concreta’ pormenorizada” (MITCHELL, 2010: 91).

Importante considerar que, segundo o mesmo autor, “a quantificação de constituir-se em um instrumento auxiliar, e não no objeto do trabalho de campo” (MITCHELL, 2010: 96) e que “o que a quantificação consegue fazer é condensar informações, de tal forma que as regularidades e os padrões se tonem mais facilmente discerníveis” (*Idem*: 104) – neste sentido, a presença das informações quantitativas e dos questionários aplicados foi a de atingir o maior número de interlocutores a partir de informações que se encontravam em mãos, decorrente de observações no campo, contribuindo para se obter informações gerais.

Necessário observar que a pesquisa se deu a partir de uma amostra não-probabilística (FONSECA; MARTINS, 1996). Assim sendo, as pessoas que responderam aos questionários não foram escolhidas a partir de sorteios, nos quais todas possuíam a mesma probabilidade de serem escolhidos, dado o contexto em que foram aplicados, a saber, comícios e uma sessão da Câmara Municipal. A escolha se deu mediante a disponibilidade em participar da pesquisa ao mesmo tempo em que esses ritos ocorriam.

Por se tratar de uma temática que tem a sua complexidade e de uma prática que leva a constrangimentos e não costuma se tornar pública facilmente, visto que pode levar a sanções legais, as falas nem sempre foram claras, o que, de algum modo, dificultava a inserção mais

profunda acerca do que estava sendo dito. Isso é por si um dado relevante, pois mostra que ele é perpassado por constrangimentos.

Conversei, no dia 14 de setembro de 2014, com cinco mulheres – a maior parte daqueles que pedem ajuda na entrada da Câmara Municipal costuma ser do sexo feminino – suas idades variavam entre 16 (dezesseis) e 42 (quarenta e dois) anos. Duas delas afirmaram ir a esse local toda quarta-feira (único dia da semana em que ocorrem as sessões).

A maior renda média mensal é de quatro salários mínimos, numa casa onde moram 10 pessoas. E a menor é de 93 reais, numa residência onde habitam duas pessoas. O objetivo de todas ali é “pedir ajuda”. Algumas delas deixaram claros os motivos dos pedidos: pagar prestação de conta, comprar leite e medicamento psiquiátrico para o filho. Todas afirmaram não ter obtido ajuda, mas que receberam promessas – uma delas chegou a dizer que um político lhe prometeu uma visita à sua residência. As escolhas dos vereadores, a quem pretendem pedir, parecem acontecer sem critérios rígidos, embora possam, eventualmente, ter algumas preferências, uma vez que alguns costumam ir ao local com alguma frequência.

Outro ponto que se procurou abordar está relacionado aos motivos que levam as pessoas a irem pedir ajuda. Foram encontradas as seguintes respostas: “porque preciso”; “por causa do desemprego”; “para compra de medicação cara”; “para pagar aluguel e cesta básica”, e “por não ter condições [econômicas]”.

Quanto às questões que envolvem a escolha do candidato, ou um político ideal, entre as pessoas que afirmaram já possuir candidato, uma delas justificou a escolha pelo fato de que a candidata a ajudara e/ou porque considera que o seu candidato era “bom na saúde” (essa é a mesma mulher supracitada, a qual necessitava de medicação especial para um filho que, segundo ela, faz uso de medicamento de custo elevado – conforme dito por ela, “ou paga o aluguel ou a medicação”). Aquelas que afirmaram ainda não possuir candidato justificaram que isso se dá pelo fato de ainda não terem recebido “ajuda”. Como se pode observar, a possibilidade de direcionar o voto encontra-se, portanto, bastante ligada à “ajuda”.

Algumas características encontradas na noção de “ajuda” aparecem, de alguma maneira, nas concepções ou expectativas acerca da maneira de como políticos em geral devem ser. Quando indagados sobre como seria um político ideal ou como estes deveriam ser, encontramos as seguintes formulações: cumprir com deveres e promessas; ser honesto; “falar com a gente”; “atender às pessoas, sem estar de cara feia”; “ser mão aberta”; e fazer (algo) pelas pessoas, como trabalhar em prol da saúde e construir hospitais.

Em um outro momento, no intuito de conhecer mais sobre as relações entre políticos e eleitores, procurei um ambiente em que as pessoas pudessem falar mais à vontade sobre isso. No local escolhido acontecia um comício, lá – lugar em que as pessoas estão para ver seus candidatos se apresentarem – as lembranças acerca das “ajudas” e dos “pedidos” poderiam vir mais facilmente. Além disso, por estarem no mesmo local onde estavam seus candidatos, os sujeitos poderiam ficar mais dispostos a indicar aquele que ofereceu “ajuda” para si ou para outras pessoas. Foram aplicados questionários com questões abertas apenas em Ideal e Vazantes, totalizando 11 questionários em cada um desses distritos, uma vez que a possibilidade de encontrar pessoas que me desconheciam seria bem maior, já que eu não costumo frequentar tais locais e, por consequência, conheço menos moradores de lá.

Os distritos mencionados distam entre si cerca de dois quilômetros, sendo que Vazantes e Ideal se encontram a aproximadamente 21 e 25 quilômetros de distância da sede do município de Aracoíaba, respectivamente. O número total de pessoas abordadas para a aplicação do questionário foi de 22 (vinte e duas), entre homens e mulheres. Detalhes acerca desta pesquisa e os resultados poderão ser observados nos tópicos seguintes e possibilitarão uma compreensão melhor acerca do lugar pesquisado. Enfim, cabe-nos antes reforçar as características da pesquisa que vem sendo empreendida aqui.

As pessoas que responderam ao questionário têm idades que variam entre 18 e 51 anos – a idade média deste é de 32 anos. A maior renda média mensal familiar é de 4,5 salários mínimos, informada por alguém cuja casa é habitada por sete moradores; enquanto a menor renda média mensal familiar é de R\$200,00 (duzentos reais), numa casa onde moram quatro indivíduos – o valor médio da renda familiar mensal é de R\$1798,09 e a média de pessoas por residência é 4. Essas são informações superficiais sobre aqueles que responderam às perguntas do questionário, não é meu objetivo elaborar um perfil dos participantes.

Realizei perguntas sobre os “pedidos de ajuda”. Essa é, provavelmente, a parte mais complexa, pois muitas vezes as pessoas tendem a afirmar que nunca pediram ajuda. Pensando nessa possibilidade, também perguntei se o entrevistado conhecia alguém que já havia feito “pedido de ajuda”. Nessa segunda pergunta pude obter algumas respostas positivas, uma vez que o ato de responder não implicava o interlocutor.

Somente dois entrevistados afirmaram que “pediram ajudas” a políticos. Um deles chegou a afirmar que alguém lhe ofereceu madeiras para que ele pudesse fazer melhorias no local onde ele habitava, já que estava morando em um barraco. O outro “pedido de ajuda” foi

feito por um rapaz que solicitou a um candidato a vereador uma chuteira; no entanto, esse afirmou que não fora atendido.

Em contrapartida, nove afirmaram conhecer alguém que tenha feito algum pedido a candidato/político. Entre as afirmações acerca dos “pedidos de ajuda” estão: “material de construção”; “conheço um bocado que já pediu dinheiro”; “cirurgia para uma filha”; “tem do remédio, pneu, combustível, alimento, chinelo, roupa... tem de tudo”; “uns pedem por necessidade”; “trocas de favores: emprego”; “dinheiro, tijolo, até cimento já vi darem. Se vendem”; “depende, já vi viagem pra (ir a) médico, (para retirar) documento”; “(pedido de melhora da) educação”. Como se pode perceber, alguns dos “pedidos de ajuda” encontram-se associados a necessidades das mais imediatas. Há casos, bem específicos, em que a “ajuda” é feita em circunstâncias delicadas ou limites, como naquelas em que a saúde de um ente familiar está em jogo e a “ajuda” ou busca pelo político torna-se inevitável. Nesse momento a vinculação ao político ocorre e passa a ser bastante forte, como no caso do pedido de uma cirurgia, citado por um dos entrevistados.

Busquei também compreender se há um “ideal de político”, uma maneira pela qual as pessoas entendem como um político deve ser, se comportar, agir perante a população em suas relações e nas suas atuações como parlamentar. Em relação a este aspecto, obtive as seguintes respostas acerca das características que um vereador deve ter: “dignidade. Vontade de trabalhar”; “(Defender) Saúde e educação”; “humildade, honestidade, trabalhar pelo povo e município”; “princípio ético, reponsabilidade equilibrada, capacidade de desenvolver trabalho”; “fazer algo pela cidade e não por dinheiro. (Defender) Saúde e Trabalho”; “(Ser) Honesto. Trabalhar pelo povo da cidade”; “(Que ele tenha) Engajamento, envolvimento”; “(Que tenha) Humildade. Que Trabalhe e que não roube”; “Que cumpra com o que fala. Com tudo o que fala”; “Chegar e saber conquistar. Ter proposta em saúde e educação, em primeiro lugar”; “ter ajudado ao povo”; “humildade, caráter, proposta e trabalho”; “boa administração e popularidade”; “prometer pra população e cumprir”; “trabalhar pra juventude, (defender) saúde, pois o maior distrito tá abandonado”; “querer mudar o lugar”; “que trabalhe em prol do município e saber administrar”; “se preocupar com o povo e não consigo”; “ter competência e dar boas propostas”; “boas propostas, principalmente, em saúde e educação”.

Em alguns desses comentários, é como se houvesse uma compreensão de que o vereador tivesse atribuições que permitissem que ele pudesse gerir e administrar, realizando intervenções de maneira imediata. Essa noção relacionada especialmente ao campo semântico do “trabalhar” parece também interagir com outras como “fazer” ou “administrar” “para ou pelo povo” também presentes em alguns comentários já observados.

4.1.2 Quem pede é outro

Frequentemente ouvi pessoas dizendo conhecer quem fora “ajudado”, mas poucas vezes falavam sobre terem sido ajudadas, o mesmo ocorreu na aplicação de questionários para esta pesquisa. Primeiramente eu perguntava se ela já havia pedido algo a algum político. Independentemente da resposta anterior, logo em seguida vinha a indagação sobre qual político já havia ajudado à pessoa entrevistada. Foi a partir dessa estratégia que obtive algumas afirmações positivas acerca do “pedido de ajuda” feito pelo próprio interlocutor, ou seja, adentrando a possibilidade de contradição presente em sua fala.

Esses pedidos e a possibilidade de serem ou não atendidos podem gerar um vínculo que, no entanto, pode se dar numa relação passível de oscilar entre confiança e desconfiança. É assim que, em alguns momentos, a relação entre político/candidato e eleitor se dá. Há dúvidas quanto ao cumprimento de promessas feitas por políticos a eleitores, ao mesmo tempo em que, aqueles desconfiam dos vínculos assumidos por parte de seu eleitorado.

Essa oscilação confiança/desconfiança aciona um importante valor: a lealdade. A lealdade e a confiança são a certeza de que o eleitor vai ter a promessa cumprida (ainda que não venha a se concretizar, de fato); e a convicção que o político passa a ter de que poderá contar com aquele voto para se eleger (ainda que, de fato, não receba o voto daquele eleitor na urna). Por esses aspectos, em muitos casos, a relação oscila entre confiança e desconfiança.

Uma observação se faz necessária. Foi durante a aplicação desses questionários na Câmara Municipal que se passou a refletir acerca da noção de “voto consciente” tão comumente difundida, inclusive em campanhas e peças publicitárias em períodos eleitorais. Especialmente em uma situação, essa noção pode ser refletida em razão do fato de que na mesma entrevista em que havia dado respostas que desaprovavam o comportamento de políticos que compravam voto ou ajudavam eleitores em perguntas ligadas a esses temas, a mesma pessoa sai para pedir ajuda na forma de dinheiro, a um vereador. O caso mostra que mesmo tendo noção de que o voto deva seguir por certos critérios éticos, a “ajuda” e o “pedido” continuam presente na prática da entrevistada. Esse fato serve também para se pensar as condições de pesquisa em certos contextos, bem como a distinção entre o dito e o que é praticado.

4.1.3 A escolha de candidatos

Nenhum dos entrevistados que pediam durante a sessão na Câmara Municipal informou que aspectos ligados à cor/raça ou ao gênero pesam em suas definições de voto, embora acreditem que algumas pessoas (que não sejam elas) consideram gênero e cor/raça como critérios para a escolha de candidatos. Nesta visão, o preconceito se encontraria nos outros, não em si⁵².

Procurei saber o mesmo entre os que estavam nos comícios, ou seja, se haveria, por parte deles, alguma rejeição a candidatos, procurando saber se eles se sentiam mais propensos a escolher candidatos por um viés de gênero, de etnia, orientação sexual e classe social. Assim sendo, em resposta à indagação, cinco entrevistados afirmaram que o gênero, a orientação, a renda ou classe econômica do político e a cor da pele não influenciam em suas escolhas de candidatos. Desses, três consideram que algumas pessoas (que não sejam eles próprios) utilizam alguns desses elementos como critérios em suas escolhas políticas.

Algumas concepções merecem o registro. Duas pessoas consideram haver preconceito de raça/cor no Brasil e que isso influencia na escolha de candidatos. Seis entrevistados afirmaram que o gênero e a orientação sexual do candidato podem pesar na escolha de representantes para outros (que não sejam eles mesmos). A questão do preconceito foi apontada como determinante por duas pessoas. Entre elas, um agricultor, que afirmou que “o homem é mais atento. Tem mais ação”. Um entrevistado do sexo masculino afirmou que gênero e orientação sexual “de alguma forma” pesam em sua escolha. Em especial, no primeiro caso mencionado, a visão em torno da figura masculina encontra-se associada a um “papel” ativo e de comando, por oposição ao que seria concebido como sendo um “papel” feminino.

Quase todos os entrevistados acreditam que o poder financeiro seja capaz de pesar nas escolhas. As manifestações acerca dessa concepção são “o pessoal diz que ‘ganha quem tem dinheiro’”; “até hoje (o dinheiro) pesa. O pessoal quer saber é de dinheiro. O que manda é o dinheiro, (na) política”; “(as pessoas) escolhem quem tem dinheiro”; “o pessoal quer ir pra quem tem dinheiro”; “pesa porque, às vezes, as pessoas querem ganhar alguma coisa. O nosso

⁵² Com as devidas adaptações, trata-se de um aspecto semelhante ao encontrado e comentado por Lilia Moritz Schwartz em pesquisa sobre racismo, assim apresentado pela Revista Pesquisa FAPESP: “O dilema, hamletiano, é dos mais complexos. Como, aliás, é tudo o que se refere à raça, em especial num país como o Brasil. Afinal, aqui, “ninguém é racista”, como determinou, em 1988, no centenário da Abolição, uma pesquisa cujos resultados eram sintomáticos: 97% dos entrevistados afirmaram não ter preconceito. Mas, ao serem perguntados se conheciam pessoas e situações que revelavam a discriminação racial no país, 98% responderam com um sonoro “sim”. “A conclusão informal era que todo brasileiro parece se sentir como uma ‘ilha de democracia racial’, cercado de racistas por todos os lados”, avalia a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo”. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2007/04/10-15-schwarcz-134.pdf>. Acessado em 14 de julho de 2021, às 12h36min.

candidato só tem a cara e a coragem. A/O [nome da/o candidata/o] tá mandando dinheiro”; “muitos se vendem pelo dinheiro. Se vendem, vão tomar as consequências”.

Duas descrições chamam a atenção. Uma delas feita por um produtor rural de 34 anos, que tem um parente como candidato a vereador, “(o dinheiro) não só pesa, como é fundamental. Porque o povo é necessitado e se acomoda na situação de estar pedindo”. E a outra proferida por uma jovem mulher de 19 anos, “(pesa) porque tem a famosa troca de apoio”; “com certeza, sim. Acham que quem tem dinheiro pode ajudar”. Nessas concepções, o “pedir” e o “ajudar” se encontram ligados à condição econômica. Aquele que não tem “pede” àquele que tem mais condições econômicas e que, portanto, pode “ajudar”.

4.1.4 Idas aos comícios e às reuniões

A ida ao comício não está associada a um motivo unicamente político, como se poderia achar. As motivações podem ser muitas, por exemplo, “passear”, “olhar”, “ver o movimento”, “ver as pessoas”, “venho pela animação e pra ver as pessoas” e “rever amigos e familiares”. Todos esses aspectos transformam o evento comício num ambiente marcado por características que vão muito além da dimensão do poder propriamente dita e que acabam se ligando a questões mais próximas à temática da sociabilidade.

Houve ainda pessoas cujos objetivos de estarem no comício ligavam-se realmente a seus interesses por questões políticas. Esses motivos encontram-se relacionados ao propósito de vir “pela política”. É válido observar que aqui a expressão política não se refere ao processo eleitoral tal como comumente se encontra em estudos sobre o “tempo da política”. A expressão utilizada parece fazer referência àquilo que se relaciona ao poder, às muitas maneiras de manifestações e de expressões da vontade política que o comício representa. Desde o início, venho chamando a atenção para a necessidade de não se reduzir a compreensão da expressão nativa “política” como simples significado de período eleitoral.

As demais justificativas para a ida ao comício são: “Por causa do doutor. Eu gosto dele. A gente vê que ele fala a verdade” (nesse e em outros momentos é perceptível o carisma que o candidato exerce sobre alguns eleitores); “Porque acompanho e sigo ele”; “pelas propostas do doutor”; “venho porque gosto”; “porque gosto das propostas dele”; “porque eu tenho simpatia pelo candidato”; “para ouvir as propostas”; “porque é o comício do meu candidato”. Como se pôde perceber, neste outro bloco de respostas, as intenções estão

centralizadas na pessoa do candidato a prefeito, no fascínio exercido por sua figura, na esperança em torno de suas propostas e promessas de tempos melhores.

Procurei também compreender a relação deles não só com os comícios, mas também com as reuniões. Elas consistem em manifestações políticas que, em geral, congregam menos eleitores, são voltadas para as pessoas de uma comunidade específica, sendo mobilizados esforços para se pensar aquele local, as lideranças e os políticos da região. A estrutura montada costuma ser menor, algumas vezes sem palanque. Tais eventos podem ser realizados na carroceria de um caminhão ou mesmo no chão (nesse caso, traz uma dimensão de horizontalidade e proximidade junto à população eleitora). A reunião também costuma ter menos frequentadores que o comício – tido como uma manifestação de maior envergadura.

Quanto à motivação acerca da ida às reuniões, encontrei respostas que possibilitam pensar sobre a vinculação aos políticos e aos seus grupos. Seis pessoas afirmaram jamais terem ido a reuniões ou comícios de candidatos opositores. Esse aspecto é instigante, uma vez que essas pessoas afirmaram anteriormente estarem no evento de seu candidato para ver suas propostas. No entanto, não encontramos essa mesma disposição em buscar informações sobre as propostas dos demais candidatos. Além disso, das quatro pessoas que afirmaram já terem ido a algum comício ou reunião, ao serem indagadas livremente sobre quais eram as diferenças que elas observavam entre os eventos dos políticos opositores e o evento que eles estavam a acompanhar, dois informantes fizeram menção à quantidade de pessoas (como se vê, a quantidade de pessoas é instrumento importante e de valor nas campanhas eleitorais), sendo que um chegou a afirmar que “a quantidade tá bem dividida”. Houve ainda comentários que consistem em afirmar que em outros comícios “alguns costumam xingar” – considerando tal prática reprovável.

Essas repostas demonstram a vinculação ao candidato, algumas visões acerca da maneira como enxergam a oposição, apesar do desinteresse em conhecer propostas dos candidatos opositores. Na verdade, é possível interpretar a justificativa da ida ao comício como uma espécie de formalidade ante um pesquisador. Fica aqui a contribuição de Pierre Bourdieu (1973) ao afirmar que nas pesquisas de opinião pública as pessoas são postas a refletir acerca de temas sobre os quais muitas vezes nunca pensaram antes. Isso é válido para esta, bem como para as demais questões aqui abordadas.

4.2 Percepções sobre “ajudas”

Como se pode perceber, parte das opiniões captadas na pesquisa (apresentada nas seções anteriores) são tomadas por noções semanticamente próximas das noções de “ajudas” e “favores” (principalmente, entre aqueles que pedem na Câmara Municipal), estas se constituem em algumas das muitas definições dadas por eleitores e políticos às práticas nas quais ambos se envolvem. São situações em que políticos agem buscando beneficiar eleitores com o que pode suprir necessidades imediatas da população. Dessa ação resta uma espécie de dívida a ser paga, algo a ser retribuído para, assim, fazer sanar a dívida inicialmente gerada e que deve ser paga com o voto.

É assim que a política é praticada em vários lugares do Brasil (e do mundo). Inspirando-se nas reflexões de Alain Caillé (2001), podemos perguntar: como compreender isso para além de uma visão que consista em classificar esse ato como algo cujo fim é o cálculo egoísta e utilitário, como formulam genericamente as teorias utilitaristas? A problematização dessa questão encontra pistas em leituras dos aspectos que permeiam os significados e que perpassam as variadas práticas e as relações sociais.

As práticas mencionadas no início desta seção podem ser interpretadas sob um viés que atenta ao significado das práticas sociais, numa leitura antropológica que permite uma aproximação aos sentidos que as cercam. Daí a contribuição de Marcel Mauss (2013) em seu clássico *Ensaio sobre a Dádiva*. Nele o autor debruça-se sobre referentes etnográficos, de variados povos, até chegar à conclusão de que há uma forma de contrato moral presente em várias sociedades, assentado no princípio da livre obrigação de dar, receber e retribuir; o que constituiria uma espécie de síntese das ações oscilando entre obrigatoriedade e espontaneidade, observando em termos sintéticos.

Ratificando aquilo que já tem sido afirmado sobre a presença do tempo das trocas, Pierre Bourdieu (1996) procura trazer uma contribuição à leitura do trabalho de Mauss, focando na noção de *habitus* – para entender como essas práticas são internalizadas, formando um sistema de disposição para certas condutas (BOURDIEU, 2011) – e tomando o tempo como categoria por meio da qual o intervalo entre o que é dado e o que é retribuído regula a aparência de um ato desinteressado. Esse aspecto da sociologia bourdieusiana também nos ajuda a compreender que essa prática específica não é mera repetição, nem muito menos força do individualismo isolado e de seus interesses utilitários.

Pela noção de *habitus*, Pierre Bourdieu buscou romper epistemologicamente com a visão que opunha objetivismo e o subjetivismo. O conceito vai de encontro às teorias estruturalistas, e suas dimensões voltadas aos padrões, as normas, as instituições e a organização da sociedade; bem como àquelas teorias mais associadas às questões mais individualizantes ou subjetivistas. Um exemplo é a Teoria do Ator Racional (TAR), que concebe que os indivíduos agem buscando maximizar lucros, ganhos. Com a noção de *habitus* o que se pretende é, resumidamente, ir além de tal antagonismo, buscando antes dar conta da ação e da estrutura, num conceito definido como:

Sistemas de *disposições* duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “regulados” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (2011, p. 87 – Grifo e aspas do autor).

Bourdieu (1996a) busca ultrapassar essa dualidade, propondo um paradigma que não apresente indivíduos isolados das configurações mais amplas da sociedade que o cerca nem uma perspectiva que anule o indivíduo em meio às regras, às instituições, enfim às estruturas. Nos termos do autor, a partir do *habitus* temos “um corpo socializado, que incorporou as estruturas imanentes de um mundo, ou de um setor particular desse mundo” (BOURDIEU, 2008, p. 144). Com esse conceito tem-se a síntese dos dois paradigmas descritos, no qual, a partir deles, pode-se compreender como os indivíduos interiorizam o que lhe é exterior e exteriorizam o que lhe é interior (BOURDIEU, 1996a; ORTIZ, 1983).

Essas ações não estão isoladas. Em interação elas forjam uma extensa rede de contatos. Nesse sentido, podemos trazer à tona alguns conceitos-chave da teoria de Norbert Elias (1994; 2005), que podem contribuir para percebermos como as relações entre políticos e eleitores se desenvolvem. Sua concepção de sociedade abrange aspectos que envolvem a inter-relação e a interdependência entre as pessoas, auxiliando-nos a visualizar a sociedade pela metáfora da rede como espaço de interações, em que as pessoas “através de suas disposições e inclinações básicas são orientadas umas para as outras das mais diversas maneiras”, o que levam a constituir “[...] teias de interdependência ou configurações de muitos tipos, tais como família, escolas, cidades, estratos sociais, ou estados” (ELIAS, 2005, p. 15).

Com Elias (1994; 2005) podemos compreender como essas práticas se estendem ao longo do tempo, formam vínculos e uma rede de trocas mútuas que se fortalece e se (re)atualiza

a cada nova troca efetuada. Nessa perspectiva, percebo que políticos e eleitores se mantêm interdependentes numa configuração social específica, mas que também se altera no intervalo de um longo processo social, a depender dos vínculos estabelecidos, mantidos ou alterados. É assim que podemos observar a configuração de eleitores orbitando em torno da esfera de ação dos políticos, e vice-versa, numa busca por assistência, “ajuda”, “favores” e votos. É nessa trama social, marcada também por tensões entre grupos, que uma parte importante do processo político-eleitoral se desenvolve.

Além dessa noção de Norbert Elias acerca do mundo social, cuja concepção contempla a noção de rede, considero também que para as análises aqui efetuadas, numa tentativa de aproximação a uma abordagem interacionista e atenta aos aspectos antropológicos, a noção de rede em John Arundel Barnes (2010) e Jeremy Boissevain (2010), mencionados inicialmente, possibilita compreender a rede de relações que conecta pessoas e dá acesso a bens e serviços. Tais contribuições trazem aportes férteis para a pesquisa aqui empreendida.

Em síntese, práticas políticas permeadas por esses tipos de relações forjam uma espécie de *habitus* que se consolida ao longo de um processo social, são marcados por uma constante tensão, equilíbrio e competição entre grupos, estabelecidos ou não, dispostos em posições de poder distintas. Em suas relações, tais grupos sedimentam práticas cujas tentativas de mudanças, por parte de alguns membros, podem comprometer toda a rede de interdependência. É por esse motivo, que as “ajudas”, como espécie de mentalidade forjada socialmente e temporalmente nas inter-relações e interações, constituem-se em ações difíceis de serem rompidas, integrando parte importante do fazer político.

Tais relações podem ser consideradas personalistas e permeiam a administração pública. Nesse contexto, surgem noções como o termo “pela cara”, expressão utilizada para descrever relações que são determinadas pelo personalismo. Ou seja, quando a relação não obedece a princípios republicanos ou a critérios impessoais. A expressão é bastante presente ao se fazer referência ao atendimento no serviço público. E essa noção aparece nas falas quando as pessoas, estando esperando atendimento em órgão ou repartição pública, por exemplo, percebem que o atendimento não segue padrões que o funcionalismo público, a burocracia estatal e as normas legais exigem. Nesse cenário, a noção de que “as coisas [o atendimento] são por cara” costuma aparecer, pois, nesses casos, haveria uma predileção em atender os que pertencem aos grupos que estão no poder (desobedecendo a ordem da fila/de chegada), aliados.

Essa noção possibilita pensar que as pessoas têm seu próprio termo quando se trata de falar das relações personalistas em que o interesse pessoal se sobrepõe ao interesse público, quando a esfera privada adentra na esfera pública – categorias típicas dos nativos da

universidade e da academia. Ou seja, a leitura de que as “pessoas comuns”, em geral, não têm ideia acerca do funcionamento da administração pública e de seus princípios pode ser um equívoco.

Com todos esses aspectos ligados ao que costumeiramente chamou-se de relações personalistas e que aqui são abordadas como “ajudas” (categoria utilizada pelos sujeitos da pesquisa), cabe refletir sobre a possibilidade das permanências e atualizações dessas práticas, ao invés de supor seu fim, e, ao mesmo tempo, perceber que captar os sentidos de tais práticas nas análises é possível a partir de uma observação atenta aos significados, uma vez que, observando suas percepções, consegue-se perceber como dimensões públicas e privadas se inter-relacionam.

4.2.1 Visões sobre política e eleições

“O capital financeiro é muito forte”, é o que pensa Joana Vaz (entrevistada cuja tia já esteve vereadora), e uma campanha unicamente nessa lógica, segundo ela, “culmina em uma política de baixa representatividade, porque já foi pago” – noção compartilhada por outros interlocutores. Exatamente por esse aspecto, defende que a campanha seja pautada pelo que considera como sendo “diálogo, de base mesmo” e por “mostrar proposta” (como mencionado anteriormente).

Assim, para a interlocutora, a proposta de uma campanha que ela considera como sendo mais próxima da população se daria, inclusive, como uma forma de driblar a forte presença das relações políticas baseadas nas “ajudas” ou “compras de voto”, principalmente essa última, uma vez que intermediada por dinheiro. A ideia do diálogo, em sua fala, parece estar associada a algo capaz de forjar vínculos com as pessoas, numa prática política que cogita se desenvolver numa relação que pretende ser diferente, com o que chama de “base”.

Seus comentários também mostram a forte percepção de que o dinheiro se tornou um aliado para algumas campanhas. Capaz de garantir votos, sem vínculos políticos ou retornos (sejam eles imediatos ou a longo prazo), as relações intermediadas por dinheiro costumam estar bastante presentes na localidade de origem de sua família, para ela passou a ser comum ouvir comentários a respeito. Isso aconteceria também em eleições para o cargo de deputado, inclusive porque, segundo afirma, as pessoas que se autodenominam líderes de comunidades seriam como uma espécie de “mula” que levaria o dinheiro até esses lugares distantes com o intuito de obter (no caso, comprar) voto.

“Eu só voto por dinheiro. Deu cem (reais) aqui, eu tô votando”, essa afirmação teria sido feita por uma senhora a Vaz. Após essa afirmação, ela relata que procurou explicar as consequências negativas desse pensamento – sua fala busca trazer a ideia de que o vínculo a partir da “venda” é reduzido, minimizado, ou praticamente inexistente, em decorrência desses aspectos é que comenta acerca da baixa representatividade, uma vez que a retribuição decorrente do voto já foi dada.

“No interior, o pessoal quer amarrar [voto ou eleitor] por troca de favor ou uma coisa” – reclama outro interlocutor, o político Joaquim Toledo, em relação à atuação de alguns políticos. Sua trajetória como vereador é contada como a de alguém que foi se envolvendo politicamente até chegar a sua vez de se candidatar e vencer as eleições. Mas cuja “entrada” na política se dá a partir de apoios a candidaturas, iniciando com o apoio à candidatura de um vereador, segundo ele: “dei mais de 40 votos a Marcos Pereira” – isso teria se dado na comunidade onde ele sempre habitou, fato que teria levado à sua perseguição por parte do grupo ao qual ele se opunha.

“Não é porque votou em mim que vai ser privilegiado, faria isso para qualquer pessoa”. O político faz essa afirmação acerca das “ajudas”, ao considerar que vai a Fortaleza com frequência (cerca de duas ou três vezes) para diferentes hospitais, em busca de consultas. Neste ponto é possível perceber como a dimensão da “ajuda” é complexa e extrapola as relações políticas, posto que perpassados aspectos das relações sociais mais amplas, nas quais, as pessoas se interdependem e se inter-relacionam, para utilizarmos, em síntese, os referenciais de Elias (1994; 2005) ao abordar sua visão acerca de sociedade em geral.

Em parte, essa ajuda parece contrastar com outro tipo, em que a pessoa que pede, o faz sem que esteja passando por grandes necessidades ou que isso se dê de modo bastante frequente ou costumeiro, pois sua percepção é a de que “têm pessoas que já têm aquele vício [de pedir]” – neste ponto, o político se refere aos que se mantêm próximo à entrada da Câmara Municipal para realizar os mais diversos “pedidos”. Sua percepção acerca dessas pessoas é que parece haver uma distinção entre estes que seriam “viciados em pedir” (como se pedissem sem que, de fato, estivessem necessitados e como se tratasse de um hábito, o de pedir) e os demais (que estariam passando por dificuldades e, portanto, estivessem legitimados a pedir).

A sua atuação política, o seu “trabalho”, o seu “serviço prestado”, são justificados em relação à sua família, a qual alguns membros teriam passagem por movimentos sociais e em cujo trabalho havia possibilidade para “ajudar” às outras pessoas. Comenta que “às vezes, já vem da família se colocar no lugar das pessoas”. É neste ponto que parece recair seu modo de fazer política e a questão da “ajuda” para ele, uma vez que chega a afirmar que “se eu tenho

condições de fazer algo pela pessoa, vou tentar fazer. Não é papel do vereador. [Mas] Se eu tô tendo a oportunidade de conseguir, eu vou atrás".

Neste trecho, as dimensões das relações sociais, inclusive as mais pessoais, se sobressaem a qualquer dimensão do dever político, o que demonstra a “ajuda” numa condição que se equipara às práticas cotidianas que permeiam todo o substrato social independente de quaisquer questões, sejam elas políticas ou não. Nesses momentos, é possível que alguma intenção política esteja presente, não se trata de descartar tal possibilidade, inclusive em certo momento esta dimensão (do interesse político) associada à outra dimensão, vista como “maior” (associada à possibilidade de se realizar algo para além da política, de cunho altruísta, empático e bom), se encontra como se estivessem amalgamadas, como no trecho em que afirma que: “geralmente, o político quer que o eleitor esteja nas mãos dele, sou diferente, me coloco no lugar da pessoa. Fazer o que o pessoal da secretaria [da saúde ou da assistência social] não faz”.

Desta maneira, julgando estar fazendo um bem – inclusive se pondo como alguém distinto em relação aos demais políticos que submetem eleitores aos seus domínios –, ajudando aos outros, especialmente porque passou por dificuldades no passado, é que sua atuação se faz em relação às outras pessoas. O político não deixa de comentar paralelamente suas origens sociais como pertencente a setores mais empobrecidos, o que também serviria como maneira de justificar suas atitudes, além de associá-las a um caráter familiar, quase hereditário, em que a “ajuda” estaria presente, sendo uma prática passada ou assimilada entre filhos.

Assim, aparentemente, pode-se pensar que tal como o poder, a política e outras práticas seriam as “ajudas”, também percebidas como espécie de condição “herdada” ou até, por extensão, para a qual existem pessoas legítimas a praticarem. Sem respostas definitivas, é necessário compreender que, algumas vezes, em certos contextos entre algumas pessoas, é frequente a percepção de que alguns caracteres não biológicos sejam “herdados” de familiares, passados entre gerações. Não por acaso, ainda é possível encontrar referências a membros de famílias ou a famílias relacionadas a atributos que foram, ao longo tempo, sendo construídos e associados a estas. Aspecto que também se aproxima de questões ligadas às reputações e ao modo como estas mobilizam a sociedade mais ampla em torno de posições sociais no contexto do município.

Se é possível pensar que existe uma outra face da “ajuda”, ela provavelmente seria o “pedido” (que pode anteceder a “ajuda”). O pedido feito a vereadores e a lideranças políticas por parte de eleitores que sentem necessidade de algo, mas também a algum eventual pedido advindo dessas mesmas lideranças a seus eleitores. Sobre isso o entrevistado comenta que “as pessoas passam por necessidade e muitas vezes pedimos voto de confiança” – assim é, em

síntese, selada a relação entre essas figuras. Válido ainda considerar a necessidade da “confiança”, fator que ascende uma luz sobre essa relação de político com o eleitorado, algumas vezes marcada pela desconfiança, ora pela necessidade de confiar que aquele voto realmente deverá ser depositado.

Mas ele acrescenta, “as pessoas estão tão desacreditadas na política que querem ganhar alguma coisa. A gente conscientiza que não é o nosso trabalho”. Nesta última frase o pedido parece ocorrer em decorrência do descuido na política, que da parte dele, seria supostamente superada por palavras que buscariam “conscientizar” aqueles que pedem, de que aquele não seria o papel do vereador – seu posicionamento, nesse trecho, ao menos para essa entrevista, tenta se destacar como o de alguém que busca manter uma relação distante de práticas que poderiam ser classificadas como aquelas chamadas de clientelistas ou assistencialistas. Ao mesmo tempo, em outros momentos, podemos encontrar alguém que reconhece as dificuldades encontradas pela população mais pobre e considera a possibilidade de “ajudar”, ou seja, de atender aos “pedidos”, conforme se pode observar no próximo parágrafo.

O interlocutor segue falando sobre si, atuações realizadas atualmente, mencionando o fato de que pega remédio, faz compra (de remédios), reclama da falta de transporte público para levar pacientes a consultas médicas e é, nesse momento, que fica mais explícito que a busca a vereadores se dá após tentarem (nesse caso, transporte) junto a órgãos responsáveis e não obterem sucesso, restando-lhes tentar “ajudas” junto a vereadores. Acerca desse último caso ele chega a afirmar que: “nessa hora, a gente tem que retribuir o que o eleitor fez pela gente. Reconheço que ele deu aquele voto”.

Embora chegue a reconhecer que, nos casos envolvendo remédios e consultas, não é esse o papel de vereador. É diante de tais contextos que ele afirma que os “pedidos de ajuda” chegariam até ele, como se pode perceber, em meio aos “nãos” obtidos junto a órgãos que poderiam dar assistência social devida. É sob essa conjuntura que o interlocutor realiza suas ações junto ao eleitorado e também como se fossem uma espécie de retribuição ao voto recebido, um retorno dado por ele àqueles que nele votaram.

Aqui, a partir da percepção do interlocutor, é possível observar umas das maneiras pelas quais esse processo de “ajuda” pode ocorrer. A pesquisa não objetiva procurar estabelecer um padrão pelo qual esta ocorre nem tomar sua narrativa ou a de outros interlocutores como únicas sem questioná-las, porém, nele é possível encontrar a maneira como o entrevistado narra não só a “ajuda” em si, mas o possível começo de um vínculo ou, ainda, a sua maneira de retribuir os votos obtidos ainda no período eleitoral, mostrando um pouco como essa relação

político-eleitor atravessa o tempo, podendo se manter ainda viva.

Uma forte tradição sociológica consiste em analisar aquilo que é, por esses agentes sociais, concebido como "ajudas" como sendo relações de cunho clientelista que acontecem em meio à privatização/apropriação da esfera pública pela esfera privada ou, ainda, a partir do fato de os direitos não estarem sendo garantidos. Neste sentido, D'Avila (2004) traz uma contribuição ao observar a existência de práticas clientelistas mesmo com instrumentos de participação política.

Nesta pesquisa, percebe-se a partir da fala acerca de uma das experiências do interlocutor como suas "ajudas" acontecem. Em outros momentos, pudemos observar que a busca por "ajudas" pode acontecer em meio a contextos pouco ou nada relacionados a esses casos, já que a intenção do pedido parece estar associada a uma maneira de obtenção de bens (materiais ou simbólicos), como se seguisse a um costume ou buscasse uma maneira mais rápida e fácil de obter tal bem – para esses casos, o próprio campo tende a perceber tal prática como distinta.

Em outro momento os pedidos e as ajudas são encarados a partir das dificuldades encontradas pela população, em geral. Joaquim Toledo comenta: "principalmente eu que vim de uma família humilde, sei da dificuldade, muitos aqui ganham a eleição através de dinheiro, querer agradar o povo". Essa mesma dificuldade enfrentada por ele no passado, e por outros atualmente, contribuiria, em sua visão, para que pedidos ocorressem e para que políticos (à exceção dele próprio) conseguissem tirar algum proveito de tal situação.

A dimensão mais pessoal que atravessa as suas atuações e estão presente nas "ajudas" encontra-se no trecho a seguir, no qual ele, mais uma vez, reconhece não ser o papel do vereador, mas que o faz, uma vez que o poder público não teria dado as garantias necessárias a essa mesma população que lhe pede:

Venho exercendo meu papel de vereador e fiscalizador, mas também o de vereador que trabalha com serviço social – muitas vezes você tem que chegar num hospital desses e não tem um transporte e você tem que servir o seu próprio transporte para servir aquela pessoa que está necessitando de um exame, de uma consulta. Infelizmente o papel de vereador não é esse. Como a gente tem coração e quer sempre ajudar as pessoas que necessita, [...] uma pessoa que lute por ele, pelo direito.

Sua atuação e práticas políticas se dariam, por assim dizer, em meio a esses contextos em que é possível encontrar negligências, direitos negados, entre outros aspectos, que o próprio entrevistado consegue reconhecer e que, em meio ao seu senso de responsabilidade individual, se vê na vontade de realizar algo em prol daqueles que lhe façam quaisquer pedidos,

principalmente quando ele pode intervir.

No trecho acima se encontram presentes, em síntese, partes importantes do que tem demonstrado aqui a seu respeito: as práticas assistenciais, por ele chamadas de “serviço social”, o reconhecimento dessas práticas como não sendo papel de vereador e a ideia de que sua ação seria tomada de boas intencionalidades, e que assim agiria em relação aos outros para além de aspectos institucionais e legais (como aqueles que regem a função do vereador).

4.2.1.1 Política como ajuda

Já próximo a finalizar a conversa, Joaquim Toledo é indagado sobre o que a política é e representa para ele. Sobre esse tema ele versa acerca do aprendizado no dia a dia, queixa-se, outra vez, do fato de que nem todos entendem o papel dos vereadores, das atitudes do prefeito em relação àqueles e finaliza afirmando que política é "coisa boa", "é ajudar aquelas pessoas que realmente necessitam. Ter essa aproximação do eleitor, pessoas carentes, que necessitam. Fazer alguma coisa e lutar por essas pessoas".

Novamente são as "ajudas" e suas muitas possibilidades que orientam parte importante de sua percepção acerca da política. Na relação com as outras pessoas, realizar algo em favor destas. É com este ponto de vista que a política feita e vista por Joaquim Toledo se faz, em cuja prática política consiste em estar a assistir ao seu eleitorado, e aqueles que não são (como ele mesmo já mencionou), atuando junto destes em momentos de necessidade. Não por acaso, é exatamente esse o significado etimológico de ajudar – formado a partir de duas palavras de origem latina: *ad* (perto, junto) e *juváre* (ser útil, socorrer, trazer alívio e alegria)⁵³.

Quanto ao significado que para ele representa ser vereador, o interlocutor realizou comentários afirmando sua origem social pobre, vendo-se como que ascendendo em meio às desigualdades socioeconômicas, mas também das disputas político-eleitorais (orgulha-se de, segundo afirma, não ter comprado voto). Em seguida, Joaquim Toledo traz aquilo que para ele é o significado de estar naquele momento como vereador: “devido você ter coração e poder sempre chegar a ajudar o próximo, é significativo brigar por aquelas pessoas, e ser atendido e ver aquela pessoa feliz e vir agradecer”. É, novamente, em meio à possibilidade de “ajudar”, agir em prol de alguém que ele se vê, essa concepção provavelmente se aproxima de alguns

⁵³Fonte: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/ajudar/#:~:text=Ajudar%20vem%20da%20composi%C3%A7%C3%A3o%20de,%2C%20trazer%20al%C3%ADvio%20e%20alegria>. Acessado em 08 de janeiro de 2021, às 16h27min.

daqueles que dele recebem "ajuda".

Considera, ainda, ter “consciência tranquila” em relação às suas realizações e desafia outros vereadores a fazerem o que fez sem ser situação, “sem depender de prefeitura”, para utilizar termos seus. Aqui a relação com a prefeitura, em sua percepção, parece ser uma condição que possibilita benefícios. Integrar a base de governo, conforme pode ser percebido em sua fala, permitiria-lhe certas realizações. Noção semelhante à trazida por Abelardo F. Montenegro (1980), quando este aborda as dificuldades enfrentadas por deputados de oposição em governos estaduais de décadas atrás.

4.2.1.2 Sobre a atividade política

Enquanto comentava sobre casos envolvendo a atuação de lideranças políticas de grupos opostos, afirmando que alguns faziam declarações falsas contra seu grupo, no momento em que realizavam as visitas, Henrique Santos chegou a comentar: “Política eu gosto, mas as pessoas que fazem política...”. Nesta afirmação o relativo descrédito é deslocado da política (a quem, em geral, o descrédito é direcionado) para aqueles que praticam a política, seus agentes sociais – nesta sua percepção acerca da política e daqueles que a praticam, ele procura reforçar sua crença ou esperança naquela, enquanto estes caem sob suspeitas, o que, em parte, pode significar que alguns políticos podem ser alvos de suspeitas e desconfiança pelo conjunto de suas atitudes e, para reforçar essa noção, cita o caso de uma liderança política ligada à causa da educação que, segundo o próprio, teria dito a um eleitor para que não votasse em um candidato que era professor, pois não teria chances de se eleger e pertencer a outro grupo político opositor (seus questionamentos estariam ligados ao fato de ela não apoiar alguém ligado à educação.).

Ainda sobre a questão do voto apresentada pelo interlocutor, é importante observar que a liderança política mencionada por ele usava como uma das justificativas o fato de que o entrevistado não teria condições de se eleger. Essa dimensão se assemelha àquela já apresentada aqui, a do “voto perdido”, quando o eleitor tem por desejo votar em alguém que tenha chances de ser eleito para não “perder o voto”, para votar em quem vai ganhar, no vencedor – como se a vitória do candidato também fosse a do eleitor.

Para ele, apesar de familiares e ele, inclusive, serem originalmente de outro distrito, o seu “trabalho” está totalmente voltado para o distrito em que sempre viveu. Essa noção de “trabalho” (numa referência à atuação político-partidária) parece compor uma parte importante da maneira como observa a sua atuação, abarca toda gama de atividades políticas, aquelas em

prol de pessoas ou comunidades, incluindo, provavelmente, as “ajudas” a serem dadas. A noção ainda parece contemplar o conjunto de relações tecidas – aliás, em se tratando destas, ele também comenta a respeito da quantidade de pessoas que ele conhece, mesmo antes da campanha, firmados no âmbito de sua profissão, laços que passam a ser aproveitados para fins políticos.

4.2.1.3 A “ajuda” como atuação sindical

A expressão "ajuda" é empregada de modo semelhante àquele encontrado nas relações que aqui estamos tratando (tanto nas que envolvem eleitor e político como naquelas em que políticos e políticos estão envolvidos). Em uma conversa com uma ex-sindicalista, realizada ainda no ano de 2013, quando esta abordava o processo de fundação de um sindicato de trabalhadores rurais no município de Aracoiaba, a mesma, trazendo comentário acerca daquele período, comenta que "a gente estava tentando ajudar gente que não tinha nada"; e a sua motivação é assim definida: "meu destino era ajudar os pobres", pois, segundo Antônia Vieira, possui "pena do trabalhador".

De modo semelhante ao tratado por um vereador entrevistado, a sindicalista traz uma narrativa na qual se sobressai uma intenção de atuar em prol daqueles que necessitam, visto como pessoas que têm direitos negados, e que sofrem e precisam da atuação dela. Por motivações variadas, embora em alguns momentos bastante próximos e semelhantes, essas "ajudas" movimentam, também, a política sindical na relação e organização de trabalhadores rurais no município analisado. Assim, seja no partido, no sindicato, nas relações gerais entre políticos e eleitores ou entre sindicalistas, a ajuda liga a todos.

Sindicatos locais, igrejas e associações têm posicionamentos diferentes no que tange à política local. Ao longo de todo o período em que estive realizando esta pesquisa, mas também nos períodos anteriores a ela, especialmente na graduação e no mestrado (embora seja necessário considerar que com perspectivas e objetivos diferentes aos que aqui estou pretendendo pesquisar) pude observar minimamente como se mantiveram.

Acerca dessas instituições e suas relações com a política local é necessário considerar que, em muitos casos, o que se tem é a participação de modo mais expressivo de alguns de seus membros sem que isso represente a imediata conexão entre a instituição e o grupo político – ou seja, a instituição, por si, não se manifestava oficialmente a favor de políticos locais. Mesmo porque, em alguns casos, o que se tem é a divisão por parte de seus

membros entre os agrupamentos presentes. Isso esteve, por exemplo, na fala de um entrevistado, ex-sindicalista, que mencionou acerca da dificuldade em forjar uma unanimidade para votar em prefeito – no entanto, havia mobilizações intensas para o apoio de candidaturas como para o cargo de deputado. Um outro entrevistado, que integrou um associação comunitária, comentou sobre a participação de modo a não parecer apoio institucional em candidaturas para a disputa de uma sindicato local e que contavam ainda com o apoio de alguns políticos locais, ainda que de modo sutil.

No âmbito religioso, especialmente no catolicismo, não se tem na história recente a participação direta de padres. Embora especulações ocorram acerca das preferências destes, o apoio explícito não costuma ocorrer. É possível encontrar alguns de seus membros, como aqueles que participam com frequência de grupos religiosos e apoiam candidaturas ou mesmo se candidatam ao cargo de vereador, no entanto, algumas vezes isso se dá a partir da participação em agrupamentos políticos distintos. Entre evangélicos, é possível encontrar candidaturas em que, pelo próprio nome do candidato já se pode identificar sua religiosidade. Nelas encontramos termos como “irmão(ã)” ou “pastor” (seguido do nome do candidato) – o que nos leva a considerar que são candidaturas que procuram mobilizar religiosos em torno desses nomes.

O que pode ocorrer também, e isso possui uma relativa proximidade com o contexto político nacional (assim como os temas anteriormente expostos), são políticos buscando agrupamentos religiosos, ou simplesmente fazendo acenos a estes com o objetivo de conquistar eleitores, voto. Neste sentido, a participação de políticos em rituais religiosos contém sua importância, seja em períodos eleitorais ou não. Aliás, algumas vezes, essas cerimônias religiosas podem fazer parte de eventos públicos, como nas missas celebradas durante as festividades do aniversário do município, com a presença de políticos – essa última prática ocorre há alguns anos.

Além disso, toda a dimensão da religiosidade também se encontra associada a dimensões de marketing político e eleitoral, que visa mobilizar e forjar uma percepção, um julgamento moral e uma reputação acerca de agentes políticos. É a partir disso que também podemos perceber como vão se tornando cada vez mais comuns publicações em ferramentas como aquelas comumente chamadas redes sociais (como os já citados Facebook e Instagram), além do compartilhamento de materiais por meios de aplicativos de mensagens instantâneas (como também já mencionado WhatsApp) e a presença desses indivíduos em ritos religiosos.

4.3 A política sob segredos, ilações e rumores

“A política é a dos bastidores e não a que eu apresento”, disse o político Fernando Antunes ao se referir às questões de poder, mas também às questões políticas decididas na esfera judicial. Essa frase que aparece quase como uma advertência abre a possibilidade de questionamentos, além da possibilidade de segredos que acontecem ou que devam ficar escondidos entre os que estão na política.

Georg Simmel (1999), acerca do tema do segredo, comenta que “toda relação humana é caracterizada, entre outras coisas, pela quantidade de segredo que nela se encontra e que a envolve” (pág. 223), desse modo, podemos presumir que em se tratando das relações no âmbito da política, não seria possível considerar que no campo político haveríamos de ter algo distinto. O autor comenta, ainda, que “o segredo cria barreira entre os homens, mas ao mesmo tempo traz à baila o desafio tentador de rompê-lo por boataria ou confissão” (*idem*), é neste sentido que temos observado como quando assuntos circulam diante da necessidade de serem mantidos entre alguns e o receio de que certos temas se ultrapassem àqueles que dividem o tal segredo.

Levando a cabo essa concepção “bastidores da política”, trazida inclusive pelo interlocutor, ela nos faz compreender a existência de uma política que “se apresenta”, que se mostra e que pode ser exibida. Desta maneira, se parece forjar uma concepção de política como um teatro. Tal como esta, comportaria um palco e uma coxia, uma instância para se apresentar e atuar aos olhos de todos e outra na qual se prepara para compor a maneira como se apresentará.

Já se mencionou acerca da região de fundo ou de bastidores de Goffman (2011), para ele, numa perspectiva teatral. Nessa região, “o ator pode distrair-se, abandonar sua fachada, abster-se de representar e sair do personagem” (p. 107). De modo semelhante, essa noção de bastidor se assemelha a apresentada pelo entrevistado, uma vez que parece trazer a ideia de que nessa instância, as relações se apresentariam sem a devida preocupação com o público (ou melhor, os eleitores).

A afirmação mostra que sua percepção sobre a política é a de que esta se faz a partir de um conjunto de atos e práticas e, aqui, poderíamos adicionar sem comprometer as interpretações possíveis, os acordos e a aliança realizados entre políticos, mas também entre estes e os eleitores.

O que viria a ser esses “bastidores” também é um aspecto importante. Ao que consta se pode perceber, na fala do interlocutor, esses “bastidores”, que ele considera não estarem

presentes nos jornais, vêm a ser tudo aquilo que envolve as atuações políticas e que, por algum motivo, não seriam devidamente apresentadas por motivos diversos. Como se tudo o que vemos ou que nos é apresentado, não fosse a política de fato – ou apenas fragmento desta –, pois a mesma se manifestaria de outra maneira (a dos “bastidores”), a qual é omitida, levando-nos a considerar que, por exemplo, haveria outras motivações que orientam práticas políticas que não aquelas que nos são formalmente apresentadas.

Esses “bastidores”, embora nem sempre nomeados assim, envolvem ou estariam associados àquilo que está escondido e não pode ser revelado na política – como se se tratasse de uma área de difícil penetração –, uma vez que poucos conheceriam o que aconteceria por lá. Enfim, esse quase subcampo da política não está associado propriamente a atos classificados como ilícitos, mas a tudo o que, em decorrência de acordos e práticas, teve que se manter guardado por motivos diversos. Podendo ser ainda tratado como espécie de segredo, por assim dizer.

As narrativas acerca do judiciário continuam por parte do político Fernando Antunes, com algumas suspeições que se alternam entre aquelas que são mais explícitas e outras mais sutis, como se, na ausência de provas ou temor de fazer uma acusação mais séria ou ainda receio do teor daquilo que está afirmando, optasse por se fazer entender a partir de ilações ao invés de realizar afirmações categóricas. Desta maneira, apontando alguns indícios de suas suspeitas ou de alguns acontecimentos, ele quis deixar para mim a conclusão de sua fala, evitando se comprometer diante das alegações trazidas por ele.

A compreensão de um judiciário tendencioso e sensível ao poder e à influência econômica e política, especialmente em se tratando da justiça eleitoral, se encontra presente em outros momentos quando o interlocutor comenta acerca dos limites de atuação dos membros das cortes. Para ele, haveria impossibilidade humana de que todos os processos que chegam ao Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, sejam lidos, devido ao pouco espaço de tempo. Em sua percepção, “subiriam”, no mínimo, sete mil processos para esse tribunal para serem julgados até outubro de um ano eleitoral, cabendo a assessores concluir sentenciar a favor ou contra, assim, essa decisão seria repassada aos ministros.

“Influência”, “poder”, “dinheiro”, “viagens a Brasília”, “encontros com advogados” e “contratação de escritório de advocacia”, foram esses termos que seguiram muitas narrativas acerca da atuação de candidatos nas semanas e meses que sucederam as eleições de 2016. O impasse que decorreu de uma eleição questionada judicialmente gerou expectativa na população e os relatos procuravam, entre outros aspectos, enaltecer a capacidade e até a suposta grandiosidade dos grupos políticos que disputavam a prefeitura. Nesse contexto, os políticos

são, então, vistos sob uma ótica que os sobrevaloriza, colocando-os como articuladores e dotados de poderes que, com capitais políticos e/ou econômicos, seriam capazes de, supostamente, influenciar decisões judiciais.

De acordo com Elias e Scotson (2000), “a fofoca, em outras palavras, não é um fenômeno independente. O que é digno dele depende das normas e crenças coletivas e das relações comunitárias” (p. 121). Essas fofocas ou ilações, narrativas das mais variadas acerca da política local, dos políticos do município, de suas influências e relações de influências – elas fazem circular percepções acerca das estruturas de poder e sobre seus agentes sociais.

Boatos e ilações são forjados no cotidiano, em meio a muitas conversas, em variados ambientes da cidade ou do campo. Moldam reputações e, em alguns aspectos, podem contribuir, de alguma maneira, na adesão ou escolha de candidatos. O “disse me disse” faz circular informações políticas sobre candidaturas, especialmente aquelas negativas, quando associadas a grupos políticos opositores e devido a seu poder de impactar reputações, podem abalar o caráter e a imagem dos candidatos, especialmente dentro de um contexto local de inter-relações, pode adentrar, ainda, em dimensões de honra entre os que disputam o poder político. Essas dimensões ligadas às reputações, em alguns momentos, relacionam-se de modos semelhantes, com as devidas adaptações, à questão da honra na política evidenciada por Teixeira (1998), bem como as de Comerford (2003).

4.3.1 Fofocas sobre compra e venda de voto

Entre a população é bastante comum a menção ao termo “compra de voto” ou “dar/receber dinheiro” – como se tem apresentado – para se referir a toda e qualquer prática envolvendo a relação da obtenção de dinheiro em troca de voto. É válido considerar que o termo “compra de voto” pode ocorrer quando se pretende macular a imagem de alguém que praticou o referido ato, enquanto o “a venda de voto”, pode, algumas vezes, numa troca de quem realiza ou se responsabiliza pelo ato – embora ambas possam ser marcadas por conotações negativas.

De outra maneira, pode-se, ainda, considerar que, em alguns casos mais específicos, a “compra/venda do voto” está nos outros (opositores, inimigos, desconhecidos, entre outros), dada a conotação negativa e até criminal a qual tal prática se encontra associada. Paralelo a isso existe ainda o “dar/receber dinheiro” – que é ainda mais marcada por uma dimensão puramente econômica, a ponto de a expressão “voto” ser retirada da frase. Esse último ocorre quando da distribuição de dinheiro para se conquistar voto. Sendo importante ratificar que

ambas carregam sentidos negativos, mantendo-se como práticas realizadas de maneira oculta, quase sempre às escondidas. Acerca desses casos, existem rumores que ganham o cotidiano e circulam por meio de rumores, ilações e fofocas que podem ser ampliadas a cada vez que são repassados.

Essas suspeitas e ilações presentes em conversas cotidianas podem, algumas vezes, afetar a reputação ou índole do político, e não necessariamente prejudicar a conquista do cargo eletivo. Ao mesmo tempo podem, também, ser realizadas em meio ao receio ou medo de se sofrer com eventuais represálias dado o teor dessas informações e suas possíveis consequências.

Ilações e suspeitas realizadas, algumas vezes, a partir desses boatos e fofocas não se restringem aos poderes legislativo e judiciário, não raro, eles avançam também para o Ministério Público (MP) que, algumas vezes, é acusado de partidarismo ou, pelo menos, de se posicionar em favor de certo grupo político local em detrimento de outro. As suspeições presentes nessas muitas narrativas diárias, e em boatos, envolvem, além disso, a aproximação entre agentes políticos e membros do judiciário ou MP, especialmente, em se tratando de casos em que as ações destes seriam supostamente tomadas por influência do capital econômico e/ou a partir de um conluio. Mesmo que isso não se comprove, essas narrativas na forma de ilações e/ou fofocas acontecem no cotidiano, podendo atuar como reguladores dessas relações, conflituosas ou não.

Os assuntos acerca da política, especialmente aqueles que trazem considerações sobre temas envolvendo condutas percebidas como aéticas e/ou denominadas como corruptas, formam uma grande polifonia de narrativas que circulam no cotidiano local. Acabam, assim, por forjar uma distinção entre a maneira como a política é oficialmente apresentada e a percepção acerca desta contrastada, advindas dessas diversas narrativas que envolvem as condutas de agentes públicos.

Essa maneira como é apresentada oficialmente a política forma, conforme tem-se apresentado aqui, uma espécie de fachada e é por esta que governos e políticos, em geral, tentariam se mostrar a todos, com justificativas e a narrativa oficial, que disputa com outras narrativas, principalmente aquelas muitas vezes consideradas como não sendo a oficial – com informações advindas de pessoas que circulam no campo político, nos “bastidores”. Aspecto que, como se tem mostrado aqui, se assemelha, com as devidas adaptações, a Goffman (2011), que traz uma contribuição ao abordar a questão da chamada “região de fundos” ou de “bastidores” – lugar “onde os fatos suprimidos aparecem” (p. 106).

A polifonia de narrativas põe em disputa versões e percepções sobre temas, práticas e condutas políticas. O termo em si, trazendo aspectos do universo do teatro, traz-nos a

possibilidade de um olhar acerca da política a partir de uma espécie de metáfora para com o teatro, constituído entre outros elementos, posto aqui como opostos, o palco e os bastidores – aquele como lugar onde os atores e as atrizes se apresentam, enquanto o outro é o ambiente voltado para o preparo e a composição de personagens e, por essas características, numa referência ao mundo político, tido como um lugar em que se encontraria “estado bruto” das pessoas, sem estar ofuscado pela personagem ou pela fachada apresentada. Por esse mesmo sentido a expressão “bastidores da política” é utilizada como se ali estivesse a “política de fato”, sem encenações, na qual é possível encontrar as reais motivações das práticas e condutas de políticos. Essa noção e crença aparecem na fala de uma das pessoas entrevistadas e no cotidiano.

A definição dada por um político sobre o que vem a ser política poderia, em alguns aspectos, ser utilizada em suas próprias falas. Sua percepção de que a política é aquela que acontece nos bastidores pode ser associada a suas narrativas dos acontecimentos políticos locais, especialmente, quando busca trazer de maneira, a mais sintética possível, temas como o rompimento com antigos aliados que passaram a rivalizar com ele inúmeras vezes na política local, nas disputas eleitorais municipais.

Em sua fala acerca desse evento (o rompimento político com uma antiga aliada), ele simplesmente define o acontecido como algo que ocorreu com alguém que queria dar voos maiores. Mencionou o fato de ter buscado um antigo aliado seu e de alguns correligionários que voltaram a integrar o seu grupo, tudo com o objetivo de demonstrar a possibilidade de retorno daqueles que deixaram de apoiá-lo.

4.3.2 Da relação entre dinheiro e política

Em entrevistas realizadas com políticos, as questões ligadas à relação política e dinheiro, ou ainda, campo político e campo econômico, estão conectadas ao seu comentário em relação ao tema dos ativistas na política. Em uma delas, um interlocutor procura deixar nítido que a relação seria meramente econômica, sem a obrigação do voto propriamente dito, ou seja, a atuação de ativistas é compreendida como uma espécie de trabalho realizado e contratado em prol de uma candidatura. Essa fala se torna mais explícita pelo fato de ele trazer à tona o tema do clientelismo (sem que esse tema tivesse sido mencionado por mim), uma vez que, para ele, este se diferencia daqueles (os ativistas). A intenção parece ser a de afastar ao máximo qualquer possibilidade de que lhe seja atribuída qualquer pecha de prática clientelista na atuação de

ativistas, daí a intenção de associar estes a um trabalho como outro qualquer. Desta maneira, percebe-se como dinheiro e política são vistos como instâncias que devem estar separadas.

Quando novamente questões econômicas adentram a conversa – dessa vez, estimuladas por uma pergunta realizada por mim acerca do financiamento de campanhas em apoio a deputados – a tentativa de demonstrar o caráter pelo qual tais relações ocorrem advém do intuito de justificar as motivações envolvidas nesses casos. Assim, ao ser indagado sobre o tema envolvendo o valor a ser gasto nessas campanhas de deputados no município, ele comenta que o deputado “assume as custas das despesas” (“não diria que é pago”) – e isto estaria, ainda, associado à força que a liderança representa naquele local ou município. Assim, é possível observar que dimensões de importâncias simbólicas associadas ao capital político da liderança funcionam como espécie de peso a mais nas despesas com campanhas eleitorais para deputados em locais onde estes não possuem base eleitoral.

Seguindo em sua fala, esse mesmo interlocutor comenta, ainda, que às vezes orienta lideranças que poderiam trabalhar para o deputado e que possui mais densidade eleitoral. Assim, até aqui ele apresenta a maneira como se comporta nesses casos em que é procurado por deputados, por exemplo, procurando se apresentar como alguém que realiza campanhas limpas, de maneira ética e, conforme temos apresentado, numa distância relativa de interesses econômicos. Em seguida, sua fala se alterna para tratar do modo como alguns políticos (desonestos) fazem – o interlocutor afirma que alguns políticos podem procurar para comprar “o colégio eleitoral (*sic*)” quando fazem a pergunta: “quanto é que custa conseguir um voto pra mim sem nem eu precisar ir na Aracoiaba?”, afirmando que nesses casos não há qualquer compromisso e que a maioria dos deputados federais é eleita dessa maneira e que poucos são os deputados eleitos sem o dispêndio de grandes volumes de dinheiro – acrescentando, ainda, que depois disso, não há mais o direito de cobrar empenho dele (do deputado).

As falas acima mostram a necessidade de se apresentar distante de uma relação econômica junto a políticos e eleitores. Uma tentativa de deixar explícito o que é relação econômica e o que é política, dada a possibilidade de se interpretar a ligação política por um viés economicista, de trocas utilitárias, com fins pessoais.

4.3.3 Compra de apoio político e compra de voto

“Quanto é que você quer pra nos apoiar?” é a proposta que Joaquim Toledo afirma existir. Essa informação chega até ele a partir de relatos associados a terceiros e mostra a relação

entre poder político e econômico no contexto de desigualdade. Ele segue sua fala para tratar dos volumes financeiros que já lhe foram oferecidos para votação de presidência da Câmara Municipal e, em outro momento, segundo ele, “só pra fechar acordo”, para cada uma dessas situações teriam sido ofertados valores.

Esses relatos acerca de ofertas financeiras já foram feitos por outros candidatos e mesmo por eleitores, mas em contexto eleitoral. Assim, com queixas acerca dessa relação com busca a fins específicos, intermediada explicitamente por dinheiro, o entrevistado busca apresentar a maneira pela qual discorda e destoa do grupo no poder. Mais uma vez podemos encontrar aspectos que permitem enxergar práticas semelhantes às “compras de votos” na relação político-eleitor e presente na relação político-político, nas quais dinheiro e política são apresentados como instâncias que deveriam estar separadas, em polos opostos, sob a pena de que, ao se mesclarem, corrompem aqueles cujas relações deveriam se dar sob condições livres de interesses individuais.

Joaquim Toledo afirma que a sua campanha é financiada por ele mesmo, "do próprio bolso", como ele mesmo define. Comenta que se o partido não cede apoios financeiros, apenas em termos de marketing, como os santinhos e os adesivos utilizados para a divulgação da campanha. Estes, aliás, embora não sejam propriamente categorias nativas ou expressões-chave para compreender as relações políticas, encontram-se bastante difundidos, obviamente, não como prática, mas como meios de divulgação. Apesar de ser possível compreendê-los ainda como umas das maneiras pelas quais algumas pessoas passam a assumir seu pertencimento a certos grupos, em detrimento de outros – aspecto que coloca, especialmente, o porte de adesivos como instâncias que vão além da divulgação de campanhas eleitorais.

A permanência, o pertencimento ou a “mudança de lado” (sair de um grupo para integrar outro, além da expressão “mudar de lado” também é possível encontrar termos como “virar de lado”) podem ser orientadas por razões diversas. Entre as motivações encontradas podem estar a prática de sanar dívidas. Neste caso, a liderança consegue, a partir de seu capital, aliviar as dificuldades econômicas de alguém, ainda que momentaneamente, cuja consequência é a geração de dívida política para com essa mesma liderança. O vínculo forjado gera uma implicação para com o grupo político.

Para usarmos os termo de Palmeira (1996), “entre duas eleições muita coisa se passa” (p. 50). Segue o autor a citar os possíveis motivos para a migração de um membro de um agrupamento a outro: “conflitos interpessoais inviabilizam a permanência de duas pessoas na mesma facção. Favores de diferentes fontes criam para um mesmo indivíduo, ou para uma mesma família, problemas de lealdade e assim por diante” (p. 50). De fato, mudanças na

dinâmica das relações sociais, em geral, podem levar as pessoas a passarem a se comprometer com certas pessoas em detrimento de outras.

Outras maneiras comuns relacionam-se com os já mencionados serviços jurídicos. Nestes, a oferta de serviços de assessoria jurídica “gratuita” possui um preço, a implicação política – como no caso do parágrafo anterior. Nessa implicação, como nas demais, o vínculo político é forjado e votos são assim garantidos – a adesão ao grupo passa a se tornar real, até que algo ocorra e possa pôr em xeque tal associação.

Citamos até aquela a “mudança de lado”, mais marcada por uma dimensão associada próxima a uma noção de “toma lá, dá cá”, em que podemos encontrar bens econômicos e materiais intermediando a mudança de grupo político. Além disso, podem ocorrer “mudanças de lados” decorrentes de “ajudas”, mas também aquelas que se dão de maneira mais “espontâneas” ou que levam em conta julgamentos políticos (da qualidade de uma gestão).

O desejo e o festejo (numa tentativa de influenciar) para que as pessoas venham a “mudar de lado” se faz entre outras manifestações, na música das passeatas. Em uma delas, a música bastante alta e com batidas fortes segue de maneira rítmica repetindo inúmeras vezes: “pula, pula, pula (...) pro lado de cá / o povo tá pulando e não consegue mais parar / eles tão (*sic*) percebendo que o barco vai afundar / pule você também, pule pro lado de cá” – o trecho em destaque permiti-nos perceber um movimento comum, o dos que “mudam de lado”, ou seja, o daquele que outrora votaram em outros candidatos e que agora passa a aderir a outro grupo político, transferindo-se de um lado para o outro. Enquanto a música toca, pessoas balançam animadamente suas bandeiras (provavelmente ativistas) e, aos gritos, convidam outras pessoas a participarem da passeata, seguem como que fazendo ou tentando fazer as pessoas a mudarem de lado – nessas situações a “mudança de lado” pode se dar na intenção de “não dar voto perdido” ou “não perder o voto”.

4.4 Política e família

Ao comentar acerca de suas percepções em torno da política, busca realizar analogias. Fernando Antunes comenta que a política é, na verdade, como uma corrida de cavalo, um jogo de azar, um time – e nesse sentido, menciona o torcedor que reclama após a derrota do clube, mas continua a ir ao estádio para ver o time jogar. Todos esses aspectos com a intenção de comentar dimensões relacionadas à competição, à rivalidade, às expectativas e aos vínculos

(e até paixões) forjados na política que podem prevalecer apesar de situações ou experiências ruins vivenciadas nela, especialmente, em casos envolvendo derrotas.

O mesmo Antunes comentou comigo que a política chega a ser algo sem significado (sem uma definição exata), vindo a mencionar que talvez ela venha do sangue, da carne, e conclui: “gosto de fazer ação política”. Esta “ação política” é definida com exemplos: “é tirar uma comunidade da miséria”, “melhorar comunidades, educação. Isso dá satisfação”. Essas suas visões remetem a uma possibilidade de atuação e de intervenção sobre a realidade, pois política teria a ver com a prática, uma atuação, numa busca por melhorias, agindo em prol de grupos. Sua narrativa sobre política não apresenta o termo “ajuda”, no entanto, ainda preserva a ideia de uma ação realizada em favor de outrem.

Ao continuar sua fala, menciona casos e práticas que ele considera como sendo aéticas realizadas por pessoas ligadas a administração pública local, considera estas intoleráveis e que a atuação política também tem a ver com “não deixar isso (erro) se proliferar”, além da necessidade de se ter vontade e determinação para fazer o que tem de ser feito. Segue seu comentário reconhecendo erros próprios do grupo relacionados a possíveis omissões, considera que tudo vai acabar quando representantes forem cobrados e que, embora a desilusão possa aparecer, logo em seguida, a pessoa está lá de novo (acreditando ou participando da vida política – tal como no exemplo citado no parágrafo anterior). Um exemplo disso, em sua percepção, seria Tasso Jereissati que, mesmo com problemas de saúde, continua ainda na vida pública, a justificativa para tanto seria herança, o pai, o sangue.

A política, nesses últimos momentos da conversa com o interlocutor, está associada ao agir, ao combater, mas também pode se dar em decorrência de uma experiência familiar na qual a atuação política é, senão legitimada, ao menos herdada, por assim dizer, das figuras familiares. Essa compreensão pouco se difere da maneira como, em alguns momentos, eleitores reconhecem filhos de políticos locais como legítimos representantes dos pais/mães políticos.

Ampliando essa compreensão acerca da política, é possível perceber como ela é, além de outros muitos aspectos, compreendida como, antes de tudo, um espaço, e que neste vigora alguns agentes devidamente legitimados para nele estarem. Com relativa frequência, laços familiares compõem, por vezes, um dos requisitos para assumir postos ou instâncias de poder neste campo específico.

Desta maneira, nos últimos anos, a força política exercida pelas lideranças políticas locais tem tido a possibilidade de se “renovar” (no sentido de alterar aqueles que se encontram no poder) a partir “das bênçãos” dos progenitores aos seus rebentos (tidos com relativa frequência como legítimos a substituí-los). Assim, muda-se sem grandes alterações, modifica-

se sem as devidas mudanças e lentamente se segue até que novos agentes políticos surjam dispostos a interromper ou manter o ritmo desta sequência. Em outros momentos, a mudança é feita a partir do importante apoio dado a novos políticos.

Não se pretende considerar que as mudanças inexistem no pequeno município, o conjunto das sequências dos acontecimentos sócio-históricos de maior relevância para a cidade, em geral, ocorre numa sucessão daquilo que Avelar e Lima (2000), tendo Frances Hagopian como referência, denominam de “lentas mudanças”. Dentro de um contexto político em que a estrutura política se mantém forte e resistente a alterações mais amplas, encravada no seio de famílias e grupos em que a liderança se faz centralizada e se estende de maneira quase hierarquizadamente, no conjunto de uma sociedade marcadamente desigual.

De volta à entrevista com o político Fernando Antunes, é possível observar suas percepções acerca da política associadas a aspectos como: a ideia de que partidos não possuem propriamente ideologia; uma ideia voltada acerca daquilo que poderíamos denominar de profissionalização da política (embora ele não tenha utilizado tal termo, sua fala remeteu a essa noção quando este trata da utilização de recursos como internet e celulares em campanha eleitorais como tendência ou mudança); também está presente em sua fala o descontentamento com a disputa desigual entre candidatos com recursos econômicos diferentes – trata-se de uma autorreferência, visto que ele mesmo se encontrava nessa condição (no período da pesquisa) o que, pela sua percepção, coloca-o em desvantagem naquela época, uma vez que meses depois estaria aliado com algum desses grupos de posses de capitais econômicos superiores aos seus.

4.4.1 Família e poder – Os filhos do/no poder

A presença dos filhos na política também abre a possibilidade de se refletir sobre como os grupos políticos podem se modificar ainda que não fujam propriamente de algumas figuras centrais. Esse aspecto mostra, de certo modo, a maneira como esses grupos se atualizam a partir de uma centralidade do poder que não ultrapassa o agrupamento familiar – o que demonstra sua importância e força.

Durante processos eleitorais antes mesmo de Teixeira lançar seu filho como candidato, já havia discussões acerca da candidatura deste, como substituição ou sucessão do pai, o receio era se a candidatura daquele seria julgada deferida e quando esta foi questionada em tribunais, alguns comentários davam conta de que ele devia escolher de imediato seu filho para substituí-lo – numa tentativa de garantir o deferimento da candidatura do grupo à prefeitura

a partir de alguém ligado à equipe de Teixeira. Essa lógica nos possibilita pensar acerca de certa legitimidade de quem pode “herdar os votos”, estando, ao menos nesse caso, os filhos como legítimos representantes dos líderes do grupo político.

Este aspecto, envolvendo a legitimidade dos que substituirão as lideranças, forja parte importante nas práticas políticas de muitos locais e vem se intensificando em Aracoiaba, visto que na história política recente do município, ainda não se tinha passado por situação semelhante em que o poder é transferido de pai/mãe para filhos. Embora já acontecesse antes com algumas famílias de vereadores, esse processo tem se fortalecido na história recente a partir dos grupos políticos locais que se consolidaram mais fortemente até o presente momento.

Outro importante aspecto envolvendo a candidatura dos rebentos está relacionado a alguns imbrólios jurídicos capazes de inviabilizarem algumas candidaturas daqueles que lideram os grupos. É o caso, por exemplo, de Valmira de Oliveira que, por decisão judicial, encontra-se com seus direitos políticos cassados, o que fez com que lançasse a candidatura de um de seus filhos.

Nenhuma das lideranças dos três grandes grupos políticos possui pai ou mãe que atuaram na política aracoiabense (Ary Ribeiro, Maria de Oliveira e Marilene Campelo). Há de se considerar, ainda, que Marilene Campelo Nogueira possuía um pai atuante na política partidária (como já mencionado) do município de Itapiúna – tendo sido prefeito desse local –, distante cerca de vinte e seis quilômetros do município de Aracoiaba e, tal como esta, inserida na Microrregião do Maciço de Baturité.

Outros nomes presentes na política local também contam com seus filhos atuando politicamente, exemplo disso é o candidato a vice-prefeito, ao lado de Thiago Campelo, Helder Paz, que tem seu filho como um dos candidatos a vereador, Diego Paz – que já ocupou cargo na administração pública. Outro exemplo de familiares na política é o caso de Telmo Amaro Bezerra (PMN), cujo pai, Tadeu Amaro Bezerra, já esteve candidato tanto ao legislativo quanto ao executivo, o irmão deste, Francisco Amaro Bezerra, já teve candidatura ao cargo de vereador. Outro exemplo de como famílias podem se manter na política são os casos dos irmãos Francisco Amaro Bezerra (candidato a vereador em 1947, 1950 e 1958, tendo sido eleito nos dois primeiros anos mencionados e sem informação se teria sido eleito no último ano) e Tadeu Amaro Bezerra (com candidaturas ao legislativo em 1950 e ao executivo em 1962, 1970 e 1982; a vice-prefeito em 1958) – com passagens por UDN, ARENA e PMDB, sem obter êxito em nenhuma delas. Além dos também familiares Raimundo Bezerra (candidato a vereador em 1976) e Telmo Amaro Bezerra (esse último, já esteve candidato a vereador em 2004, 1988 e 1982, pelo PSDB e as duas primeira pelo PMDB; a candidatura a prefeito se deu em 2020, pelo

PMN). Além disso, o filho daquele, José Nazareno Oliveira Bezerra já esteve vereador (2005-2008) pelo PFL e vice-prefeito de Marilene Campelo Nogueira (2009-2012) pelo DEM, tendo ainda se candidatado em 2000 pelo PP para o cargo de vereador, porém, não obteve êxito. E é novamente candidato a este mesmo cargo pelo partido Democratas (DEM), em 2020, mas sem sucesso, dessa vez no grupo de Valmira de Oliveira. Além desses parentes, temos, como já é sabido, Thiago Campelo, que também conta com parentes candidatos, o vereador que tenta reeleição, Pedro Campelo Nogueira. Esses aspectos mostram a dinamicidade política e familiar pelas quais esses grupos são atravessados.

A presença de parentes na política, mais do que simples manutenção da estrutura de poder nas mãos da mesma família, do grupo ou da mesma pessoa, a depender do caso, também diz algo acerca de quem são aqueles considerados os legítimos herdeiros de capital político e eventuais substitutos das lideranças, num modo particularmente endógeno.

Neste sentido, a possibilidade da renovação dos quadros políticos não é só lenta, para trazer uma concepção utilizada por Avelar e Lima (2000), a tendência ou necessidade de que tudo permaneça parece orientar as práticas políticas e as conjunturas, criando-se uma situação paradoxal em que os novos arranjos políticos parecem ser adaptações ou atualizações de antigos acordos, e as configurações políticas se modificam sem mudar de fato. Ainda nessa perspectiva e tomando como referências Frances Hagopian, os autores supracitados consideram que nesses casos “poder é altamente concentrado, o acesso às arenas de decisão é restrito, [e] os canais de representação política são hierarquicamente organizados” (AVELAR; LIMA, 2000, p. 197) – com isso forma-se uma estrutura de poder tradicional, na qual a transmissão de poder se dá a partir da linhagem familiar.

Assim, é preciso levar em consideração o fato de que o pertencimento ou não a certos grupos familiares é capaz de exercer influência, por exemplo, na entrada no campo político e na vida cotidiana, em geral. Como se o fato de pertencer fosse determinante e legitimador de qualidades e características específicas, em que o atributo de um indivíduo algumas vezes é o mesmo dado à família, como se a pessoa herdasse características do grupo familiar e de suas relações políticas.

Isso pode ser perceptível na medida em que algumas pessoas se tornam legítimas participantes do meio político por seus vínculos familiares. Como no supracitado exemplo em que houve algumas situações em que pessoas questionam o fato de que Ary Teixeira deveria iniciar um dos seus filhos na vida pública para lhe servir de sucessor na política. Aspecto que ressalta a ideia de ele ser herdeiro legítimo, não só dos bens, óbvio, mas dos votos também.

4.4.2 Família e prestígio; política e poder

A disputa eleitoral nas pequenas cidades cearenses costuma ser marcada, de maneira bastante generalizada, pelo conflito entre dois ou três grupos políticos que se rivalizam na tentativa de conquista da prefeitura, fazendo uso das mais diferentes práticas que possam promover a chegada ao poder público municipal.

Esses grupos políticos são, algumas vezes, liderados por membros de famílias detentoras de poder econômico (posse de terras, agroindústrias, indústrias, comércios e serviços) e político (influência política local, relações com políticos dentro ou fora dos limites do município, proximidade com setores do judiciário, com agentes de segurança pública ou quaisquer figuras detentoras de legitimação social). Dentro de uma perspectiva bourdieusiana, numa síntese genérica, a soma ou posse de capitais políticos (prestígio), econômicos (posse de bens) e sociais (rede de poder) compreendida como eixo das relações políticas que se desenvolvem no contexto desses pequenos municípios, possibilita pensar sobre os processos, senão de dominação, pelo menos de poder, que se desenvolvem nesses lugares.

Acerca dessas famílias, que vivenciam a política local mencionadas acima, pode-se ainda comentar que elas podem ser extensas, contar com um prestígio social associado, algumas vezes, às profissões que seus membros ou parte deles exercem (tais como médico, advogado, engenheiro e, em alguns casos mais específicos e menos comum, professor). Outras vezes esse prestígio familiar “opera” no âmbito de um conjunto de relações em que as trocas e favores são frequentes e fazem manter os vínculos ou uma relação de dependência entre a família prestigiosa e as demais pessoas. Há que se considerar, também, que esse tipo de relação pode levar ao prestígio. Esses grupos políticos e familiares podem, ainda, manterem-se ligados direta ou indiretamente à estrutura política municipal ou estadual, valendo-se das vantagens que essas relações podem trazer-lhes. Esse último aspecto também pode ser preponderante na determinação do prestígio familiar, fato que leva à classificação “família tradicional”, cujo significado é bastante próximo a essa descrição acerca do prestígio familiar.

A noção de família tradicional, embora possa perpassar diversos aspectos do cotidiano, é algumas vezes referência em casos envolvendo a política. Especialmente porque se relacionam com dimensões ligadas ao poder econômico, simbólico e/ou político, a noção é utilizada algumas vezes para se referir a grupos de famílias que durante algum tempo estão e/ou estiveram influenciando outros grupos locais.

Faz-se necessário trazer algumas especificações. Famílias menos prestigiadas podem estar ligadas a famílias mais prestigiadas e mais próximas, portanto, das estruturas de poder. Aliás, pessoas individualmente podem se encontrar vinculadas a grupos políticos, independentemente dos vínculos de sua família. Há casos em que o grupo político é formado por uma miscelânea de famílias, sem que haja uma centralidade exclusiva ou explícita em uma família específica. Algumas famílias podem estar associadas à posse de capitais específicos ou de algumas características. Quando não estão ocupando cargos eletivos, esses grupos dedicam-se a suas profissões originais, podem voltar a seus antigos cargos na administração pública ou privada, ou ainda, investem em suas redes de contatos políticos e de pessoas, passando a assumir funções na gestão pública do governo estadual ou de outros governos municipais.

Outra especificação importante é que, em alguns contextos, a família pode não ser tão determinante ou central na política local (ao menos isso pode não estar tão evidente). São os casos em que a liderança política está associada a uma ascensão social via educação ou via trabalho. No primeiro caso, a educação proporciona acúmulo de bens culturais, acesso a cursos superiores e profissões socialmente prestigiadas, possibilitando a conversão desse capital cultural em capital econômico e o posterior capital político; no segundo caso, o acúmulo de bens econômicos em negócios dos mais diferentes setores da economia traz, além de riqueza ou simples distinção econômica em relação à média local, prestígio o bastante para alguém legitimar-se como político. Neste caso, o político passa a ser a pessoa que detém bens materiais possíveis de serem utilizados para “ajudas”. Essa é uma dimensão complexa que envolve trajetória, profissões e dívidas a serem pagas intermediadas pelo poder econômico.

Todos esses aspectos não chegam a ser muito diferentes quando se trata das disputas para os cargos do poder legislativo, embora para este caso existam algumas especificidades. Os candidatos ao cargo de vereador são importantes membros desses grupos políticos, destacam-se, entre outros motivos, por manterem relações bem mais próximas com os eleitores, nas ruas, comunidades e bairros onde moram, sendo, na maioria das vezes, mais acessíveis que prefeito e vice-prefeito. Além disso, muitas vezes, o pertencimento a um grupo familiar específico também pode ser evocado em suas campanhas, seja como simples maneira de identificação ou como modo de legitimação, tal qual ocorre com os candidatos a prefeito, nas classificações realizadas acima.

Também para esta pesquisa algumas considerações já bastantes presentes em análises acerca da “tríade” família, poder e tradição, não poderiam deixar de figurar. Lemenhe (1995), por exemplo, traz algumas observações que poderiam ser igualmente feitas aqui (guardando, obviamente, as devidas particularidades relativas à abordagem, escopo e

temporalidade de cada pesquisa), uma vez que, de modo semelhante ao caso mencionado por ela, os grupos aqui mencionados não se tratam propriamente de velhas oligarquias rurais, latifundiárias, os grupos analisados são antes agentes sociais que se estabeleceram politicamente a partir de um conjunto de relações e interações em que vínculos foram forjados em meio a um contexto de desigualdade socioeconômica explícita – ao qual, pode-se afirmar, se saem, de alguma maneira, beneficiados, uma vez que integram, em partes, grupos dominantes no contexto local.

Dado que as relações sociais, os vínculos entre as pessoas, estabelecem-se independentemente da criação de instituições formais criadas para tanto, convém considerar que grupos políticos, suas redes, e a formação de lideranças políticas numa dimensão personalista possuem uma contextualização própria para o caso analisado, o que nos leva às observações de Lemenhe (1995) ao considerar que:

As relações de poder no Ceará – como de resto nas regiões periféricas ao polo dinâmico da economia e sociedade nacionais – estiveram, até muito recentemente fortemente marcadas pela presença de grupos que se organizam em torno de lideranças (ou chefes) segundo critérios informais de relações e afinidades políticas. Grupos e redes de parentesco, “amizade política” e de identidades territoriais são as unidades principais de mobilização política que permeiam as estruturas formais de poder, tais como os partidos, as instâncias decisórias e o aparelho burocrático.

Na ausência de polarização ideológica entre os partidos e na circunstância de que os interesses de classe e segmentos de classe estiveram pouco diferenciados e escassamente organizados, agrava-se a condução personalista do poder (LEMENHE, 1995: 25).

Deste modo, os aspectos supramencionados pela pesquisadora seriam responsáveis pelo personalismo e as relações de poder com base em afinidades, conforme afirma Lemenhe (1995). Esta toma ainda por referência autores como Victor Nunes Leal (1978), Faoro (1975), Carone (1973) e Queiroz (1975), os quais se voltam para os “estudos que tratam das relações de poder no Brasil definidas como tradicionais e referenciados à instância local (isto é, no espaço do município ou do estado)”, considera que, para estes, enfatizando pontos diferentes, ressalta-se “a tese de que o exercício pessoal do poder encontra terreno para florescer numa ordem econômica na qual as atividades produtivas de base agrária são dominantes, e configuradas como não capitalistas” (LEMENHE, 1995: 26).

Lemenhe (1999) continua e, em suma, pondera que no caso cearense, mesmo com algumas mudanças nas relações econômicas, algumas práticas políticas permanecem e, nesse sentido, podemos observar algumas semelhanças com o caso do município analisado. Assim, não estamos tratando de candidatos cujas atividades econômicas principais não estão ligadas ao meio rural, com disputas marcadas por médicos, advogados e empresários, sendo associados

estes à figura do “doutor”, da “doutora” ou da “empresária” – como é o caso de algumas figuras políticas locais.

4.4.2.1 Sobre família, prestígio e desigualdade

Ainda sobre prestígio familiar, talvez seja possível considerar que algumas pessoas em Aracoiaba parecem estar amparadas pela legitimidade do nome de suas famílias, usando-o como se fossem espécies de títulos nobiliárquicos que se esforçam em manter em evidência sempre que possível. Por vezes parecem se valer disso como se fosse o atributo que, na visão goffmaniana (1951), ficou conhecido como símbolo de status de classe.

Com certa frequência ocupam posição de destaque na administração pública em cargos que podem ser comissionados ou não; têm, a sua maior parte, a pele clara; constituem-se em setores de classe média e média alta mais tradicional (aquela que não ascendeu com as políticas sociais ou conjunturas econômicas favoráveis dos últimos anos e que, portanto, sempre esteve ou há muito tempo está entre os estratos sociais medianos); possuem vinculação a grupos políticos, participando ativamente de campanhas eleitorais (em especial aqueles que ocupam cargos comissionados em governos municipais); podem, ainda, ser profissionais liberais ou comerciantes que atuam dentro e/ou fora do município de Aracoiaba; podem se beneficiar bastante das relações próximas com políticos. Enfim, formam um tipo relativamente diverso, embora seja possível encontrar algum padrão mínimo.

Não poderia deixar de lado aqueles que conseguiram ascensão econômica ao participarem dos processos políticos municipais, em especial, a partir da celebração de contratos com aquela que é responsável pelo maior número de empregos formais no município, a prefeitura. Trata-se de uma maneira instigante de refletir sobre como as relações com a prefeitura e com políticos são diferentes, podendo variar a depender de quem nelas está envolvido. É um grupo particularmente não muito grande. Alguns não chegam a ser portadores de capitais econômicos ou ter perdido o prestígio social de antes. Nesses casos, valer-se do nome e das características da família é ainda mais importante, e o apego torna-se mais comum.

É necessário considerar que em outros casos envolvendo famílias tradicionais e a política, o que se tem também é um processo de decadência de prestígio familiar que, em determinadas situações, parece estar associado à inserção ou crescimento de uma economia de mercado, com valores próprios que se chocam com os valores de outrora, os da tradição (numa definição mais ampla). Aparentemente contribuem para essas mudanças os valores, práticas e

processos sociais envolvendo o que costumam ter como tradicional – as relações que se tecem por dimensões de dominação, a política conservadora, a economia (rural ou urbana) pouco desenvolvida –, que entram em conflito com a formação de uma classe média e de uma geração afeita ao que consideram como moderno.

É interessante observar que mesmo se tratando de um pequeno município, é possível encontrar a presença de candidatos ou, principalmente, famílias marcadamente ligadas a um forte capital econômico, não ocorrendo, todavia, uma impessoalidade dos votos. Tampouco tal quadro induz as campanhas a transcorrerem de maneira que possa prevalecer o debate ou diálogo. Na verdade, institui-se, nesse contexto, um voto de tipo mais utilitário, que atua conforme a maior quantia de dinheiro ofertada.

Assim, a noção de um capitalismo capaz de “modernizar” as relações políticas, tornando-as impessoais, não parece prevalecer no local pesquisado no qual tal modelo aporta, uma vez que a força desse capital acaba sendo utilizada para reforçar relações desiguais e, nesse caso, personalistas. Aliás, no que tange a essa relação entre economia de mercado e a prática clientelista, Farias (2000), apresentando aquilo que denomina de “uma abordagem alternativa”, considera o clientelismo como sendo “compatível com a democracia capitalista” (p. 49). Enquanto que em outras pesquisas a possibilidade de coexistência dessas práticas em meio a instrumentos de participação (D’ÁVILA FILHO; JORGE; COELHO, 2004) são apresentadas como viáveis.

Enfim, retornando à questão política e familiar, é válido trazer a noção de um político entrevistado que afirmava que a vontade de atuar politicamente, como algo que está no sangue – dando tanto uma conotação de algo familiar (ou biológico, simplesmente) –, como algo que se trata da própria determinação pessoal. Ao tratar da dimensão familiar, tudo parece se encerrar numa dimensão geracional, em que se passa de pai/mãe para filhos(as).

4.4.2.2 A campanha da tia e as “ajudas”

“Todos da família estavam unidos nesse objetivo [o de elegê-la]. A família totalmente engajada” – assim define Joana Vaz sobre o período da campanha de sua tia para o cargo de vereadora, classificando como um “momento interessante”. Sua participação se dava de maneira não tão ativa, considera que se colocava mais como uma espectadora, alguém que ficava na torcida. Ao comentar esse aspecto, justifica-se dizendo que na época não avaliava o efeito prático do voto e que o envolvimento político se dava por razões familiares. A insistência na justificativa parece demonstrar suas mudanças de percepções políticas que se deram ao longo

de todo o período. Além disso, sua fala traz consigo a união familiar em torno da figura da tia e o engajamento em fazer dela uma vereadora. Segundo ela, cada um de sua extensa família captou recursos e “ajudou” a financiar a campanha, da qual restaram, inclusive, dívidas que foram sanadas em torno de dois anos, de acordo com seus relatos.

As “ajudas”, como se tem procurado demonstrar nesta pesquisa, são capazes de costurar laços. Forja relações entre os próprios políticos, entre estes e eleitores e por entre os eleitores em si. A “ajuda”, como se percebe a partir da narrativa da interlocutora, estaria presente nas campanhas eleitorais, no sentido de poder financiá-las, mantê-las e levá-las adiante num pleito, neste caso específico. Aqui, percebemos como as relações familiares e políticas podem se amalgamar, estando bastante próximas; além disso, mostra o peso que representa a família e os familiares como mobilizadores de voto e da campanha propriamente dita.

4.5 A “perseguição política” e a “mudança de lado”

Uma das questões que estiveram presentes nesta pesquisa consistiu em tentar encontrar narrativas acerca da “perseguição política”, no sentido de tentar compreender como ela é tecida. Não há dúvidas de que essa prática consiste em uma utilização pessoal de todo o aparato da administração pública em favor do gestor público, também não há como considerar a necessidade que tal prática deva ser erradicada, exatamente por atentar contra os princípios administrativos⁵⁴ (em especial, o da impessoalidade). Afora, o olhar normativo sobre esse fenômeno (devidamente válido), que de tão comum aparece nos grupos políticos opostos, a “perseguição”, quando observada “de dentro” contribui para que se possa analisar melhor o campo político, ou melhor, o lugar no jogo político local que cada um ocupa, além das táticas e estratégias tomadas por cada um em meio a esse contexto.

A “perseguição” se encontra presente nas falas de muitos e quase sempre é uma referência ao grupo político oposto – nas falas durante as campanhas eleitorais, de candidato ou eleitores. Ou seja, ela frequentemente está associada a uma ação realizada pelo outro (que está no grupo ou lado político oposto) e que, muitas vezes, não é reconhecida no grupo ao qual

⁵⁴ Não é objetivo deste trabalho discutir o *caput* do Art. 37 da Constituição Federal, mas tão somente, atentar ao fato de que, na vida cotidiana, os aspectos legais “coexistem” com práticas sociais diversas, inclusive divergentes. “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” (BRASIL, 1988).

se pertence. Além disso, o político ou gestor público não tende a realizar “perseguições” sobre os “seus”, nem o servidor público tende a se ver “perseguido” pelo gestor ou político com o qual é próximo e se simpatiza. Esses últimos casos tornam tal prática relativamente próxima à noção ou ao conceito de “filhotismo” tratado por Leal (2012), quando da “proteção” dos seus aliados em decorrência da atuação persecutória do grupo opositor. Menção também pode ser feita a outros autores quando procuram abordar temas envolvendo a personalidade nas relações no âmbito da administração pública.

As conversas com pessoas envolvidas nessas “relações persecutórias” (chamemos assim) se deram de maneira informal, além disso, os muitos relatos existentes acabam por possibilitar uma visão panorâmica do que ocorre no município quando essas práticas se tornam mais conhecidas. A importância de preservar nomes faz com que a descrição ocorra necessariamente de maneira genérica e sem muitos detalhes, fato que não prejudica a análise, uma vez que torna os casos passíveis de serem vistos a partir de uma visão geral. Estão sendo consideradas para esse caso conversas obtidas com uma pessoa que fora ou se sentira “perseguida” e outras conversas, igualmente informais, a partir dos relatos de três pessoas acerca de “perseguições” ocorridas com outrem no município.

Uns dos aspectos a serem considerados relacionam-se com o fato de que, em alguns casos, a “perseguição” pode consistir em uma tentativa de fazer com que o “perseguido” “mude de lado”, ou seja, saia de seu grupo político original e passe a integrar o grupo do gestor que realiza a “perseguição”. Para casos assim, a intenção é arregimentar novos membros ou, simplesmente, votos para o grupo político, quando o “perseguido”, já cansado da “perseguição”, não encontra outra saída senão a de se aproximar do grupo ao qual se opõe de modo a se ver livre das investidas sofridas por ele e que lhe impedem de realizar plenamente o seu trabalho e/ou gozar de direitos. Caso o “perseguido” opte por sair do cargo ou função, restará uma vaga a ser ocupada por um aliado. O caso descrito ocorre entre o gestor (não necessariamente concursado) com o servidor público, necessariamente concursado.

Outras vezes, é praticamente sabida a impossibilidade de o servidor público concursado “perseguido” “mudar de lado”. Para estes casos, tudo segue como a intenção de simplesmente dificultar a realização de seu trabalho. Tanto aqui, como na descrição do caso do parágrafo anterior, são comuns práticas como alterar escala de trabalho, deslocamento de setor ou mudança geográfica do posto de trabalho; outras vezes, os relatos também adentram na via dos sentimentos e são relatados sentimentos de humilhação, além do receio de que eventuais mudanças ocorram e o servidor se veja prejudicado e tendo que deixar, ou mesmo perder o emprego. Tudo isso pode ocorrer em meio a essas relações, embora não seja uma regra a todos.

Há que se considerar que tais “práticas” se dão frequentemente entre servidores concursados, uma vez que os cargos comissionados nomeados por prefeitos, políticos ou gestores, que não estejam mais vinculados ao grupo político que está no poder, costumam ser exonerados ou pedem demissão com o início do novo mandato ou mesmo antes. Deste modo, mesmo nesses casos, os relatos existentes estão no âmbito da pressão por atender às necessidades do gestor independente de horário, devendo estar à sua disposição, mas principalmente, estando sempre disposto a apoiar (politicamente) o gestor público ou prefeito.

Dentro dos variados aspectos ou práticas que nesta pesquisa estão sendo considerados, o conflito é algo que os perpassa de maneira ampla – fazendo parte do conjunto das relações como aponta Simmel (2011). Podemos percebê-lo, por exemplo, o conflito pode estar presente em contextos envolvendo a adesão a grupos, a “mudança de lado” e a “perseguição” – assim sendo, para citarmos um caso específico, é possível observar como conflitos dentro de um grupo podem levar a práticas persecutórias, fazendo com que grupos deixem um grupo e passem a se aproximar de outros. É desta maneira que, marcada por disputas, divergências e embates dentro e fora desses agrupamentos, as relações ocorrem.

4.5.1 Perseguições na política local

“Pequena cidade todos se conhecem e [sabem em quem votam], às vezes, por não acompanhar certos candidatos, acaba sendo perseguido” – afirmou o político Joaquim Toledo. Ele cita, ainda, o caso de funcionários e pessoas com cargos comissionados que sentiriam receio em se manifestar politicamente.

Paralela à “perseguição” sofrida, surge, em sua fala, a expressão “gratidão” para se referir à liderança política do grupo ao qual é integrante, afirmando que sempre o “acompanha”. Se a perseguição, por seus aspectos, prejudicou-o em suas práticas políticas, ela também reforçou o lado ao qual ele pertencia. Repellido por um grupo e acolhido por outro (o opositor daquele), esse roteiro político envolvendo a “perseguição” é apresentado como algo que está presente em diversos grupos. Além disso, a noção de “acompanhar” está aqui presente semelhante à maneira como outro interlocutor se referiu à sua relação com a liderança estadual de seu grupo político. Essa mesma noção também foi percebida por Heredia (1996), quando identificou, em sua etnografia, pessoas que passaram a “acompanhar” lideranças políticas após o recebimento de ajudas.

Depois disso, o entrevistado afirma ter seguido, então, alguns trabalhos variados

em diferentes empresas, segundo ele “ajudando as pessoas, fazendo um serviço social”, até que se candidata, mas não obtém votos o suficiente para se eleger. Aqui, a “ajuda” e o “serviço social”, termos que se equivalem, nesse contexto, parecem levar à quase inevitável candidatura e à obtenção de votos (ainda que não tenham permitido a sua eleição). A possibilidade de ajudar e a consequente votação figuram próximos nessa afirmação, o que não quer dizer que seja a síntese, mas traz junto a si a importância das “ajudas” e sua forte presença nas relações (políticas).

Essa mesma perseguição surge como uma prática comum entre outras tantas, porém, reprovável. Ao tratar sobre seu modo de fazer política, o entrevistado comenta que busca “sempre fazer o bem e proteger o que é do povo. Como vereador, fiscalizar o prefeito”. Assim, a “perseguição” parece estar presente nos outros políticos enquanto as boas práticas governamentais estariam em sua própria atuação – é dessa maneira que as práticas políticas parecem ser, de certa forma, percebidas e/ou apresentadas por ele.

A “perseguição” mencionada por vereadores e por outros integrantes de movimentos sociais também é exposta em entrevista feita com esta que é uma das ex-sindicalistas. Neste caso, a situação em que a perseguição ocorre se encontra na relação com os fazendeiros, que na época, segundo suas observações, geravam conflitos, especialmente, em contextos que envolviam a disputa pela posse de terra ou ainda direitos e garantias de trabalhadores do campo.

Deve-se compreender que a “perseguição” e a “ajuda” podem ainda estar próximas na medida em que a primeira pode levar à busca por ajudas junto a um outro grupo político, o que faz iniciar outro processo inter-relacional pelo qual o grupo pode se renovar, adesões chegam a acontecer e reforçar as motivações (que podem não ser poucas) pelas quais os membros destes agrupamentos podem se repelir (este último acontece se ocorrer em proporções distintas e motivações diferentes).

Visões acerca de aspectos da política local são encontradas em muitas conversas. Entre um desses aspectos é possível citar as “perseguições” que aparecem em muitos relatos (aqui descritos), em um deles, numa conversa com um integrante de um partido político, é citado o fato de um médico estar sendo perseguido por um gestor público local. As motivações e os interesses presentes nessas “perseguições”, enfim, seus conteúdos, é que podem variar de caso a caso. Na referida conversa, Roberto Mendes, que já atuou em organizações comunitárias, menciona o fato de que o médico em questão possuía interesses políticos no município, mobilizava-se junto a sindicatos e organizações comunitárias.

Para o caso em questão, a perseguição se dava na intenção de impor dificuldades ao exercício pleno da atividade laboral, na tentativa de deslocá-lo de seu local de serviço. Isso teria sido a maior motivação para que este se mobilizasse junto a movimentos locais feitos a partir de lideranças comunitárias e sindicais em seu favor. O mesmo interlocutor comenta que sua família também sofria com perseguições na época, e que estavam historicamente associados a um grupo político local, oposto ao grupo que estava no poder, o que levava a serem “perseguidos”. Há outras possibilidades interpretativas acerca dessas perseguições, como as consequências na saúde de trabalhadores, para esta pesquisa, coube-nos restringirmo-nos às dimensões políticas.

4.5.2 Processo de escolha de candidatura e de adesão

Ainda sobre o processo de escolha da tia como candidata, Joana Vaz afirma que isso não ocorreu “da noite para o dia”. Para ela “o processo eleitoral é só a culminância de todo um processo que o antecede”. Essa concepção demonstra a dimensão processual ligada às eleições. O que se tem, as candidaturas, as coligações, as configurações políticas de cada pleito, conforme se observa, somente existe à medida em que “várias coisas que são costuradas ou se [é que] já não estão costuradas, já estão sendo apontadas. São frutos de um processo que antecede o próprio período eleitoral”.

A mesma dimensão processual das eleições é utilizada pela interlocutora para se referir ao rompimento de sua família com a liderança política local. O termo para se referir aos acontecimentos é “desgaste”, que levou à ruptura e a adesão a grupos políticos opositores durante o novo processo eleitoral. Afirma que a adesão a um novo grupo era algo que definia como sendo “impensável” entre eles (familiares) – esse aspecto de sua narrativa é importante para se refletir o processo de adesão, mas também para demonstrar como, em alguns casos, a proximidade, a afinidade e a adesão de grupos familiares (e pessoas de modo geral) a grupos políticos pode ser algo capaz de perdurar no tempo, criando um vínculo ou afinidade cuja possibilidade de apoiar opositores chega a ser considerada remota, mas não impossível de ocorrer, o que mostra a maneira como esses grupos se renovam e se modificam pela entrada e saída de membros, apresentando a relativa dinamicidade e complexidade presentes nesses grupos, que podem permanecer fixadamente por longos períodos, sair e retornar até que novas mudanças aconteçam.

As análises acerca do voto envolvem o fato de que, “mais que uma escolha individual, acertada ou não, o voto tem significado de adesão” (PALMEIRA, 1996, 46). Ainda de acordo com Palmeira (1996) “numa eleição, para o eleitor [...] não é escolher representantes, mas situar-se de um lado da sociedade [...]”. Este mesmo autor comenta que esse lado não é fixo e que a manifestação pública e antecipada desses votos é também importante.

Alguns desses aspectos puderam ser encontrados na pesquisa empreendida, a adesão a um grupo e sua manifestação pública e antecipada são comuns, mas também convivem com outras maneiras de viver e praticar a política (assim como aquela que se dá a partir de manifestações por preferências partidárias; aquelas pessoas que, por receio de “perseguição” pouco se manifestam). É dessa forma que podemos perceber como maneiras distintas de práticas e percepções políticas convivem simultaneamente, o que demonstra sua complexidade.

A adesão como um processo, do modo como pode ser identificado nesta pesquisa e da maneira como esteve presente na fala de uma das pessoas entrevistadas, também pode ser encontrada em outros trabalhos como o de Palmeira (1996). A questão é importante para adentrarmos na dimensão processual que acompanha os agentes sociais envolvidos nas tramas políticas, o que permite que seja acompanhado o desencadear de acontecimentos que desembocam em, por exemplo, “mudança de lado” e a conseqüente modificação nos grupos políticos.

No caso em questão, o desgaste no grupo original – que se deu basicamente decorrente do conflito com o gestor que, em sua opinião e da família, desprestigiava a parente eleita e, além disso, temeria pela influência da família na atuação da vereadora, o que fez com que se iniciasse o seu processo de ruptura e a paralela entrada em um novo grupo. Nesse processo de desligamento de um grupo e entrada em outro, a manutenção da rede de contatos foi (re)acionada, por assim dizer, a partir do conjunto da numerosa família que, em seus cargos e profissões, das mais variadas, e que em contato com as pessoas de várias localidades, estabeleciam contatos com estas e, assim, se mobilizavam em prol da tia vereadora.

Joana Vaz afirma ainda que, obviamente, apenas a família não seria capaz de elegê-la. Os contatos, as amizades e o convencimento das pessoas que habitavam a localidade de onde sua família é originária também contribuíram para todo esse amplo processo envolvendo a eleição da tia e que deve ser também levado em consideração. Ou seja, o acionamento de uma rede de relações pautada nos vínculos (incluído os afetivos) anteriormente tecidos e no que chama de convencimento, é que os votos foram mobilizados.

4.6 As dimensões partidárias e familiares

Ao longo da pesquisa foi possível me deparar com situações que pudessem estar associadas à presença de um eleitorado um pouco mais preocupado com questões que poderiam ser classificadas, ainda que correndo o risco de estar cometendo algum equívoco, de cunho ideológico. Aqui, o termo se encontra referente a uma preocupação a nível local com temática que poderia ser considerada como pertencente tradicionalmente a uma política ou valores políticos mais amplos, ligados, também, às chamadas doutrinas e teorias políticas.

Nessas falas, temas como esquerda e direita, democracia, representação, além de conceitos como clientelismo, entre outros, encontram espaço para serem trazidos à tona – passando a fazer parte do cotidiano da vida social e política local. Faz-se necessário considerar que não é objetivo desta pesquisa considerar que a presença de tais termos implica em uma imediata qualificação do debate público de ideias em detrimento aos outros aqui apresentados, mas demonstra tão somente que o mesmo se encontra presente no lugar analisado, ainda que de maneira relativamente incipiente, sendo passíveis de análises. Com isto, pretende-se demonstrar que a vida política local não se resume à velha disputa familiar ou de grupos amorfos com suas lideranças ou membros sem qualquer viés minimamente ideológico, ainda que essa dimensão apareça apenas em um dos relatos.

Tendo por base esses aspectos, buscou-se realizar uma entrevista com alguém que pretendia ser candidato, mas que, por questões pessoais, desistiu da candidatura e que se identificava como sendo de esquerda, democrata e que cultivava valores republicanos – segundo seus termos. Em decorrência de seu discurso mais pautado nos valores supramencionados é que a sua escolha para a entrevista se deu. Ou seja, trazia em sua fala aspectos mais institucionais da política com o intuito de justificar suas escolhas entre as candidaturas locais – ainda que seja apenas no âmbito do discurso e traga algum interesse pessoal omitido – assim sendo, sua fala nos possibilita acessar a maneira como alguns vieses políticos podem se encontrar nas narrativas políticas locais. Sem, no entanto, se desvencilhar completamente de aspectos apontados com importantes como a família e os amigos.

4.6.1 A filiação partidária

“Devo dizer que, inicialmente, no momento da filiação, era desejo meu que fosse [num partido] ligado à esquerda progressista” – foi o que me disse uma outra interlocutora, Pedrina Silva, que já almejou se lançar candidata. “Mas não somente por isso [pela filiação], porque na ocasião havia a intenção de lançar uma candidatura para vereadora local, mas queria que fosse num partido mais alinhado à esquerda” – o alinhamento a ideias por ela visto como sendo de esquerda contribuíram para sua escolha, embora comente que na época seu interesse estava voltado para o PSOL, “naquele momento eu percebia que o PSOL seria o partido que mais atendia a isso (...)”. Mas diante da impossibilidade, restou-lhe o PT como opção, partido com o qual, segundo ela mesma comenta, também possui alguma afinidade. Esse período remete ao ano de 2016, segundo a própria.

Anteriormente a essa filiação partidária, a interlocutora afirma que o único momento em que participou de maneira mais engajada da política local foi quando um primo seu saíra vencedor de sua candidatura. Neste momento, busca tecer um comentário com a intenção de refletir sobre suas escolhas e práticas políticas da época. Comenta que naquele período não possuía o que chamou de “consciência política”, das “plataformas (políticas)”, “dos resultados” e “dos reflexos nas comunidades locais”. Afirma, ainda, que o apoio e a participação também se deram por questões relacionadas à proximidade familiar – fator importante a ser considerado, uma vez que a interlocutora possui uma família numerosa com relativa concentração ou adensamento em uma localidade do município (que não será mencionada no intuito de manter sua identidade preservada) – semelhante aos casos mencionados anteriormente nesta pesquisa.

Famílias grandes e que frequentemente encontram-se ligadas a alguma localidade, são comuns e podem, com relativa frequência, estarem presentes de alguma maneira na política local. Essa presença pode se estabelecer a partir do voto “fechado” com alguma candidatura específica (seja ao cargo de prefeito ou de vereador) ou apresentando algum parente como candidato. Há que se considerar que a unanimidade nem sempre é alcançada, de modo que é possível observar, algumas vezes, duas candidaturas (ao cargo de vereador) por membros de uma mesma família, mas em grupos políticos distintos – o que, na prática, mina a possibilidade de maior influência política do grupo familiar no pleito, uma vez que os votos passam a se encontrar de modo disperso, divididos. Mais à frente, a interlocutora comentará que sua família teria um peso importante em uma eventual candidatura sua, ou seja, mesmo que sua fala persista em trazer uma dimensão político-ideológica, a influência do componente familiar (que poderia ser visto como algo tradicional) se mostra ainda relevante.

Em sua narrativa, Pedrina Silva possui uma fala em que é possível encontrar um interesse em uma candidatura própria, de alguém que se diz identificada com aquilo que considerou como sendo de esquerda. Essa candidatura de esquerda é por ela identificada como sendo a de alguém mais próximo à comunidade e que dialoga – isso também numa intenção de se distinguir de candidaturas locais.

A candidatura de esquerda, e que também poderia ser de direita, aparece neste texto como uma maneira de demonstrar as múltiplas dimensões ligadas à política em geral que circulam nos pequenos municípios, cujas relações políticas podem ser, algumas vezes, interpretadas como sendo despossuídas de qualquer matiz ideológica. Na fala da interlocutora podemos encontrar também presentes noções ou estratégias comumente encontradas em outras candidaturas, como o apoio formado pela rede de contato familiar e as relações pessoais desenvolvidas no âmbito do local (localidade/comunidade/distrito) de origem dele e de sua família. Ou seja, fazendo coexistir práticas mais tradicionais juntamente com outras voltadas ao posicionamento político-ideológico e apoiada em vinculações partidárias.

4.6.2 A possível candidatura de esquerda

No andar da conversa, Pedrina Silva trata das questões envolvendo aquelas noções associadas a espectro político ao qual considera pertencer. Considera-se como sendo alguém alinhada à esquerda, como já afirmado anteriormente, embora não se veja propriamente como uma militante. Seu alinhamento ou posicionamento específico (se de direita ou esquerda) não nos é, para esta pesquisa, o aspecto central em suas ponderações, mas o fato de considerar dimensões relacionadas à doutrina política ou ao espectro político como viés de escolha de partido para filiação (ou seja, sua filiação não orientada levando em consideração lideranças políticas locais) e de uma possível candidatura própria. Sua visão não é aqui interpretada como algo pretensamente superior àqueles cujos votos são orientados pelos padrões da “ajuda”, porém, contribui para refletirmos a complexidade que perpassa os grupos políticos e as escolhas de partido e voto.

Barbosa (2012) demonstra a complexidade envolvendo as relações familiares no que tange à possibilidade de seguir o voto do chefe de família ao se posicionar politicamente, aqui se tem a dimensão inversa, o arranjo familiar em torno da candidatura de um de seus membros, que apesar de buscar orientar seu desejo de se candidatar a partir de práticas que julga democrática, não conseguiria abrir mão por inteiro do apoio familiar. Essas contradições

mostram a face ambígua da política, conforme observaram Palmeira e Heredia (2010), afinal, “trata-se de um período liminar, em que não só as divisões mas também as ambiguidades são explicitadas” (p. 169).

Na conversa com Pedrina Silva, pude perceber que mesmo buscando manter uma candidatura alinhada a dimensões político-ideológicas associadas à sua vontade de se lançar candidata por um partido “progressista” e de “esquerda”, para usarmos seus termos, ela não dispensa a importância do acionamento da rede de amigas e amigos, mas, principalmente, a de seus familiares e das pessoas de sua localidade. Aspecto que demonstra o peso das relações pessoais e familiares no contexto local – característica reconhecida pela interlocutora – coexistindo, por assim dizer, com aspectos de teor político-ideológico e partidário, como supramencionado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar os significados em torno de práticas políticas trazem possibilidades analíticas fecundas, em que podemos adentrar nas visões, nos valores e nos significados dos modos de ver e viver a política. Foi o que se buscou fazer aqui, quando se objetivou acessar as intenções e as percepções dos agentes sociais envolvidos nas relações de poder e trocas assimétricas, classificadas de clientelismo (CARVALHO, 1997), mas definidas no campo como “ajudas”.

Além disso, de modo ainda incipiente, foi possível observar uma tendência à mudança na maneira como candidaturas são pensadas em termos de publicidade, numa proximidade ao que Carvalho (1999) observa em relação padrão midiático publicitário no período da redemocratização, no Ceará. Neste caso, algumas das campanhas locais foram marcadas pela presença de profissionais de marketing eleitoral para produção de materiais de nas páginas de divulgação de diversas candidaturas.

Em suma, o que podemos perceber é que uma perspectiva que permeie dimensões subjetivas para a análise de práticas políticas constitui-se em um importante desafio, haja vista a multiplicidade de motivações e significados que perpassam as variadas práticas que dão sentido às ações dos agentes sociais. Esses, mais do que simplesmente disputarem a chefia e a liderança, disputam, também, visões de mundo, classificações, versões, representações e legitimidades acerca da política e do que é a política.

O que pude encontrar a partir do olhar lançado ao campo da pesquisa foi uma sociedade marcadamente desigual, de relações assimétricas e hierarquizadas. Tentei conhecer os sentidos interpostos em suas práticas e percebi que a “ajuda” parece ser, senão o aspecto central, ao menos um dos mais importantes. A “ajuda” encontra-se presente em todo o meio social pesquisado, inclusive no campo político – e nesse campo tentei compreender seus sentidos. Todavia, nesta pesquisa, assim como em muitas outras realizadas por outros que se dedicaram ao tema, foi possível perceber que a dimensão do “toma lá, dá cá” (que condiciona o voto exclusivamente à “compra” ou a benefícios futuros), pode ser um limite heurístico, já que a relação entre político-eleitor é cercada por diversos aspectos simbólicos, e não somente por esse tipo de troca.

Procurou-se demonstrar como as “ajudas” são capazes de forjar vínculos entre políticos e eleitores. A força desses vínculos consegue ser convertida em votos graças à reciprocidade estabelecida entre agentes sociais que mantêm entre si relações de interdependência.

Se em Victor Nunes Leal (2012) temos a possibilidade de compreender a política da República Velha a partir do conceito de coronelismo, a categoria “ajuda” é o meio pelo qual é possível acessar os universos de símbolos e os significados das relações político-eleitor, em que se forja uma espécie de sistema político informal que perpassa uma parte importante das vinculações estabelecidas entre esses agentes sociais. Esses contatos estabelecem uma gigantesca rede onde circulam bens materiais e simbólicos dos mais variados.

Buscou-se também adentrar no universo das trocas de apoios entre políticos. Para tanto, lancei olhares sobre as eleições municipais e gerais, sendo possível constatar que esses apoios são parte integrante das campanhas eleitorais, e descartar a hipótese de que tais apoios possam estar condicionados exclusivamente a partir da lógica das emendas parlamentares, diferentemente, portanto, do que fora observado na etnografia de Bezerra (1999; 2001). Para o caso específico de um município histórica e economicamente situado à margem do crescimento do estado (como é o caso de Aracoiaba), ressalto que um grande número dessas trocas de apoio nem sempre estão associadas a emendas, visto que alguns dos apoios encontrados se ligam à relação de políticos locais com deputados que possuem pouco histórico de aproximação com o município – ou seja, estão envolvidos em uma relação em que a liderança local (que possui base político-eleitoral) é procurada por candidatos ao cargo de deputado no município onde não possuem um envolvimento anterior.

Também na pesquisa foi possível perceber a “adesão” não como um simples ato de passar a integrar um grupo político, mas como um processo que pode, inclusive, ocorrer no interregno entre duas eleições, aliás, a “ajuda” também pode se dar neste intervalo entre processos eleitorais. Além disso, os temas da “política” podem estar presentes a todo instante, ocorrendo sob a forma de rumores, fofocas ou ilações capazes de atuar sobre reputações e moldar relações. Observou-se, ainda, o peso das relações pessoais e familiares nos processos eleitorais, além da tensa relação entre política e dinheiro presente na percepção de entrevistados, o que torna possível a distinção entre “ajuda” e “compra de voto”.

A pesquisa encontrou, enfim, para além das dimensões relativas às práticas ligadas às “ajudas” e ao personalismo que atravessa profundamente as relações políticas, a coexistência com outros aspectos como uma política que é também (mas não somente) atravessada por valores político-ideológicos mais amplos. De modo semelhante a essa concomitância, outra simultaneidade também ocorre, aquela em que recurso “tecnológicos” e “tradicionais” convivem sem a necessidade de se opor, visto que ambas podem ser positivas quando o fim último, a saber, obter voto, é levado em consideração.

Neste sentido, compreendo a política local a partir de sua complexidade, especificamente, a partir de mudanças e permanências que operam em conjunto. É a partir da dinamicidade, da renovação, da transformação, mas também de algumas características que persistem, que se conservam e se mantêm ao longo do tempo, que podemos compreender melhor o lugar analisado. A existência simultânea de diferentes práticas, maneira de fazer e percepções acerca da política, além da pluralidade e a dinamicidade dos grupos demonstram a necessidade de se compreender a política, especialmente aquelas dos pequenos municípios, a partir de uma visão ampla que contemple sua multiplicidade e heterogeneidade.

Em síntese, buscou-se apresentar um local perpassado por “ajudas” que circulam, inclusive no universo político, ganhando características próprias. É dessa maneira que vínculos entre políticos e eleitores se forjam, atualizam-se e se refazem. Uma rede de interdependência que molda a maneira de se atuar politicamente de algumas candidatas e alguns candidatos cujas “ajudas” e relações personalistas marcam um modo específico de atuar politicamente, certamente presente em outros lugares e não somente nesse “lugar onde as aves cantam”.

REFERÊNCIAS

- ABU-EL-HAJ, Jawdat. Agonia e morte da política de clientela: a reforma política e as novas elites do poder no Brasil. **Reforma política no Brasil: Realizações e Perspectivas**. Fortaleza. Fundação Konrad Adenauer, 2003.
- ARON, Raymond; DURKHEIM, Émile *In*: ARON, Raymond. **As etapas do pensamento Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes; Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- ANUÁRIO do Ceará. **Anuário do Ceará (2017-2018)**. Fortaleza. Fundação Demócrito Rocha. Disponível em: <http://www.anuariodoceara.com.br/deputados-estaduais/>. Acessado em 24 de abril de 2018, às 10h40min, 2018.
- AVELAR, Lúcia; LIMA, Fernão Dias de. **Lentas mudanças: o voto e a política tradicional**. Lua Nova. n.49, 2000, pp. 195-223.
- BARREIRA, Cesar; BARREIRA, Irllys. Campos de ajuda e modos de pertencimento: um mapa moral da representação política em campanha eleitoral. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 307-335, jan./jun. 2012.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Política, memória e espaço público: a via dos sentimentos. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 16, n. 46, p. 97-117, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 maio 2021.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Chuvas de papeis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 1998.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Mulheres Representantes no Congresso Nacional: trabalho político apresentação de si e rituais de reconhecimento. **Revista Pós-Ciências Sociais**, São Luís, v. 17, n. 34, 2020.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. A política de perto. **Novos Estudos**. CEBRAP, São Paulo, v. 74, 2006.
- BARNES, John Arundel. Redes sociais e processo político. *In*: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- BARBOSA, Luciano Senna Peres. Política em família. Relações de parentesco e facções políticas em um município da Zona da Mata de Minas Gerais. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 21, p. 1-360, 2012.
- BEZERRA, Marcos Otávio. Políticos, representação política e recursos públicos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, p. 181-207, 2001.
- BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das “bases”**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro. Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

BOISSEVAIN, Jeremy. Apresentando “amigos de amigos”: redes sociais manipuladoras e coalizões. *In*: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. *In*: THIOLENT, Michel (org.) **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo, Editora Polis, 1980. Texto também disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/50-619/mod_resource/content/1/A_Opini%C3%A3o_P%C3%BAblica_N%C3%A3o_Existe_\(Pierre_Bourdieu\).pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/50-619/mod_resource/content/1/A_Opini%C3%A3o_P%C3%BAblica_N%C3%A3o_Existe_(Pierre_Bourdieu).pdf). Acesso em: 27 mar. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papius, 1996a.

BOURDIEU, Pierre. Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 7-20, 1996b.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 26, Jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000100007&lng=en&nrm=iss. Acesso em: 01 Dez. 2010.

BOURDIEU, Pierre. Le capital social – notes provisoires. **Actes de la recherche en Sciences Sociales**, Paris, v. 31, n. 1, 1980.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/art_37_.asp. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010. Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. Brasília: **Diário Oficial da União** [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm. Acesso em: 19 jan. 2020.

CAESAR, Gabriela. PSDB e MDB perdem o maior nº de prefeituras e PT encolhe pela 2ª eleição seguida; DEM e PP são os que mais ganham em 2020. **G1**. 16 nov. 2020. Eleições 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/11/16/psdb-e-mdb-perdem-o-maior-no-de-prefeituras-dem-e-pp-sao-os-que-mais-ganham.ghtml>. Acesso em: 18 maio 2021.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom**: o terceiro paradigma. [Tradução de Ephraim Ferreira Alves]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002a.

CAILLÉ, Alain. Dádiva e associação. *In*: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. [Tradução de Guilherme João de F. Teixeira]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002b. Pp. 191-205.

CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro. O profeta, a palavra e a circulação do carisma pentecostal. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 54 n. 2, 2011.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. **Transição democrática e padrão midiático publicitário da política**. Campinas, SP: Pontes: Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 41, n. 02, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano – Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHAVES, Christine de Alencar. A marcha nacional dos sem-terra. *In*: PEIRANO, Marisa. **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

CHAVES, Christine de Alencar. Eleições em Buritis. *In*: GOLDMAN, Márcio; PALMEIRA, Moacir (coord.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: NUAP/UFRJ, 2003.

CONFIRA as principais alterações legislativas nas regras eleitorais que valerão para o pleito de 2020. **Tribunal Superior Eleitoral**, Brasília, 7 de janeiro de 2020. Disponível em: tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Janeiro/confira-as-principais-alteracoes-legislativas-nas-regras-eleitorais-que-valerao-para-o-pleito-de-2020. Acesso em: 18 maio 2021.

CRUZ, Breno de Paula Andrade; MARTINS, Paulo Emílio Matos. O poder do bacharel no espaço organizacional brasileiro: relendo Raízes do Brasil e sobrados e mucambos. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 01-09, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512006000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 maio 2021.

D'ÁVILA FILHO, Paulo M.; JORGE, Vladimir Lombardo; COELHO, Ana Fernanda. Acesso ao poder. Clientelismo e democracia participativa desconstruindo uma dicotomia. **Civitas**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, 2004.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Observações sobre a fofoca. *In*: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ERICKSON, Paul A.; MURPHY, Liam D. **História da teoria antropológica**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

FARIAS, Francisco Pereira de. **Clientelismo e democracia capitalista**: elementos para uma abordagem alternativa. *Revista de Sociologia e Política*, nº 15: 49-65, nov. 2000

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de estatística**. 6ª ed. – São Paulo: Atlas, 1996.

FREITAS, Francisco Emílio Campelo. **O moderno e o tradicional na política de Itapiúna**: As contingências da política local como contrapontos a ascensão ao poder de lideranças nascidas nos movimentos sociais. Dissertação em Políticas Públicas e Sociedade. Fortaleza: UECE, 2007. 117 p.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo. Ed. Cia das Letras, 1987.

GODBOUT, J.T. Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 39-52, Oct. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 nov. 2020.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOFFMAN, Erving. Símbolos de status de classe. Versão em espanhol de Servando Ortoll. México, s/d. Do original: Symbols of Class Status. *The British Journal of Sociology*, Londres, v. 2, n.4, p. 294-304, 1951.

GOLDMAN, Marcio. Introdução: política e subjetividade nos “novos movimentos sociais”. **Ilha – Revista de Antropologia**. Florianópolis, v. 9, n. 1, 2, p.8-22, 2007.

GOLDMAN, Marcio; SANT’ANNA, Ronaldo dos Santos. Elementos para uma análise antropológica do voto. *In*: GOLDMAN, Márcio; PALMEIRA, Moacir (coord.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

GOLDMAN, Márcio; PALMEIRA, Moacir. Apresentação. *In*: GOLDMAN, Márcio; PALMEIRA, Moacir (coord.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

GONDIM, Linda Maria de Pontes; LIMA, Jacob Carlos. **A pesquisa como artesanato intelectual**: considerações sobre método e bom senso. São Paulo, SP: EDUFSCar, 2006.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. **Jovens na política**: animação e agenciamentos do voto em campanhas eleitorais. Campinas: Pontes, 2012.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. A observação participante. *In*: HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

HERÉDIA, Beatriz M.A.; PALMEIRA, Moacir. O Voto como adesão. Teoria e cultura. **Revista do Mestrado de Ciências Sociais da UFJF**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

HEREDIA, Beatriz. Política, família, comunidade. *In*: GOLDMAN, Márcio; PALMEIRA, Moacir (coord.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O que é?** – Índice de Gini. Ano 1, Edição 4. 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23. Acesso em 04 de junho de 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil municipal 2017 – Aracoiaba**. Fortaleza. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2017/Aracoiaba.pdf. Acesso em: 13 de abril de 2018. Ano I, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil Municipal 2016 – Aracoiaba**. Fortaleza. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2016/Aracoiaba.pdf. Acesso em: 13 abr. 2018. Ano I, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. As regiões de planejamento do Estado do Ceará. **IPECE**: Textos para a discussão. n. 111. Fortaleza, nov. 2015. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD_111.pdf. Acesso em: 24 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **História & Fotos**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/aracoiaba/historico>. Acesso em: 10 maio 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/aracoiaba/panorama>. Acesso em: 10 maio 2018.

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

KUSCHNIR, Karina. Cultura e representação política no Rio de Janeiro. *In*: GOLDMAN, Márcio; PALMEIRA, Moacir (coord.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

LADEIRA, Beatriz Maria do Nascimento. Compreendendo a Lei da Ficha Limpa. **Revista Eletrônica da EJE**, Brasília, ano 5, n. 4, p. 22-27, jun./jul. 2015. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-4-ano-5/digressoes-sobre-as-doacoes-de-campanha-oriundas-de-pessoas-juridicas>. Acesso em: 02 nov. 2020.

LANNA, Marcos. Notas sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a dádiva. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, no. 14, v. 14, p. 173-194, 2000.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder: o (caso) dos coronéis**. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. Tradição e poder no Ceará: A família Bezerra de Menezes. *In*: HEREDIA, B. M. A. (org.). **Continuidades e rupturas na política cearense**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/FUNCAP/CNPq-PRONEX; Pontes Editores, 2008.

LIMA, Maria Do Socorro Lacerda. A dádiva da agressão. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 162-176, jul./dez. 2009.

LINHARES, Paulo. **A tempestade: os bastidores de uma CPI**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2013.

LOPES, M. S. L. **Narrativas simbólicas do lulismo: uma análise de campanhas eleitorais de Dilma Rousseff (2010 e 2014)**. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2016.

MAYER, A. C. A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas. *In*: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 2010. p. 139-170.

MAINES, David. Narrativas e *accounts*. *In*: SCOTT, John (org.). **Sociologia: conceitos-chave**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MATTOS, Geísa. **A favor da comunidade: modos de viver a política no bairro**. Campinas: Pontes, 2012.

MITCHELL, James Clyde. A questão da quantificação na antropologia social. *In*: FEDMAN-BIANCO, B. **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MONTENEGRO, Abelardo F. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1980.

NASCIMENTO, Ládina Gildo do. Águas e memórias: seca, barramento e os impactos Socioambientais em Itapiúna – Ceará. 30º Simpósio Nacional de História. **Anais [...]**, Recife, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565712419_ARQUIVO_AGUASEMEMORIAS,SECA,BARRAMENTOEOIMPACTOSSOCIOAMBIENTAISEMITAPIUNA-CEARA.pdf. Acesso em 20 out. 2020.

NOGUEIRA, Carlos Antonio Ferreira. Eleições na “terra onde os pássaros cantam”: quando o voto é liberado. *In*: DA SILVA NETO, Sabino. **Incursões socioantropológicas**: pesquisa de campo no Ceará. Macapá: UNIFAP, 2018.

NUNES, E. **A gramática política do Brasil**: clientelismo insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF; ENAP, 1997.

OPERAÇÃO do MPCE afasta prefeito e três secretários de Aracoiaba. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 6 de setembro de 2018. Caderno Segurança. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/operacao-do-mpce-afasta-prefeito-e-tres-secretarios-de-aracoiaba-1.1995956>. Acesso em: 11 de mar. 2021.

PALMEIRA, Moacir. Política e Tempo: nota explanatória. *In*: PEIRANO, Mariza. **O dito e o feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

PALMEIRA, Moacir. Política, facções e voto. *In*: GOLDMAN, Márcio; PALMEIRA, Moacir (coord.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M. **Política ambígua**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: NUAP, 2010.

PALMEIRA, Moacir. Política, Facções e Voto. *In*: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PALMEIRA, Moacir. Eleição Municipal, Política e Cidadania. *In*: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (orgs.). **Política no Brasil**: a visão dos antropólogos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Os Comícios e as políticas de facções. **Anuário Antropológico**, Brasília, n. 94, pp. 34-94, 1995.

PEIRANO, Mariza. Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica. *In*: PEIRANO, Mariza. **O dito e o feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

PEIRANO, Mariza. Antropologia *at home*. *In*: PEIRANO, Mariza. **A teoria vivida**: e outro ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

PEIRANO, Mariza. Antropologia no Brasil: alteridade contextualizada. *In*: MICELI, Sergio et. al (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. 2. ed. São Paulo: Ed. Sumaré, ANPOCS, Brasília-DF: CAPES, 1999.

PEIRANO, Mariza. A antropologia como ciência social no Brasil. **Etnográfica**, Lisboa, v. 4, p. 219-232, 2000.

PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2003.

PIMENTEL JUNIOR, Jairo. Impeachment, oposição e autoritarismo – o perfil e demanda dos manifestantes em São Paulo. J Pimentel Jr. **Em Debate**. 7 (2), 15-22, 2015.

SIMMEL, Georg. O segredo. **Revista De Ciências Sociais – Política & Trabalho**. João Pessoa, n. 15 (dezembro), pp. 221-26, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/6442/19788>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SIMMEL, Georg. O conflito como sociação. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v. 10, n. 30, pp. 568-573, 2011. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/SimmelTrad.pdf>. Acesso em: 29 set. 2021.

SHILS, Edward. **Centro e periferia**. Lisboa: Difel, 1992.

SOUZA, Rosário de; VALMORE, Fabiane Helene. Tensão na ciência política brasileira: a produção dos doutores e a percepção dos editores. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 22, n. 2 p. 204-228, 2019.

TEIXEIRA, Carla Costa. **A honra da política**: decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994). Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-53, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2020.

TSE anula decisão do TRE, suspende eleições novas eleições em Aracoiaba e reconduz prefeito e vice. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 25 de setembro de 2018. Caderno Política. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/tse-anula-decisao-do-tre-suspende-novas-eleicoes-em-aracoiaba-e-reconduz-prefeito-e-vice-1.2004845>. Acesso em: 11 mar. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições 2016**: partidos podem realizar convenções para escolher candidatas a partir de hoje (20) (atualizada). 20 jul. 2016. Brasília, DF. Disponível em: <https://goo.gl/mxqUvb>. Acesso em 27 mar. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **TSE aprova 10 resoluções sobre regras das Eleições Gerais de 2018**. Brasília, DF. 18 dez. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/8mr1FR>. Acesso em: 27 mar. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Lei das Eleições** – Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Brasília, DF, [20--?]. Disponível em: <https://goo.gl/dopsTS>. Acesso em: 27 mar 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). Instituto de Artes. **Laboratório de Iluminação**. Disponível em: <https://hosting.iar.unicamp.br/lab/luz/dicasemail/led/dica36.htm#:~:text=O%20LED%20%C3%A9%20um%20componente,transformar%20energia%20el%C3%A9trica%20em%20luz>. Campinas: Instituto de Artes, [20--?]. Acesso em: 24 nov. 2021.

VELOSO, Giovana Rocha. **Clientelismo**: uma Instituição Política Brasileira. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Mestrado em Ciência Política. Brasília, DF, 2006.

VILELA, Jorge Mattar. O dinheiro e suas diversas faces nas eleições municipais em Pernambuco. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 267-296, 2004.

WEBER, Max. Conceitos Sociológicos Fundamentais. *In*: WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 3ª Ed. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

WEISS, Raquel. Durkheim e as formas elementares da vida religiosa. **Debates do NER**, Porto Alegre, Ano 13, n. 22, 2012, pp. 95-119.

WEISS, Raquel. As formas elementares da vida religiosa: por que ler ainda hoje? *In*: **Núcleo de Estudos da Religião** – UFRGS. Disponível em: www.ufrgs.br/ner/index.php/estante/visoes-a-posicoes/39-as-formas-elementare-da-vida-religiosa-por-que-ler-ainda-hoje. Acesso em: 27 out. 2013.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**: estrutura social de uma área urbana degradada. Rio de Janeiro. Zahar, 2005.

ANEXO A - TABELAS

Tabela 4 - Indicadores demográficos para as regiões de planejamento do Ceará.

Regiões de Planejamento	População (2014)		Área territorial (km ²)		Densidade demográfica (hab./km ²)	Taxa de Urbanização (%) (2010)
	Nº	%	Nº	%		
Cariri	999.169	11,30	17.298,35	11,62	57,76	69,46
Centro Sul	387.141	4,38	11.581,50	7,78	33,43	58,56
Grande Fortaleza	3.949.974	44,67	7.434,91	5,00	531,27	94,43
Litoral Leste	200.126	2,26	4.631,20	3,11	43,21	54,65
Litoral Norte	390.483	4,42	9.363,50	6,29	41,70	54,18
Litoral Oeste / Vale do Curu	384.592	4,35	8.890,58	5,97	43,26	56,66
Maciço de Baturité	238.977	2,70	3.707,30	2,49	64,46	48,69
Serra da Ibiapaba	350.423	3,96	5.701,61	3,83	61,46	51,95
Sertão Central	387.164	4,38	16.014,27	10,76	24,18	56,10
Sertão de Canindé	202.808	2,29	9.202,34	6,18	22,04	55,82
Sertão de Sobral	482.399	5,46	8.533,50	5,73	56,53	70,58
Sertão dos Crateús	348.844	3,94	20.591,20	13,84	16,94	58,11
Sertão dos Inhamuns	134.115	1,52	10.863,39	7,30	12,35	46,28
Vale do Jaguaribe	386.576	4,37	15.011,98	10,09	25,75	58,61
Total	8.842.791	100,00	148.825,60	100,00	59,42	75,06

Fonte dos dados: IBGE. Elaboração: IPECE.

Fonte: Extraído de IPECE (2015)

Tabela 5 - Indicadores econômicos e de renda para as regiões de planejamento do Ceará.

Regiões de Planejamento	PIB (R\$ mil) 2012		Setores do PIB 2012 (%)			PIB per capita (R\$) 2012	% de domicílios (1/2 s.m.) 2010*
	Nº	%	Agropecuária	Indústria	Serviços		
Cariri	6.306.666,84	7,00	3,66	16,28	80,06	6.463,42	59,02
Centro Sul	2.144.698,53	2,38	5,96	12,70	81,34	5.646,51	60,25
Grande Fortaleza	60.578.264,48	67,21	0,68	24,82	74,50	15.824,66	42,15
Litoral Leste	1.847.169,98	2,05	14,51	35,78	49,71	9.484,92	61,26
Litoral Norte	2.187.540,27	2,43	9,40	23,78	66,82	5.757,46	71,24
Litoral Oeste / Vale do Curu	2.357.043,46	2,62	7,28	29,26	63,46	6.324,93	69,19
Maciço de Baturité	1.111.270,03	1,23	10,09	13,14	76,77	4.757,56	66,24
Serra da Ibiapaba	1.920.066,42	2,13	19,59	11,00	69,41	5.625,50	65,89
Sertão Central	2.079.007,07	2,31	7,84	17,46	74,70	5.495,24	63,16
Sertão de Canindé	931.944,88	1,03	10,59	10,07	79,34	4.705,34	68,11
Sertão de Sobral	3.722.713,15	4,13	4,61	24,08	71,30	7.934,10	60,26
Sertão dos Crateús	1.689.837,10	1,87	9,46	12,76	77,78	4.913,92	65,24
Sertão dos Inhamuns	636.903,08	0,71	8,39	12,33	79,28	4.833,81	67,14
Vale do Jaguaribe	2.618.599,13	2,91	12,36	19,06	68,58	6.912,06	57,26
Total	90.131.724,43	100,00	3,38	22,84	73,78	10.473,12	53,67

Fonte dos dados: IBGE. Elaboração: IPECE. * % de domicílios com renda domiciliar per capita mensal de até a ½ salário mínimo – 2010.

Fonte: Extraído de IPECE (2015)

ANEXO B – QUESTIONÁRIOS – COMÍCIOS

Universidade Federal do Ceará
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Doutorado em Sociologia
Eleições 2016

01.Idade: 02.O/A senhor está trabalhando? 01.Sim () 02.Não ()

03.Qual profissão/cargo/função o/a senhor/a exerce:

04.Quantas pessoas moram na casa, incluindo o/a senhor/a:

05.Renda familiar: 06.Renda individual: Telefone:

07.Qual outro motivo lhe traz até este comício, além da questão política?

08.Quantos comícios e quantas reuniões deste candidato o/a senhor/a já foi?

09.O/A senhor/a já foi a comícios e reuniões de outros candidatos?

10.O/A senhor/a nota alguma diferença entre eles?

11.O/A senhor/a conhece alguém que já tenha pedido ajuda a algum político?

12.O/A senhor/a poderia informar qual foi o pedido?

13.O/A senhor/a saberia informar a quem foi feito o pedido?

14.O/A senhor/a já pediu ajuda a algum político?

15.Por quê?

16.O/A senhor/a poderia informar qual foi o pedido?

17.A quem foi feito esse pedido?

Considerando que estamos em ano de eleição:

18.O/A senhor/a já tem algum candidato a prefeito?

19.Por qual motivo o/a senhor/a pretende votar nesse candidato?

20.Em uma escala de 00 (zero) a 10 (dez), considerando zero a menor nota e dez a máxima. Qual a chance de o/a senhor mudar de voto?

21.Por quê?

22.O/A senhor/a já tem algum candidato a vereador?

23.Por que ainda não têm candidato?

24.Por qual motivo o/a senhor/a pretende votar nesse candidato?

25.Em uma escala de 00 (zero) a 10 (dez), considerando zero a menor nota e dez a máxima. 25. Qual a chance de o senhor mudar de voto?

26.Por quê?

27.Quais características e atributos alguém deve ter para se candidatar?

28.Em sua opinião, para algumas pessoas, a cor da pele influencia na escolha de candidato/a?

29.Esse último critério (cor da pele) pesa na sua escolha?

30.Em sua opinião, para algumas pessoas, o fato de ser homem, mulher, lésbica ou gay, influencia na escolha do candidato/a?

31.Esse último critério (quanto ao gênero/sexo) pesa na sua escolha?

32.Em sua opinião, para algumas pessoas, o fato de um candidato possuir mais ou menos dinheiro influencia na escolha?

33.Esse último critério (renda) pesa na sua escolha?

ANEXO C – QUESTIONÁRIOS – ENTRE AQUELES QUE PEDEM

Universidade Federal do Ceará
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Doutorado em Sociologia
Eleições 2016

01.Idade: 02.Renda familiar: 03.Renda individual: 04.Telefone:
05.Quantas pessoas moram na casa, incluindo o/a senhor/a:

06.Com que frequência o/a senhor/a vem à Câmara Municipal?

07.Qual seu principal objetivo ao vir à (sessão da) Câmara Municipal?

08.O/A senhor/a já recebeu ajuda de algum político?

09.Das ajudas que a/o senhor/a recebeu, qual o/a senhor/a considera mais importante?

10.Quem o/a senhor/a escolhe para pedir?

11.Algum político costuma não dar dinheiro ou ajudar?

12.Como o/a senhor/a realiza o pedido?

Considerando que estamos em ano de eleição:

13.O que o/a senhor/a espera de um político/a?

14.Como o político deve ser?

15.Como o/a senhora imagina um político ideal? Quais características e atributos ele deve ter?

16.O/A senhor/a costuma pedir algo específico a algum político? Por quê?

17.Por que o/a senhor/a faz esses pedidos?

18.O/A senhor/a tem algum candidato a vereador/a e a prefeito?

19.Por que o/a senhor/a pretende votar nesse candidato?

20.Qual político/a mais lhe ajudou? Por quê?

21.Qual o seu critério para votar em um candidato?

22.O/A senhor/a considera que a cor da pele pesa na escolha do candidato?

23.E o fato de ser homem ou mulher, influencia em algo? Faz diferença?

24.O/A senhora conhece alguém que acredite use o critério de cor ou de sexo para votar?

ANEXO D – RESUMO DE SITUAÇÕES NO SISTEMA DIVULGACANDCONTAS

Resumo de Situações

Situação Candidato

Situação Candidatura

CADASTRADO

Situação inicial de todos os pedidos de registro recebidos no Sistema de Candidaturas.

Aguardando julgamento

Candidato cujo pedido ainda não foi julgado.

CONSTA DA URNA

Candidato cujos nome e foto constam da urna.

Cancelado com recurso

Candidato cujo registro foi cancelado pelo partido e interpôs recurso contra essa decisão.

Cassado com recurso

Candidato que teve seu registro cassado em ação autônoma e interpôs recurso contra essa decisão.

Deferido

Candidato regular, com dados e documentação completos e que atendeu aos requisitos da candidatura, com pedido já julgado pela Justiça Eleitoral.

Deferido com recurso

Candidato regular e com pedido de registro deferido; no entanto, há recurso interposto contra essa decisão e aguarda julgamento por instância superior.

Indeferido com recurso

Candidato não regular e com pedido de registro julgado indeferido; no entanto, há recurso interposto contra essa decisão e aguarda julgamento por instância superior.

Pedido não conhecido com recurso

Candidato cujo pedido de registro não preencheu os requisitos mínimos para ser admitido à apreciação e que interpôs recurso sobre essa decisão.

Pendente de julgamento

Candidato cujo pedido inicial ainda não foi apreciado pela Justiça Eleitoral, mas concorre ao pleito e consta da urna eletrônica.

NÃO CONSTA DA URNA

Candidato não incluído na urna eletrônica. Caso o eleitor digite o número de um candidato que não conste da urna, o voto será considerado nulo e não terá validade para a legenda.

Cancelado

Candidato que teve seu registro cancelado pelo partido até a data da eleição, em decorrência de expulsão.

Cassado

Candidato que teve seu registro cassado em ação autônoma.

Falecido

Candidato falecido, cuja situação de falecimento é registrada no Sistema de Candidaturas logo após a comprovação do fato nos autos do pedido de registro.

Indeferido

Candidato que não reuniu as condições necessárias para o deferimento do registro de candidatura ou que está vinculado a DRAP indeferido, com pedido já julgado pela Justiça Eleitoral.

Pedido não conhecido

Candidato cujo pedido de registro não será apreciado pelo juiz eleitoral.

Renúncia

Candidato que desistiu de concorrer ao cargo e cuja renúncia já se encontra homologada pelo juiz eleitoral.

Fonte: Extraído do Sistema de Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais (Sistema Divulgacandcontas).